



EDIÇÕES
ELECTRÓNICAS
CEAUP

VERTENTES DA INSULARIDADE NA NOVELÍSTICA DE MANUEL LOPES

Maria Luísa Baptista



**VERTENTES DA INSULARIDADE NA
NOVELÍSTICA DE MANUEL LOPES**

VERTENTES DA INSULARIDADE NA NOVELÍSTICA DE MANUEL LOPES

Maria Luísa Baptista



VERTENTES DA INSULARIDADE NA NOVELÍSTICA DE MANUEL LOPES

Autor: Maria Luísa Baptista

Editor: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Colecção: e-books

Edição: 1ª (Mar/2007).

Edição anterior em livro tradicional nas Edições Afrontamento, 1993

ISBN: 978-972-99727-1-3

Localização: <http://www.africanos.eu>

Referência bibliográfica:

BAPTISTA, Maria Luisa. 2007. *Vertentes da Insularidade na Novelística de Manuel Lopes*. ISBN: 978-972-99727-1-3. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. <http://www.africanos.eu>

Preço: gratuito na edição electrónica, acesso por download.

Solicitação ao leitor: Transmita-nos (ceaup@letras.up.pt) a sua opinião sobre este trabalho.

©: É permitida a cópia de partes deste documento, sem qualquer modificação, para utilização individual. A reprodução de partes do seu conteúdo é permitida exclusivamente em documentos científicos, com indicação expressa da fonte.

Não é permitida qualquer utilização comercial. Não é permitida a sua disponibilização através de rede electrónica ou qualquer forma de partilha electrónica.

Em caso de dúvida ou pedido de autorização, contactar directamente o CEAUP (ceaup@letras.up.pt).

ÍNDICE

Apresentação	9
Nota prévia	12
01. INTRODUÇÃO	13
02. MANUEL LOPES BREVE NOTÍCIA BIO-BIBLIOGRÁFICA	16
03. INSULARIDADE/INSULARIDADES	19
1. Da insularidade geo-histórica	19
2. Da insularidade sócio-cultural	22
3. Da insularidade vivencial	25
04. ANÁLISE DE CHUVA BRABA	29
1. Da acção	30
2. Grandes sequências e suas grandes flutuações	33
3. Sistema de personagens	43
4. Do espaço	54
4.1. Do espaço físico	54
4.2. Do espaço social	57
4.3. Do espaço psicológico	59
5. Do tempo	61

05.	ANÁLISE DE OS FLAGELADOS DO VENTO LESTE	72
1.	Da acção	72
1.1.	Tópicos de trágico	76
2.	Grandes sequências e suas grandes flutuações	87
3.	Sistema de personagens	95
4.	Do espaço	119
4.1.	Do espaço físico	119
4.2.	Do espaço social	126
4.3.	Do espaço psicológico	129
5.	Do tempo	134
5.1.	Do tempo da diegese	134
5.2.	Do tempo do discurso	137
06.	VERTENTES DA INSULARIDADE NA NOVELÍSTICA DE MANUEL LOPES	149
1.	Do telurismo	151
2.	Da evasão	163
3.	Do «querer bipartido»	179
4.	Da religiosidade	186
07.	CONCLUSÕES	195
	Notas	203
	Obras consultadas	217

Concorri ao Mestrado de Literaturas Românicas Modernas e Contemporâneas na busca de um ângulo diverso de uma quase mesma paisagem (Educação e Literatura, instâncias irmãs do fascínio); desvio no trajecto, paragem no mirante face à montanha mirabilis.

Foi-me dado participar.

O presente trabalho de dissertação remata as actividades do Mestrado. Foi elaborado sob a orientação do Professor Doutor Salvato Trigo, a quem me cumpre agradecer a total liberdade de actuação, a confiança e o incentivo, além de óbvias sugestões de organização temática e cedência de bibliografia particular.

Pretendo igualmente testemunhar o meu reconhecimento à então denominada Direcção-Geral de Pessoal do Ministério da Educação, que me concedeu equiparação a bolseira durante o último ano lectivo da parte curricular do Mestrado e nos dois subsequentes. Sem esta regalia ter-me-ia sido muito difícil levar a cabo este árduo e cativante exercício crítico.

Agradeço também aos Professores Doutores José Adriano de Carvalho, Jorge Alves Osório, Ferreira de Brito e Salvato Trigo o contributo de reflexão activa que proporcionaram os seus Seminários; e ainda aos Colegas co-mes-trandos, a pertinência das intervenções nas sessões conjuntas, já que é da interacção que crescemos e vamos tentando fabricar algum saber.

A Manuel Lopes agradeço antes de tudo a sua obra, fonte primeira do prazer, e ainda a disponibilidade para informações; o apoio bibliográfico, o muito estímulo.

Não concluirei sem evocar, com veneração e muito reconhecimento, Maria Emília Duarte Costa, minha insigne professora de Português, que primeiro me ensinou a penetrar encantadamente na beleza das Letras.

(Com o Remberto, o Rui e o Luís, nunca soube fazer as contas: devo-lhes demais e pago como posso).

Terminado o intermezzo, voltarei ao trilho.

Porto, 26 de Março de 1988.

«Dez tanques estragados, dez tanques feitos de novo, e mais um.
O último é dez vez maior que o primeiro».

MANUEL LOPES, *Os Flagelados do Vento Leste*

«Il faut imaginer Sisyphe heureux»

ALBERT CAMUS, *Le mythe de Sisyphe*

NOTA PRÉVIA

Para a realização do presente trabalho, utilizámos as edições seguintes das obras seleccionadas como *corpus*:

Chuva Braba, Lisboa, Edições 70, 1982.

Os Flagelados do Vento Leste, Lisboa, Editora Ulisseia, 1960.

Por comodidade, o texto adopta várias siglas, de que destacamos:

CB — *Chuva Braba*

FVL — *Os Flagelados do Vento Leste*

GCB — *Galo cantou na Baía*

MQ — Mané Quim

JC — José da Cruz

INTRODUÇÃO .01

O interesse pelo conhecimento da literatura contemporânea de expressão portuguesa da diáspora e em particular a curiosidade pela produção estética de um Autor de quem até há poucos anos só tinha lido extractos antológicos, convergiram como principais elementos motivadores da realização do presente trabalho.

Com efeito, as literaturas africanas de expressão portuguesa vêm assumindo um justificado crescendo na atenção do público português e estrangeiro (vejam-se as traduções e a ensaística a que vêm dando ensejo), sobretudo quando ultrapassada uma espécie de preconceito com raízes na política colonial e quando a qualidade estética das produções literárias as impõe, sejam elas anteriores ou subsequentes a Abril de 74. É de crer mesmo que este interesse se generalize, a ponto de vir a reflectir-se mais visivelmente do que agora no elenco das obras que integrarão os futuros programas de Português do que corresponderá ao hoje designado «Curso Complementar», dada a perspectivação universalizante que se anuncia como norteadora deste âmbito na *Proposta de reorganização dos planos curriculares dos ensinós básico e secundário*⁽¹⁾.

Foi-me dado contactar com a pessoa de Manuel Lopes de modo perfeitamente acidental⁽²⁾. Desse contacto sobressaiu a força serena de uma personalidade interveniente, a finura das observações críticas, a delicadeza do trato; e tornou-se-me clara, quase como um remorso, a minha falta de atenção à sua obra.

O Seminário «Modernidade literária de expressão portuguesa», integrante do plano curricular do «Mestrado de literaturas românicas modernas e contemporâneas», ofereceu-me a oportunidade de uma primeira aproximação da obra narrativa de Manuel Lopes e, a partir de então, incentivada também pelo Professor Dr. Salvato Tri-

go, pude continuar a debruçar-me sobre *Chuva Braba e Os Flagelados do Vento Leste*.

O estudo a que procedi partiu da selecção de um *corpus* que primitivamente abarcaria toda a produção novelística de Lopes, mas que teve de ficar restrito às obras acima mencionadas.

Por razões de tempo, sacrifiquei em extensão o âmbito do objecto da pesquisa, o que, todavia, não é, *ipso facto*, garantia de acréscimo da qualidade do produto.

Chuva Braba e Os Flagelados do Vento Leste, como representantes maiores da ficção daquele Autor, foram analisadas à luz de uma abordagem de tipo estrutural. Em linhas gerais, em cada uma das narrativas procurei inventariar os elementos estruturais, pôr em relevo o seu valor relativo (a sua funcionalidade) pelo relacionamento orgânico, esteticamente motivado (necessário) e significativo no todo coeso que é a obra; enfim, perspectivar sempre a investigação numa dimensão semântica.

Embora tivesse operado a partir de uma análise imanentista, não o fiz, deliberadamente, de forma estritamente ortodoxa: se cada obra é um todo, um cosmos, literariamente funcional, em Manuel Lopes o conjunto da sua produção novelística há-de revelar-se, como tenciono demonstrar, um grande sistema integrado e dinâmico, um macrocosmos. É hoje comumente aceite como uma aporia metodológica o imanentismo puro, tanto quanto o mero mecanicismo funcional da prática estruturalista; por sentir a incompletude do procedimento é que procurei entretecer esta prática com o meu olhar interpretativo, não exactamente hermenêutico⁽³⁾, não exactamente subjectivo; antes estabelecendo laços relacionais entre os componentes prévia e objectivamente isolados.

Foi por este caminho que procedi à análise e que cheguei à reflexão sobre a transposição literária das vertentes mais relevantes da dimensão vivencial da insularidade, na actualidade diegética da obra de Manuel Lopes. Tal era o meu objectivo fundamental.

Quanto a Manuel Lopes, creio que, à parte um estudo recente de António Cândido Franco, *Simbologia telúrico-marítima na obra de Manuel Lopes* (apresentado como dissertação de Mestrado e, ao que julgo, ainda não publicado)⁽⁴⁾, a produção deste «Claridoso» não tinha sido ainda, que eu saiba, senão objecto de alguns estudos críticos pontuais,

de entrevistas e de referências incluídas em estudos de tipo panorâmico sobre a «Ficção caboverdiana» (Óscar Lopes), «Três poetas “Claridosos”» (Russell Hamilton)⁽⁵⁾.

Como se pode depreender deste bosquejo, muito está ainda por fazer em torno da produção literária de Manuel Lopes. Avancei, assim, com poucos esteios e, por isso, a grande fonte das minhas considerações se centrou justamente na própria obra de Lopes.

A presente dissertação pretende contribuir, não com a síntese globalizante integradora de cada uma das obras do Autor — síntese que a obra requiere —, mas apenas com uma nova abordagem básica para a prossecução da investigação, em suas fases subsequentes e em seus muito diversificados aspectos. De resto, será também de amplo interesse, por exemplo, uma localização da obra de Lopes num contexto não exclusivamente caboverdiano, mas antes numa perspectiva temática e discursiva inserta nos postulados da literatura comparada. É que, radicada numa sociedade com um processo antro-po-cultural específico, a literatura caboverdiana destaca-se pelo seu percurso *sui generis*, num desenvolvimento que não entronca em linha directa na cultura africana, mas antes se organiza em traços autonómicos numa equidistância afro-euro-americana.

Pretendo observar como Manuel Lopes procede ao tratamento estético do factor insularidade na vivência e cosmovisão peculiares do Caboverdiano. Assim, o estudo abre com uma rápida contextualização temática a partir do conceito polissémico de insularidade. Segue-se-lhe a análise intrínseca de *Chuva Braba* e depois a de *Os Flagelados do Vento Leste*. O capítulo subsequente, decorrente destas análises, desdobra-se em vários subcapítulos: eles reflectem sobre as facetas que, nesse universo, considereei nucleares como vertentes da insularidade vivencial. É essencialmente este o passo do texto que repercute a fase da investigação que responde à questão inicial. Um capítulo de «Conclusões» completa o estudo.

Finalmente uma lista das obras consultadas fecha este exercício crítico.

02. MANUEL LOPES

BREVE NOTÍCIA BIO-BIBLIOGRÁFICA

Manuel Lopes nasceu em São Vicente, Cabo Verde, em Dezembro de 1907. Fez estudos secundários em Coimbra, onde, aliás, preferia frequentar a Biblioteca Municipal. A tragédia de Shakespeare, *Otelo*, em versão cinematográfica, tê-lo-á impressionado de forma indelével.

Aos dezasseis anos começa a trabalhar em São Vicente, na «Western Telegraph Company», empresa inglesa que explorava o cabo submarino. Aos vinte e três anos muda de emprego para uma empresa italiana congénere que, todavia, virá a encerrar, devido à segunda Grande Guerra.

Santo Antão, ilha onde possui uma pequena propriedade agrícola, é um aceno oportuno para Manuel Lopes, desempregado. O contacto directo com os problemas do povo caboverdiano, e em particular com os decorrentes da seca de 1942 que matou milhares de pessoas, foi, segundo Manuel Lopes, mais eloquente «que todas as “claridades” e todas as revoluções literárias das ilhas»⁽¹⁾.

Em 1944 volta ao serviço da primeira empresa de telecomunicações, mas deverá transferir-se para os Açores, ilha do Faial, onde se fixa por onze anos. Depois disso, vem viver para Portugal.

O distanciamento a que o compele a vinda para os Açores, distanciamento «intercalar e temporário» é, segundo Mesquitela Lima, o tempo fértil da consciencialização da problemática Terra-Homem, de que resultará a cristalização literária, de núcleo essencialmente novelístico, mas também poético e ensaístico.

Além de ter desenvolvido actividade jornalística em Cabo Verde e de se ter dedicado às artes plásticas, integrou o grupo de intelectuais fundador da revista *Claridade*, cujo primeiro número data de Março de 1936. Esta revista, que recentemente viu comemorado o cinquentenário, exer-

ceu uma acção estético-literária de relevo. Consagra a maturidade literária caboverdiana, a autonomia de uma identidade cultural.

Manuel Lopes, que não recusa para a sua obra o rótulo de neo-realista mas afasta implicações políticas que ele possa conter, confessa-se mais devedor à influência formal da «Presença», ao romance nordestino de Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos e à literatura anglo-americana de Caldwell, Steinbeck, Huxley: «Neo-realism developed in Cape Verde three or four years before it did in Portugal. In Portugal it was primarily a political, a social movement, opposed to the dictatorship of the time. In our case, we depicted the life of the people in a colloquial, direct style. I feel an affinity with the American writers John Steinbeck and Erskine Caldwell. I do not think realism and politics go well together. Political concern puts blinders on a writer. It can make him one dimensional»⁽²⁾.

A Manuel Lopes, como aos seus companheiros da *Claridade*, o que primordialmente interessa é o conhecimento da própria terra, os problemas graves que a atingem, a dignificação dos conterrâneos. A fidelidade ao princípio «fincar os pés na terra» é o horizonte único que norteia a construção da obra de Lopes e a esse horizonte se resume praticamente a sua bibliografia.

A actividade literária de Manuel Lopes, iniciada no *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiras* (1927) e nos jornais caboverdianos *Notícias de Cabo Verde* e *Ressurgimento*, dispersa-se desde *Paúl* (São Vicente, 1932) pelos campos da ficção em prosa, da poesia e do ensaio. Hão-de ser, entretanto, os dois primeiros aqueles a que mais se dedicará; e deses, vai sem dúvida ser a escrita narrativa o campo que lhe trará a consagração: projecção que, vinda das letras de Cabo Verde, atingirá novas áreas lusófonas e outras, com traduções em diversas línguas.

Chuva Braba (Lisboa, Edição do Instituto de Cultura e Fomento de Cabo Verde, 1956) ganha em Lisboa, nesse ano, o prémio «Fernão Mendes Pinto». Antes, já o Autor publicara, nos Açores, *Poemas de quem ficou* (1949) e o ensaio *Os meios pequenos e a cultura* (1951).

O galo que cantou na Baía (posteriormente, mais eufónico, *Galo cantou na Baía*) aparece em Lisboa em 1959 (Ed. Orion), mas três dos contos que integram esta recolha⁽³⁾ haviam já visto a luz da *Claridade* nos

seus números 2, 4 e 7, isto é, respectivamente em 1936, 1947 e 1949. Esta colectânea contém dois outros contos não datados, e um último, elaborado em 1958⁽⁴⁾. Com esta obra Manuel Lopes repete o êxito obtido com *Chuva Braba*, visto que recebe de novo o galardão «Fernão Mendes Pinto».

O ensaio «Reflexões sobre a literatura cabo-verdiana — ou A literatura dos meios pequenos», inserido nos *Colóquios Cabo-Verdianos*, Lisboa, 1959, antecede de um ano a publicação, também em Lisboa (desta feita, pela Ulisseia) de *Os Flagelados do Vento Leste*. É esta a obra maior de Lopes (prémio «Meio Milénio do Achamento das Ilhas de Cabo Verde»), pela contenção da sua escrita despojada e rigorosa, pelo domínio da articulação narrativa, pela coerência interna, qualidades que, a par de uma temática de excepção, singularizam o romance em qualquer latitude e decerto para lá da contemporaneidade.

Completam a bibliografia deste «Claridoso» da primeira hora *Crioulo e outros poemas* (Lisboa, Edição do Autor, 1964), a sua colaboração vasta e activa em cinco dos nove números da revista *Claridade*⁽⁵⁾ (poesia, narrativa, ensaio) e estudos vários sobre a literatura caboverdiana.

Manuel Lopes está representado em antologias diversas em português e em inglês.

De *Chuva Braba* e de *Os Flagelados do Vento Leste* existem traduções russas, ucranianas, e, desta última obra, duas edições brasileiras e uma edição francesa.

Anunciam-se para breve um volume de contos e outro de poesia.

Chuva Braba foi adaptada a transmissão radiofónica há já largos anos e difundida pela então Emissora Nacional.

De *Os Flagelados do Vento Leste* existe uma versão cinematográfica que não entrou no circuito comercial.

Como já referido na «Introdução» (p. 12), a obra de Manuel Lopes foi objecto de estudo recente em dissertação de mestrado de António Cândido Franco. Este trabalho, ainda não publicado, intitula-se *Simbologia telúrico-marítima na obra de Manuel Lopes (exercício sobre o imaginário caboverdiano)*.

INSULARIDADE / INSULARIDADES .03

O objectivo primordial desta monografia cifra-se na análise da «literatização», empreendida por Manuel Lopes, das vertentes mais representativas da insularidade como coordenadas da vivência e cosmovisão típicas do Caboverdiano. Considerámos, assim, pertinente iniciar este estudo com uma reflexão prévia sobre o conceito de insularidade. Deste modo, observámos que em torno da singela acepção geográfica se formaram sucessivamente círculos concêntricos: os da insularidade histórica, sócio-cultural, vivencial. Naturalmente só este último círculo, o da insularidade vivencial, vai interessar-nos na prossecução do nosso objectivo. Os outros, entretanto, terão sido funcional e logicamente necessários como introdução contextualizadora àquele.

Abordemos por isso, primeiramente, o círculo da insularidade geo-histórica.

1. DA INSULARIDADE GEO-HISTÓRICA

Inserido na vasta zona do Sahel, o Arquipélago de Cabo Verde é formado por dez ilhas, sendo as orientais planas e pouco habitadas, e as restantes muito montanhosas, todas de origem vulcânica e de notória exiguidade territorial (somam pouco mais de 4000 km²). A hidrografia é pouco expressiva, temporária quase sempre, dependente muitas vezes das chuvas que, por seu turno, dependem do adverso regime eólico. Caracteriza-o a dominância do fresco e seco vento nordeste (alisado ou aliseo) e, soprando mais ou menos raramente, o Harmatão (a ardente «lestada» sahariana), a que se contrapõe, aleatória e não necessariamente breve, a monção, quente e húmida, do sul — a FIT, «frente inter-tropical»

para os meteorologistas, que a consideram pluviogénica, e que ocorre entre Agosto e Outubro.

Tal condicionalismo geo-climático afecta em primeira instância a produção agrícola, o interior rural, e implícita subsistência da população. É que a estação húmida ou das águas (a mais quente) dura apenas de Agosto a fins de Outubro; é o tempo das chuvas irregulares e pouco abundantes que determina um curto ciclo vegetativo. Acresce entretanto a violência dessas chuvas («brabas») que, com frequência, ravinam os solos aráveis, lançando no mar densas manchas vermelhas de uma terra essencial.

Sobrevêm, por outro lado, períodos de tempo muito amplos em que não chove ou praticamente não chove, períodos que podem estender-se por anos, provocando situações de carências graves, a fome, as doenças, a morte, a miséria total. São as secas, o flagelo terrível e relativamente frequente que atinge mesmo o cerne físico e moral do homem.

A população de Cabo Verde é de cerca de 335 000 habitantes (em 1982), com uma densidade populacional média de cerca de 84 hab/km²; valor considerável se atendermos ao condicionalismo orográfico do Arquipélago e se o compararmos com a densidade populacional média portuguesa que é actualmente de cerca de 125 hab/km².

* * *

Foi há mais de meio milénio. Na devassa do oceano desconhecido, navegavam os Portugueses, tentando umas vezes costear a África, outras investindo para o mar alto: duras lições como as dos baixios do Bojador, a procura de correntes marítimas ou de ventos favoráveis, somaram experiências que, ao longo dos anos e das viagens, foram fazendo o conhecimento náutico e a fama merecida dos navegadores portugueses de Quatrocentos e de Quinhentos.

Nessa quase errância quanto a destinos (servida, todavia, por uma técnica em aperfeiçoamento constante e pela deliberação das estratégias adequadas às situações) aportariam os Portugueses, com frequência com Venezianos e Genoveses ao seu serviço, a certas ilhas vulcânicas inabitadas.

das que viriam a denominar como de Cabo Verde, por próximas do cabo homónimo (de arborização permanentemente verde).

Não foram encontradas de uma só vez todas as formações insulares componentes do Arquipélago; e desse achamento gradual (o primeiro ocorreu em 1460) informarão possivelmente, como era frequente na época, os próprios nomes de algumas ilhas, que homenageiam, de acordo com o hagiológico cristão, o santo do dia da chegada.

«Dilatava-se o Império» pela anexação geográfica daquelas parcelas à metrópole ibérica, mas já era mais difícil cumprir o objectivo da «dilatação da fé», pois, como se disse, as ilhas não tinham habitantes inicialmente. Foram, ao longo dos tempos, sendo povoadas por Portugueses que para lá iam transferindo quer compatriotas (e esses eram já cristãos), quer (sendo aqueles pouco numerosos) africanos de diversas etnias, oriundos sobretudo da vizinha costa da Guiné⁽¹⁾. Sobre esses é que iriam os descobridores e seus descendentes exercer a acção cristianizadora.

Não era Cabo Verde — havia de se ir sabendo posteriormente — terra rica de minérios ou terra para latifúndios (com excepção de Santiago)⁽²⁾, de onde os achadores ou colonizadores pudessem retirar dividendos fartos. Diz José Osório de Oliveira: «O cabo-verdiano — já o escrevi — é, sem dúvida, a grande, a única riqueza de Cabo Verde»⁽³⁾. Manuel Lopes afirma que em Cabo Verde não houve colonialismo, porque não havia riquezas a explorar⁽⁴⁾.

Assim, verificando-se que a África subequatorial (Angola e Moçambique), a Índia e o Brasil viriam a produzir proventos económicos e culturais muito mais inebriantes e avultados, Cabo Verde iria sendo como que esquecido, votado pela metrópole, no dizer de Manuel Lopes e também no de Russell Hamilton⁽⁵⁾ a um certo abandono que, se não permitia o apoio desejável em ordem à promoção sócio-cultural e económica dos seus habitantes, haveria de ter a contrapartida de um crescimento em boa parte autónomo. Nesse isolamento que, com alguma negligência, a História propiciou ao Arquipélago, viria ela, pois, a sublinhar os contornos da insularidade que a natureza geográfica tinha oferecido como dado inicial. Gerada uma sociedade miscegenada, uma sociedade crioula, foi através do desenvolvimento endógeno das organizações sociais locais (com raízes heterogéneas transplantadas para um meio diferente

e sofrendo um processo recíproco e convergente de aculturação) que se formou uma autoctonia peculiar, com «a flexibilidade psicológica característica da cultura mestiça»⁽⁶⁾, numa síntese primeira que não ignorou inteiramente as distinções raciais ou de classe.

Insularidade é, pois, em Cabo Verde, um conceito que, por assim dizer, se espessa numa estratificação sémica progressiva: sobre a denotativa aceção geográfica inicial ocorre uma insularidade (resultado de uma insularização) de cunho histórico que, por sua vez, propicia uma insularidade sócio-cultural e uma insularidade existencial (tomado este último qualificativo no sentido de vivencial).

2. DA INSULARIDADE SÓCIO-CULTURAL

Por lenta sedimentação se vem, por conseguinte, moldando a consciência da condição insular, única, do caboverdiano. A símplice geografia limitativa da circularidade da ilha (o mar, sedutor e carcereiro — cf. Jorge Barbosa e Manuel Lopes, por exemplo), o afastamento forçado das pátrias dos avós, o posterior ‘esquecimento’ dos dirigentes políticos e económicos portugueses, a necessidade de agir em difíceis circunstâncias enquadradoras, haviam de vir a concorrer para o emergir da consciência de uma individualização sócio-cultural. É, de resto, o processo de insularização ou isolamento de um modo que delineia uma especificidade, uma identidade; é, no caso em estudo, a consciência da identidade nacional, entendida como especificidade de uma adequação relacional entre os homens, e o estilo peculiar da adequação destes ao condicionalismo ambiente. Em Cabo Verde, a consciência da caboverdianidade coincide com a da sua específica insularidade.

«Aquele povo prisioneiro do mar, que soube inventar, para uso próprio, à custa de tenaz individualismo, a sua dança que é uma dança de carácter universal como por exemplo, o tango; e a sua música impregnada de um lirismo ora enternecedor ora a transbordar de ironia e gracioso motejo; o seu dialecto — tão amoldado à sua índole e cuja simplificação ganhou em força expressiva, em doçura e musicalidade⁽⁷⁾,

e a sua culinária adaptada à singeleza das suas exigências — o povo cabo-verdiano, repito, aprendeu a esvaziar até à última gota a taça da felicidade, e entrega-se todo a ela com a mesma desenvoltura do soldado que sabe escolher a hora propícia para um sono tranquilo, um sono apenas povoado de sonhos de esperança e generosidade, entre duas batalhas sangrentas.»

Tal afirmação de Manuel Lopes no Prefácio a *Os Flagelados do Vento Leste* (1960) confirma a consciência que já no início dos anos 30 aflorava, amadurecida, nos jovens intelectuais que se agregariam em torno do projecto *Claridade*. Estavam então já reunidas as condições para que, «fincando os pés na terra»⁽⁸⁾, essa intelectualidade começasse a conceber esteticamente uma cosmovisão à medida caboverdiana e não mais numa perspectiva de tipo europeizante, desfocadamente.

Com efeito, até então, a esfera cultural caboverdiana, desenvolvida à imagem e semelhança da da classe dirigente, de origem portuguesa, considerara durante séculos dever girar incluída na esfera geral da cultura de Lisboa, que pretendia ir conhecendo e acompanhando, sem que, todavia, da parte de Portugal houvesse qualquer efectiva política de planificação de uma difusão ou, muito menos, de um intercâmbio de culturas. A tipicidade da expressão crioula, na multiplicidade das suas realizações (dança, música, dialecto⁽⁹⁾, culinária — para apenas respigar o levantamento de Manuel Lopes) era oficialmente subaltemizada, manifestação de um regionalismo europeu, e manteve-se pela transmissão tradicional de uma prática. O mesmo silêncio se observava a propósito da peculiaridade dos profundos problemas que afectavam o Arquipélago. Também aqui a negligência do colonizador ou o desconhecimento (porque o desprezo indicia a consciência subjectiva de uma superioridade) era responsável por uma outra faceta do processo de insularização: a insularização espiritual.

Ora, a partir do segundo quartel do século XX, por um conjunto de circunstâncias de que nomearemos apenas algumas, certos jovens intelectuais caboverdianos decidem organizar-se em torno de um novo projecto cultural. Movidos pela preocupação ávida de constante informação acerca da actualidade filosófica e sócio-política da sua época, mobilizavam conhecimentos principalmente na área das literaturas, com relevo

para a francesa, a americana, mas sobretudo para a modernidade brasileira e seu romance nordestino; cientes estavam também da ruptura formal que, a partir de Coimbra, a «Presença» vinha instituindo. Ansiavam vencer a sua natural insularidade.

A despeito das grandes dificuldades (da comunicação entre ilhas, económicas e outras), propõem-se aqueles intelectuais «fincar os pés na terra», investigar as próprias origens e as manifestações da sua especificidade cultural⁽¹⁰⁾. Semelhança no gesto a um neo-romantismo talvez aprofundado, nos objectivos sócio-culturais. O novo projecto cultural chama-se *Claridade*. Em 1936, a *Claridade* consagrará a assunção da(s) insularidade(s) de Cabo Verde: a caboverdianidade dirá do estatuto de maturidade nacional de um povo, em termos culturais (que ainda não políticos, como é evidente); dirá também da relatividade objectiva de valores civilizacionais e do abuso, ainda quando bem intencionado ou inocente, de uma hierarquização.

A *Claridade*, pelo empenho, informação, capacidade e desenvoltura estética dos seus promotores e sequazes, pôde produzir uma obra que, constituindo uma cúpula de fermentos dispersos, seria também, interna e internacionalmente, um ponto de fuga de pujante e diversificada perspectivação do fenómeno ilhéu; tanto, que o seu cinquentenário, celebrado em 86 em Cabo Verde e em Portugal, atestaria da vitalidade, da correcção, da beleza da actuação dos «Claridosos», e da actualidade vigente dos seus propósitos e projectos. À frente do lançamento e manutenção de *Claridade* estiveram os escritores Jorge Barbosa, Baltasar Lopes e Manuel Lopes.

Todavia, após o aparecimento dos três primeiros números, a *Claridade* viu a sua publicação muito espaçada. Foi nesse espaço, entre Março de 1937 e Janeiro de 1947, que apareceu, em 1944, a revista *Certeza*. Da responsabilidade dos muito jovens Arnaldo França e Nuno Miranda, seguindo na esteira dos objectivos de *Claridade*, *Certeza* vai mais além, assume-se como publicação neo-realista, com preocupações sociais. E isso bastará para que o terceiro número tivesse sido proibido. Depois, os homens de *Certeza* virão a integrar a segunda fase de *Claridade*.

Posteriormente surgem ainda, de igual modo com vida efémera, o *Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes*, o *Suplemento Cultural do Notícias*

de Cabo Verde (1958), Sêló (1962). Todas estas publicações, provindas de meios restritos e de autores muito novos, indiciam o carácter culturalmente aguerrido e a dominância de preocupações de estudo e projecção da causa da *res insularis*.

Pelos anos 50-60, uma intelectualidade particularmente interventora acusa a negligência colonial de ser o grande obstáculo ao desenvolvimento de Cabo Verde. Continua a aguçar-se uma consciência política que tende a (pretende) considerar o Arquipélago como «um caso de regionalismo africano»⁽¹¹⁾ Gabriel Mariano subscreve a posição, vê-se apoiado por Onésimo Silveira (*Consciencialização na Literatura Cabo-Verdiana*, 1963) e mais tarde por Mário de Andrade: «Há muito que vimos defendendo que situar culturalmente o arquipélago no quadro duma problemática distinta do continente africano — um caso de *regionalismo europeu* ou *derradeira recorrência do mundo mediterrâneo* — resulta, aos nossos olhos, de uma interpretação errónea da formação sócio-histórica dos povos do conjunto Guiné-Cabo Verde»⁽¹²⁾.

Como vemos, a busca de inserção numa tradição cultural europeia ou africana, busca de identidade, vem-se prolongando até à contemporaneidade; afinal, numa confirmação tácita de uma insularidade sócio-cultural. Questão histórica que não obsta, no fim de contas, à da afirmação de uma individualidade sócio-política, à de uma identidade nacional.

3. DA INSULARIDADE VIVENCIAL

Perante o adverso condicionalismo geo-climático, ameaçadora espada de Dâmocles sobre o viver ilhéu, se forjou um espírito estóico, uma *ἀπάθεια*, distanciamento da dor, que é timbre do carácter caboverdiano: hábito de sofrer escondido (porque o desânimo é contagioso), de lutar tanto mais quanto maior é o sofrer, de empenhar enraizadamente todas as forças numa produtividade que se nega, hábito só abandonado no limite em que se lhe sobrepõe o instinto da sobrevivência que, esse, fará subverter todas as éticas. Afora isso, é a franqueza amorável do acolhimento e da relação, a consabida «morabeza».

A relativa pequenez da superfície arável e o regime de ventos e chuvas vão promover a hipervalorização da terra como bem inalienável pelo valor económico que representa e como componente essencial de uma identidade antropológica. Reflexo de uma tradicional actividade sedentário-agrária, o telurismo caboverdiano — assim esperamos demonstrá-lo — consubstancia-se numa intensa força anímica que visa ultrapassar, assumindo-a, a precaridade dos recursos insulares, dada a contingência quer das águas quer das secas e decorrente cortejo de desgraças. A terra é simultânea e paradoxalmente a mãe que sustenta, a mulher que se ama, a morte inexorável que extermina.

Entretanto, os valores telúricos são menos relevantes para o caboverdiano da beira-mar, para quem o estatuto de vida permanece, todavia, igualmente duro, pois que a organização social em que se enquadra, de tipo urbano ou piscatório, não é pródiga em trabalho (actividade comercial, de serviços e marítima) que remunere satisfatoriamente ou que cubra a totalidade das necessidades (nem mesmo quando eram os tempos da gesta dos baleeiros). Daí a maior mobilidade potencial destas populações.

Sendo o horizonte omnipresente o mar⁽¹³⁾, ele exerce do fascínio do apelo, o anelo da distância e do desconhecido, como fé na terra prometida ou eldorado, projecção dos sonhos que cumpririam as respostas a todas as carências ressentidas, «uma oportunidade de se compensar a vida estreita das ilhas»⁽¹⁴⁾.

A migração interna, do interior para o litoral e inter-ilhas, quando a seca assola o Arquipélago, é outra variedade de evasão. As populações atingidas acabam por ceder à prepotência inclemente dos elementos, formando procissões de «retirantes» como no Nordeste brasileiro (de fortes afinidades na má sorte), em busca de um mínimo que mitigue a sede e a fome.

Mas pode viajar-se sem sair do quarto — já o viram Xavier de Maisre (*Voyage autour de ma chambre*) e Garrett que no-lo disse na sua outra grande e polifónica divagação das *Viagens na minha terra* —, mesmo no comezinho âmbito da referencialidade. É assim que o álcool, como a demência ou a usura se arrolam entre os casos de evasão marginalizadora, numa sociedade esmagada pela incapacidade de,

individualmente, vencer a adversidade que sempre ameaça aniquilá-la. Contudo, não é, obviamente, necessário que a evasão se processe em domínios da negatividade.

Não partem, todavia, os que partem, sem grandes conflitos íntimos que provêm tanto do próprio arreigamento quanto da dúvida sobre a inserção e hipóteses de êxito que, em meio estranho, compensem a dor do desenraizamento; é que esta dor, crêem, é sempre a da destruição do melhor de si próprios. Como, por outro lado, não ficam, os que ficam, sem dúvidas menores quanto à opção tomada, de ficar; que a dúvida, a insatisfação, a inquietude, a instabilidade vivem subjacentes na inerência de condição lúcida do ilhéu.

No plano da produção literária da problemática da insularidade, trata-se da gestação do dilema, ou antes, da actualização da potencialidade do dilema conhecido como o «querer bipartido»⁽¹⁵⁾ habitualmente cristalizado na dupla fórmula de «ter de partir querendo ficar» e «ter de ficar querendo partir»: a antinomia dos apelos antagónicos em presença, ou o jogo das forças centrípeta e centrífuga.

Esta última faceta da insularidade vivencial resulta, pois, das facetas previamente consideradas, telurismo e evasão, em confronto.

Entretanto, em estreita conexão com o telurismo, uma particular religiosidade afirma-se como um valor estimulante de alavanca, dinâmico na medida em que se contrapõe ao abatimento da resignação. É preciso ter fé, confiar na chuva, estudar seus indícios e aproveitar o melhor aso para semear. A esperança e a necessidade imperiosa do «tambaque» cheio impulsionam os gestos e, antes, sempre, a vigilância da atmosfera («estudo» dos ventos, formação ou dissipação das nuvens, etc.). A religiosidade não pode, por definição, ser uma atitude isolada, individual: o 'contágio' reforça a crença de que a chuva redimirá o sofrimento atuado, a minguia crónica. O homem carece de uma liminar felicidade e luta por superar as deficiências mais prementes. A chuva assume uma dimensão messiânica.

Tentámos contribuir para uma prévia iluminação do conceito de insularidade que engloba em si, por sedimentação geo-civilizacional, várias camadas semiológicas, isto é, várias dimensões. Fizemo-lo no intuito

de contextualizar, tónica e muito sumariamente, a análise que se segue, dos momentos maiores da novelística de Manuel Lopes. Na decorrência da análise que levaremos a cabo, viremos a estudar a transposição literária das vertentes dominantes da dimensão vivencial da insularidade, acima brevemente enunciadas. Como atrás dissemos, a referência à insularidade geo-histórica e sócio-cultural deve entender-se a mero título introdutório.

ANÁLISE DE CHUVA BRABA .04

Chuva Braba é a primeira das grandes obras de ficção de Manuel Lopes. Com efeito, sem pretendermos embrenhar-nos em pesquisas relativas à diacronia da sua produção, dar-nos-emos conta, todavia, de que a publicação, na revista *Claridade*, de narrativas posteriormente reunidas (com outras) em *Galo cantou na baía* (Lisboa, Ed. Orion, 1959)⁽¹⁾ revela que, no processo criativo do Autor, essas narrativas terão constituído persistentes tentames, conseguidos aliás, de novos textos de mais largo fôlego. E claro é o caso de «O “Jamaica” zarpou» (*Claridade*, 4, Janeiro 1947, pp. 2-11), apresentado como excerto «Do romance *Terra Viva*»: ora *Terra Viva* é o título inicialmente dado a *Chuva Braba*.

As narrativas que integram *Galo cantou na baía* e *Chuva Braba* apresentam personagens, ambientes, situações, alguns dos quais estarão também presentes em *Os Flagelados do Vento Leste* (Lisboa, Editora Ulisseia, 1960) sob novos ângulos que se ajustam, e que ampliam e completam a identificação respectiva. *Chuva Braba* é, pois, uma das peças-chave de um macrocosmos estruturadamente ponderado e denso, de construção meticulosa e verosímil. *Chuva Braba* contribui para a criação de um universo ficcional uno, também no sentido de que a transitividade referida remete sempre, economicamente, para uma mesma referencialidade geográfica, a Ilha de Santo Antão.

1. DA ACÇÃO

Chuva Braba apresenta-se-nos como um texto de estrutura aparentemente bipartida, em que a cisão, em fragmentos de extensão desigual, assinala, em primeira análise, uma mudança do cenário da acção. A primeira parte é constituída por treze capítulos num total de noventa e sete páginas, e a segunda é formada por sete, que somam quarenta e seis páginas, numa relação global aproximada de 2/1.

A bipartição referida não colide, todavia, com o básico esquema narrativo — conflito — combate — eliminação (a que corresponde o que Lévi-Strauss designou como «estrutura matricial intemporal»)⁽²⁾ *Chuva Braba* centra-se sobre uma personagem que, confrontada com uma proposta de partir em busca de uma vida economicamente mais compensadora («conflito»), se vê dividida pelo dilema entre a aceitação e a renúncia («combate»), dilema que superará insofismavelmente nos capítulos finais, optando por ficar («eliminação»). É (será?) a reinstalação do equilíbrio inicial (desta vez num enquadramento mais promissor), que a proposta citada viera fender.

Mané Quim, o protagonista, encarna, assim, o cerne de uma problemática tipificadora do homem caboverdiano: apresenta-se-nos partilhado entre a perspectiva individual do êxito com que o padrinho, «brasileiro» de torna-viagem, o alicia a acompanhá-lo para Manaus, e a perspectiva sócio-telúrica de arreigamento à sua Ribeira das Patas, que o prende visceralmente; tímido, vive entretanto o processo do aparente adiamento de uma decisão, que é, antes, o do amadurecimento da fundamentação da sua vontade, o do eclodir de uma verbalização clarificadora, do ponto de vista intelectual e sentimental.

Detenhamo-nos sobre a organização estrutural de *Chuva Braba*.

Se a proposta de nhô Joquinha corresponde ao despoletar do «conflito», ponto de partida da história, a viragem inesperada do capítulo final vai levar a efeito a «eliminação». Os capítulos intercalares satisfazem, no esquema acima referido, o «combate», não necessariamente violento.

Por que razão é significativo que, na economia da narrativa, assuma a personagem de Joquinha o papel de autor da proposta?

De férias em Ribeira das Patas, um «brasileiro» de torna-viagem que pretende mostrar o seu reconhecimento para com a família do afilhado (cujo pai, já falecido, o encaminhara para a vida do mar), mas que decerto intenta também vencer a solidão, oferece-se para levar consigo Mané Quim para Manaus, onde lograria de uma vida mais compensadora. Mané Quim, que poderia sentir-se lisonjeado com a hipótese da viagem e de um futuro razoavelmente auspicioso (com certeza mais do que o que a sua terra lhe prometia), não manifesta qualquer entusiasmo, e prefere a dilação evasiva da resposta.

Não deixa de ter interesse observar, entretanto, que o proponente seja, como o protagonista, um filho da terra (que outrora terá possivelmente vivido problema idêntico, tendo, contudo, partido). Não será talvez completamente despidendo interrogarmo-nos sobre se o êxito financeiro de nhô Joquinha teria sido por ele sentido como a solução cabal dos seus problemas de outrora. Poderá interpretar-se esta proposta como transferência para outrem de um conflito não resolvido (irresolúvel?). Seria o sucesso a compensação do afastamento não integralmente assumido, um antigo, muito antigo, sentimento próximo do remorso? É de remorso, todavia antecipado, que Mané Quim se sente corroído quando perante o conflito.

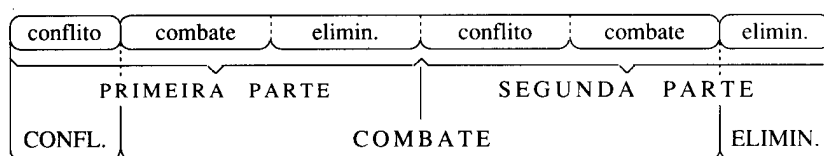
Vimo-nos referindo ao «conflito» global de *Chuva Braba*. Mas outro mencionaremos ainda: o que, talvez mais ténue na sua expressão mas mais incisivo na economia narrativa, ocorre no início da «Segunda parte». É a partir da instalação em Porto Novo, primeira etapa da (gorada) viagem para o Brasil que volta a acentuar-se o problema, a dúvida, que pareciam ultrapassados. Para tanto contribuirão com certeza as primeiras saudades que o afastamento de Ribeira das Patas e dos familiares de Mané Quim fazem nascer, a recusa que a hospedeira manifesta em albergá-lo, uma certa humilhação perante o paternalismo, ainda que discreto, de nhô Joquinha, um começo de inadaptação.

Os capítulos que em *Chuva Braba* se seguem ao primeiro e que, de forma genérica, abrangem quase toda a obra, com excepção do capítulo final, desenvolvem o «combate».

Mané Quim debate-se não tanto com outrem (nomeadamente nhô Joquinha), mas antes consigo mesmo. É um «combate» na essência ínti-

mo entre querer ficar e ter de partir, «combate» que se desenrola através de vicissitudes da intriga mais ou menos antagónicas, constituindo-se num longo jogo de *suspense*: ora o protagonista se aproxima de um polo, que faria seguramente inflectir a prossecução da acção, ora se achega ao outro, no decurso das sequências que integram a zona medial da «dialéctica eliminatória», no dizer de André Niel⁽³⁾. É uma perplexidade, por natureza insustentável, de economia estética ponderada, conseguida textual e discursivamente, uma vez que, sem catálises gratuitas, mantém, crescente, a tensão interessada do narratário pela sorte do herói.

Observaremos, adentro da «estrutura matricial» da narrativa, que qualquer das duas partes em que o Autor subdivide a obra se inscreve de novo na referida estrutura.



Assim é que:

1. O «conflito» encabeça simultaneamente a narrativa em termos globais e a sua «Primeira parte»;

2. A «eliminação» fecha quer genericamente a narrativa quer a sua «Segunda parte»; e convém aduzir que qualquer das referidas partes guarda uma relativa autonomia, sem prejuízo da ‘solidariedade’ e coesão que fazem da segunda a continuação necessária da outra, integrando ambas a entidade unitária que é o texto romanesco de *Chuva Braba*;

3. O «combate» é curiosamente (ou talvez não) um desenvolvimento compósito da acção geral, que incorpora o «combate» específico da «Primeira parte», a «eliminação» inerente a esta primeira estrutura menor, e de novo, no que respeita à «Segunda parte», a instauração de um segundo «conflito» e do «combate» resultante.

Na macro-estrutura de *Chuva Braba*, a «eliminação» poderá ser solução da perplexidade que minava o equilíbrio sócio-existencial do herói.

O oponente (imediate) é nhô Joquinha (que, paradoxalmente, na sua óptica pessoal, é um adjuvante do sujeito), mas é também sobretudo, como já afirmado, a indecisão dilacerante da realidade conhecida como o «querer bipartido».

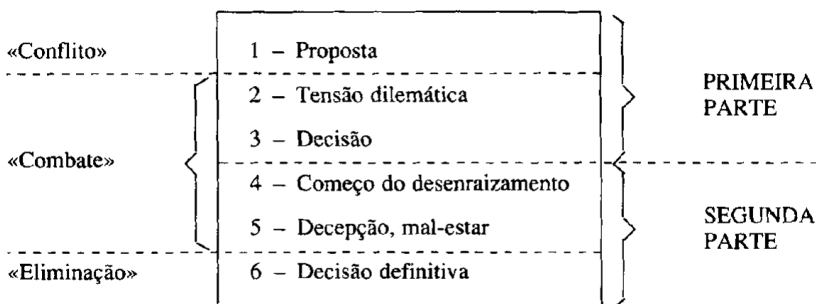
Entretanto assistíramos já, no final da «Primeira parte», a uma mini-«eliminação», resultante de um «combate» para o qual se conjugaram elementos oponentes mais numerosos do que os adjuvantes, sendo alguns fictícios, como adiante se verá.

O crescendo da tensão interior desenvolvido durante o «combate» atingirá então a ruptura na «eliminação», que terá carecido de uma outra, prévia (e precária), «eliminação», de sentido oposto, para que se revele indubitável a autenticidade do querer do protagonista.

É por isso que esta é uma dupla, reforçada e convincente «eliminação». Para trás ficaram as dúvidas, porque a «chuva braba», argumento tácito, acabará por assumir a voz íntima da vontade telúrica de ficar, a despeito de todas as carências, graças quase apenas ao capital da esperança.

2. GRANDES SEQUÊNCIAS E SUAS GRANDES FLUTUAÇÕES

Para procedermos à determinação das grandes sequências de *Chuva Braba*, não consideramos senão os núcleos que, embora intrinsecamente complexos, implicam apreciável nível de «risco da narrativa»⁽⁴⁾ e, logo, avanço da acção. Assim sendo, realçaremos as sequências seguintes:



A partir da proposta desestabilizadora inicial (o despoletar do «conflito») (sequência 1)⁽⁵⁾, sobrevém a vivência, melhor a consciência activa e intensa do «querer bipartido» (sequência 2), numa tensão dilemática do herói, em que o andamento da acção se processa a ritmo lento, Joquinha quase inteiramente afastado (excepto sobretudo no capítulo I.8), Mané Quim entregue a si mesmo e à sua inquietação: como dado adquirido, a identificação do protagonista com a terra, a natureza; como seu elemento perturbador, a possibilidade de ruptura de tal identidade, rasgão que equivaleria ao aniquilar da integridade do herói, «morte» ou melhor suicídio, visto que unicamente a si caberá a decisão. Lento, portanto, o decurso da acção, os vários capítulos componentes desta segunda sequência não constituem, entretanto, propriamente momentos de pausa («catálises»); e instituem-se (além de assumirem outras funções) em elementos parcelares do delineamento de uma personalidade, síntese a inferir das várias facetas do seu intenso enraizamento telúrico: enamoramento (capítulos I.2, I.5 e I.9), responsabilidade familiar e sentimento filial (capítulo I.3), paixão da terra (especialmente os capítulos I.2, I.4, I.5, I.6, I.7, I.11, I.12)⁽⁶⁾. Por outro lado, a busca de um conselho, por parte de Mané Quim, junto de amigos (capítulo I.7), no intuito de fundamentar a sua própria decisão, é diligência que se revela inconclusiva, já que, divergindo as opiniões, Mané Quim terá de vir a defrontar-se consigo mesmo. Esta própria disparidade de pareceres consubstancia-se num novo elemento oponente à hipótese de partir.

Quer o amor, quer a relação com a mãe (ou a família), os amigos, quer a ligação à terra se conluiam numa convergência teluricista que se identifica afinal com o traço eminentemente caracterizador do protagonista. A dúvida que se lhe instala, subsequente à proposta de nhô Joquinha, perturba, abala e reforçará, afinal, ao contrário do pretendido pelo padrinho de Mané Quim, os seus laços afectivos.

Por isso se aludia acima a núcleos complexos, por poder considerar-se que neles existem, numa perspectiva de micro-análise, outras entidades menores, determinantes de sequências menores.

A decisão (sequência 3) ocorre como certa surpresa, pois inverte o sentido da expectativa que a sequência anterior vinha construindo. É uma atitude que o protagonista toma impulsivamente, como se preten-

desse esquivar a sua consciência à análise racional do acto, atitude que decepciona o próprio, a mãe, Escolástica, de algum modo (quase paradoxalmente) o proponente e, com certeza, o narratário.

Esta decisão, constitui, contudo, o ponto de inflexão do percurso feito. Subsequente a ela, a curta estadia em Porto Novo, na «Segunda parte» da obra, poderia proporcionar ao protagonista um recomeço de vida (sequência 4), mas o contacto directo com organizações vivenciais completamente distintas das que lhe eram (tinham sido) próprias produz nele o mal-estar da inadaptação (sequência 5), que funcionará como condicionalismo favorável à sua nova resolução, definitivamente determinada pela «chuva braba», verdadeira peripécia aristotélica: mover-se-á a roda da Fortuna (sequência 6). Verificar-se-á, então, que a primeira opção (final da «Primeira parte», sequência 3) correspondera a uma falsa decisão, epidérmica porque exógena relativamente ao sujeito: é o próprio Joquinha quem (sequência 6), arrancando uma certa máscara, quase sucumbindo, proporcionará o momento da anagnórisis, confessando-se responsável pelos meios dolosos utilizados em Ribeira das Patas, com o objectivo de, desgostando Mané Quim, o forçar, precipitando a decisão. É também o momento do reencontro de Mané Quim consigo mesmo, do restabelecimento do equilíbrio fendido.

Este novo ponto de inflexão corresponde ao da «Primeira parte» e a trajectória, em termos de construção da narrativa, afigura-se-nos simétrica.

A sucessão de viragens que referimos constitui, segundo André Niel, a «alternância dramática»⁽⁷⁾, mola motivadora da curiosidade acerca do 'destino' do herói, mola da emoção dramática que o «combate» deve instalar.

Globalmente poderemos considerar enfim que à «Primeira parte», mais estática, fornecendo o painel de uma sociedade rural, conviria um rótulo como *Ficar* ou *Estar* (ainda que em fermentação estejam os germes da instabilidade), enquanto, por outro lado, a «Segunda parte», mais dinâmica, fornecendo embora ao herói os argumentos decisivos da sua opção definitiva (será definitiva?), caberia um rótulo como *Partir*. Expressas ficam, contudo, as reservas que distanciam as aparências das «realidades», sem o que melhor seria justamente inverter as hipóteses de

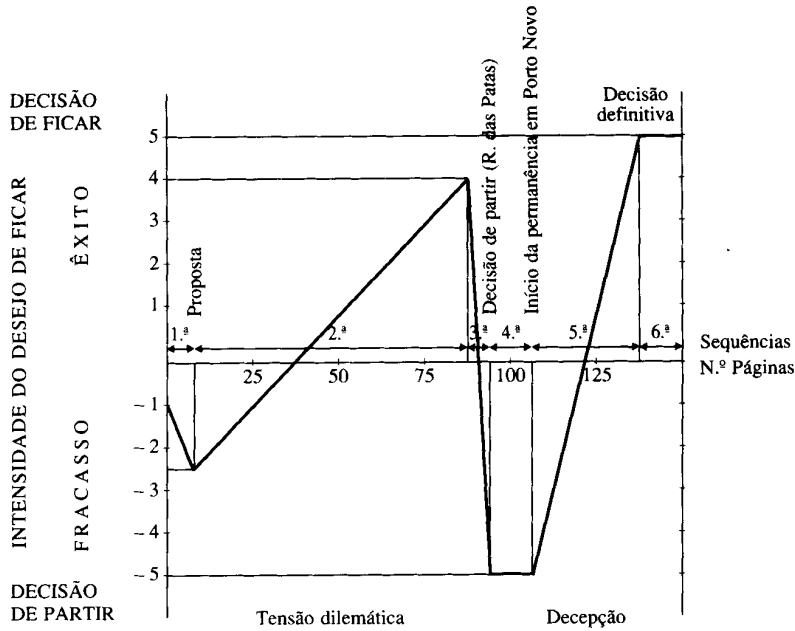
títulos apontadas. Será mesmo de sublinhar o carácter significativo da reversibilidade: na intersecção das forças contraditórias em conflito radica o «querer bipartido» (querer ficar e ter de partir, e vice-versa), que dilacera o herói e se repercute nos ambientes, como que solidários com ele.

Tentemos objectivar graficamente as grandes flutuações dramáticas das sequências atrás referenciadas. Para isso, uma vez que, seguindo ainda o modelo de André Niel, construiremos o diagrama com base na oposição êxito (decisão de ficar)-fracasso (decisão de partir), convirá acentuar a reversibilidade conceptual desta oposição. Assim, considerando o momento inicial da proposta («conflito»), observaremos que, se os acontecimentos ocorrentes a partir de então constituem, do ponto de vista do proponente, uma vitória (o êxito seria que Mané Quim decidisse partir), eles são implicitamente desfavoráveis ao protagonista (o êxito seria, para este, decidir ficar). Por outras palavras: o ‘êxito’ é a resposta afirmativa à proposta desencadeadora da acção (ponto de vista do proponente) ou é o alcançar do objectivo do protagonista?

Lembra-se o que parecerá lapaliciano, porque a determinação do carácter extensivo ou recessivo dos núcleos se nos afigura uma implicação do ponto de vista adoptado. Decidir partir (prossequindo as considerações anteriores) determina o carácter extensivo da sequência, uma redução ascendente, na óptica de Joquinha; mas, se a focagem coincidir com o ponto de vista de Mané Quim, diremos antes tratar-se de uma sequência recessiva, ou de uma redução descendente.

No diagrama a extensão relativa das sequências pretende figurar aproximadamente a duração da diegese a que, aliás, a duração discursiva vem corresponder. A escala do eixo das ordenadas (cinco pontos) é, evidentemente, arbitrária.

O diagrama poderá evidenciar que o «*prazer dramático* resulta de uma sequência de viragens combativas que prelidam o desenlace [...] e a catarse [...]»⁽⁸⁾, mas também resulta da inesperada celeridade das viragens «decisão» e «decisão definitiva», que sucedem a sequências dilatadas, semanticamente de sentido oposto. As sequências correspondentes (3 e 6) ocupam respectivamente dois e um capítulos ou oito e nove páginas, e situam-se ora após uma sequência que engloba dez capítulos (80 páginas), ora uma outra formada por cinco capítulos (28 páginas).



Legendando o diagrama: a nosso ver, colocando-nos do ponto de vista do protagonista, observaremos que o texto de *Chuva Braba* poderá comportar seis sequências, sendo três do tipo extensivo e outras tantas do tipo recessivo; são oito os capítulos referentes às sequências recessivas e doze os concernentes às extensivas (ver quadro da página seguinte).

Parece lícito inferirmos que, a despeito de não se poder aludir a uma alternância sinusoidal das sequências — extensivas/recessivas — (curva que poderia dizer-nos de um rigor geométrico da construção narrativa, como de um efeito de pré-ciência, de aliteração discursiva, ou de monotonia...), este modelo de construção pode também por isso explorar melhor o *suspense* rítmico e elucidar quanto ao nítido predomínio dos capítulos das sequências extensivas sobre os das recessivas (60% -40%) e respectivo número de páginas (68% - 32%).

Esta quantificação singela, que intenta evitar a subjectividade abusiva das conclusões, permite também apreciar fundamentadamente o carácter genérico do conteúdo do texto ficcional em análise. Não nos expo-

remos a afirmar que se trata de uma obra de tese, mas defendemos que, para o Autor, é aqui muito mais importante discorrer ficcionalmente sobre toda a envolvimento da problemática telúrica do que sobre a ambição individual ou a aventura da partida.

SEQUÊNCIAS RECESSIVAS	N.º DE CAPÍTULOS POR SEQUÊNCIA	N.º DE PÁGINAS POR SEQUÊNCIA
Sequência n.º 3	Cap. I.12 Cap. I.13	8
Sequência n.º 4	Cap. II.1	9
Sequência n.º 5	Cap. II.2 Cap. II.3 Cap. II.4 Cap. II.5 Cap. II.6	28
TOTAIS	8 capítulos	45 páginas

SEQUÊNCIAS EXTENSIVAS	N.º DE CAPÍTULOS POR SEQUÊNCIA	N.º DE PÁGINAS POR SEQUÊNCIA
Sequência n.º 1	Cap. I.1	8
Sequência n.º 2	Cap. I.2 Cap. I.3 Cap. I.4 Cap. I.5 Cap. I.6 Cap. III.7 Cap. III.8 Cap. III.9 Cap. III.10 Cap. III.11	80
Sequência n.º 6	Cap. III.7	9
TOTAIS	12 capítulos	97 páginas

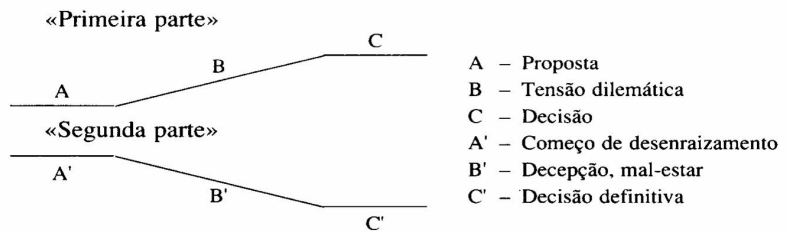
Decidir partir/ficar não é resolução fácil, porque implica toda uma questão existencial, tanto do indivíduo como da sociedade, que o Autor tem prazer em tratar ao longo de um número de páginas e de capítulos muito maior do que o respeitante ao das sequências recessivas, elementos estes simultaneamente contrapontísticos, complementares e enfáticos dos primeiros, na recriação ficcional do universo da insularidade caboverdiana.

Gostaríamos ainda de, em termos gerais, sublinhar a homologia estrutural entre a Primeira e a Segunda partes de *Chuva Braba*. Na verdade, em qualquer das partes é possível a leitura de um «tríptico narrativo» (tomando a expressão de David Mourão Ferreira, a propósito, aliás, das *Folhas Caídas*, de Almeida Garrett)⁽⁹⁾ em que, partindo de uma situação de aparência neutra⁽¹⁰⁾ — a proposta/a instalação em Porto Novo —, se estabelece um processo de agravamento conflitual no íntimo do protagonista, processo que culminará, mediante peripécia mais ou menos explícita, no clímax. Assistimos, assim, ao retomar, na «Segunda parte», de um esquema discursivo simétrico do da «Primeira»; mas agora com base num patamar que só o final desta permitira alcançar.

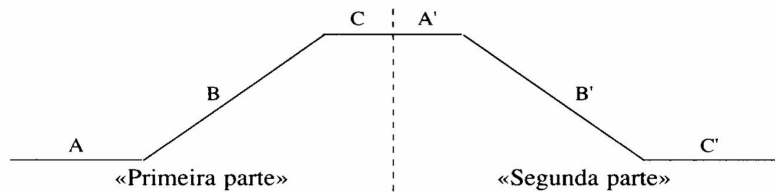
A utilização de tal recurso (homologia-simetria) viabilizará funcionalmente o confronto entre uma e outra das trajectórias, busca porfiada de coerência do herói consigo mesmo, que é também a da homologia entre a vontade ou o ser e a identidade sócio-telúrica.

HOMOLOGIA ESTRUTURAL DE *CHUVA BRABA*

1 – Considerando a autonomia de cada parte:



2 – Considerando a sequencialidade das partes:



Notemos que em qualquer das partes da acção está, respectivamente, cada vez mais próximo quer o momento da decisão quer o da partida; e, no entanto, o jogo estabelece-se na contradição entre o avanço aparente da intriga no sentido favorável aos objectivos de Joquinha (Mané Quim e a sua necessidade real de melhoria da situação económica), e o avanço autêntico que é a subterrânea maturação do protagonista através da experiência vivida e da sua reflexão sobre ela.

Por outro lado, ao contrário do que o processo discursivo parece fazer crer, o clímax real (o da «Segunda parte», porque consentâneo com o intrínseco apelo telúrico do protagonista), se contém a consumação da catástrofe pela mudança da fortuna (ponto de vista de Joquinha), contém também, imanente, a libertação do eu do protagonista, a afirmação consciente da sua identidade, que é a da identificação intrínseca com a *res insularis*. Ainda do ponto de vista de Joquinha, o que seria a coroação do seu esforço de persuasão acaba inesperadamente dissolvido na «bela bátega atlântica»⁽¹¹⁾. E enquanto a Joquinha virá a caber o desencanto e a definitiva solidão⁽¹²⁾, Mané Quim, de uma geração mais nova, desa-

brocha, na totalidade de uma escolha fundamentada e irrevogável. Um pouco como se com Joquinha terminasse simbolicamente o fluxo centrífugo da emigração; um pouco como se com Mané Quim se iniciasse simbolicamente uma nova era, retintamente teluricista, íntimo compromisso, entrega inteira.

Este é em *Chuva Braba* o caso central de ironia, numa desconstrução do espírito e da prática da tragédia clássica; e o *happy end* individual e social conferem-lhe o cunho da modernidade, na ruptura infligida aos cânones.

Em resumo: centrando a nossa análise nas relações entre o herói e o mundo, poderemos ir observando a construção de *Chuva Braba* do modo seguinte:

1. Apresentada a proposta actualizadora da partilha latente, Mané Quim deve decidir entre os dois gumes do dilema.

1.1. Se Mané Quim tivesse decidido de imediato, a obra não deveria ter tido existência, ou, a tê-la, seguiria percurso e finalidades outros.

1.2. Se o Autor tivesse mantido o seu herói num estado de indecisão até final, era porque nem a força telúrica (centrípeta) nem a evasão (centrífuga) eram suficientemente fortes para qualquer delas aniquilar a outra. Equivaliam-se. Confronte-se a opinião de nhô Lourencinho, dirigindo-se a Joquinha: «Sabes, nos momentos decisivos o homem vira dois. O que manda e o que obedece, o que aceita e o que nega, o que vai e o que fica. É preciso decidir: um lado ou o outro; cá ou lá. Mas para isso um dos dois será aniquilado» (CB, p. 144).

Seria talvez possível, nesta hipótese, uma obra aberta que abordaria a problemática do indeciso a caminhar para uma abulia.

1.3. Tal como existe, *Chuva Braba* é a vivência do «querer bipartido» que enforma todo o decurso narrativo e que culmina na 'vitória' aparentemente inesperada (só aparentemente, aliás) do telurismo.

Parece, assim, lícita a inferência, entre outras, de que a evasão (as evasões — a emigração, mas também a indiferença, o silêncio, o enlouquecimento, o álcool, a especulação) é não uma escolha, antes uma consequência forçosa, recurso limite do instinto de sobrevivência, corolário de violências, assumido à revelia de uma vontade sufocada, que pressões

silenciaram. Com efeito, se o telurismo não constituísse uma autêntica força imanente do sujeito, não haveria lugar para a indecisão. Latente, revela-se quando ameaçado ou abalado o equilíbrio sujeito-mundo.

Por vezes, ao longo da «Primeira parte», a decisão parece tomada no sentido do ficar, mas a timidez do herói não lhe permite, em presença do padrinho (personagem que, ela também, protagoniza a ambiguidade da contradição em simultâneo, uma vez que, pela própria condição de «padrinho» se assume como adjuvante e, na óptica tácita do afilhado, é antes oponente), não lhe permite, dizíamos, manter o vigor dos seus propósitos. Mané Quim vive a ambiguidade de uma situação que não procurou; por outro lado, a decisão de partir deriva, não de uma escolha sua, de uma ‘vocação’ de aventura, mas do desgosto que lhe provocam circunstâncias alheias a si próprio, que obviamente ignora serem artificiais. É o desânimo e a revolta para com o que o cerca que o demovem. Tal justificará a inconsistência da decisão.

E quando a acção parece ter chegado ao final, uma irónica viravolta — a da vinda da chuva — decidirá, enfim, pelo herói que não precisa de aduzir quaisquer argumentos a favor do seu autêntico propósito.

Afigura-se-nos que este jogo da expectativa (a que já atrás nos referimos), excelente espelho do «querer bipartido», centrado no protagonista, constitui a axialidade estrutural de *Chuva Braba*.

Obra em que o narrador partilha do ponto de vista do herói, em que o leitor é convidado a identificar-se com ele, ainda que Mané Quim não seja um herói positivo, mas problemático; como mais problema do que afirmação será, a nosso ver, *Chuva Braba*. É a questão referencialmente endémica, latente em cada caboverdiano, questão que um eventual estímulo poderá desencadear, actualizar. Será que o dilema do «querer bipartido» ficou definitivamente resolvido em Mané Quim? A chuva, catarse ou banho lustral?⁽¹³⁾. Na hipótese (plausível) de a seca voltar, não desejará/lamentará ter deixado escapar a oportunidade de partir? Só que, então, o sonho, que esta experiência (estadia em Porto Novo) já toldou, tornará Mané Quim mais prudente, ou céptico ou indiferente. Virá Mané Quim a tornar-se num Lourencinho, num Sansão ou num João Joana?

Sob uma aparência primeira de narrativa fechada, sê-lo-á, de facto, *Chuva Braba*?

3. SISTEMA DE PERSONAGENS

Afirma André Niel que «le ‘système des personnages’, dans un récit, s’organise dans le champ déterminé par les conflits»⁽¹⁴⁾. Daqui se deduz em primeira linha a funcionalidade estrutural das personagens no edifício narrativo. Em *Chuva Braba* confirma-se esta asserção lógica e observa-se que, mais do que a fidelidade de caracterização individual ou a interacção das personagens, releva o desempenho do papel previsto para cada uma, de acordo com a(s) problemática(s) ou, mais genericamente, a finalidade em causa. A atribuição da primazia referida em aspectos de modo algum incompatíveis em simultâneo parece-nos constituir uma certa fragilidade estético-económica do discurso de *Chuva Braba*, como decerto se deduzirá das considerações subsequentes.

As personagens organizam-se num universo (sistema), mas a intervenção que são chamadas a assumir em cada momento da narrativa condiz habitualmente com aquilo que delas o leitor poderia esperar; ou, por outras palavras, de cada personagem (com excepção para as duas principais, Mané Quim e Joquinha), é iluminada quase exclusivamente a faceta relevante porque funcional, em oposição e complementaridade com as outras do universo comum; e são mantidas na penumbra ou na obscuridade outras áreas que afirmariam da verosimilhança dos caracteres ambíguos, contraditórios, complexos enfim. Afora as excepções referidas, não assistimos praticamente ao descrever de trajectórias vivenciais numa diacronia que a análise do «sistema das personagens» também contemplaria.

Se a análise sistémica pressupõe a visão sincrónica do *corpus*, o que está em causa é, pois, a sincronia da visão, o que não implica, como é claro, que esse *corpus* ou os seus elementos constituintes sejam estáticos.

Das considerações acima expendidas vai-se decerto evidenciando o carácter predominantemente «plano» de grande número das personagens; mas interrogamo-nos sobre se o realce atribuído à descrição dos traços

distintivos e à funcionalidade narrativa que cumprem os «actores» (segundo A. Greimas) não irá potenciar a conclusão de que estamos perante uma galeria tipológica. Afigura-se-nos que existe um certo monolitismo de construção, mesmo em Mané Quim: ele é o tímido que o amor não transforma, como aconteceria num herói romântico, embora seja o indeciso a quem o conhecimento directo de uma vertente do dilema fundamentará uma resolução, ainda que provisória. Essa rigidez traduz-se numa espécie de estilização redutora que fixa a dimensão saliente, em certo sentido quase diríamos do âmbito do caricatural: uma dimensão com certeza essencialmente simbólica, em que outros componentes se revelam supérfluos por irrelevantes do ponto de vista da economia narrativa. E assim nos aparece iluminado quase exclusivamente o ângulo a focar.

Manuel Lopes, como os demais homens da *Claridade*, pretende essencialmente «fincar os pés na terra»⁽¹⁵⁾; e fá-lo através da perspectivação literária do cunho peculiar (sem laivos de «bizarro» ou «folclorista», em sentido depreciativo) de uma realidade sócio-económica e psicológica insular; não prioritariamente psicológica, não prioritariamente sócio-económica, mas sócio-económica e psicológica. São vectores solidários e convergentes da recriação, interdependentes, funcionais. Essa funcionalidade, cremos, é por vezes descamadora e cria mais um painel do que um grupo escultórico humano (a bi e não a multidimensionalidade).

Com ressalva sobretudo para as personagens principais, Mané Quim e Joquinha, as outras, por via de regra, aparecem no momento em que devem actuar, isto é, cumprir a sua função específica ou dominante, e esfumam-se, sem grande actividade de interacção, sem também que, por exemplo, uma subtil intervenção, marginal que fosse, em momentos anteriores preludiasse ou indiciasse uma posterior participação mais activa⁽¹⁶⁾.

Em *Chuva Braba* são em número limitado os conflitos em cujos campos, segundo Niel, se organizará o «sistema de personagens». É esse facto que decerto contribui para uma interacção moderada. A partir da oposição Mané Quim — Joquinha, actualização do latente «querer bipartido», o que essencialmente se observa é uma sucessão linear de personagens (Escolástica, nha Joja, João Joana, Sansão, nhô Lourencinho, zé Viola, Mariano, ...) que, em desfile perante o protagonista⁽¹⁷⁾, sobre ele exercem uma acção que se consubstancia as mais das vezes no reforço do

seu quase inato telurismo, embora noutras isso não ocorra com nitidez. Vão formando um friso, à medida que contracenam com Mané Quim, em relação de sucessividade.

Confrontado afinal consigo mesmo, Mané Quim viverá também a encruzilhada seguinte, de acordo com o quadro humano em que se insere:

- *o lado dos que ficaram*, com André, Lourencinho, Sansão, João Joana (e nha Joja e nha Totona, embora não se ponha a hipótese de as mulheres, por sua iniciativa, partirem; por isso delas se diria antes, não que «ficaram», mas que ‘estavam’).

Em traços gerais, destes, só André e Escolástica são figuras sadias, equilibradas em termos sobretudo psico-somáticos e económico-sociais, embora aqui com reservas para a personagem feminina. Nha Joja, traumatizada pela perda do marido e dos dois filhos mais velhos, estabelece um forte laço afectivo com os filhos que lhe restam, em particular com Mané Quim.

- *o lado dos que partiram*, com Joquinha (e, referidos apenas, o pai e os irmãos de Mané Quim).

Joquinha é o homem que, embora tendo lutado e ‘vencido’, atingindo um estatuto económico que o contenta, deixa entrever que não se sente inteiramente satisfeito consigo mesmo. Mina-o a nostalgia e a solidão.

- *um limbo*, em que particularmente se situam aqueles dos que, estando, anseiam por partir, não podendo concretizar essa aspiração. É a zona de Zê Viola, do chefe do posto de Porto Novo, de Mariano (admitindo como hipótese provisória e esquemática que o estádio dos outros grupos considerados é o do dilema resolvido).

Seria este último o campo dos mais afins de Mané Quim, e todavia é o dos que encaram a situação exactamente do pólo oposto ao seu.

Não são genericamente ‘os outros’ os adjuvantes directos da opção. Os argumentos que explícita ou implicitamente apresentam, revelam-se

insuficientes para superarem a intensidade do desejo de ficar, de Mané Quim. E será verdadeiramente à natureza, e em particular à chuva, que o protagonista ficará devendo a ajuda definitiva.

Joquinha, por sua parte, encontra como oponentes, além de Mané Quim, outros, como André (em certa medida), Zé Viola mais abertamente, Lourencinho e sobretudo Artur.

André, o amigo hospedeiro, será o patriarca que não precisou de sair da terra para conseguir uma situação económica desafogada, contribuindo para que não estagnasse a sua pequena povoação, e isso não é tranquilizador para Joquinha.

Zé Viola é um homem muito ligado à terra e a sua pretensa vontade de emigrar decerto não subsistiria quando seriamente considerada. (Cf. CB, pp. 16, 17 e 18).

Lourencinho adverte frontalmente Joquinha do ‘crime’ que vai cometer, proporcionando um desenraizamento não desejado. A cena onírica carregará as tintas da responsabilização. A incorruptibilidade, os anos e a semi-demência permitir-lhe-ão o estatuto do morigerador desassombrado.

Artur é o comerciante vesgo, de visão necessariamente distorcida e acanhada, que provoca a indignação de Joquinha pelos meios que, segundo confia, usa para enriquecer: de facto, o açambarcamento e a especulação de cereais, quando a população se ressentia de graves carências alimentares, dizem de uma ganância por demais alienante e deformadora.

Raras as situações de diálogo em grupo, como rara a comunicação das personagens secundárias entre si, já que na economia narrativa elas não dispõem praticamente de autonomia: é antes uma existência em ordem a, em função de uma caracterização indirecta dos modos de reacção quer sobretudo de Mané Quim, como enamorado, como filho, como cabo-verdiano, quer de Joquinha, como amigo, como caboverdiano de torna-viagem, como comerciante. Mesmo no que respeita a Artur ou a João Joana, o Autor serve-se do seguinte processo económico de construção da personagem: o objectivo de as multifacetar, de lhes atribuir alguma densidade psicológica é intentado não tanto pela via da interacção com outras personagens, mas principalmente por outra via, menos elaborada, através da disparidade dos juízos que visam a personagem

em causa. É assim que, segundo um amigo de Joquinha, que lhe apresentara Artur em São Vicente, o comerciante era «pessoa amável e muito prestável» (CB, p. 117), quando, para Joquinha, pelo conhecimento directo que trava, ele será o rosto da indignidade advinda de uma prática profissional fraudulenta, especulativa (cf. CB, pp. 118-119).

É assim que, numa subalternização da sua individualidade, se move Escolástica, no quadro estrito da rapariga a quem Mané Quim se liga afectivamente (já após a proposta do padrinho, afirmação implícita, do seu — de Mané Quim — compromisso com a terra). Dela se sabe que é destra, leve, sensual, ágil, de um «instinto caprino de andar na rocha» (CB, p. 40), que vive a liberdade nos «intermináveis caminhos da ilha» (CB, p. 41). Afigura-se-nos como a própria liberdade, força telúrica viva, fora da alçada autoritária e violenta da mãe (cuja actuação propicia, ao contrário do que deseja, a aproximação da filha ao protagonista). De algum modo, entretanto, a filha «saiu a nha Totona: gostava das pessoas com raiva» (CB, p. 42). É, enfim, uma figura cuja existência sobretudo permite a Mané Quim um reforço do seu desejo de ficar.

É assim que se move nha Joja, a mãe de Mané Quim, «uma amos- tra de gente, velha e magrinha, [...] que só falava do passado, dos seus mortos, de seus filhos ausentes» (CB, p. 28); «a resignação do costume, aquele jeito a que ela se habituara ultimamente de pôr na mão de Deus o destino das coisas» (CB, p. 30).

Figura que se apaga e cujo apagamento discreto, vem, por ironia, agudizar o confronto do protagonista consigo próprio: Mané Quim, que esperava que a mãe clarificasse o seu debate interior e, em última análise, resolvesse por ele, vê que ela o deixa decidir, afirmando com amargura que não pode «estorvar o destino de cada um» (CB, p. 31). Nha Joja é, além disso, um novo apelo telúrico a ponderar, porque, afectivamente, dos mais próximos do protagonista.

É assim ainda, que nhô Lourencinho, paradigma impoluto (também para Mané Quim) do amor à terra mãe, é também hoje a solidão, o silêncio: «Homem de poucas falas, parecia ter mais gosto em conversar com as plantas do seu quintal e com os seus bichos. Viúvo, vivia com uma irmã surda e entrevada...» (CB, p. 57). Ele «que outrora fora conversador brabo, habituara-se ao silêncio, e estava virando maníaco ultimamente»

(CB, p. 57). Nhô Lourencinho, energia telúrica em declínio, não cessa de advertir que «quem vai longe não volta mais. O corpo pode um dia voltar, mas a alma, essa, não volta mais» (CB, p. 57).

Mas enquanto nha Joja é a ‘resignação’, nhô Lourencinho é a ‘fé’. «E suor do rosto todos os dias, toda a hora, e calos nas mãos, que fazem a alma aguentar aqui. Pensas que a terra dá alguma coisa sem fé? Pensas? Sem fé a terra dá grama, e grama é maldição, ouviste?» (CB, p. 57).

Nhô Lourencinho é o tipo da personagem que, de certo modo, em algo contraria a nossa afirmação de há pouco, segundo a qual, a maioria das personagens brilha no momento que cabe a cada uma e, de seguida, se apaga. Com efeito, nhô Lourencinho não só dialoga amplamente com Mané Quim, como está presente em referências frequentes de várias outras personagens e, inclusive, aparecerá no plano onírico, em estranho e violento diálogo com Joquinha, já em Porto Novo. O pedido-ordem de que mate o afilhado visaria acabar nele, de uma vez por todas, radicalmente, com o dilema (que sobrevirá em recidivas iterativas, porque é um mal auto-imune).

Mariano, «catraeiro, pescador, contrabandista» (CB, p. 140), congrega em torno de sio mundo da marginalidade portuária, o mundo dos pequenos que se arriscam sem garantias, com contrapartida aleatória, enquanto na sombra, ao abrigo de perigos e coimas, os negociantes, sem nome e sem rosto oficial, continuam a traficar, seguros e indiferentes a perigos e fracassos dos que, por clara premência económica, aceitam sujeitar-se.

Mariano é a face nocturna da vida difícil dos clandestinos, um dos que, com fremeira e também quase sem hipóteses, alimenta o sonho de partir, tendo de ficar; sonho megalómano, compensação idealizada de um viver esmagado: «Pois digo e torno a dizer, um dia salto do bote e nado pró largo, pra proa dum vapor. Tenho a certeza que o vapor me salvará e me levará pra longe. Ou senão vou pra S. Vicente e fujo como os outros têm fugido; meto-me no paiol dum carvoeiro qualquer» (CB, p. 133).

Mariano é a imagem invertida da sorte e do desejo de Mané Quim, a outra margem do «querer bipartido». Mariano é, pois, para o protagonista, a possibilidade concreta de viver o que não quer ou uma achega a confirmar que, de facto, o seu lugar é em Ribeira das Patas, a sua opção é a de ficar.

O aniquilamento humano de Sansão pelas malhas de um endividamento crescente, embora possuísse ainda «bons nacos para fartar os olhos gulosos de João Joana» (CB, p. 53) resulta de uma evasão de íntima defesa: perante uma luta inglória, desistira, erguera um certo muro em torno de si, preservara a seu modo a sua ‘ilha’. Tornara-se descuidado, sujo, ébrio, indiferente à recuperação das suas antigas propriedades, da sua consideração e prestígio social. Referem-se-lhe os outros como «o velho depravado» (CB, p. 60) e para Joquinha «Sansão é um nojo, metido naquele casarão miserável, como uma alma penada» (CB, p. 87).

Embora considere «endiabrados» (CB, p. 66) os que embarcam (porque quebram a solidariedade telúrica, porque não são, como ele, capazes de aguentar ficar; se todos tivessem ficado e continuassem a ficar, talvez o tivessem ajudado a não desistir), Sansão é, de forma indirecta, um oponente a que Mané Quim decida ficar: a sua forma de viver, a ruína que ele próprio é, os conselhos alienantes que dá a Mané Quim de que não trabalhe as terras, porque elas não produzem e ele se endivida, não podem em suma constituir, de forma alguma, um convite a seguir-lhe o caminho.

Na economia de *Chuva Braba*, Sansão será talvez o limite da trajetória descendente que vemos Mané Quim tentar encetar: Sansão será assim não tanto uma personagem com uma densidade psicológica que lhe justifique a intervenção e a existência no universo ficcional de *Chuva Braba*, mas principalmente, como várias outras, uma das projecções potenciais do protagonista.

João Joana completa o quadro desta hipótese ominosa. A personagem deveria corresponder, na sua funcionalidade adentro do sistema, a uma figura antipática em sintonia com a sua negatividade moral. Com efeito, Manuel Lopes constrói-a garantindo-lhe uma fidelidade expressiva pela anotação cuidada de traços que lhe conferem verosimilhança. Assim, a falsidade espelhava-se quer no rosto quer nas palavras e atitudes de João Joana. Confronte-se o passo seguinte:

«Tinha a tristeza pintada no rosto quando voltou ao terreiro. Encargos e mais encargos era o que dava andar pr’ái esbanjando as economias, emprestando a torto e a direito...» (CB, p. 34).

A despeito disso, não deixa o narrador de referir que não eram unânimes as opiniões a respeito do usurário; e fá-lo aliás de forma curiosa, não se impedindo de insinuar, subtil, o seu ponto de vista. Veja-se, por exemplo, a passagem que transcrevemos de seguida:

«Para uns ele era a salvação, o enviado da Providência. Para outros de juízo assentado, era a perdição, a sombra ruim, o demónio disfarçado entre as criaturas.» (CB, p. 33).

Creemos ter sublinhado o carácter adjacente peculiar à criação de cada uma das mais salientes personagens secundárias de *Chuva Braba*. Vivem próximas as personagens-ilhas, convivem pouco. Supomos poder aduzir agora que, mais do que a constituição de um friso-painel de uma população insular (nas suas vertentes rural e portuária), mais do que a funcionalidade de uma caracterização indirecta da personagem central, a terceira dimensão que é inerente à existência de cada uma das personagens em causa⁽¹⁸⁾ reside na sua configuração como hipótese diversificada de *alter ego*, num proteico metamorfismo a que Mané Quim não poderá furtar-se na sua trajetória vivencial. Dito de outro modo: abalançamo-nos a inferir que Mané Quim é talvez a personagem única da obra — resolvido o ‘acidente’ actualizador da questão potencial, Mané Quim poderá vir a ser igual a si próprio (ou a André), poderá vir a transformar-se num Lourencinho, num Sansão, num João Joana, numa gradação moral descendente. André, Lourencinho, Sansão, João Joana (como, menos provavelmente, Artur e nhô Martins) são projecções possíveis no devir inevitável de Mané Quim. Ou: Mané Quim actualiza analepticamente a problemática dos hoje velhos, conformados e algo deformados pela perplexidade insolúvel de uma insularidade adversa e, ao mesmo tempo embora, amada.

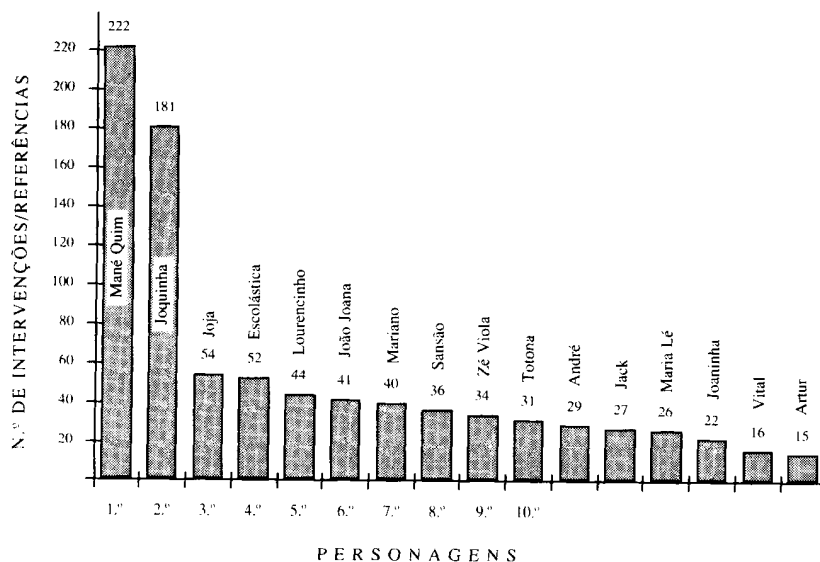
O conflito que divide o protagonista é passível de soluções diversas, se é que qualquer das vias que se lhe oferecem é, com efeito, solução para o quase congénito «querer bipartido»; isto é, tomada uma decisão, poderá ou não vir a reinstalar-se essa angústia existencial que rotula indelevelmente a insularidade caboverdiana?

Chuva Braba configura, assim, uma circularidade atemporal; será a discreta narrativa das aporias de uma específica insularidade.

No decurso da análise do sistema de personagens, ocorreu-nos proceder ao levantamento das intervenções e alusões referentes a razoável número de personagens. Afigurou-se-nos ser tal procedimento uma forma de objectivação, ainda que imperfeita, da análise.

QUADRO 4.3.1.

Importância relativa de personagens de Chuva Braba, avaliada através do número das intervenções/referências



O Quadro 4.3.1. informa-nos da frequência de intervenções/referências de grande número de personagens e, de imediato, põe em relevo as figuras de Mané Quim e de Joquinha, relativamente aos outros elementos do universo de *Chuva Braba*. Parece interessante atender à distância que separa Escolástica de Mané Quim: as presenças da principal figura feminina não ultrapassam os 23% das do protagonista. Escolástica integra-se no ‘grupo’ mais representativo do apego telúrico⁽¹⁹⁾. Só depois, entre João Joana e Sansão, emergem os representantes da «evasão»⁽²⁰⁾ e este facto pode tomar-se como indício significativo de alguma parcialidade do narrador⁽²¹⁾. Pelo que respeita às personagens restantes, o número

de intervenções/referências é tão diminuto que não é o Quadro 4.3.1. que nos permite ilações pregnantes quanto à especificidade da importância relativa ou à funcionalidade individual.

O Quadro 4.3.2. permite-nos analisar, além da frequência, a localização das presenças das personagens (intervenções/referências) ao longo da obra.

Uma leitura horizontal global revela uma frequência muito elevada de intervenções/referências na «Primeira parte». Isto significa não propriamente uma maior intensidade de acção, mas uma multifocalização do problema em causa; na «Segunda parte», a história centra-se nitidamente em Mané Quim, Joquinha e Mariano.

A permanência quase continua de Mané Quim e a muito frequente de Joquinha indiciam as personagens principais, suportes das vertentes distintas do dilema ficar-partir.

Frequentes são ainda as presenças de Joja, Escolástica, Lourencinho, o que poderá já sugerir que não será o amor a temática central, a julgar pelo número de intervenções/referências respeitantes a Escolástica, muito distante do de Mané Quim (como já vimos no Quadro 4.3.1.).

Entre menos frequentes e com uma presença pontual dispersa, situam-se as intervenções/referências inerentes a André, Jack, Totona, Joaquina, Vital e Zé Viola.

Verifica-se que, com excepção das personagens principais, as presenças vão rareando na «Segunda parte», e que se introduzem novas personagens (Maria Lé, Mariano, Artur), cuja intervenção não pode ser senão complementar: como sabemos, com a mudança de cenário, vai completar-se a focalização temática. (Sublinharíamos, a propósito, a funcionalidade arquitectónica da articulação das categorias personagem-espaco-acção).

A leitura vertical do Quadro 4.3.2. informa substancialmente das personagens em simultâneo, eventuais interacções ou simples alusões; e logo sobressai que elas serão muito mais frequentes nos capítulos 7.º, 2.º, 8.º, 1.º da «Primeira parte» da obra, e no 4.º da «Segunda parte».

QUADRO 4.3.2
 Chuva Braba: distribuição de intervenções/referências de várias personagens

ORDEM DE ENTRADA DAS PERSONAGENS (INTERVENÇÕES/REFERÊNCIAS)	ESTRUTURA DA OBRA CHUVA BRABA																				PARTES																			
	PRIMEIRA PARTE										SEGUNDA PARTE											CAPÍTULOS																		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	1	2	3	4	5	6	7																				
1.º																					1	2	3	4	5	6	7	PÁGINAS												
2.º																					10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	110	120	130	140	150	Zé Viola				
3.º																																								Joaquina
4.º																																								André
5.º																																								Mané Quim
6.º																																								Joja
7.º																																								Jack
8.º																																								Vital
9.º																																								Lourencinho
10.º																																								Sansão
11.º																																								Escolástica
12.º																																								Totona
13.º																																								João Joana
14.º																																								Joaquina
15.º																																								Maria Lé
16.º																																								Mariano
																																								Artur

4. DO ESPAÇO

4.1. Do espaço físico

Disse-se no começo da análise de *Chuva Braba* que a bipartição do texto assinala uma mudança do cenário da acção. Acrescente-se que é na Ilha de Santo Antão que se localiza a intriga; e, efectivamente, a «Primeira parte» decorre no ambiente rural interior de Ribeira das Patas, terra de altitude, ao passo que a «Segunda» se desenvolve na vila litoral de Porto Novo. Começemos, pois, por observar a organização dos espaços.

A «Primeira parte» de *Chuva Braba* enquadra o «herói» no seu ambiente natal, onde se move com à vontade, calcorreando caminhos e veredas, contactando os conterraneos com a naturalidade de quem está entre os seus, em persuasiva verosimilhança da construção da personagem.

Enquanto os interiores são, nesta «Primeira parte», praticamente irrelevantes⁽²²⁾ — afigura-se-nos — quer do ponto de vista estético quer documental, o que entretanto sobretudo parece de registar é a relação de Mané Quim com a natureza, estreita relação afectiva, dialogante, empática.

O protagonista desloca-se através de Ribeira das Patas, vivendo com a natureza em sintonia espontânea⁽²³⁾ e indissociável: desde o ar balsâmico de um róseo entardecer, depois da perturbadora proposta do padrinho, à estuante força erótica da viçosa paisagem matinal junto ao ribeiro, desde a idealizada valorização projectada do Ribeirãozinho ao concerto dos estragos nas suas plantações, Ribeira das Patas é o espaço da ruralidade adâmica.

Os contactos humanos que Mané Quim sucessivamente procura e os que ocorrem, desenvolvem-se as mais das vezes ao ar livre, quando muito à entrada, no pátio da casa ou no caramanchão (cap. I.7, p. 78), ou no quintal de nhô Lourencinho (cap. I.7, p. 73) ou de nhô Vital (cap. I.7, p. 67), na casa de André (cap. I.8, pp. 81-83).

Do cuidado particular em referenciar sítios frondosos e aprazíveis, ilhotas de verdura junto ao casario ou nas zonas privilegiadas por nascentes ou pelo ribeiro, numa fidelidade ao afecto do olhar do protagonista (e do narrador), mais decerto do que numa fidelidade ao carácter multimodo mas frequentemente escalvado das paisagens da secura,

antes se dina tratar-se de uma região predominantemente verde. Vejam-se, por exemplo, além dos já mencionados, os textos seguintes:

- p. 19 e sgs. – a saída da casa de André
- p. 29, l. 18 – terreiro da casa de nha Joja
- pp. 40-45 – cenário do banho de Escolástica, junto ao ri beiro
- pp. 51-53 – do ribeiro ao regadio do Ribeirãozinho
- pp. 68-69 – Ribeira das Patas: a aldeia em cascata
- p. 75 – o regadio do Ribeirãozinho
- p. 96 – o regadio do Ribeirãozinho
- p. 102 – casa de nha Joja, na evocação de Joquinha
- p. 111 – Porto Novo

Em contrapartida, são raras as alusões ao panorama escaldado das montanhas, à terra sequiosa que afinal virá a proporcionar todo o relevo concedido à «chuva braba». Entre outras dessas alusões, lembramos as seguintes:

- p. 46, l. 30 e sgs. – paisagem deserta, de vegetação rasteira
- p. 73, ll. 33-34 – breve referência à «paisagem castigada do sol».

O espaço natural não é aqui mero pano de fundo, horizonte da chamada cor local: parece assumir quase a dimensão de uma personagem. É pelo menos o grande plasma vivo, dinâmico, mas simultaneamente seguro e minimamente estável onde Mané Quim inscreve a sua actuação vivencial, elemento imprescindível de focagem, não de uma filosofia, mas da imanente maneira de ser telurista do sujeito do enunciado.

Espaços, enfim, de maior ou menor intensidade luminosa, desde a madrugada e o amanhecer ao zénite ou ao «desamparinho» da tarde, espaços sempre diurnos os da «Primeira parte».

A acção da «Segunda parte» vai decorrer, como já referido, em Porto Novo, local onde os viajantes tomarão a embarcação que os transportará a S. Vicente, a caminho do Brasil.

Porto Novo, em bela descrição que encima o primeiro capítulo desta «Segunda parte», é, porém, o espaço da hostilidade. Contraponto ao regaço materno que para Mané Quim é Ribeira das Patas, Porto Novo é o local onde se sente deslocado e inibido; onde, na pensão em que o padrinho se instala, lhe é negado o alojamento; onde, humilhantermente, por engano, se vê envolvido numa rixa, de que acaba por se livrar; onde, em casa do amigo Mariano, tem de contactar o submundo arriscado e iníquo do contrabando, além de, para pernoitar, ter de submeter-se a condições de grande desconforto e quase perigo de vida.

Dominam, em antagonismo com a «Primeira parte», os espaços nocturnos, em que a precaridade ou a ausência de iluminação interior e pública, a par de um céu sem estrelas, contribuem para agravar, em casa de Mariano, um clima de inquietação, desassossego íntimo em Mané Quim e circunstantes. Com efeito, enquanto um dos pequenos contrabandistas é preso e chicoteado, e a embarcação de Mariano se há-de perder na tempestade, cresce em Mané Quim uma estranha intranquilidade. A chegada da chuva libertará Mané Quim daquela longa noite de pesadelo.

Parece-nos ser também de sublinhar que aos grandes espaços abertos de plena natureza, aos longos caminhos de montanha, típicos da «Primeira parte», se opõem com frequência, na «Segunda», os ambientes fechados, acanhados, limitativos, tacanhos, as ruas estreitas e tortuosas, lugares sem transparência, de certa opressão económica e psicológica.

Por outro lado, o mar próximo, à vista, não é aqui, para Mané Quim, convite à evasão, mas presença temível, promessa de morte, agoiro (elemento que — ver-se-á — é um novo adjuvante da contra-resolução do protagonista). Porto Novo é o espaço da ante-câmara infernal e recorda um certo mar de Jorge Barbosa, o mar carcereiro, opressor, dos versos seguintes:

«— Ai a cinta do mar
que detém ímpetos
ao nosso arrebatamento
e insinua
horizontes para lá
do nosso isolamento!»⁽²⁴⁾

e ainda destes outros:

«O Mar!
cercando
prendendo as nossas Ilhas,
desgastando as rochas das nossas Ilhas!
Deixando o esmalte do seu salitre nas faces dos pescadores,
roncando nas areias das nossas praias,
batendo a sua voz de encontro aos montes,
baloijando os barquinhos de pau que vao por estas costas...»⁽²⁵⁾

Observaremos enfim que a impossibilidade de alojamento conjunto de padrinho e afilhado na exígua pensão de Maria Lé (no capítulo II.1) se revelará funcionalmente significativa — duplamente significativa, aliás: se se puder pôr de parte a hipótese de marginalização menos consciente de Mané Quim (ainda não vestido e calçado segundo a convencionalidade cidadina), por parte da hospedeira, interpretamos tal impedimento sobretudo como a abertura para inclusão referencial aos tópicos do contrabando, dureza de vida de um *underground* portuário, ânsia do querer partir e ter de ficar.

Local contrastante na sua fisionomia geo-humana, Porto Novo é o cenário piscatório de urbanização rudimentar que, sendo adverso ao protagonista, ironicamente o projectará para a sua *terra mater*, na catalisação que, aí, constituirá a «chuva braba». Porto Novo, o ponto mais alto da narrativa, o da concretização da esperança.

4.2. Do espaço social

Do ponto de vista social, *Chuva Braba* oferece-nos globalmente um quadro dinâmico de dois meios pequenos. Ribeira das Patas é o lado rural dessa realidade, Porto Novo, a vila litoral.

Quer num quer noutro dos locais, a população no seu conjunto é apresentada como um todo socialmente funcional. Em Ribeira das Patas, em particular, o narrador proporciona um relacionamento entre as outras personagens, caracterizável como o da grande família, em que

os elementos da comunidade se conhecem entre si, numa solidariedade cujas fronteiras não coincidem, portanto, com os limites da família *stricto sensu*. Mais visíveis, como seria de esperar, os valores inerentes ao telurismo concentram-se no símbolo que o Ribeirãozinho é em si e nos sacrifícios que Mané Quim intenta suportar para uma valorização da sua propriedade. Entre esses sacrifícios, o recurso a João Joana, o usurário, que é uma verdadeira instituição. Esta referência basta para que não imaginemos que se trata de uma população idealizada num ambiente convencional de paraíso redentor, mas antes de um grupo social recriado com preocupações de verosimilhança. Um outro aspecto negativo da comunidade campesina reside na existência da marginalidade constituída pelos «daninhos».

Cabe fazer uma alusão genérica às mulheres que, não assumindo uma incidência incisiva na acção de *Chuva Braba*, formam como que um todo, o grupo dos que sempre ficam-estão, sucessivamente espoliadas de marido e filhos (os que partem); são ora a vivência da resignação (Joja), ora a vivência de um dinamismo másculo (nh'Ana e as filhas) de substituição.

A «Primeira parte» de *Chuva Braba* não nos oferece atmosferas sociais que mereçam um relevo particularizado. É a amplidão do ambiente em que Mané Quim se sente bem.

Já o mesmo não acontece quanto à «Segunda parte», que nos permite a integração em Porto Novo. No litoral, a presença do mar e a estreiteza económica viabilizam os circuitos menos escrupulosos de certo comércio e os do contrabando; intensifica-se nos naturais desta zona o desejo de partir. Existe uma autoridade administrativo-policial (o chefe de posto), existe uma pensão, existem lojas.

Contrariamente ao que se passa em Ribeira das Patas, não é visível uma osmose no relacionamento interindividual: a vida cidadina, ainda que dum meio pequeno, atesta da compartimentação dos seus elementos humanos, atesta de uma dificuldade de soluções, de uma indiferença ou de uma inveja. Prevaecem os problemas e os interesses individuais sobre os do grupo social. As personagens são seres estanques. Em Ribeira das Patas, Mané Quim circula, procurando colher opiniões quanto à decisão a tomar; e os seus interlocutores preocupam-se com o problema do seu conterrâneo. Em Porto Novo, Artur sente que a estiagem corre a

seu favor e as carências dos conterrâneos não o afectam; Maria Lé não consegue, peremptória, alojamento para o afilhado de Joquinha e Mariano chega a sentir-se tentado a aniquilar o amigo, pois, assim, talvez pudesse ocupar o lugar dele junto de Joquinha. É que era sem saída e com mais risco do que proveito a actividade do pequeno núcleo de contrabando que Mariano polarizava. Mariano documenta, assim, também, a ânsia de evasão como hipótese de solução para a sua situação económica premente.

A noite de Mané Quim em Porto Novo (capítulos 3 e 4 da «Segunda parte») constitui ilustração notável de um ambiente de intranquilidade em que como afirmámos já em «Do espaço físico», a cor, isto é, a falta de luz/transparência exerce uma função especificamente consentânea quer com a actividade portuária marginal quer com o estado de espírito do protagonista de *Chuva Braba*.

Em suma, a curta estadia em Porto Novo fornece, via Mané Quim, o quadro complementar da precaridade económica insular. Interpretamos ainda o facto referido como a possibilidade, para Mané Quim, de conhecimento directo de um ambiente inseguro, nada promissor, elementos que, oponentes à sua disposição de abandonar Ribeira das Patas, virão a proporcionar a sedimentação do querer ficar (sendo-lhe oferecido partir), que se definirá sem ambiguidades com a vinda da chuva.

4.3. Do espaço psicológico

O espaço psicológico é uma instância discursiva que em *Chuva Braba* desempenha um papel de relevo quer pela «activação da memória»⁽²⁶⁾ que a analepse propicia, quer pelas incursões no domínio da subjectividade e raciocínio das personagens (devaneio, «sonho acordado», reflexões, etc.), quer ainda pela presença do onírico.

Por isso, o espaço psicológico apura os contornos definidores de personagens e de temática e torna particularmente denso o tempo do dilema, adiando a decisão.

Em *Chuva Braba*, como temos visto, a dúvida do protagonista quanto à resposta a dar ao padrinho provoca nele uma situação de dilema que

lhe mina o sossego do espírito e lhe provoca um estado de ansiedade. Assim, encontrámo-lo com frequência confuso, perplexo, dividido. Esse estado de espírito aparece documentado em numerosas passagens, nomeadamente no início do capítulo I.2, pp. 19 e 21, e no início do capítulo I.7, pp. 55-56.

Também por sua parte Escolástica conversa com os seus botões, devaneia sobre a liberdade de caminhar pelos montes, fora do alcance de uma mãe autoritária, enche-se de medo ao imaginar que alguém (Mané Quim) a observa depois do banho matinal no ribeiro. Vejam-se, a título de exemplo, os trechos das páginas 41 («Ah! gostava das longas jornadas [...]»), pp. 43-44 («Desamparada na sua nudez, [...]»). Este último passo ilustra o cuidado de verosimilhança na representação dos sentimentos contraditórios de desejo-recusa — «decepção e frustração» (p. 44) que caracterizam o psiquismo juvenil feminino.

Mas o espaço psicológico não se processa apenas no âmbito do monólogo, de que é ainda exemplo a reflexão de Joquinha depois de admoestado por nhô Lourencinho (pp. 98-99), ou a sua larga retrospectiva que, numa analepse externa, proporciona o percurso da personagem (pp. 82-85); com efeito, a rememoração que Joquinha, de visita a nha Joja, com ela faz do passado comum (pp. 101-105), constitui um novo caso de alargamento do campo diegético, através de uma nova analepse externa. Neste passo, aliás, atesta-se uma outra particular incursão no tempo passado, através do aspecto, agora ruinoso, da casa de nha Joja e ambiente circundante (p. 102).

O espaço da diegese estende-se ainda pelas zonas virtuais do domínio onírico, em que associações de imagens e de ideias se conjugam de forma não inteiramente lógica. Do repositório do subconsciente emerge no sonho a interpretação literal da asserção tomada como símbolo, que nhô Lourencinho repete no seu jeito de gritar o apego à terra:

«Sabes, nos momentos decisivos o homem vira dois. O que manda e o que desobedece, o que aceita e o que nega, o que vai e o que fica. É preciso decidir: um lado ou outro; cá ou lá. Mas para isso um dos dois será aniquilado.» (p. 144).

Será de interesse, a este propósito, observar que o mesmo sonho se instala, em contiguidade, no sono de Mané Quim que sofre «golpes furiosos na cabeça» que um homem lhe desferia «com a sua faca fria e fina» (p. 146).

Através do sonho, Joquinha visualiza mais nítida a própria responsabilidade e Mané Quim pressente que o perigo o vitima: cada um rejeita o conteúdo do sonho-pesadelo que o atormenta, cada um ‘recebe’ um aviso premonitório de que a partida não vai ter êxito.

A polivalência dos recursos discursivos analisados revela a funcionalidade do «espaço psicológico», numa complementaridade, esteticamente conseguida, da informação da linha diegética axial, que modeliza.

5. DO TEMPO

Chuva Braba é uma história não datada em que, todavia, alguns informantes temporais, algumas referências ao estágio sócio-económico nos dão indirectamente conta de que a diegese se instala numa época próxima da da produção do presente texto, isto é, provavelmente entre os anos 40-50. (A 1.^a edição de *Chuva Braba* data — lembra-se — de 1956 e calcula-se que a obra estaria já em elaboração por volta de 1947)⁽²⁷⁾.

Como exemplo, mencionaremos:

- a alusão aos navios «carvoeiros» que faziam escala em S. Vicente (cf. CB, p. 133);
- a influência inglesa dos homens do mar, na linguagem de Mariano: «Um bom *captain* deve gostar de mim...» (CB, p. 133), ou na de Joquinha: «Um *wonderkind*» (CB, p. 84);
- a carência em Santo Antão de infra-estruturas como a iluminação eléctrica: «A vela de purgueira, em equilíbrio num graveto espetado no interstício da parede, junto da janelinha das arrecadações, espalhava uma claridade suja e espessa.» (CB, p. 38). Em Porto Novo, no quarto de Mariano: «Mariano assoprou a vela e deitou-se.» (CB, p. 131); na pensão de Maria Lé, Joquinha: «Assoprou a vela e ficou de olhos abertos no escuro.» (CB, p. 141); e, ainda em Porto Novo, no exterior: «Três homens penetraram na ruela a correr. O primeiro levava um foco.» (CB, p. 125).

Não encontramos, porém, datas especificadas ou menções histórico-culturais que situem a acção de *Chuva Braba* num quadro de sincronias extradiegéticas.

Sabemos entretanto que a história decorre em Setembro e cremos que nada mais, quanto ao tempo: «Me lembro bem; antigamente chovia em Junho ou Julho. Já estamos em Setembro e não vejo chuva cair. É medonho...» (CB, p. 118).

O decurso temporal da história de *Chuva Braba* circunscreve-se a um prazo que supomos não ultrapassar os sete dias. Entre a «proposta» e o advento da *Chuva*, medeia o tempo do dilema, da decisão precária, da contra-resolução.

Quase surpreende entretanto a frieza deste breve, lacónico prazo, pois o discurso que suporta a história não assume as características do ritmo tenso ou nervoso da vertigem, do *suspense*, do telegrafismo. A leitura de *Chuva Braba* introduz-nos antes num clima cálido, atmosférica e humanamente cálido, em que o amadurecimento das vivências e as reflexões das personagens se traduzem num discurso denso que contribui para a aparente dilatação temporal da acção. Mas é a perspectiva do desenraizamento que atormenta o protagonista o principal elemento de adensamento do clima, o que torna a segunda sequência a mais extensa, a mais complexa e a mais lenta. Da atenção demorada que o Autor reserva ao problema, ampliando a sua dimensão relativa, é que precisamente resulta esse efeito. Esta técnica discursiva reflecte de facto com êxito um ritmo existencial vagaroso e, ao mesmo tempo, a fibra estoicista da ἀπάθεια caboverdiana.

O tempo da diegese, limitado, é compensado pelo malabarismo discursivo, modesto embora, que faculta o conhecimento analéptico de translações como a de Joquinha (cap. I.8), de Sansão (cap. I.7) ou de Lourencinho (cap. I.7)⁽²⁸⁾.

É esta deformação discursiva do tempo, a penetrar em profundidade no passado que essencialmente permite a polidimensionação fisionómica das personagens: o tempo, instância modeladora. Pensamos, com efeito, que o tempo discursivo funciona em *Chuva Braba* mais ao serviço da caracterização das personagens do que ao serviço do avanço da acção. Assim, o tempo do discurso é, do ponto de vista da sequencialidade

narrativa, praticamente sobreponível ao tempo do real, à linha diegética da prossecução narrativa. *Chuva Braba* inicia-se com a proposta do padrinho de Mané Quim que nele vem actualizar a latência do dilema entre partir e ficar. A necessidade de precipitar uma resposta favorável do afilhado leva o padrinho a servir-se de expedientes eficazes a curto prazo (mas só a curto prazo); e será a decepção, e será a experiência de um desenraizamento precário, e será sobretudo a sobrevivência da chuva que levam Mané Quim a desligar-se do padrinho, definitivamente isolado. O discurso segue simplesmente a rota (curta) da história.

A par desta homologia (sequencialidade diegética/sequencialidade discursiva), notaríamos uma outra: a duração discursiva das várias sequências⁽²⁹⁾ acompanha (embora, em rigor, não isocronicamente) a sua duração cronológica. Assim, rápido é o tempo da «proposta», como o da «decisão» ou o da «decisão definitiva». São segmentos notáveis da narrativa, mas segmentos pontuais; ocorrem num lapso de tempo restrito e merecem um tratamento discursivo equivalente. Esse tratamento acentuará charneiras ou culminâncias diegéticas, golpes no tecido da narrativa, que não admitem delongas descritivas, dissolventes. Assim também, por outro lado, lento é o tempo da «tensão dilemática», ou o da «decepção». E enquanto, na cronologia da história, a «decepção» ganha forma ao longo de cerca de vinte e quatro horas (entre a saída de Ribeira das Patas e a recusa de partir, em Porto Novo), prazo que contrasta já substancialmente com o das primeiras sequências aqui analisadas, a sequência intitulada «tensão dilemática» corresponde a uma duração aproximada de três e quatro dias (três na nossa contagem, quatro na do narrador). Verifica-se, por conseguinte, um paralelismo entre a cronologia diegética e a discursiva (genericamente e neste particular), como também uma ênfase discursiva à mais longa sequência da história, através de processos que referiremos de seguida. O tempo psicológico é, assim, um tempo cheio, sobrecarregado, de uma densidade que se repercute num ritmo lento.

Reflectindo ainda sobre os procedimentos discursivos relativos ao tempo de *Chuva Braba*, pensamos que as ‘histórias’ das personagens, quase todas de idades muito afastadas da do protagonista (que tem vinte e três anos — cf. CB, p. 20), com excepção de Escolástica e Zé Viola,

contribuem para a ampliação do âmbito temporal de *Chuva Braba*. Este processo, que faz vir à actualidade do discurso itinerários e andanças vários, põe o protagonista perante realizações diversas, subseqüentes à ‘solução’ do conflito que ele próprio vive no momento da acção. Outros (todos?) viveram o dilema, uma vez mais actualizado em Mané Quim; em cada um sua decisão deixou marcas diferentes, e raros (André?) se sentirão felizes com as consequências variadas da resolução tomada. Este procedimento — convívio com os mais velhos, antecipação especular do próprio devir — dispensa mais informantes temporais, porque o núcleo problemático em causa ignora (tem ignorado) referencialmente fronteiras de tempo: é uma questão de sempre e, nesse sentido, como já deixamos dito⁽³⁰⁾, *Chuva Braba* é um texto circular atemporal.

Segue-se um quadro sinóptico de localização espaço-temporal dos principais acontecimentos diegéticos de *Chuva Braba*.

LOCALIZAÇÃO ESPÁCIO-TEMPORAL DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS NA DIEGESE DE CHUVA BRABA (PRIMEIRA PARTE)

Acontecimentos	Espaços	Tempo	Dias	Sequências	Localiz. na obra
Proposta de Joquinha a Mané Quim	Pátio da casa de André (Ribeira das Patas)	«O sol já tinha cambado a Bordeira, e as sombras da montanha, que desceram sorratamente a ladeira de terrenos de sequeiro e pilares de regadio, esparramavam-se pelas chãs nos fundos do vale [...]» (p. 12)	1.º	1.ª	Cap. 1.1, pp. 11-19
Enamoramento Mané Quim-Escolástica	Em plena natureza	«Já as sombras da tarde galgavam as vertentes opostas, [...]» (p. 19) «Com a ausência do sol o calor subia da terra como do rescaldo dum incêndio.» (p. 20) «As montanhas postavam-se à volta nuas, cinzentas, estáticas, à espera da noite.» (p. 20) «[...] clara mudez do desamparinho.» (p. 20) «[...] sob a pesada mansidão da tarde que morria.» (p. 21)		2.ª	Cap. 2, pp. 19-27

Acontecimentos	Espaços	Tempo	Dias	Sequências	Localiz. na obra
Nha Joja perante a proposta	Casarão de nha Joja	«[...] este [Jack] subira a Bordeira essa madrugada a auxiliar o lavrador [...]» (p. 28) «[...] ao cair da tarde.» (p. 29) «Era a hora cinzenta do desamparinho.» (p. 31) «Porque não jantas primeiro?» (p. 31) «Passou a boca da noite vasculhando pelos cantos, à cata dos fósforos perdidos.» (p. 32) «[...] quando, findos os trabalhos do dia, André entrou em casa limpando o rosto na manga da camisa.» (p. 32)			Cap. 3, pp. 28-32
Apresentação de João Joana	Propriedade das Rochas	«Apareceu essa mesma tarde na Ribeira das Patas.» (p. 33) «Era a hora do recolher dos trabalhadores e pastorzinhos com vacas, carneiros ou cabras, e do regresso das raparigas tagarelas do Porto.» (p. 33) «Nessa mesma tarde, [...] ao desamparinho da boca-da-noite [...]» (p. 37)			Cap. 4, pp. 33-37
Preparativos para a ida a Porto Novo [«quatro léguas bem puxadas» (p. 46, l. 21)]	Em casa de nha Totona (interior)	«Era noite ainda, mas as estrelas empalideciam para as bandas do nascente, sobre o Canal.» (p. 37) «Se a mãe não a empurrasse esta madrugada, [...]» (p. 38) «Queres açoite esta pla-manhã, [...]» (p. 39)	2.º		Cap. 5, pp. 37-53
Divagações de Escolástica sobre a liberdade fora da alçada materna	Em plena natureza, a caminho do ribeiro	«[...] a obscuridade era densa, o frio revérbero das estrelas não chegava lá, e a aragem fluuava tão de leve que não acordava o sono nocturno das árvores.» (p. 40) «Sentia-se fatigada esta pela-manhã.» [p. 41] «A madrugada clareava a olhos vistos, [...]» (p. 42) «O silêncio e a obscuridade dormiam ainda ali.» (p. 42) «Aos poucos a madrugada desvanecia-se no céu.» (p. 43)			

Acontecimentos	Espaços	Tempo	Dias	Sequências	Localiz. na obra
O banho	No ribeiro	«[...] com os olhos fixos nas bananeiras, para lá das quais as sombras adensavam-se.» (p. 43) «[...] o grunhido desesperado prolongou-se nas trevas [...]» (p. 43) «No céu a tinta suja da madrugada diluía-se, e as estrelas desvaneciam-se uma a uma.» (pp. 44-45)			
Joaninha procura Escolástica para partirem para Porto Novo	Em casa de nha Totona	[ENTRETANTO] «Como fazia escuro ainda, [...]» (p. 48) «E está uma pla-manhãzinha tão sabe, lá mesmo uma pla-manhã de fresquidão.» (p. 50)			
Relação amorosa Mané Quim-Escolástica	Junto ao bananal de Lourencinho	«A manhã pareceu parar a meia encosta, [...]» (p. 51)			
Escolástica ao encontro da companheira	Em plena natureza	«No céu, muito alto, fiapas de nuvens cor-de-rosa deslizavam para o sul.» (p. 52)			
Mané Quim perante –primeiro, a sua iniciação amorosa;	Em plena natureza	«Um bando de pardais madrugadores passou num prematuro voo, deixando atrás um ruído de chicote ferindo o ar.» (p. 52) «[...] desde que deixou o catre essa madrugada.» (p. 52)			
–depois, as plantas sequiosas	No Ribeirão-zinho	«Quando chegou ao regadio do Ribeirãozinho já a manhã rompera, e a vertente superior do Curral das Vacas recebia o sol de chapa.» (p. 53)			
Negociações para a hipoteca do Ribeirãozinho	[Analepticamente, p. 53, no Tapume Grande, propriedade de Sansão a hipotecar a João Joana]	«Quando o rapaz o procurou no dia seguinte ^(*) , não teve dificuldade em assentar o negócio: [...]» (p. 54)	3.º		Cap. 6, pp. 53-55

(*) Não é líquido que seja no segundo dia, embora seja o mais provável, se a informação vier do sujeito do enunciado; se vier do sujeito da enunciação, então pode tratar-se de um terceiro dia, se o anterior (ao «seguinte») for o do banho, etc.

Acontecimentos	Espaços	Tempo	Dias	Sequências	Localiz. na obra
	Possivelmente na propriedade das Rochas, onde sabe-mos (cap. 4) que João Joana se instalara				
O dilema e a «desorientação» de Mané Quim («Na barafunda da sua cabeça, [...] onde pensamentos desconexos referiam, [...] (p. 56)»)		«Desorientado, o filho de nha Joja deu-se em vadiar à toa [...]. Perdeu o tino do trabalho, tornou-se macambúzio e vadio. Deixava a casa de manhã, e só voltava para as refeições e à hora de dormir. [...]» (p. 56) ^(*) «Essa manhã, depois de deixar o João Joana, [...]» (p. 56)			Cap. 7, pp. 55-81
		(*) É à enumeração de acções e à frequência do imperfeito do indicativo que principalmente se fica a dever o efeito durativo procurado, isto é, a dilatação do tempo, aparente, que corresponde à tensão mental dilacerante do dilema. O informante «Essa manhã» parece não muito bem colocado, depois da referida dilatação do tempo no parágrafo anterior.			
A pedido da mãe, Mané Quim reclama junto de Sansão por estragos de que é responsável	«[...] <i>passou</i> junto da casa de Escolástica, [...]» (p. 56) « <i>Mais adiante</i> encontrou nhô Lourencinho <i>encostado à cancela</i> » (pp. 56-57) Casa de Sansão	«Depois da cena de há dois [como “dois”?] dias no ribeiro, [...]» (p. 56)			
Mané Quim regressa	Casa de nhô Vital [contraste com a de Sansão, p. 67]	Analepse: «[...] nhô Vital dissera-lhe <i>dois dias antes</i> : “Voltarás um dia com a ajuda de Deus. [...] Porque chuva não faltará...”» (p. 67)			

Acontecimentos	Espaços	Tempo	Dias	Sequências	Localiz. na obra
Mané Quim cruza com Escolástica, que o repele (p. 69) Mané Quim encontra Jack	Caminho de casa	[Na mesma manhã] «Nesse momento» [de reflexão, depois de ter entrevistado Escolástica] (p. 70) «Havia quatro dias ^(*) que não se viam.» [a partida de Jack para ajudar o lavrador verificara-se no primeiro dia - cf. p. 28, ll. 32-34] (p. 70)	«5.º ou 4.º?»		
Mané Quim encontra nhô Anselmo	No regresso a casa	«Nhô Joquinha vem falar com a mãe-Joja <i>amanhã</i> p'la manhã.» (p. 72) (* O narrador insiste na contagem de mais um dia (a menos que o protagonista não visse o irmão desde a véspera, uma vez que Jack partira de madrugada).			
Episódio de Joana Tuda (o laço telúrico)	Idem	Analepse: [quando tinha dez anos] (pp. 76-77)			
Mané Quim decide ir dar a resposta, mas acaba por recuar na presença de André	Em casa de André	«Tinham acabado de almoçar [...]» (p. 78) «Amanhã vou lá à comadre [...] porque dentro de três ou quatro dias ponho-me a andar.» (p. 79) [«Amanhã» – 5.º ou 4.º dia?]			
A história de Joquinha [retrospectivamente] • «Contrato» com Zé Viola	No caramanchão de André, à sombra da buganvília	Analepse: a história de Joquinha (até p. 86) [Depois do almoço] «Vou lá amanhã sem falta [...]». Mais três dias devo-me raspar para São Vicente.» (p. 86) «À tardinha Joquinha pegou o Zé Viola no terreiro.» (p. 88)			Cap. 8, pp. 81-90
Mané Quim-Escolástica apaixonados	Patamar próximo da casa de Escolástica	«Durante esses dois dias [...]» (p. 90) «Escolástica amanheceu com a barriga desarranjada deveras.» (p. 91)			Cap. 9, pp. 90-91 Cap. 10, pp. 91-93

Acontecimentos	Espaços	Tempo	Dias	Sequências	Localiz. na obra	
Mané Quim constata estragos no Ribeirãozinho	A caminho e no Ribeirãozinho	«Amanhecia.» (p. 93) «Caíra geada durante a noite» (p. 93) «[...] essa pela-manhã.» (p. 94) «O dia rompeu de repente.» (p. 95)			Cap. 11, pp. 93-99	
Joquinha, a caminho de casa de nha Joja, cumprimenta Lourencinho	No Ribeirãozinho	«Sol alto num céu crã, limpo de nuvens.» (p. 97) «O Sol secou instantaneamente as gotículas de geada que cobriam as folhas das plantas.» [ação anterior à do final do cap. 11] (p. 99) «O Sol fez a jornada da linha das montanhas ao zénite.» (p. 100)		3. ^a	Cap. 12, pp. 99-106	
Mané Quim repara os estragos						
Mané Quim procura a Escolástica	No tanque da chã	«Nha mãe deu-me ontem à noitinha uma carga de açoites [...]» (p. 100) «Teu padrinho passou pra baixo tem pouca hora.» (p. 101)		«4.º» ou 3.º?		
Joquinha procura a anuência de nha Joja	Em casa de nha Joja	«Me interessa uma decisão agora mesmo porque dentro de dois ou três dias [certo!] me vou. Resolvi ir de repente [...]» (p. 104) «Não mataste o jejum ainda. Saiste de madrugadinha e só agora é que assomas.» (p. 106) «Daninho entrou lá esta madrugada...» (p. 106)	Cf. p. 86			
Mané Quim decide partir					Cap. 13, p. 107	
Instalação	Na pensão de Maria Lé (Porto Novo)	«Depois do almoço vamos sair juntos.» (p. 113) «Depois do almoço foram ao Posto Administrativo arranjar as guias de embarque.» (p. 115) «Tu agora procura esse teu amigo e combina dormir no seu quarto esta noite. Em todo o caso voltarei a falar no assunto à Maria Lé. Aparece para o jantar. Até já.» (p. 117)		«6.º» ou 5.º?	4. ^a	Cap. I.1, pp. 111-120
	Na loja de Artur	«Também é só por hoje.» (p. 117) «A tarde caía rápida. Todo o litoral de Santo Antão escurecia. Grossos rolos de nuvens iam cobrindo o céu, [...]» (p. 119)				

Acontecimentos	Espaços	Tempo	Dias	Sequências	Localiz. na obra
Jantar de cachupa; preparativos para a partida (o capítulo da «Flor do Mar»)	Na pensão de Maria Lé	«Não havia, para o jantar, fritos nem outros disfarces.» (p. 120) «Quero cuscuz amanhã ao café.» (p. 122) «Não esqueça então de guisar cachupa para o almoço.» (p. 122) «Virou-se bruscamente para o afilhado que cabeceava: – Tás com sono, rapazinho. [...] e vai dormir. Te hás-de habituar a te deitar mais tarde...» (p. 123) «Flor do Mar sai amanhã, não sai?» (p. 123) «Eu mais o meu afilhado vamos amanhã para São Vicente, [...]» (p. 123) «Vai dormir com sossego.» (p. 124)		5. ^a	Cap. 2, pp. 120-124
Escaramuça; Mané Quim, alvo de confusão depois esclarecida	Nas ruas de Porto Novo	«A noite era negra, [...]» «Nenhuma estrela se mostrava no céu cor de fuligem.» (p. 124) «S. Vicente emergia da noite a nove milhas, do outro lado do Canal, [...]» (p. 128)			Cap. 3, pp. 124-131
Mané Quim fica a saber que o homem preso e chicoteado é um dos companheiros de Mariano, ao serviço dos contrabandistas	No quarto de Mariano	«– Boa noite – cumprimentou Mané Quim, [...]» (p. 129) «– Boa noite – respondeu o homem de boné.» (p. 129) «[...] o filho de nha Joja dormitava cabeceando, [...]» (p. 131) «– Olha, vai deitando.» (p. 131) «Despiu o casaco e deitou-se.» (p. 131)			
Mariano e Mané Quim conversam	No quarto de Mariano	«Mariano assoprou a vela e deitou-se.» (p. 131) «Mané Quim queria era dormir.» (p. 131) «O sono e a vigília começaram a lutar nele luta igual.» (p. 132) «E o sono também rondava à roda do seu corpo.» (p. 137)		«6. ^o » ou 5. ^o ?	Cap. 4, pp. 131-141

Acontecimentos	Espaços	Tempo	Dias	Sequências	Localiz. na obra
Mariano, preocupado com a tempestade, não dorme e reflecte		«Ouviu Mané Quim rressonar. Dormia regaladamente, como um porco, aquele moço. E a noite era pressaga, a noite era de se estar acordado.» (p. 138) «O amigo continuava dormindo a sono solto.» (p. 140) «Mas o amigo roncava ali sobre os sacos, [...]» (p. 140)			
A noite de Joquinha	No quarto de Joquinha (pensão de Maria Lé)	[ENTRETANTO, Joquinha:] «Assoprou a vela [...]» (p. 141) «[...] até que, cansado, adormeceu.» (p. 141) «Dormiu profundamente.» (p. 141) «Aí pela madrugada alguém abriu a porta de mansinho, [...]» (p. 141) «Bom dia.» (p. 141)	«7.º» ou 6.º?		Cap. 5, pp. 141-145
Mané Quim acorda	No quarto de Mariano, de novo	«Madrugada alta, Mané Quim acordou angustiado. Arregalou os olhos no escuro.» (p. 145) «Foi então que, esforçando-se por se desvenencilhar do embuçado que o golpeava incessantemente e o manietava, despertou.» (p. 146)			Cap. 6, pp. 145-148
	No quarto de Joquinha, de novo	«A Natureza, iluminada por uma claridade baça, azul, de ante-manhã, [...]» (p. 147) «Joquinha acordou cedo [...]» (p. 148) «O sol já devia ter despontado, mas a claridade que vinha da rua era baça como se estivesse apenas rompendo a madrugada. A manhã mostrava-se agitada, cheia de rumores.» (p. 149) «Foi o que pensei quando descíamos a chã ontem de madrugada, [...]» (p. 156)	6.ª		Cap. 7, pp. 148-157

05. ANÁLISE DE OS FLAGELADOS DO VENTO LESTE

Terminada a abordagem de *Chuva Braba*, prosseguimos, debruçando-nos sobre *Os Flagelados do Vento Leste*. Tentaremos, com as adaptações necessárias, seguir de perto o percurso de análise estrutural traçado para a ‘leitura’ da primeira obra, por se nos afigurar que convém uma coerência metodológica de aproximação ao texto.

Reiteramos a subjectividade crítica do nosso olhar e a óbvia disponibilidade para acolher novas leituras, todas porventura complementares e inconclusivas, todas decerto longe de esgotar a obra de Lopes. Esta é apenas uma proposta, uma iniciação de análise.

1. DA ACÇÃO

A obra FVL constitui a abóbada do edifício ficcional de Manuel Lopes: não por ser até agora, na linha cronológica, a última das suas grandes obras em prosa, não também por ter merecido a maior divulgação relativa (Prémio «Meio Milénio do Achamento das Ilhas de Cabo Verde»), embora as outras obras narrativas também tenham sido premiadas⁽¹⁾; mas antes pela intrínseca mestria textual e discursiva que coroa uma trajectória de amadurecimento e exigência no domínio dos processos estéticos de escrita.

Uma primeira observação revela-nos em FVL uma estrutura de superfície análoga à de CB: a obra é constituída, de acordo aliás com o índice, por duas partes, cada uma das quais é, por sua vez, tripartida: paralelismo de estrutura discursiva a par de um outro paralelismo diegético. Como em CB, à bipartição enunciada corresponde também uma mudança de cenário.

O título do romance recobre globalmente uma unidade de acção narrativa, embora cada uma das grandes partes se caracterize por uma outra unidade sua, peculiar. Em CB, entretanto, isso não acontece: o título é, para o narratário, um elemento motivante e em verdade só encontrará efectivamente justificação na parte final da obra. *Terra viva*, o título primitivo, teria, como em FVL, a vantagem de uma maior abrangência, mas é possível que ficasse aquém na sua função de estímulo ao conhecimento da solução perante a situação dilemática do herói. Na obra de que agora nos ocupamos o problema não se põe nesses termos: o que nos importa mais não é a ‘sorte’ de um protagonista, mas o *modus faciendi* do flagelo e principalmente o do discurso sobre a ‘sorte’ colectiva de um povo vitimado e progressivamente arrasado por uma calamidade e suas sequelas.

O tónus característico — o do espectro da fome e o da fome instalada — é uma invariante, ainda que sujeita a agravamentos. Afigura-se nos que o Autor pretende estetizar a situação limite a que é sujeita uma população, problematizando o flagelo natural gradativamente, nos seus vários rostos, até às consequências últimas. Veremos que Lopes explorará as cores que propendem ao desencadear do êxtase trágico.

Voltemos ao esquema fundamental da construção narrativa utilizado na análise de CB: poderemos observar que, em termos genéricos, em FVL o «conflito» consistirá na dúvida quanto à oportunidade da sementeira do milho, opção entre uma esperança confiante (se bem que, racionalmente, com pouco fundamento) e a indiferença (o cepticismo) de uma resignação imobilista, cedência aos imperativos da estiagem.

«Havia ansiedade nos seus olhos, mas também dureza e persistência. E havia esperança e coragem e medo. *A esperança nas águas e o temor da estiagem*⁽²⁾ faziam parte de um hábito secular transmitido de geração a geração. Todos os anos era assim: a esperança descia em socorro daqueles que tinham o medo na alma; por isso ela era a última luz a consumir-se. Sim, a chuva chegaria um dia. Esperavam por ela como se espera pela sorte, no jogo.» (p. 14).

Eis aqui contida a oposição semântica central da obra.

O «combate» corresponderá à oposição a sucessivas e agravadas adversidades, tensão de um optimismo tenaz, de um estoicismo sisífico. A «eliminação», enfim, resulta da vitória definitiva do flagelo sobre o árduo esforço humano. Esta «eliminação» não se circunscreve espacialmente à parte final do romance: antes coabita com a zona do «combate» (e zurzira mesmo suas primeiras vergastadas na área do «conflito»), instala-se, decrescendo gradualmente a sua acção devastadora até à consumação total do sacrifício que acaba por se verificar de facto nos capítulos finais de FVL.

A esta primeira abordagem, global, aporemos, pormenorizando:

- Pelo que toca à «Primeira parte», o seu esquema estrutural aproxima-se bastante do que respeita à obra na sua totalidade. Precisaremos, entretanto, que ao «combate» equivale a luta, outra luta, a do restauro dos estragos que impõem Chuva e Lestada, e que a «eliminação» se consubstancia na derrota dos homens pela arracionalidade dos elementos.

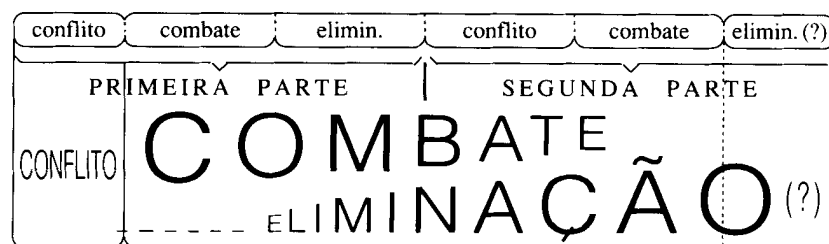
- Quanto à «Segunda parte», e partindo do princípio de que, diegética e discursivamente, ela decorre da «Primeira», consideraremos

- que o «conflito» consiste na opção entre viver ou não;
- que o «combate» se afirma nas várias tentativas de sobrevivência (tentativas que poderão colidir mesmo com o estatismo e universalidade (?) do estatuto de certos conceitos éticos tradicionais);
- que, finalmente, a «eliminação» se identifica com a aparente consumação inexorável e total do desastre.

Talvez comece já a ser perceptível o carácter mais elaborado de FVL relativamente a CB, a despeito da similitude de esquema, decerto mesmo porque em FVL se nos afiguram bem menos nítidas as fronteiras estruturais. Vive-se ao longo do romance um clima (de adensamento progressivo das circunstâncias conjunturais e esse, mais do que as ocorrências, define o arrasamento das vítimas — ambiente e homens. Desvalorização relativa de funções cardinais em proveito de catálises e funções integrativas (indícios e informantes). Nessa medida, afigura-se-nos tratar-se de uma narrativa muito mais indicial do que funcional, no sentido barthesiano dos termos. E Carlos Reis aduz que «[...] de um modo geral, em

todo o romance de espaço [— e é o caso de FVL —] verificar-se-á facilmente a dificuldade de conseguir detectar unidades narrativas que se identifiquem com as funções cardinais»⁽³⁾.

O diagrama que segue tenta fazer visualizar o que acima se tinha afirmado:



Insistimos na afirmação de que a «eliminação» se insinua, se instala e decresce gradualmente. Se a forma gráfica parece contradizê-lo, é apenas porque reflecte um efeito de acumulação dos efeitos nefastos do flagelo⁽⁴⁾.

Procuremos, aliás, uma resenha da 'história' de FVL: no universo rural da Ilha de Santo Antão, por Setembro, após uma fase de expectativa, assiste-se à tentativa da «sementeira em pó», na esperança da chegada, que se augura próxima, da chuva. Ela virá de facto, muito intensa e devastadora, trazida pelo vento fortíssimo e danificará os cultivos precoces, abalará socalcos, afectará construções. Mas será bem-vinda, porque portadora de promessas e esperanças. Novembro, todavia, trará a lestadada, a razia total das culturas, a perda de ânimo de alguns dos mais corajosos. Por Novembro também se inicia o êxodo das populações. José da Cruz, recusando-se a partir, vai-se vendo espoliado dos seus bens. O agravamento da sua situação familiar é minorado pelas contribuições ocasionais de Leandro, filho de José da Cruz e ex-pastor. As crianças contam-se entre as primeiras vítimas da calamidade geral. Instala-se a fome, o desalento, o desespero. Mas José da Cruz apenas consentirá em deixar Terranegra quando a desgraça faz dele um homem só. Era, então, por Fevereiro.

A «Segunda parte» do romance transporta-nos a um destino espacialmente bifurcado: a montanha e a estrada do Porto. Naquela vive Le-

andro que, a despeito da sua índole sã, era agora temível «mascarado», assaltante de caravanas de jornadeiros e negociantes; a estrada, por outra parte, tornara-se o alvo quase mítico a que todos acorriam em busca de alimento e trabalho. Leandro sofrerá um linchamento, injustamente culpado de um acidente com aparência de crime; e aos ferimentos graves, sobrevirá a morte, após penosa ascensão das montanhas até à sua gruta, até à sua companheira (sacrifício vão, porque, sem alimento, ela terá entretanto partido com novo companheiro). Leandro fechará, aliás, o ciclo da morte que, sucessivamente, lhe ceifara os irmãos, a madrasta, o pai, os amigos da família, os conterrâneos. Na montanha, como em Terranegra, parece não haver exceções: são todos flagelados do vento leste.

Supomos que a oposição semântica central reside no binómio Vida vs Morte ou Chuva vs Estiagem. A narrativa vai evoluindo no sentido de uma agudização progressiva da situação das personagens, agudização conducente à destruição do universo humano inicial. A redução da oposição central verifica-se, por conseguinte pela vitória da estiagem, com seu cortejo de consequências, tão maléficas que desfiguram (mascaram), desumanizam e aniquilam.

FVL é decerto a história de uma derrota assumida, de uma aposta que parece perdida até à consumação da humilhação mais iníqua; tanto mais quanto altruísta fora o risco. Trata-se, assim, diegeticamente, de uma redução patética, já que é o êxtase trágico que vem sintetizar a bipolaridade da grande oposição. (E, no entanto, talvez se divise um fiozinho de vida, «uma pequenina luz»)⁽⁵⁾.

1.1. Tópicos de trágico

«O gods! who is't can say
 "I am at the worst"?
 I am worse than e'er I was.
 [...] And worse I may be yet.
 The worst is not
 So long as we can say "This is the worst."».

SHAKESPEARE, *King Lear*, Act Four, Scene I

Texto de índole narrativa, FVL não é formalmente uma tragédia. Mas o seu discurso caracteriza-se por numerosos traços que o aproximam de tal clima. Não diremos, por exemplo, que FVL se inscreva rigorosamente na ortodoxia da «lei das três unidades» (acção, tempo e lugar), mas, como acabámos de observar (5.1.), a unidade de acção e (como veremos em 5.4.), em certo sentido, a unidade de espaço integram a peculiaridade distintiva da obra. De algum modo também se pode considerar o tempo como instância una, visto que a acção de FVL coincide com o ciclo do flagelo, desde o seu dealbar ao seu ocaso, passando pelo vértice do climax trágico. Analisemos, pois, nas achegas subsequentes, como o trágico constitui um dos aspectos dominantes da acção de FVL.

A obra assenta, efectivamente, sobre todo um lastro trágico, emergente a partir do próprio título. A situação de vítimas do flagelo elucida de imediato o leitor quer quanto à temática essencial quer quanto à passividade do estatuto dos sujeitos do enunciado⁽⁶⁾.

É que o fatalismo estrutura toda a narrativa, num afunilamento progressivo de situações que, na maioria dos casos, depois do desespero, desaguam no aniquilamento das vitimas. E Aristóteles preconizara: «Que nela [na fábula] se não passe da infelicidade para a felicidade, mas, pelo contrário, da dita para a desdita»⁽⁷⁾.

Um «prólogo oculto», contextualizador da acção trágica, abre o romance (pp. 13-17). Além deste elemento, salientada já a unidade de acção em que se envolvem os «actores» (no sentido greimasiano do termo), refiramos de seguida a singeleza e a sobriedade arquitectónica da obra, a concatenação meticulosamente estudada dos episódios, toda a contenção expressiva dos meios discursivos.

O dilema (pp. 24-28), factor trágico de relevo, instaura-se relativamente à oportunidade da sementeira; e ao contrário do que possa aparentar, é um problema que abrange integralmente o indivíduo tanto na sua dimensão de responsável por uma actividade profissional (agrícola), como na de responsável pela sobrevivência alimentar da família, como ainda na de, em certo sentido, 'mentor' de uma pequena sociedade. Sabemos que a determinação de José da Cruz é uma força mobilizadora; um erro (precipitação ou atraso) compromete intrinsecamente toda uma comunidade (pp. 37-38). O dilema de José da Cruz

consigna-se, pois, na partilha entre a apreensão ou o medo do futuro, e a esperança:

«E havia esperança e coragem e medo. A esperança nas águas e o temor da estiagem faziam parte de um hábito secular transmitido de geração a geração. Todos os anos era assim: a esperança descia em socorro daqueles que tinham o medo na alma; por isso ela era a última luz a consumir-se. Sim, a chuva chegaria um dia. Esperavam por ela como se espera pela sorte, no jogo. Se não viesse, a alternativa seria apertar o cinto, meter a coragem no coração para a luta, como qualquer homem pode fazer quando cai no meio da borrasca. Já estavam habituados. Vinha de trás, de longe, esta luta. Esperavam sempre: até o último momento. Até mesmo para lá do último momento. Mesmo aqueles que não sabiam esperar, e não acreditavam nas previsões dos homens, mesmo esses, não se atreviam a apagar, depressa, aquela luzinha; só no último minuto desesperavam, porque alguma coisa pode acontecer quando já ninguém pensa nela.» (pp. 14-15).

O sonho de José da Cruz (p. 19 e segs.; p. 29; p. 70) inscreve-se nesta esperança: parece a transferência freudiana de um desejo cuja realização não depende da vontade humana. É, por outro lado também, um problema com tal premência social que aparece já na cristalização telúrica do provérbio «quem mais sede tem com mais água sonha» (p. 38), aforismo que, naturalmente, amplia de modo simbólico o seu âmbito semântico primitivo.

Afora a Lestada (cf. 5.3. «Sistema de personagens»), as personagens capitais dentre as «pacientes», em número limitado, revelam-se quer como vítimas (sempre), quer mesmo como cúmplices do *Fatum*. Insere-se neste grupo, por exemplo, Miguel Alves (que, aliás, não é das de primeiro plano), um pseudo-redentor que dir-se-ia antes o portador da estiagem⁽⁸⁾. Zepa vai amaldiçoá-lo em pensamento:

«Tu vieste mal-mandado — pensou. — Vieste contra nós. Contra o Isé, contra os meus filhos, contra mim, contra o que é nosso. Como este vento. Mas este vento é mais forte do que tu. Este vento vem contra nós, mas vem também contra ti. Antes assim. Antes este vento do que tu.

Porque este vento corre contigo da Covoada. Assim pensava Zepa, de olhos postos nesse homem fino que vinha de longe para desinquietar a família.» (p. 103).

Leandro é um segundo caso: Zepa considera-o um «anjo» por lhe trazer a vida no alimento para a família (pp. 161-167), e será, afinal, sem o saber, o anjo da sua (dela) própria morte. O próprio José da Cruz, de personalidade aparentemente dinâmica, corajosa, determinada, ao pretender-se actuante na sua oposição frontal ao destino que impõe o desalojamento geral, José da Cruz — dizíamos — torna-se afinal conivente e vai potenciar, ali mesmo, por crime de ὕβρις, o enfraquecimento e a morte dos seus filhos e de Zepa, a mulher. (As decisões são antes meios de ‘condenação’ das próprias personagens, à mercê de um destino: é a natureza quem verdadeiramente actua. FVL clarifica, assim, a própria problemática de CB, que é, afinal, a mesma, ainda que implícita apenas). É que José da Cruz sabia bem que essa mudança, esse desalojamento, ser-lhe-ia fatal. A expulsão, por mãos da μοῖρα, do espaço sagrado da felicidade, leva-lo-á à estrada, onde o destino anda mais próximo: a deslocação vai precipitar o desfecho. A sua morte assume um tónus patético e simbólico: José da Cruz que, lúcido, na sua Terranegra⁽⁹⁾, lutará em circunstâncias obviamente desiguais, sem tréguas, contra a arracionalidade dos elementos — e daí lhe advém a sua grandeza —, José da Cruz, dizíamos, morre de desenraizamento, no limite das suas forças. Ele, indivíduo e ele, pluralmente. É que José da Cruz e a sua Terranegra formavam um todo: o abandono, o afastamento, equivale à desintegração irreparável dessa unidade (cf. FVL, p. 94). Com a morte de José da Cruz, a morte de Terranegra, ou vice-versa. Se, no teatro clássico, a origem da tragédia é a paixão (πάθος) e a morte elimina os presumíveis culpados, FVL consagra a paixão desmedida da Terra-mãe e pune os que, por insolência (ὑβρις), excederam a dimensão humana do amor. Em obediência à canónica clássica, José da Cruz deve morrer para lá da ‘cena’ em que vivera, e com ele vai extinguir-se aparentemente a «casta» (p. 15) dos «corajosos e voluntariosos» (p. 16).

Dentre as restantes personagens, merece-nos menção individualizada a figura de Zepa em que uma quase incondicional confiança no

marido, uma predisposição quase adolescente para o sonho acordado, o devaneio, a par de uma íntima intuição, uma crença amarga em pressentimentos ominosos⁽¹⁰⁾. São traços que convergem num perfil de algum modo mediúnico. Tal perfil revela-se, por exemplo, num debate interior, na oposição que de balde mantém perante José da Cruz e a obstinação deste, em não abandonar Terranegra, no prenúncio de desgraça quando se apercebe da «quebrada» nocturna: tal presságio não é mais do que a previsão do que vai ocorrer. (FVL, pp. 132-133).

A sua morte, como que prenunciada já na da primeira mulher de José da Cruz (p. 42), repete o rito fúnebre primordial da absorção pela terra: reactualiza-se o mito⁽¹¹⁾ (e reactualizar-se-á ainda com José da Cruz e com Leandro).

Nos antípodas da caracterização psicológica de Zepa, referiremos finalmente a figura pressaga da vizinha viúva Aninhas da Assomada: é uma presença sempre agoirenta, porque insinuada de «mexericos e novidades de arrepiar os cabelos» (p. 121); tida geralmente como feiticeira⁽¹²⁾, é ela quem antecipa o clima de desgraça que irá instalar-se em Terranegra (cf. o relato do caso macabro, FVL, p. 46), como é ela quem insinua que Leandro rouba a comida que traz à família e, assim, agrava a debilidade das crianças (o pai nega-se a aceitar a oferta), e suscita a maldição de José da Cruz sobre o filho mais velho.

José da Cruz, Zepa, Leandro são de modos diversos personagens de uma estirpe excepcional, aristocracia não de linhagem mas de têmpera, vítimas ou heróis — semideuses, de qualquer modo.

A despeito da mudança de lugar (que analisaremos com algum pormenor em 5.4 «Do espaço»), somos de opinião que a acção se inscreve numa unidade global, a Ilha de Santo Antão. A ruralidade dominante da «Primeira parte», o êxodo para a zona suburbana de Porto Novo, a montanha, constituem aspectos parcelares da referida unidade — a Ilha —, vertentes diversificadas de um mesmo sofrimento; são locais directa ou indirectamente atravessados por uma mesma *vis tragica*. A própria montanha, na sua carga simbólica, apesar de um outro «lugar à parte»⁽¹³⁾, apesar de mais próxima dos deuses, morada dos imortais, não logra, na sua sacralidade, escapar à sanha fatal da lestada. E a montanha sempre protegera os que nela se refugiavam. A mudança é, aliás, o factor trá-

gico decisivo da dilaceração irreparável da totalidade homem-terra: ela consagra a morte da terra e, desenraizando o homem, viabiliza também o aniquilamento do outro constituinte daquela totalidade (e parecera uma esperança).

O caminhar do destino antevê-se já mesmo no Setembro seco em que se inicia a narrativa. É o tempo ambíguo do pressentimento das águas, atmosfera carregada do dilema entre o «tenso silêncio de receosa expectativa» (FVL, p. 13) e o sonho de José da Cruz; tempo de apreensões e incertezas quanto à decisão de semear.

O tempo, aliás, continuará a balizar a fábula trágica do vento, pendularmente, mês a mês: O «vento rijo» (FVL, p. 63) do início de Outubro — «a fúria do nordeste» (FVL, p. 63) — poderia secar excessivamente as terras «antes que novas chuvas sobreviessem» (FVL, p. 63). Efectivamente «Outubro era a encruzilhada que levava a dois destinos: fartura ou estiagem. Nesse ano não se sabia bem. Até meados do mês ventou. Agora o vento parara de repente» (FVL, p. 64). Tal paragem («calmaria» (FVL, p. 65)) significaria, na melhor hipótese, «a ofensiva das monções, das grandes humidades do sul» (FVL, p. 64).

Novembro, indeciso ainda a princípio, parecia confirmar a probabilidade optimista da aproximação das chuvas; até que o vento se instale:

«Depois mais acentuado a nordeste. Sempre com tendência a puxar para leste. Descia dos cabeços do Campo Grande e da Ribeira das Patas, vindo dos lados do Canal, retalhando e dispersando as nuvens. Estas fugiram despedaçadas para o mar, batidas pelo bafo ressequido da costa africana, contrariadas nas suas intenções, destruídas na sua essência. O céu começou a desnudar-se, à medida que o manto cinzento se rompia, como tecido podre, aqui e ali, sem remédio. José da Cruz ouvira de madrugada o estalar de madeira queimada nos tabuados das janelas e da porta, nos caixilhos, na armação da cobertura. Escutara o mexer de coisas secas na rua. Era o suão a morder. Na manhã nascente o Sol mostrou a face amarelenta e suja. Fiapos de nuvens pairavam longe, um pouco ensanguentados como restos duma carnificina. A grande ofensiva do céu falhara dessa vez.» (pp. 64-65).

O acentuar dos indícios de lestada não é facilmente aceite pelas populações; antes se fazem manifestações celebrando a chuva, esconjuro implícito da seca. (É durante o serão ao luar, no terreiro da casa de nhô Manuelinho que em José da Cruz se enraizam as dúvidas quanto à vinda da chuva: «Esse pessoal afoga em pouca água» — FVL, p. 69).

Entretanto, Miguel Alves comentaria, pouco depois, para o guia:

«— Aqui faz muito vento — [...] — e um vento que parece lume, tenho a pele da cara chamuscada.» (FVL, p. 75).

O acompanhante riposta-lhe:

«— Este vento é da época. Depois passa. Tem costume aqui — explicou o rapaz. Mas levantando os olhos para se orientar acrescentou: — Tá dobrando para leste. Há-de tomar sua direitura depois. Quando cai dali assim, por cima de Campo Grande, é vento ruim como moléstia.» (FVL, p. 75).

A viragem do vento («Tá dobrando para leste», FVL, p. 75) corresponde à mudança da fortuna das gentes de Terranegra: é a peripécia aristotélica⁽¹⁴⁾ que prepara a consumação da catástrofe⁽¹⁵⁾. (Acessoriamente, note-se que esta mudança é acompanhada da mudança de ideias do «dono», nhô Jaime Álvaro, quanto à Covoada, outrora prometida a José da Cruz, agora possivelmente a transaccionar com Miguel Alves; maior mudança poderia ser a subsequente à eventual transacção — José da Cruz mudaria de «dono» (FVL, p. 34). É a volubilidade caprichosa e gratuita que tudo gere, aparentemente de forma aleatória e, logo, injusta.

A catástrofe explícita na destruição das culturas,

«As goelas do Inferno assopravam lume. O céu, desse lado, estava toldado de vermelhão, do pó que o vento levantara.» (FVL, p. 85).

«[...] recebendo o vento ardente do deserto africano, observando a implacável destruição das esperanças dos homens. O Sol, rubro e sereno, manteve-se uns momentos em equilíbrio na linha do horizonte. Como roda de fogo, ao topar um pântano no caminho, mergulhou

lentamente, até desaparecer. Sob o céu ensanguentado, a lestada devorava a superfície verde dos campos. A princípio a crosta, as folhas e as películas de revestimento dos caules, depois o interior dos rebentos — a parte superior dos pés de milho perdiam⁽¹⁶⁾ a elasticidade — até alcançar a estrutura do caule. O vento ardente descia das montanhas, como se as portas do Inferno fossem para esses lados. Varria a superfície dos campos cobertos de verde viçoso. Por onde passava deixava manchas de amarelo-torrado, folhas doiradas dançando nos ares e um cheiro irrespirável a pimenta em pó. Os milharais agitavam-se aflitivamente, como pedindo socorro aos homens. Os feijoeiros e as aboboreiras, desamparados, acenavam os compridos caules quase despídos de folhas. Estas eram continuamente arrancadas e levadas no turbilhão. Redemoinhos de poeira vermelha dançavam a sua dança de roda, aqui e ali. (pp. 93-94).

acaba por ser assumida na muda estupefacção de Manuelinho (extático) e no desengano de José da Cruz:

«— Não é um princípio de lestada. É lestada mesmo.» (FVL, p. 95).

Eis o momento do reconhecimento, o momento que, no teatro clássico, equivaleria à *anagnórisis*⁽¹⁷⁾.

Instalada a catástrofe, ela agudiza-se implacavelmente até o climax, em que a intensidade e a vastidão do desastre parecem inultrapassáveis. É a desmesura absoluta, um novo caos.

«Eram as plantas despedaçadas que, antes de partirem, levadas pelo vento, deixavam um último sinal. Todo o madeirame crepitava como se um incêndio envolvesse a casa. O Inferno abria as suas portas e os anjos maus desceram para os campos, semeando labaredas com o seu hálito de fogo. O ar que circulava no interior da casa queimava os lábios, seca as narinas e a garganta, doía nos cantos dos olhos. A própria mesa, os bancos, os pés e o esteirado da cama gemiam sob o látigo do sonho.

— Qu'é qu'ocê tem? Onde ocê vai, Isé?

— Não tenho nada. Tempo de não sei que diga! — resmungava ele deixando a cabeça tombar para trás. — As pancadas das plantas na janelá é como batidura de gente. Nunca vi levante de lestada como este...

O milharal, ressequido, batido de rajadas soava como papel rasgado. Toda a noite o sentido de José da Cruz andou lá fora. Ouvia o porco grunhir como se lhe tivessem metido a faca no pescoço; depois, espaçadamente, berros abafados das cabras. Não estavam a gostar. Também ele não estava a gostar. «Um cristão faz o que está na sua alçada fazer, e vem um vento destes estramontar-lhe a vida». Como lhe pareceu que Zepa tinha pegado no sono outra vez, levantou-se sem ruído para a não despertar, deixou a cama e foi direito à mesa, em busca do canhoto. Tirou o rolo de tabaco da algibeira, e, mesmo às escuras, picou um bocado e meteu no canhoto. Abriu a porta. Era noite ainda, mas havia já sinais de desamparinho. Saiu para a rua, cerrando a porta atrás de si. A Lua, no minguante, espalhava uma claridade suja. Pareceu-lhe distinguir no céu terroso detritos rodopiando, como papéis lançados ao vento. O ar era mais irrespirável do que nunca. José da Cruz entrou no funco, esgravatou na cinza e trouxe uma brasa. Depois de acender o canhoto, voltou para o terreiro. Sentou-se na paredinha de pedra solta e deixou-se estar contemplando o espectáculo de destruição.» (pp. 107-108).

A destruição da terra é a destruição do homem. Porque homem e terra formam, como acima se disse (p. 79) um todo indissociável, o todo natureza. Tal unidade poderá explicar discursivamente a funcionalidade profunda das personificações, na paridade relacional dos elementos humano e telúrico).

E todavia a página imediata (FVL, p. 109) dará conta de que a esperança vacila, mas sobrevive:

«Um vulto de homem que passava no caminho, parou junto das charuteiras, olhou para cima, meteu-se pelo atalho da Terranegra e dirigiu-se para a casa de José da Cruz. Era o João Felícia.

— Bom-dia, compadre.

— Bom-dia, compadre Felícia.

— É uma desgraça, compadre. Nem chuva traz remédio já. E agora? Foi o que perguntei esta madrugada quando saí porta fora. E agora? Qu' é qu'ocê me diz, compadre?

José da Cruz tirou o canhoto da boca. O seu coração enchia-se de coragem sempre que, nas más ocasiões, os homens que nele confiavam, se lhe dirigiam. A firmeza de que ele necessitava para responder às

dúvidas dos outros, dava-lhe extraordinária força de ânimo. E era com since ridade que confiava na coragem que os outros, em tais circunstâncias, lhe transmitiam.

— Tem algum mal que não tem remédio na vida? Esta pergunta guardava uma meia resposta.

— Deus dá remédio pra tudo — respondeu-lhe José Felícia, e era esta a resposta que José da Cruz queria.

— Então tem remédio.

João Felícia levantou a cara para o céu.

— Quem tem filhos a criar tem pensar na cabeça, compadre Isé. Apertar lato na barriga é remédio?

— Também é remédio.

João Felícia era um homem sensível, de coração na mão. Tinha a mulher e três meninos. Como o Isé. Mas o seu coração era mais fraco. Desatou a soluçar. Vendo que o compadre não dizia mais nada, desceu pelo milharal destruído de regresso a casa.»

A subsequência narrativa de FVL consagra o declive decorrente das culminâncias da negatividade: o mal alastra, polifacetado, incoerível, total.

Novembro é também o tempo em que se evoca (e não se comemora) a festa de Santo André, na hora em que só a desgraça preenche o horizonte (FVL, pp. 122-123). Novembro vê ainda instalar-se a fome em Terranegra. Principia o êxodo rumo à estrada, idealizado banquete de emprego que faria face à indignação geral: «Na terra de Canaan...» (FVL, p. 145). Em Dezembro sobrevém pela noite a agoirenta «quebrada» que um dia engolirá Zepa. Em Janeiro, nova passada temível do *Fatum* na intensificação do cortejo dos retirantes com seu belíssimo ‘coro’ patético de «cadáveres adiados», uma colectiva *via crucis*, não única porém (FVL, pp. 142-145)⁽¹⁸⁾. Destaquemos da vozearia amarga apenas um exemplo: «Eu enterrei o pai de meus filhos na noite de quarta-feira. Meus filhos foram logo depois dele. No domingo eu estava eu com eu e mais ninguém» (p. 144). A morte dos filhos de José da Cruz carregará de mais negro o cenário. Fevereiro trará a maldição paterna sobre Leandro e a morte de Zepa.

Entre este mês e os seguintes (talvez mesmo Maio), decorre um período intercalar de alguma descompressão trágica: é o tempo efémero

do «Romance na Montanha», protagonizado por Leandro e Libânia, duas figuras que foram o que queriam não ter sido. Mas depois é também o tempo da morte de José da Cruz, como, por fim, será o da morte de Leandro (menos, provavelmente, a do seu sémen).

Cruel, de passada em passada cada vez mais funda, o destino cavou a desgraça, implacável, irresistivelmente, até o limite das aparências.

Todo o discurso de FVL está eivado de alusões ominosas, de casos de ironia trágica⁽¹⁹⁾, da própria utilização do léxico do trágico (por exemplo: «agouro», «trágico», «aviso», «sinal», «pressentimento», «fatal», «Destino», etc.): Manuel Lopes assume para a sua obra o estatuto intrínseco de tragédia.

A tensão trágica manifesta-se no próprio «tenso silêncio de receosa expectativa» (p. 13) (já referido) que «amarrava a boca» (cf. p. 20) a quantos se preocupavam com o seu futuro e o dos seus; como se manifestava, por exemplo, na oportunidade discursiva da presença da viúva Aninhas ou de Saltapedra, perfeitamente a par das agoirentas canhotas, cagarras de riso escarinho, como mesmo os corvos, aves também predadoras, um flagelo menor. De resto, Manuel Lopes insere expressamente o homem numa concepção clássica, a julgar pela estatura que lhe convém: «O que está acima da força do homem não pertence aos seus domínios. O homem tinha uma medida.» (FVL, p. 96). Por outro lado, as superstições a que o texto alude assumem apenas a funcionalidade de pontuar uma referencialidade etnológica e humana (a par do que acontece com outro tipo de elementos) e não nos parece que nelas se possa ler um aproveitamento estético no domínio da caracterização trágica da acção⁽²⁰⁾.

Já assim não acontece com a instância destino, de referência expressa ou indiciada ao longo de todo o discurso narrativo de FVL. O carácter cíclico dos gestos («Todos os anos era assim» — FVL, p. 14), numa actualização ritual do mito, contribui para a aceitação de seus desígnios arbitrários («Entretanto, o Destino entretinha-se a escrever na cabeça de cada criatura um pensar diferente.» — FVL, p. 15: «Era na carestia que o Destino mostrava a força de ânimo e a conduta moral que os guiava.» — FVL, p. 15). Aquela conformação inscreve-se numa filosofia estoicista da vida que envolve determinismo em religiosidade, numa articulação singular: «O Destino é um enviado de Deus» (FVL, p. 131): isto é, mesmo

posto à prova das formas mais duras, o homem não soçobra, porque a resignação assenta sobre a perene esperança.

Trata-se de um eclectismo ideológico específico que radica no vital instinto de sobrevivência, num quadro mesológico em que as adversidades conjunturais se acumulam e as hipóteses de as ultrapassar escasseiam.

Em suma, em FVL são as ressonâncias da lição do teatro clássico que afloram; ressonâncias que convergem com propostas estético-ideológicas contemporâneas, em combinação harmónica e eficaz (diríamos, porque conseguida): provocando «o terror e a piedade», Manuel Lopes demonstra que, vista à luz de um existencialismo de Camus, a catarse aristotélica não é incompatível com os postulados do compromisso neo-realista (*lato sensu*), que ela mantém actualidade, mesmo quando transposta do discurso dramático para o narrativo.

2. GRANDES SEQUÊNCIAS E SUAS GRANDES FLUTUAÇÕES

Ao intentarmos continuar a aplicar à análise de FVL o modelo operativo utilizado em CB, ao procurarmos, mais precisamente, determinar, com alguma objectividade, as grandes sequências e suas grandes flutuações, como fizéramos anteriormente no que respeita à outra obra referida, pareceu-nos sermos forçada a concluir, aqui, da necessidade de adaptação daquele modelo. Com efeito, a aparente analogia de estrutura entre FVL e CB não vai muito além desse primeiro nível de abordagem. Para lá dele, a intrínseca natureza discursiva das duas narrativas é claramente divergente, como veremos. Assim, enquanto em CB a acção decorre dos problemas da vontade de um protagonista («agente», segundo Bremond, C. — 1973, pp. 132-333) — querer ou não querer ficar/partir —, em FVL não são, *grosso modo*, os humanos quem decide as ocorrências. O próprio título afirma a (forçosa) passividade dos homens e confere à natureza (o «Vento Leste») a sua função actuante. Actores principais são a chuva e os ventos, e os homens, ainda que não propriamente títeres, vêem a sua existência sempre fortemente condicionada pelos elementos naturais.

Como, pois, proceder ao levantamento de núcleos ou sequências, se, na realidade, nada se passa diegeticamente que não seja remissível a uma coacção, directa ou menos próxima, da natureza?

Manipulado por um destino implacável e insuperável, o homem há-de verificar com frequência que as suas decisões são antes, como atrás se disse (cf. p. 79), por trágica ironia, meios da sua própria condenação. A título de exemplo, é assim que José da Cruz opta pela «sementeira em pó» (isto é, antes da vinda das chuvas) e, além de não chegar a ver grado o milho investido, ficará sem sustento suficiente para a família e sem reserva para uma eventual nova sementeira; é assim também que o mesmo José da Cruz, para poupar o socalco («pilar» recentemente reconstruído e as culturas, prefere não retirar a rocha que a «quebrada» deixara em equilíbrio instável e ela lhe tragará Zepa, a sua mulher.

O que ocorre, o que avança, principalmente na «Primeira parte» de FVL, é a passagem do tempo, periodicamente marcado entre Setembro e Fevereiro: sucessiva negação da expectativa. Quanto à «Segunda parte», em que a balizagem temporal se nos manifesta, aliás, menos precisa do que na «Primeira» (porque textualmente menos relevante), é já mais plausível uma clarificação de núcleos e sequências, uma vez que a esperança já foi quase aniquilada e, pensamos, o(s) flagelo(s) já actuara(m); e ainda que se mantenha(m) presente(s) como cenário e nas consequências gravíssimas que suscita(m), aparenta(m) permitir opções de conduta aos humanos. (São talvez, antes, mais subtis meios de iludir uma liberdade de actuação, e, de novo, a ironia trágica que acima se sugere, se voltará contra quem presume julgar e agir).

FVL não é, pois, essencialmente, uma obra de representação de uma factualidade, em que os episódios constituam a trama subjacente à construção da narrativa. Já atrás (p. 74) opinámos tratar-se de uma narrativa muito mais indicial do que funcional, no sentido barthesiano dos termos. FVL é um romance de espaço, não um romance de acção ou de personagem.

FVL compõe-se de duas partes de tratamento discursivo algo distinto, e é contudo una. Na «Primeira», dir-se-ia que é sobretudo o cenário que actua por acumulação de indícios menos ou mais claros, menos ou mais subtis (*omina*) até à catástrofe que antecede o clímax, e em que a

intervenção actuante dos homens é secundarizada. Na «Segunda parte», omnipresente a calamidade nas consequências que determina, ela concederá o primeiro plano às suas vítimas remanescentes. A unidade discursiva de FVL advém-lhe, a despeito da heterogeneidade de ritmos, do crescente e acumulado clima trágico que a afecta desde o «tenso silêncio de receosa expectativa» da sua primeira página até à imprecação final que, na última, Libânia profere contra as canhotas que pressentem a presença de (Leandro) morto. Como acima se disse, é a natureza envolvente, omnipresente, constringedora, onnipotente, quem verdadeiramente actua. E esse é outro factor de unidade da obra, que potencia de forma magistral a deuteragonização do agir interindividual.

As considerações que vimos expendendo, se nos põem de sobreaviso quanto à dificuldade da rigorosa determinação de funções cardinais, a partir das quais se isolem as «grandes sequências», não nos impedirão decerto de referir a existência de uma sucessividade de unidades narrativas, como que quadros individualizados mas integradores do políptico que é a vivência rural do «celeiro de Santo Antão» (FVL, p. 13), a norte e a noroeste da Ilha. Nesses quadros, sucessivamente justapostos, a sua adição em mosaico não assegura, entretanto, um fio narrativo, porque eles se inscrevem (quase se consignam) em muito vastas zonas catalíticas, em que a primazia vai caber ao narrador e seu estatuto onisciente.

A peculiaridade discursiva de FVL impõe, assim, uma porfia insistente no sentido de uma leitura mais clarificadora.

Consideramos que, por mais universal que se pretenda um modelo operatório de análise, ele não passará de um auxiliar metodológico, de um meio instrumental, um adjuvante do olhar. Enquanto tal, não poderá pretender ‘disciplinar’ o texto literário, mas tão só a sua abordagem (o olhar). Será decerto estulto conferir-lhe uma abrangência tal que inclua todo e qualquer produto estético. O carácter ímpar deste (mesmo entre as próprias produções clássicas) contradita a estrita subordinação a cânones paradigmáticos. Por conseguinte, e na decorrência das reflexões atrás enunciadas, isto é, em resumo,

– os protagonistas não são os humanos, mas forças naturais (a lesta-da, a chuva);

- a acção dos humanos não é autónoma, mas marcadamente dependente das referidas forças naturais, pelo que, nesta medida, os humanos assumirão, genericamente, o estatuto de personagens secundárias;
- FVL é um romance de espaço, não um romance de acção,

consideramos, por conveniência metodológica, a existência de dois planos de análise. São eles os seguintes:

- 1.º – da ‘responsabilidade’ dos elementos naturais geofísicos — âmbito das essencialidades
- 2.º – da aparente ‘responsabilidade’ humana — âmbito dos epifenómenos.

Assim, seguindo o primeiro plano de análise, somos de opinião que FVL é formada pelas seguintes «grandes sequências», de acordo com as áreas-chave da narrativa:

1. perplexidade — expectativa
2. chuva
3. lestadada

Primeira parte

- 3.1. fome
- 3.2. êxodo

- 3.3. marginalidade
- 3.4. morte

Segunda parte

Seguindo o segundo plano de análise, sublinharíamos, para a determinação de núcleos, episódios que, aflorando das áreas relevadas acima, com elas se entretecem e que, por si sós, são, todavia, precários na elucidação de uma cadeia diegética. Afigura-se-nos que constituem «momentos de risco» da narrativa, sempre a serem tidos, contudo, adentro do cenário geral que o primeiro plano de análise salientou.

Assim:

	PRIMEIRO PLANO DE ANÁLISE:	SEGUNDO PLANO DE ANÁLISE:
PRIMEIRA PARTE	1. perplexidade – expectativa	• «Sementeira em pó» (pp. 24-28)
	2. chuva	• Reconstrução do melador (pp. 53-58) • Serão ao luar (apreensões de José da Cruz) (pp. 65-71) • Chegada de Miguel Alves (pp. 71-93)
	3. lestada	
SEGUNDA PARTE	3.1. fome	
	3.2. êxodo	• Leandro e a morte de Zepa (pp. 164-168)
	3.3. marginalidade	• Leandro enamorado (pp. 182-188) • Um possível assalto? (pp. 202-212)
	3.4. morte	• Morte de José da Cruz (p. 232) • Leandro, suspeito (p. 234) • Leandro, reabilitado (pp. 245-246) • Leandro — ascensão e morte (pp. 248-257)

Regressando ao primeiro plano de análise proposto e partindo do princípio de que a alternância dramática é uma das molas do êxito da narrativa⁽²¹⁾, cuidemos de verificar de que modo alternam (?) as sequências postas em relevo.

Poderemos considerar que a primeira, que nomeamos como «perplexidade-expectativa», é de carácter extensivo, visto que, embora próxima de um grau neutro, uma expectativa pressupõe uma base optimista, ainda que insegura, de esperança no restabelecimento de um equilíbrio, de uma situação harmónica, ‘normal’; base que, aliás, neste caso, não foi defraudada: a segunda sequência, «chuva», responderá, numa redução ascendente, às interrogações que se punham os camponeses. Surgem prejuízos e contratempos provocados pela violência da precipitação, mas, apesar disso, o saldo é considerado positivo. Será, assim, uma nova sequência extensiva. A terceira, a mais lata, que abrangerá toda a restante narrativa, desdobra-se no próprio rosto da lestada e nas consequências calamitosas que, progressivamente, inflige a uma sociedade que desagrega, física e moralmente, até o aniquilamento. Não há senão uma recessividade crescente, apenas pontuada de uma pequena ilha de *détente* que o segundo plano de análise destacará (o enamoramento de Leandro).

Sendo assim, e voltando ao texto de FVL, verificamos que, problematizada a questão da sementeira (primeira sequência) e tendo-se José da Cruz e seus companheiros decidido a executá-la, surge posteriormente a chuva intensa, (aparentemente) promissora (segunda sequência). Cresce, pois, aqui, a intensidade do cariz extensivo da narrativa, que a terceira sequência se encarregará de revelar como enganador: não só as chuvas não se repetirão como, em vez delas, sobrevirá a lestada que punirá desmedidamente as veleidades sonhadoras dos homens (José da Cruz e a compra da Covoada, Zepa e os seus devaneios).

Não se trata, em rigor, de «alternância dramática», mas de uma catástrofica recessão que sucede, simples, ao fragmento inicial, composto de duas sequências de natureza extensiva.

Genericamente, podemos reduzir o roteiro textual de FVL à linha seguinte: da esperança ao desespero («Primeira parte») e à morte («Segunda parte»). É a *via crucis* que José da Cruz vive pessoal e simbolicamente, ou a ascensão mítica de Leandro — um irreversível caminho (possivelmente) para o nada, imersão na terra que reabsorverá os seus, como explica Elíade em *O sagrado e o profano* (por exemplo na p. 152).

Se encararmos agora o segundo plano da análise — «da aparente ‘responsabilidade’ humana» —, observaremos que os momentos incluídos nas duas primeiras sequências (consideradas extensivas — primeiro plano da análise) nos revelam ‘climas’ só epidermicamente tranquilos: é que qualquer deles contém em si como germe a potencialidade indiciada do Mal que virá a revelar-se sob as formas de estiagem, fome e, indirectamente, marginalidade. A ‘extensividade’ exterior da segunda sequência (primeiro plano da análise) é decerto ainda bem menos palpável do que aparentava. E a tranquilidade a que acaba de se aludir no que respeita aos primeiros núcleos não passa da instauração da ironia trágica, criteriosamente gerida ao longo da obra.

Com efeito, exemplificando:

1. Se a «sementeira em pó» se afigura como um investimento, uma aposta no aumento da riqueza da população rural, aposta fundamentada em indícios de viragem (melhoria) das condições climáticas, tal sementeira lograr-se-á e deixará além disso sem quaisquer provisões alimentares os que das sementes se tinham privado.

2. Se o serão ao luar parece manifestar a alegria convivial de uma população que, para festejar as primeiras chuvas, canta, toca, dança e sonha, a verdade é que é também durante esse serão que se instalam fortes apreensões no espírito de José da Cruz: «Esse pessoal afoga em pouca água» e «Eu te digo, Zepa, gosto de ver pessoal contente, mas primeiras águas são conta de corvo.» (ambas as citações a p. 69).

3. A chegada de Miguel Alves poderá fazer pensar ao mesmo tempo num reatamento da sua relação amorosa com a professora Maria Alice e na sua (de Miguel Alves) identificação com um *deus ex machina* que promovesse economicamente a pequena empresa rural que José da Cruz geria. Ao contrário, observar-se-á a inconsistência dos planos do funcionário público que mais parece acabar por assumir o papel de portador da lestada e seu cortejo de calamidades.

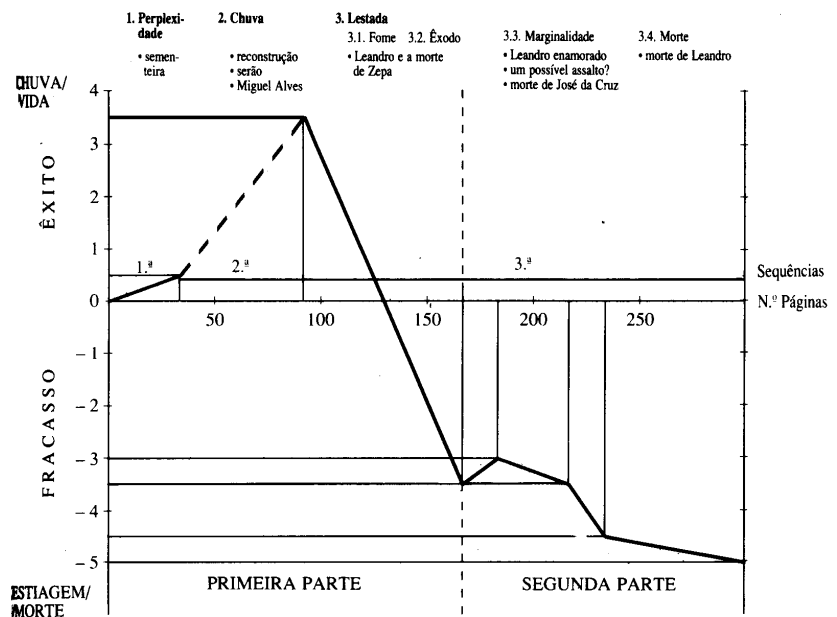
A sequência «Leandro enamorado» cria uma quase clareira na obliquidade recessiva que vem aumentando desde o início da lestada. Será que lá para onde são exilados os ‘malditos’, a natureza se lhes concede um diálogo e os protege? Será a montanha uma ilha da felicidade possível?⁽²²⁾⁻⁽²³⁾. O carácter extensivo desta sequência não terá, com efeito, seguimento (pelo menos intradieético). Trata-se de um espaço de desanuviamento provisório, precário mas indispensável nesta economia romanesca, de um trágico implacavelmente crescente. A vastidão da desgraça é tal que ela atinge de modo indirecto e por arrastamento as populações urbanas da planície: carecentes de um bode expiatório, acham-no com facilidade em Leandro; e o leitor acabará por se interrogar sobre qual «O crime» de que se trata...

Sobreponíveis, por conseguinte, um estrato superficial de leitura que fornece — passe a metáfora — o prazer suave de um clima temperado, e um outro estrato, subjacente, de leitura menos imediata, que conferirá uma nova (não única, obviamente) funcionalidade, mais ampla, a indícios presentes no primeiro estrato. Prosseguindo na metáfora, o tempo é agora prognóstico de procela. A germinalidade de outras (as imediatas e as novas) significações só será reconhecida, como é de prever, *a posteriori*. E será decerto sobretudo na estratégia narrativa da pluralidade de planos de leitura que efectivamente parece residir uma forte motivação do «prazer dramático»; não tanto quanto na «sequência de viragens combativas que prelidam o desenlace trágico e a catarse trágica»⁽²⁴⁾.

Afigura-se, pois, tornar-se evidente a afirmação de Niel: «O predomínio trágico da narrativa, que se compraz na descrição das situações recessivas»⁽²⁵⁾, de forma sucessiva e crescente.

O segundo plano de análise facilitará a observação de uma certa homologia estrutural de construção entre a primeira e a segunda partes de FVL. E a homologia refere-se tanto à sequencialidade lógica de tensão crescente em cada uma das partes, como também à intrínseca unidade de cada uma delas. Notamos, na verdade, um certo paralelismo entre a atmosfera do primeiro capítulo de cada uma das partes, tempo, globalmente, de certa *détente* (a níveis diferentes) que, progressivamente, se vai agudizando nos segundos capítulos e, ainda mais, nos últimos de cada uma das partes.

Imaginando uma representação gráfica, proporíamos uma tentativa de relativa objectivação visual — com a margem de arbitrário que a fisionomia de FVL e o teor deste trabalho talvez expliquem — das inflexões que corresponderão às macro flutuações narrativas que se configuram nas grandes sequências.



3. SISTEMA DE PERSONAGENS

Um qualquer sistema pressupõe uma organização integrada e funcional de elementos. A funcionalidade das personagens numa obra romanesca é, pelo menos, dupla: cada personagem encarna, na economia narrativa, um papel, compromete-se a cumprir um objectivo de caracterização psico-sócio-cultural, num plano paradigmático, e joga também simultaneamente numa interação múltipla directa ou indirecta com todas as outras personagens do sistema, de acordo com uma planificação prévia de intervenções significativas (plano sintagmático)⁽²⁶⁾.

A funcionalidade da personagem 'obriga-a' ao rigor do porte de um nome, elemento primário de uma coerência caracterizadora que há-de atravessar o fluxo narrativo. Tal aspecto não é de modo nenhum para entender como monolitismo de estrutura ideológica, psíquica, fisionómica ou de actuação. A coerência advém-lhe dos seus valores de referência, da plausibilidade interna das atitudes no seu conjunto, de pormenores psico-semânticos ou de discurso (linguístico, gestual, ...) parâmetros todos eles passíveis de uma modelação dinâmica que se responsabilizará pela fundura e complexidade da construção, na plástica de uma evolução humanizante.

Do equilíbrio entre fidelidade a um 'modelo' de algum modo estático (força centrípeta) — por um lado — e, por outro, investimento numa adequada evolução (força centrífuga) da sua personalidade, interesses, preocupações, é que resultará o efeito persuasivo que inspirará a 'confiança' do receptor, graças precisamente à estatura 'autêntica' da personagem, ao seu estatuto verosímil. Este estatuto mimético constrói-se ainda, no que respeita a multilateralidade das relações da personagem, através da adequação do discurso e postura às circunstâncias conjunturais em causa. (Da inadequação por negligência resultará um efeito de má qualidade, enquanto certa inadequação deliberada poderá traduzir-se numa comicidade de expressão)⁽²⁷⁾.

Em FVL há, como no comum das narrativas, personagens que poderíamos catalogar como «agentes», e outras que entrariam no âmbito das «pacientes», de acordo com a terminologia de Bremond. A especificidade do caso presente reside em que os «agentes» não serão os antropomó-

ficos, mas antes entidades como a chuva, os ventos, a lestada principalmente. São designados com minúscula para sublinhar que não se identificam com categorias abstractas de alegoria, antes com a representação de mera realidade geofísica, natural.

Por sua parte, os humanos figuram genericamente como «pacientes», pois, como vítimas, sofrem a acção da indiscriminada malignidade dos, referidos, «agentes».

Perguntar-se-á se não é isso o que ocorre no comum das circunstâncias; isto é, se o homem não está sempre sujeito à acção nefasta ou benfazeja dos aspectos climáticos caracterizadores do seu *habitat*; se, sendo esse um denominador comum à condição humana, valerá relevá-lo neste particular. E responder-se-á que justamente sim neste particular. Porque FVL é uma excepcionalidade trágica em que, desde o título, é sensível a subalternização do homem perante os imperativos de uma natureza implacável. É precisamente esse carácter de excepcionalidade que iluminará por completo a dimensão insular do homem, a dimensão da sua limitada liberdade vivencial.

Do campo estrito dos «pacientes» ocupar-nos-emos adiante. De momento referimos apenas que são diversos os planos de actuação: José da Cruz e Leandro sobrelevam, por exemplo, dos elementos satélites que giram em torno de cada um. São universos distintos e complementares, dualidade provinda da calamidade em vias de instalação e, depois, instalada; de um cosmos em desagregação até o rigoroso estado caótico. Os mencionados elementos satélites, «pacientes» secundários e figurantes, têm uma funcionalidade semionarrativa coadjuvante no estabelecimento do políptico dinâmico de FVL.

Quanto às personagens «agentes», a dificuldade de caracterização advém da ausência de um rosto, de uma estatura palpável. Mas que lhes é atribuída uma actuação, disso parece não restarem dúvidas. Esteticamente, as atitudes que as distinguem não serão expressão de uma vontade, de uma opção racional, mas antes de uma indomável cegueira bruta; e essa bestialidade, constrangedora da afirmação lógica e sensível dos humanos, é que reduz estes últimos à categoria subalterna de «pacientes». O cíclico determinismo da sua natureza de entidades geofísicas coage o criador: entidades como a chuva ou os ventos têm de carecer de uma

dimensão, por assim dizer, orgânica, sensível e dinâmica. É por isso rudimentar o cunho contraditório das suas ‘personalidades’ sem profundidade, que, por definição específica, não podem evolucionar. Os ventos hão-de ser inflexíveis, implacáveis, periódicos, cíclicos: personagens agentes, paradoxal e deliberadamente planas, pelo monolitismo e estatismo da sua própria condição. As personagens agentes podem neutralizar e neutralizam qualquer projecto elaborado de actuação, qualquer actuação inteligente, a manifestação símplice de um sentimento. Caracteriza-as de forma genérica o arbitrário, o aleatório, a indiferença — formas várias de violência gratuita, o cinismo. A unilateralidade, a impossibilidade de uma comunicação (nos antípodas do — polémico — ‘sentimento da natureza’ dos Românticos) provoca nos humanos reacções de inquietação, ansiedade, medo — a que sempre subjaz uma fímbria de esperança —, ou de resignação, indiferença, alienação. Nestes últimos casos sucede, implícita, a alteração dos valores éticos e dos comportamentos sócio-individuais. Como deuses distantes e inapeláveis, as personagens agentes retiram aos humanos o direito à sua dimensão da dignidade.

Em FVL os conflitos que determinam o campo em que se organiza o sistema de personagens estabelecem-se em primeira linha entre o conjunto dos pacientes e o conjunto dos agentes. Só num segundo nível, decorrente deste, ocorrem os conflitos entre humanos. Consideramos menos relevantes, no decurso da narrativa, os conflitos que opõem entre si as personagens agentes, visto que praticamente se situam a um nível extradiagético.

No que respeita ao primeiro tipo de conflitos, eles são-no de uma forma *sui generis*, porquanto a disparidade abissal das forças dos ‘contendores’ não permite um jogo interaccional biunívoco, a despeito da frontalidade com que as personagens pacientes enfrentam as todo-poderosas personagens agentes. A referida disparidade de forças não permite também grande margem de surpresa quanto ao(s) desfecho(s) e, logo, como se viu atrás, quanto às flutuações narrativas. Os efeitos são unilaterais, mas não a luta⁽²⁸⁾, forma particular de interacção, de diálogo.

A chuva de Setembro (p. 29) propicia, ainda mesmo antes de se concretizar, uma espécie de diálogo: ao silêncio da perplexidade dos homens (pressentimento — esperança) sucedera o risco da «sementeira em pó»

(pp. 24-28); e, depois da chuva (pp. 28-32), e apesar dos estragos no melador (p. 43), o diálogo segue, da expressão da confiança dos humanos à da sua gratidão, manifestada através da alegria expansiva do serão ao luar (pp. 65-71). José da Cruz, entretanto, menos confiante em que a chuva tenha continuidade, revela de novo a sua apreensão. Efectivamente, observava-se que «Novembro encontrou o céu cerrado, imóvel, cor de cinza, e umas gotículas de água passeando no ar. A primeira quinzena de Novembro foi assim: ora escusas, ora promessas, negaças e sorrisos, a mangar com os homens. Borrifos no ar que cheiravam a pó.» (p. 64). Diálogo, modificação das atitudes dos homens, graças à acção da chuva, modificação todavia sem reciprocidade, porquanto a chuva não prossegue um ‘relacionamento compatível’: ter-se-á tratado da concretização fugaz de uma esperança, sem continuidade. *A posteriori*, poder-se-ia vir a dizer de um certo cinismo, tanto mais quanto, já depois dos primeiros malefícios da lestadada, a chuva virá a cair copiosamente... no mar (p. 119); tanto mais quanto não se voltará a falar de chuva, condição primeira da vida em Santo Antão.

Tal o rosto da chuva, a grande ausente de FVL.

Mas a mais importante das dimensões da chuva, personagem «agente», é a teleológica, porque é a que lhe confere um maior grau de ‘responsabilidade’ perante os humanos:

«A esperança nas águas e o temor da estiagem faziam parte de um hábito secular transmitido de geração a geração. Todos os anos era assim: a esperança descia em socorro daqueles que tinham o medo na alma, por isso ela era a última luz a consumir-se. Sim, a chuva chegaria um dia. Esperavam por ela como se espera pela sorte, no jogo. Se não viesse, a alternativa seria apertar o cinto, meter a coragem no coração para a luta, como qualquer homem pode fazer quando cai no meio da borrasca. Já estavam habituados. Vinha de trás, de longe, esta luta. Esperavam sempre: até o último momento. Até mesmo para lá do último momento. Mesmo aqueles que não sabiam esperar, e não acreditavam nas previsões dos homens, mesmo esses, não se atreviam a apagar, depressa, aquela luzinha; só no último minuto desesperavam, porque alguma coisa pode acontecer quando já ninguém pensa nela. A chuva era um símbolo de Fé. Crer nela ou não crer nela, a enviada de Nosso

Senhor. Entre esta fé e a escuridão, entre a coragem e o pânico, o povo escolhia a coragem e a fé porque eram tocadas pela luzinha da esperança. Perante a grandeza e o poder do Céu, a esperança era o melhor compromisso dos homens para com a vida. Não seria a melhor forma de fazer o Céu devedor dos homens?» (pp. 14 e 15).

Tal, insistimos, o rosto da chuva. Não anotámos ocorrências discursivas específicas de animização — personificação da chuva, ocorrências que efectivamente sublinhariam de forma mais evidente o estatuto de personagem desta força natural.

Outras das personagens — «agentes», não rigorosamente antropomórficas (tanto quanto a chuva), embora concebidas com actuações (des)humanizadas, são os ventos. Símbolos de instabilidade, de inconstância, os ventos, tratados por vezes como personagens colectivas («O nordeste é um exército invisível armado de vassouras.» — p. 26), desempenham um papel fulcral, motor primeiro da acção de FVL. Ora agem como oponentes entre si («Frente a frente, como irmãos inimigos, [...] (p. 26)), ora como adjuvantes nas adversidades que infligem aos humanos e seu universo agrário. Estão no primeiro caso o alíseo de nordeste e a monção húmida e no segundo aquele vento e a lestadada.

De fisionomias e actuações distintas, só a monção húmida de sul será potencialmente benfazeja a homens e plantas. Contrariada pelo nordeste, ela só pode investir nos intervalos «de descuido» (p. 26) em que ele se ausenta, «adormece, ou se esquece da sua missão de limpeza» (p. 26). Pertinaz lutadora contra o estatuto de clandestinidade que o nordeste ‘pretende’ conferir-lhe, usa do *savoir faire* de invadir «a atmosfera com as cautelas de quem entra pela porta traseira» (p. 26) e consegue trazer as primeiras águas, por vezes atordoadamente, violentamente. «Chuvas brabas» (diríamos), provocam enxurradas, desabamentos de terras, forte erosão do parco húmus que, descendo as vertentes, se espalha pelas praias e pelo mar circundante das Ilhas.

De algum modo como a monção húmida, o nordeste alia aspectos positivos a outros, neste caso mais numerosos, de sinal contrário. «Varre o ar, purifica-o. Leva para o mar os detritos suspensos nos espaços, arrasta os micróbios, os mosquitos. E as nuvens e a chuva também. Se

a atmosfera está saturada de humidade, e a hora H da precipitação é iminente, o nordeste varre tudo para o largo» (p. 26). É, entretanto, um «ventinho de feição para os navegantes» [...], um «vento bom para quem vai mar em fora e deixa para trás a sua Ilha!...» (p. 119). Comparativamente com o seu opositor, é «o exército mais forte e menos generoso» (p. 27). Concebido outras vezes como um indivíduo, assume uma postura leviana e boçal, de uma grosseria com laivos de animalesco: «O vento descia às patadas distraídas, rebolava no terreiro; depois de dançar uns momentos com a papaeira, descia a chã, roçava as charuteiras do caminho e subia de novo para o alto.» (pp. 32-33). É temperamental, intempestivo: «Acontece que o nordeste acorda a tempo de não permitir a formação de todo este cerimonial [o acastelar de nuvens, prenúncio da chuva], dispersa qualquer tentativa de agrupamento; indiferente aos seus benefícios, empurra para o Sul o exército líquido, que alija a preciosa carga no mar. Depois de furiosa e eficiente intervenção, de novo se ausenta; [...]» (p. 26).

Rival da monção húmida, contrapõe-se-lhe, numa «fúria danada» (p. 63); vingativo, exerce retaliações punitivas, brutais:

- «[...] sob o chicote cortante do nordeste de Fevereiro, [...]» (p. 100). «[...] sob o chicote do nordeste do Inverno.» (p. 118).
- «O nordeste, de um momento para outro, varreu as nuvens em direcção ao sul, e em poucas horas lançou as esperanças para lá da linha do horizonte.» (p. 119).
- «O vento cortante de Fevereiro soprava desalmadamente na noite estrelada e fria.» (p. 152).

O nordeste consente que se enraíze a dúvida e a esperança entre os humanos; depois, antecipará e coadjuvará a acção letal da lestada.

A lestada, a última das personagens «agentes», distingue-se pela absoluta negatividade dos seus traços caracterizadores. É associada a semas sugestivos de calor excessivo: «lume» (p. 75), «fornalha» (p. 81), «ar fervente» (p. 97), «língua de fogo» (p. 97), «Inferno» (p. 93). Possuída de um belicismo de fera, «a lestada devorava» (p. 94), «uivando» (p. 106). «Tamborilar» (p. 102), «esgrimir» (p. 102) remetem-nos também

para um cenário guerreiro. A lestadada é «a implacável destruição das esperanças dos homens» (p. 94), a «desintegração irremediável» (p. 94), pois actua «exterminando sem piedade» (p. 97). Nas casas, os próprios móveis «gemiam sob o látego do suor» (p. 107).

É ainda o «vento maligno» (p. 117) a «moléstia» (p.75) portadora de moléstias de vária ordem: «Quando vem lestadada, chuva não vem,» (p. 75); «o suor sufocava.» (p. 83); «Este suor põe-me a boca às feridas. Sufoca-me. Sinto a pele a arder...» (p. 88); «Meu Deus, este suor mata-me» (p. 91); «Meu Deus, este vento sufoca, rasga-me a pele como uma porção de facas finas. Que horror de tempo!...» (p. 92). Socialmente, com a fome surgem os primeiros assaltos e o despovoamento das pastagens, porque os donos dos rebanhos os mandam recolher para evitarem maiores prejuízos. Inerente, o desemprego implícito e o agravamento da marginalidade.

A sensualidade, por fim, poderia ser um traço antropomórfico positivo, se não se afirmasse pela rudez desajeitada: «Maria Alice correu para dentro, sufocada. O vento redemoinhava no terreiro, dançava junto da porta e entrava, perseguindo-a. Atirava-se a ela, picava-lhe a epiderme como mãos ásperas e febricitantes de homem loucamente apaixonado. Deixou-se ficar, tonta, a um canto, com a impressão de que vertia sangue de mil pequenas chagas.» (p. 92).

Verifica-se que o Autor recorre ao artifício discursivo da comparação mais frequentemente do que na apresentação dos dois outros ventos: de feições extremas, revelar-se-á decerto insuficiente o meio linguístico de caracterização directa, a adjectivação. Além dos recursos citados, que exemplificaremos de seguida, o Autor utiliza sobretudo, como nos casos do nordeste e da monção húmida, a referência aos efeitos da acção — neste particular só nefasta — da lestadada. E ocorrem utilizações mistas dos recursos referidos.

Alguns casos de caracterização por adjectivação: «vento ruim» (p. 75), «vento ardente» (p. 93), «uma lufada de ar fervente» (p. 97), «vento maligno» (p. 117).

Alguns casos de caracterização por comparação: «um vento que parece lume» (p. 75), «vento ruim como moléstia» (p. 75), «[...] como se fosse obra do diabo» (p. 75), «parece uma fornalha» (p. 81), «como uma

língua de fogo» (p. 97). Da comparação passa o Autor com facilidade à metáfora, como é o caso em: «Todo o madeirame crepitava como se um incêndio envolvesse a casa [comparação]. O Inferno abrira as suas portas e os anjos maus desceram para os campos, semeando labaredas com o seu hálito de fogo» (p. 107) [metáforas].

A alusão às consequências desastrosas da lestada é tão frequente e vasta que quase se não justifica um levantamento específico. Respiremos por isso apenas alguns exemplos:

- «Que é que acontece quando [o vento] vem daquele lado? Então é que vira lume e queima as plantas. Tudo o que estiver de riba de terra e for verde fica amarelo. Duma hora pra outra fica tudo estorrido, de crista pró chão, [...]» (p. 75).
- «Todas essas moléstias [...] iam certamente dar nisto: fome em Santo Antão.» (p. 76).
- «Nem todo o homem aguenta lestada...» (p. 102).
- «Isto deprime.» (p. 106).
- «Ficou olhando do umbral, protegendo a boca e o nariz com a ponta do xale. Miguel Alves acendeu a lâmpada, girando-a ao redor. Zepa e José da Cruz viram, numa rápida e trágica visão, os milhos martirizados, quase despidos de folhas, vergados para o solo. O fim duma batalha perdida.» (p. 106).

Os ventos condicionam, constringendo fisicamente, o raio e o tipo de actuação humana. A lestada atinge o grau máximo da ferocidade das forças adversas da natureza. Identifica-se com a tirania mais desumana. A sua sofreguidão destruidora só se saciará com a devastação obstinada, sistemática, maciça das suas vítimas, até à última. Nada ficará após a lestada, a não ser os escombros do combate, que tudo quanto era vivo — homens, animais, plantas — sucumbiu, que tudo quanto era obra do homem foi, no mundo rural, arrasado. A lestada consagrará o caos.

Em síntese, observamos globalmente:

- um primeiro nível de conflitos despoletados pela natureza (chuva, ventos) contra os homens;

- um segundo nível de conflitos entre os humanos, provindos dos desajustamentos sociais que a calamidade acarretara.

Feitas as restrições supra quanto ao seu estatuto de personagens «pacientes» (quando é às in-humanas/desumanas reservada a categoria de personagens «agentes»), consideramos no universo humano de FVL uma realidade dúplice, com divergências que bordarão a oposição; e todavia, radicando num mesmo todo geminal.

José da Cruz, «paciente» central, seria o herói no sentido de «aquele que conduz o fio da intriga e sem o qual não haveria história»⁽²⁹⁾. Num certo sentido, José da Cruz polariza a acção, sobretudo na «Primeira parte» de FVL. Em torno de si gira o círculo primário da família, com Zepa, a mulher, em primeira linha, e os meninos: Mochinho, Lela e Jó. Do filho mais velho, Leandro, não se impõe neste momento mais do que a referência, visto que, por assim dizer, é já mais uma visita do que um elemento integrante da família. Além da feição familiar, José da Cruz é o homem-da-terra ouvido e respeitado pelos seus pares, nhô João Felicia e nhô Manuelinho. Em plano secundário, alinham-se os familiares destes últimos e, intermediariamente, ocorrem as figuras da professora Maria Alice e de Miguel Alves.

A «Segunda parte» centra-se sobre Leandro, figura também, a seu modo, indissociável do meio (que no subcapítulo «Do espaço» deste capítulo, veremos com algum pormenor). No âmbito da movimentação desta personagem agruparemos Libânia, com motivações e afinidades particulares, mais do que os genericamente designados como «dani-nhos» e «mascarados». A viúva Aninhas da Assomada e Saltapedra aproximam-se deste núcleo.

FVL não é um romance psicológico nem propriamente um romance social, embora possa participar de algum modo das características das obras deste último tipo; será antes um romance de espaço. O problema de uma taxonomia genológica não nos preocupa neste particular, mas, se aqui o referimos pontualmente, é para afirmarmos que, não existindo em rigor, em FVL, conflitos dramáticos interpessoais de raiz endógena, será decerto menos relevante analisar com profundidade as interações entre as personagens humanas. Talvez revele uma maior pregnância a observa-

ção da sua humana funcionalidade relativa no políptico dinâmico em que se inserem, e a da especificidade das trajectórias que possam descrever.

É que, como atrás se disse e agora se frisa, regressando ao primeiro nível dos conflitos, a chuva e os ventos não se alteram na sua estatura de malignidade. Não se trata verdadeiramente de uma interacção biunívoca. Só os humanos sofrem as sucessivas e crescentes acometidas dos elementos. Personagens «agentes», exercem uma acção modeladora sobre os homens. Estes modificam-se fortemente, deformam-se psico-somática e socialmente. Os conflitos que virão a surgir entre os humanos não ocorrem de forma espontânea; têm uma motivação que lhes é, directamente, extrínseca, uma raiz mediata, profunda. Modificam-se vigorosamente as relações interpessoais, ocorrem desequilíbrios e irrecuperáveis fissuras no tecido social, consequências segundas da actividade indiscriminada dos elementos de uma natureza cega e agressiva.

Será, portanto, tendo em mente todas as considerações e reservas supra, que intentaremos a referência analítica às personagens «pacientes», os humanos, de FVL.

José da Cruz (JC)⁽³⁰⁾ — A austeridade da figura de José da Cruz reflecte a sobriedade tensa de uma paisagem. É a expressão humanizada da própria terra. O telurismo, traço mais saliente da sua personalidade, invade-lhe a fisionomia: De «malares ossudos e secos» (p. 68), «no rosto encovado, as órbitas pareciam duas cavernas escuras com dois pontos de lume dentro» (p. 68). O «farto bigode» (p. 18), «manso e caído como chorão» (p. 18), «austero» (p. 78), «ensombrava-lhe o queixo» (p. 68). «Seu rosto, todo iluminado, era duro como rocha» (p. 70). Note-se a própria raiz telúrica desta comparação; como acima: «As órbitas pareciam duas cavernas» (p. 68), ou ainda: «Como esses tamarindeiros do caminho do Porto Novo que os vendavais não derrubam, assim era ele.» (p. 17). Explícito é o trecho seguinte: «Havia neles qualquer coisa de terroso, como se fossem raízes arrancadas à terra. Raízes insepultas que Deus, com toques de varinha mágica, tivesse transformado em homem, mulher e filhos...» (pp. 78-79).

Com efeito, José da Cruz espelha (e identifica-se com) o despojamento de uma paisagem hirta mas fértil. É que, a esta monástica contenção de traços, corresponde um vigor anímico contagiante, uma confian-

ça segura e saudável nos homens, uma esperança sem barreiras. Exerce sobre os outros lavradores a acção de um conselheiro estimulante e, pelo exemplo, impregna-os constantemente dos valores de uma solidariedade prática e eficaz. Frontal, de uma verticalidade e estoicismo notáveis, é também o pai que aprecia e incentiva o filho, que se preocupa com a família, que compartilha com Zepa, a mulher, apreensões e esperanças.

A fidelidade indefectível à terra é a marca dominante da personalidade de José da Cruz, fidelidade posta à prova quando a lestada o fustiga com suas vergastadas repetidas, dolorosas mas não convincentes. Fisicamente, por exemplo, o seu rosto tornar-se-á «esquelético e barbudo» (p. 163).

Era funcionalmente necessária uma tal estatura física e moral para o demiurgo da chuva, o antagonista da lestada.

A outro nível, entre os humanos, dissemos já que José da Cruz exerce um ascendente sobre todas as personagens, mas, dentre aquelas com quem contracena, as que se lhe equiparam, sob ângulos diversos, são (pelo trabalho) João Felícia, nhô Manuelinho e, de algum modo, Miguel Alves; no plano familiar, Zepa, a companheira e, de forma particular, Leandro, o filho já homem.

A evolução da personalidade, princípios e atitudes da personagem José da Cruz fica a dever-se principalmente à acção desgastante da lestada, exterminadora de um sistema ecológico vital de uma sociedade rural sonhadamente harmónica.

É assim, por exemplo, que José da Cruz, que sempre recusara abandonar a terra, se verá compelido a fazê-lo, quando, aniquilada a família e adjacentes pela fome que a destruição das culturas trouxera, se vê absolutamente só. De lavrador a mendigo, com as implicações directas na integridade física, na sua própria imagem psico-social. O abalo, que agredira fortemente José da Cruz, irá corroendo de forma insistente e progressiva a sua inteireza, até que sucumbirá. Quase diríamos que nem aqui ele é sujeito: são as montanhas que lhe barram a vista e os sons que se esvaem; e, quando abraçado ao tamarindeiro:

«Uma grande nuvem negra abafou o Sol. As montanhas, de repente, desabaram. Todas as luzes se apagaram e as trevas envolveram a Ilha. E

quando a árvore tombou e o tronco se desfez na escuridão, José da Cruz caiu desamparado...» (p. 232).

É, assim, a falta de apoio telúrico que o vitima. José da Cruz morre de desenraizamento.

Leandro, filho mais velho de José da Cruz, é talvez a personagem mais cuidadosamente elaborada. Toda a sua trajectória é ponderada com minúcia, mesmo nas referências fornecidas por forma analéptica, que remetem para um tempo anterior ao da diegese. Não há traços redundantes gratuitos.

Do mesmo modo que José da Cruz é o demiurgo da chuva, o antagonista da lestada, Leandro é 'hoje' a presença demiúrgica do mal. Com raízes no arquétipo romântico do super-homem («Um monstro saído dos romances de Vítor Hugo» — p. 244), ele é uma espécie de cavaleiro negro, misterioso, temível, insubmisso, capaz de enormidades, de figura horrenda, marcada por um *fatum* implacável, portador de um segredo e, singularmente, um indivíduo inocente, sensível, capaz de comoção, com um peculiar sentido do bem, protector de indefesos, um incompreendido, um marginal(izado)). A maldição paterna há-de configurar nele o limite da rejeição social, a ruína afectiva absoluta.

Sacerdote da lestada, o cenário em que se move coincide também já com ele próprio. De resto, a sintonia caracterizadora *habitat*-homem que referimos em José da Cruz repete-se aqui, num quadro de sinal diverso, quase contrário e todavia complementar, como teremos a seu tempo oportunidade de analisar.

Pastor, Leandro é o homem da solidão e do silêncio, das altitudes da montanha inóspita, próxima dos absolutos, caos primordial, agrura à margem das civilizações. Força natural autêntica, «sentia-se feliz entre as montanhas e as nuvens, entre as carquejas rasteiras e as aves solitárias do céu» (p. 113). Entretanto «poucos homens se fizeram seus amigos. Notavam, logo à primeira vista, que ele era arisco, rancoroso, desconfiado. Raros mereceram a sua confiança; [...]» (p. 115). É que, quando narrava a «história patética» (p. 115) da cicatriz no rosto, «o dó e o horror dos outros revoltavam-no. Virava as costas e esgueirava-se com desprezo, e no fundo, desesperado» (p. 116).

Noutra perspectiva, dir-se-ia que Leandro fora modelado por uma conjuntura de circunstâncias especialmente adversas que, todavia, não puderam afeiçoar por completo uma natureza indomável. Responde à adversidade com um pragmatismo que abala os pilares conceptuais da ética tradicional:

- «— Era a minha falta — murmurou o rapaz soluçando. — Era a minha falta. Cada qual pra não morrer tira aos outros. Porque neste mundo uns têm de mais e outros não têm nada. Era a minha falta. — Xenxa tinha menos do que tu. Mas quem não tem não sabe quem não tem. — Era a minha falta — repetiu o salteador de cara escondida nas mãos.» (p. 190).
- «Cada um pra não morrer tira aos outros. Não tiraste o bocado que devias ter tirado pra não morrer...» (p. 193).

E, no entanto, o que, por outro lado, está em confronto é a pureza do homem natural *versus* a perversidade do homem socializado, ou a velha tese de Rousseau (1712-1778), noutras latitudes, à distância de mais de dois séculos.

Personagem emblemática, encontrará em Libânia afinidades de um destino que os aproxima — e esse será tão só o limbo da efémera felicidade possível entre as rochas, «suas companheiras na solidão e suas protectoras» (p. 113); e esse, quiçá, a possibilidade da própria perpetuação sua e da sua raça.

Representando José da Cruz e Leandro a dupla axialidade do universo de personagens «pacientes» de FVL, configurando-se eles, portanto, como as vítimas primeiras (e de algum modo também as últimas) da acção das personagens «agentes», todas as outras, além de poderem ser igualmente consideradas vítimas por via directa, são, de uma forma ou de outra, vítimas das vítimas. Dentre estas, destaquemos em primeiro lugar, Zepa.

Concebida como figura comovente, delicada e sonhadora, sem grande resistência física, Zepa é a segunda companheira de José da Cruz.

Actualização do arquétipo da condição da mulher campesina, ela fora em jovem alvo apetecido do deleite sensual dos rapazes «finos» das Ribeiras; reflectindo um certo despeito, os rapazes do lugar de Zepa (o Cidrão), rogavam-lhe pragas: «Com a tua soberbindade cais um dia da rocha e não tens quem te vá salvar» (pp. 67-68). Estranha praga que não se viu confirmada na sua feição conotativa, porque José da Cruz, viúvo já, «depois de algumas tentativas conseguiu convencê-la a vir viver com ele na Terranegra, com promessa de casamento» (p. 69), a ela que, pouco antes «fora ter o aborto [da ligação com o filho de nhô Teodoro, o patrão] na Ribeira da Cruz [...]» (p. 68). Todavia, pelo que respeita ao lado denotativo da referida praga, bem se pode dizer que para tarde se guardaria o cumprimento da profecia: efectivamente Zepa sucumbirá ao desabamento de uma rocha («quebrada»), que ficará em posição instável após os temporais (FVL, pp. 167-168).

Como um esteio ao lado do marido, ela incute-lhe confiança e coragem (disfarçando às vezes a própria dúvida), porque lhe pesa também a responsabilidade da vida dos filhos pequenos: «E Zepa pensou que a vida era uma só, e era isto: arranjar jeito, garantir a cachupa para aquelas bocas. Mas Novembro ia ser molhado este ano. “Océ vai ver”. E teve uma grande fé naquela chuva que seu homem desejava, desejava. Mas no fundo sentiu que essa fé começava a vacilar. Então um arrepio fino e frio percorreu-lhe o corpo...» (p. 71).

Verticalmente, Zepa cumpre o objectivo de caracterização psico-sócio-cultural — é a mulher-mãe que foi a rapariga, que alia ao espírito sonhador de outros tempos a ponderação, a ternura e o estoicismo que tipificam a partilha entre a resignação e a esperança.

No plano horizontal, isto é, sintagmaticamente, exerce (como já se disse) uma acção de apoio constante ao marido, colabora com ele na preparação dos filhos, articula o relacionamento entre Leandro e José da Cruz, estabelece gerais relações de boa vizinhança, tolera a custo a «bruxa» viúva Aninhas da Assomada, opõe-se, porém, embora em vão, à obstinação de José da Cruz em querer ficar na Terranegra: assistirá à morte dos filhos e ela própria morrerá⁽³¹⁾.

Adentro do tempo da diegese, afigura-se-nos que é das personagens em quem não se observa uma trajectória relevante.

Da constelação de José da Cruz-Zepa fazem parte essencial os meninos de ambos. Ainda que sob o estatuto de figurantes, eles documentam a prossecução (negada) da gesta de viver caboverdianamente, entre o mal presente e o bem esperado. Um pouco à maneira de outros meninos (de *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gornes), estas crianças não conhecem verdadeiramente o que seja a infância:

- «Porque infância de menino de campo é isto: trocar as mamas da mãe pelo cabo da enxada do pai. Porque o homem do campo não teve infância. Teve luta só, e luta braba. E esperanças e incertezas; a labuta das águas e o drama da estiagem marcados nas faces chupadas e no olhar sério.» (p. 52).

- «Os meninos trabalhavam do romper do dia à hora do recolher dos corvos. Mochinho e Lela eram empurrados da tarimba ainda tontos de sono. Matavam o jejum com uma racha de batata assada fria e meia caneca de leite, às vezes cachupa guisada, ou, de raro em raro, café de ervilha congo com mel e cuscuz; muniam-se das fundas e seguiam para os seus postos. Lela encarrapitava-se no «patamar» erguido no meio da Chãzinha, mèrada do lado de lá do caminho. Mochinho descia mais abaixo, ia acocorar-se à beira da Covoada, bom pedaço de várzea frescal de meia quarta de milho. A guarda aos corvos era o ofício mais importante da meninada, durante a quadra das sementeiras e mais tarde, quando começavam a formar-se as primeiras espigas, até às colheitas; ofício espinhoso e cheio de responsabilidades que a petizada detestava.» (p. 48).

Com o posto de ensino tão distante (edifício rudimentar destinado àquela função e também à de alojamento da jovem professora Maria Alice), os meninos vêem na prática negado o direito de acesso a uma escolarização mínima. Manuel Lopes não esquece, na caracterização das crianças, a referência às circunstâncias da corrente carência económica das famílias, circunstâncias que convergem para esta impossibilidade de escolarização. Vejamos os passos seguintes respigados respectivamente das páginas 59-60 e 62:

- «O posto de ensino ficava a mais de uma légua de distância, por maus caminhos; o menino levaria o dia inteiro nisso e não aguentaria o ano todo. Acabaria por desistir. Além disso sempre haviam de precisar dele, não sobraria tempo para qualquer trabalho caseiro. Mochinho tinha sempre que fazer fora. Era moço de mão rija, sabia executar as lides da horta, e dava umas sachadelas com a enxadinha, etc. Lela ia fazer falta à Zepa, para tratamento dos bichos, carregos de água e outros afazeres de ourela de casa. Mocinho calaceiro sim, o Lela, mas atilado, desenhava rabiscos no chão do terreiro com um graveto como se quisesse escrever a sua graça.»

- «[Maria Alicel Tinha dó da prematura seriedade e da timidez naquelas crianças que não sabiam divertir-se, tão diferentes das outras crianças, habituadas como estavam à monotonia dos trabalhos e à austeridade da sua vida.»

Estas crianças, só com deveres e quase sem direitos, não chegarão a conhecer sequer a idade adulta. A vida retirou-lhes o brincar, a despreocupação, a alegria e acabou por consentir que o flagelo as martirizasse e as destruísse. A sua situação de total impotência perante a gravidade das circunstâncias e da total ausência de defesas torna-as, como particularmente vulneráveis, no elemento que de forma mais específica propicia o terror e a piedade e, implícita, a repugnância absoluta pela cobardia do flagelador-flagelo. Eis a funcionalidade e o relevo destas personagens.

Num círculo diferente, mas ainda no âmbito de gravitação do casal José da Cruz-Zepa, João Felícia-Concha e Manuelinho-Chica constituem com os primeiros o grupo dos «corajosos e voluntariosos» (p. 16), porque «Naquela faixa de chão, perdida na largueza do Norte, os homens eram de várias castas» (p. 15).

Neste núcleo não importa propriamente uma caracterização individualizante de cada um. Vejamos só:

- «Concha era uma figurinha delicada, de ossos miúdos, magra e um pouco curvada para diante, no seu mandrião de riscas claras sobre a saia escura. José da Cruz costumava dizer a seu compadre Felícia

que, se havia neste mundo criaturas parecidas uma com a outra, eram a Zepa e a comadre Concha. “Na maneira toda mansa de falar e fazer os seus mandados, na fraqueza de pescoço pra carregos de cabeça, mesmo na figura, a parecença é tão grande que uma parece remedar a outra.”» (p. 20).

- [João Felícia] «Era um homenzarrão, espigado, de ar decidido. Tinha *também* um grande bigode; mas *ao contrário do de José da Cruz*, que era manso e caído como chorão, o seu era raivoso e puxado dos lados.» (p. 18).

- «João Felícia era um homem sensível, de coração na mão. Tinha a mulher e três meninos. *Como o Isé.*» (p. 109).

Como se observa, a caracterização destas personagens consegue-se à custa da referência ao paradigma que constituem José da Cruz-Zepa. (Os sublinhados são nossos).

O que une os elementos deste núcleo é uma mesma filosofia de vida: a entrega denodada, incondicional, à terra, ao trabalho, o espírito tenaz para lá da esperança, a solidariedade sobretudo quando cresce a adversidade. É um grupo que se opõe, pelo cunho positivo do seu pensar e do seu comportamento, a vários outros dos que constituem uma certa taxonomia tipológica da população, que Manuel Lopes organiza⁽³²⁾. Este é o grupo dos resistentes, dos estóicos, dos que lutam sem tréguas até o limite ou para lá dele, verdadeiros motores sociais da combatividade, inquebrantavelmente. Tipificam a vivência teluricista do ilhéu caboverdiano, em particular do rural. Dirá, por exemplo, João Felícia, a propósito dos estragos que a chuva provocara no tanque de José da Cruz, que se impõe reparar:

«Dez tanques estragados, dez tanques feitos de novo, e mais um. O último é dez vez maior que o primeiro.» (p. 54).

Imediatamente antes, José da Cruz interviera assim: [...] «Homem nasceu para remediar o que tá estragado. [...] E, nhô Manuelim, sabe que estrago de chuva é conserto de homem...» (p. 54).

«Tem algum mal que não tem remédio na vida?» (p. 109), interroga José da Cruz.

As duas primeiras das citações anteriores reportam-se à reconstrução do tanque de José da Cruz (como já se disse), tarefa em que todos se empenham — conforme já acontecera aquando da «sementeira em pó» — em regime de reciprocidade; a última citação é um comentário de rejeição às malfeitorias da lestadada.

É neste grupo de personagens que será possível assistir a trajectórias significativas, não por uma causalidade endógena, mas grandemente por motivos e condicionalismos exteriores. Assim, vê-las-emos forçadas pela «carestia», a aderirem ao êxodo crescente das populações circunvizinhas; elas que, pelo amor estrénuo à terra, se recusavam a aceitar a instalação da estiagem, ‘necessitaram’ de ver morrer-lhes as crianças (como aconteceu com Manuelinho e também com José da Cruz) para se persuadirem de que partir era efectivamente imperioso, porque ficar passava a ser a convivência com o flagelo, o auto-extermínio. Particularmente tocante é o episódio em que João Felícia, o ex-lavrador João Felícia, tendo já perdido Concha, a mulher, que não resistira à fome, tenta debalde apoderar-se de uma manga para saciar Joaninha, a filha. A humilhação que sofre ao ser-lhe descoberta a intenção constitui uma página conseguida, pelo carácter pungente que anima o discurso.

De forças vivas de uma povoação, a adversidade fa-las-á declinar progressivamente até à perda do saudável nervo anímico (que outrora contagiava mesmo os cépticos), até à destruição dos entes queridos, até à aniquilação moral (João Felícia), até à aniquilação física (José da Cruz). Corporiza este grupo a abrupta e iníqua translação de valores, isto é, inversão de valores. Manuel Lopes porá efectivamente a questão do significado da propriedade, num circunstancialismo limite:

[Leandro] «Viu diante de si o pai de braço estendido: “Vai da minha casa, desgraçado”. A palavra “minha casa” soara a falso. Nada, hoje, pertencia a ninguém. [...] Mas não valia nada dizer “a minha casa” porque no meio desta carestia só a desgraça era nossa.» (p. 165).

Esbatem-se as fronteiras entre o bem e o mal, relativizam-se as atitudes e os valores, mas não frutifica a tolerância, que o instinto da sobrevivência é o que se impõe a quaisquer outros valores. A rapinagem, como o linchamento, por exemplo, não são actos de violência gratuita: encontram um enquadramento sócio-económico que os propicia e explica. Por isso também se disse (p. 104) que se modificam «vigorosamente as relações interpessoais, ocorrem desequilíbrios e irrecuperáveis fissuras no tecido social, consequências segundas da actividade indiscriminada dos elementos de uma natureza cega e agressiva».

Cabe de seguida fazer referência a duas personagens de extracção pequeno-burguesa, mergulhadas entretanto no meio rural em que decorre essencialmente a acção de FVL. São elas Maria Alice, jovem professora, e Miguel Alves, funcionário público, com inconsistentes pretensões a proprietário agrícola. Naturais ambos de uma ilha diferente, São Vicente, foram razões de ordem profissional que os trouxeram a Santo Antão. O estrato social e, de algum modo, o estatuto de ‘estrangeiros’ ou de estranhos são responsáveis por um sentir completamente diverso do flagelo, se tomarmos por padrão a população campesina local. Não são tão relevantes para eles os valores teluricistas, pois a educação que, quer um quer outro, receberam, é de cunho livresco, o ambiente em que ela se processou, de cariz urbano; assim, os seus interesses aparecem demarcados já das vivências naturais das gentes de Terranegra. Um espírito solidário pode ser documentado em ocasiões correntes; mas, chegada a hora decisiva do sofrimento geral, hora provável e paradoxalmente estacionária, Maria Alice pensará no regresso (até porque já quase não tem alunos), Miguel Alves abomina a noite de lestada que teve de defrontar (demais a mais, após a frustrante visita à que fora sua companheira de viagem numa difícil travessia do Canal). Medularmente, caracteriza-os uma maneira de ser individualista.

Para Maria Alice, a lestada, a praga de gafanhotos, a estiagem, representam nas suas consequências essencialmente a fome: a que sofrem os seus alunos, progressiva e inexoravelmente dizimados; a que ela própria sofre (porque divide a refeição com os meninos e por que lhe são, por via de regra, interceptadas as encomendas de alimentos que a família lhe envia) e lhe põe em risco a saúde.

Inerente à fome, o roubo como luta pela subsistência é uma infracção que Maria Alice tem, a princípio, dificuldade em aceitar. Os seus próprios fundamentos éticos, julgava-os universais. E virá a afirmar, em carta à família: «Homem na falta é diferente de homem na fartura. Não quero confundir o primeiro com o segundo, porque cheguei à conclusão de que um esquece o que o outro foi...» (p. 130). Mais tarde já terá inflectido um pouco, com a amargura das lições vividas: «Devo dizer-vos que hoje não me admiro de ver gente cobiçar com tanta gana um pedaço de batata assada e até ser capaz de praticar um acto reprovável para o conseguir.» (p. 150). Não conseguiu, todavia, a jovem professora a plasticidade de relacionamento suficiente para a abordagem — que se queria discreta e reabilitante — de Libânia, filha de nha Gaída, «a mulher que lavava a roupa, ajudava nos mandados e fazia companhia a Maria Alice» (p. 61), numa ocasião em que a rapariguinha se deixou tentar por uma lata de doce. O móbil, ninharia quase para a professora, não o era, de modo nenhum, para Libânia, sempre privada do essencial, quanto mais de uma guloseima. Tal falta de tacto, involuntária obviamente, faria de Maria Alice a responsável moral pelo castigo drástico que Libânia receberia da mãe, ferida na imagem da sua dignidade e honradez, e, mais grave, pela ‘queda’ subsequente que afastaria a rapariga da família, a poria na iminência de morrer nas montanhas... se Leandro não a tivesse, entretanto, entrevisto e, depois, salvo. O móbil, ninharia quase para a professora — repete-se — não chegaria decerto a constituir-se em problema se o circunstancialismo não fosse o do flagelo. Maria Alice, vítima; Libânia, vítima também daquela vítima; e vítima maior.

Os restantes traços da personalidade de Maria Alice configuram de facto a menina afável, «boazinha, [que] não maltratava os meninos» (p. 58), que lia Mme. Delly ou fazia renda quando as aulas terminavam, que chorava silenciosamente ao entardecer seu «chorinho romântico, de menina só...» (p. 62). Partilhada por um desejo difuso e o receio da presença masculina, gostaria que tudo se passasse com Miguel Alves com «naturalidade», sem sobressaltos, como entre irmãos, entre companheiros. Chocada pela fogosidade de Miguel Alves, ela será vítima também dos seus próprios preconceitos⁽³³⁾.

Miguel Alves, por sua parte, não é, efectivamente, um homem de Terranegra. Distanciam-no as marcas exteriores do porte, do vestuário, das atitudes. Aparece «bem vestido» (p. 81), com relógio de pulso (p. 80), óculos escuros (p. 83), adaptando-se com dificuldade ao transporte em mula. É o guia quem lhe leva a pasta de couro (p. 72). Todos estes traços contribuem no seu conjunto para uma congruente máscara do tímido que, conhecedor dos «seus próprios limites» (p. 79), deles se pretende «desferrar» (p. 79). Acrescem as atitudes de pretensioso, a criar ilusões sem fundamento nos outros e em si próprio, a prometer vir a assumir-se como um proprietário rural, um patrão compreensivo, de feição paternalista («É preciso ajudar» – p. 81), a mudar rapidamente de projectos, numa volubilidade, para os circunstantes, inexplicavelmente contundente. Tímido, é também, por outro lado, desajeitado e brusco no seu relacionamento com Maria Alice; não sabendo ser igual a si próprio, o comportamento um tanto desajustado justificará parte do seu fracasso junto da professora, do seu fracasso, aliás, consigo mesmo.

Considerando que a respeitabilidade só lhe poderá advir da posse de bens e da «suposição dessa pobre gente de que ele era poderoso» (p. 79), descuro o ser e não se encontra na sua própria identidade. Ilude a busca de soluções e pretende satisfazer-se com o fictício.

Miguel Alves virá a possuir uma pequena propriedade de regadio que responderá, ainda que «em muito pequena escala» (p. 221), aos seus sonhos. O êxito da empresa alimenta-lhe devaneios, um tanto megalómanos, no meio dos quais o aparecimento dos pobres-que-pedem provoca um calafrio, a impotência de uma solução satisfatória, um injusto incómodo indisfarçável:

«Doía-lhe ver as crianças metidas nas misérias deste mundo. Os homens podiam evitar isso. *Fingir*⁽³⁴⁾ que não há sofrimentos no mundo, *fingir*⁽³⁴⁾ que a vida não é o que é... Qualquer coisa assim... a custa de todos os sacrifícios, se fosse preciso... Quase odiou esses dois esqueletos que se afastavam. Surgiam, assim, no meio das suas fantasias. Essa brutal intromissão da realidade mostrava, por momentos, a inconsciência dos seus sonhos. O peso da vida estorvava-lhes o esvoaçar das asas...» (pp. 222-223).

Miguel Alves não se condói propriamente das crianças e dos que sofrem: odeia-os porque interferem no seu mundo fictício, na sua felicidade caseira, de torre de marfim pequeno-burguesa. Miguel Alves carece de uma perspectiva sócio-política da vida, ou a que possui é limitada e mesquinha, consentânea, aliás, no seu desenho com as coordenadas sócio-económicas e culturais que lhe enquadram a existência e a trajectória.

Parece-nos que nestas duas figuras — Maria Alice e Miguel Alves (nomes de iniciais coincidentes, de resto) —, mais decerto ainda do que em quaisquer outras, sobreleva a funcionalidade na economia diegética sobre a especificidade fisionómica ou de percurso. Estas personagens, vindas de um universo geo-sociológico distante, ‘devem’ reagir ao flagelo de um modo diferente; e, ainda assim, não deixarão de, a seu modo, ser também vítimas. Com efeito, não há na sua essência bio-sociológica o compromisso teluricista que ‘marca’ os rurais de Santo Antão; outra é a sua razão de existir.

Cumpre-nos finalmente uma muito rápida referência globalizante às figuras pressagas da viúva Aninhas da Assomada e de Saltapedra, representantes dos daninhos/mascarados, figuras que todavia não atingem a dimensão quase mítica de Leandro.

Velha e viúva, de «vulto esguio e negro» (p. 73), «o único dente da sua boca espreitava entre os beiços murchos» (p. 126). «Com seus passinhos de jerico chouteiro» (p. 35), «só descia à Terranegra para trazer más novas, como ave de mau agoiro» (p. 47). Comprazia-se na divulgação da desgraça e tal contribuía também para a fama de feiticeira (p. 73); sempre se lamentava, apesar de «dona de boas terras» (p. 16). Mestreira no insinuar insolente da difamação (pp. 127-128) como no roubo sem deixar vestígios (p. 126), pode tornar-se perigosamente aliciante e provocadora. Veja-se o episódio (pp. 153-156) em que, em contracena com Leandro, a personagem em causa é magistralmente apresentada, coleando entre a sedução sensual, a chantagem e a ameaça de calúnia. A provocação havia de assumir um tal grau de ousadia que Leandro, ripostando, viria a asfixiá-la, não sem pequena dificuldade.

A viúva Aninhas é a quinta-essência do mal em forma de gente, força da vingança viva, sem um traço que seja que inspire simpatia ao leitor:

a negatividade moral da condição humana no seu limite, negatividade não gratuita, obviamente (nem textual nem discursivamente).

Ao contrário da viúva Aninhas que desce à Terranegra e, tolerada apenas, vai convivendo, Saltapedra, como protótipo do «daninho», vive na periferia e só excepcionalmente aparece na povoação. A sua acção é sumamente subtil: não é por acaso que lhe chamam «Saltapedra»:

- «Os pés do Saltapedra não deixavam sinal como os pés dos outros homens. Homem que não traça caminho é falso, não é pessoa de confiança. Tanto surdia de um lado como do outro porque não tinha caminho certo. Era de má raça, dos desimportados da vida, sem caminho certo e sem cara certa, gente de mau sentido que, em soando a hora negra, viravam “daninhos” na calada, protegidos pelas trevas da noite, saltavam para os quintais dos outros e, sem ruído, esvaziavam-lhes as capoeiras, os currais, os chiqueiros.» (p. 15).

- «[...] corria no escuro como gato, via de noite como os outros homens vêem de dia» (p. 159).

Caracterizam-no irritantes «gargalhadas sinistras» (p. 171). «Sem cara certa», como referimos acima, com a mesma flexibilidade covarde de Aninhas, insinua e de imediato nega a insinuação (pp. 159-160).

O «mascarado» é a versão rupestre do «daninho»:

- «Havia os que viviam mais perto das rochas, vagabundos e pastores, que se iam abrigar nas montanhas junto dos trilhos ermos, e tornavam-se “mascarados”. Quando as calamidades assolavam a Ilha, os mascarados caíam sobre os jornadeiros como corvos sobre milharal. Em pleno dia apareciam e desapareciam no silêncio dos caminhos perdidos, disfarçados com peles de cabra, como espíritos de mau agoiro.» (pp. 15-16)⁽³⁵⁾.

- «Aos mascarados, não é possível por-lhes as mãos de riba. As montanhas pertencem-lhes. Visam as vítimas a quilómetros de distância; têm tempo de se prepararem para a fuga ou para o ataque. Surgem de repente a dois passos da presa e, quando desaparecem, não deixam rasto. As montanhas não os denunciam.» (p. 119).

Gente das periferias, franjas, escória social peculiar dum espaço exíguo e de um tempo inclemente e incoercível, afirmação desesperada da luta pela sobrevivência e de algum oportunismo, quando já as balizas da moral se arrogaram o cariz de puro preconceito, bizarria sem sentido, inconsistente, porque a lei é agora exclusivamente esta: flagelar para ser menos flagelado — subprodutos do flagelo.

Declinamos comentários às figuras do chefe do posto e dos caixeiros de Porto Novo, por desempenharem um papel pontual (ainda que relevante na caracterização de um grupo social urbano), do ponto de vista da economia diegética.

Dizíamos no início deste subcapítulo («Sistema de personagens») (p. 95) que «a *funcionalidade das personagens numa obra romanesca é, pelo menos, dupla*: cada personagem encarna, na economia narrativa, um papel, compromete-se a cumprir um objectivo de caracterização psico-sócio-cultural, num plano paradigmático, e joga também simultaneamente numa interacção múltipla directa ou indirecta com todas as outras personagens do sistema, de acordo com uma planificação prévia de intervenções significativas (plano sintagmático)».

Ampliaremos agora, com M. Bakhtine, o âmbito daquela afirmação: «Partout, *un ensemble déterminé d'idées, de réflexions, de mots est distribué entre plusieurs voix distinctes avec une tonalité différente dans chacune d'elles. L'auteur a pour objet non pas la totalité idéale considérée comme neutre et égale à elle-même, mais la discussion d'un problème par plusieurs voix différentes, son plurivocalisme, son hétérovocalisme* fondamentale et inéluctable»⁽³⁶⁾.

Assim, cada personagem vê ultrapassada a sua individualidade diegeticamente significativa, as suas estritas e específicas finalidades apontadas acima, pelo tecido relacional que ajuda a entretecer e que não se confina exclusivamente à interacção entre personagens. Na complexidade romanesca «les éléments incompatibles de la matière littéraire [de Dostoievski] sont répartis entre plusieurs mondes et entre plusieurs consciences autonomes; ils représentent non pas un point de vue unique, mais plusieurs points de vue, entiers et autonomes, et ce ne sont pas directement les matériaux, mais les différents mondes, consciences et points de vue qui s'associent en une unité supérieure, au second degré, si l'on peut dire, celle du roman polyphonique»⁽³⁷⁾.

Estas considerações, que põem também em evidência o carácter solidário dos elementos da polifonia, poderiam apor-se conclusivamente, de forma também pertinente, após a análise global do romance, pois «Les rapports dialogiques s'établissent entre tous les éléments structuraux du roman [...]. Et donc le phénomène dialogique dépasse de très loin les relations entre les répliques d'un dialogue formellement produit»⁽³⁸⁾.

4. DO ESPAÇO

4.1. Do espaço físico

Romance de espaço, esta categoria é em FVL, uma das de maior relevo.

Do mesmo modo que a unidade global da acção, caracterizadora da narrativa de FVL, compreende entretanto duas sub-unidades, de acordo com cada uma das grandes partes da obra, também, pelo que respeita ao espaço, podemos considerar uma genérica unidade que irá, por sua vez, fracturar-se. Toda a acção decorre, com efeito, na Ilha de Santo António, mas adentro dessa unidade espacial, verifica-se que Terranegra⁽³⁹⁾ configura o cenário da «Primeira parte» de FVL, enquanto a «Segunda» vai desenrolar-se sobretudo na montanha (planalto do Campo Grande), mas também na estrada em construção, de Porto Novo para o interior, e ainda naquela vila litoral.

A diversidade de segunda instância que se encontra na «Segunda parte» da obra corresponde a um desvio forçado pela diegese: o flagelo, dizimando culturas e população, faz deslocar o enfoque da acção para uma espacialidade diferente da do universo socializado que fora Terranegra. Assim, em primeiro lugar, a montanha é, por oposição, o local vasto e inacessível de refúgio do escorraçado, do marginal(izado); é o mundo espontâneo, agreste, adâmico, amoral, que acolhe Leandro, que o protege, que lhe concede um *intermezzo* de felicidade, a hipótese de sobrevivência na plausibilidade da concepção de um filho, e que é mesmo conivente com a rapinagem a que, porque *in extremis*, ele tem de recorrer: «As montanhas não o[s] denunciam.» (p. 119). Por outra parte, a estrada, a construção da estrada, é o espaço de recurso que empregará

a mão-de-obra dos retirantes, camponeses empurrados das suas ruínas, em busca da garantia de sobrevivência. Porto Novo, finalmente, documenta o contraste urbano; facilita uma justiça sumária, iníqua e de consequências fatais.

Há, por isso, como vemos, uma lógica causal, uma motivação na deslocação do cenário.

Raros os ambientes interiores: o espaço, na sua exterioridade, parece sublinhar o carácter generalizado da calamidade, completamente a nu. Com efeito, dentre os pouco abundantes espaços interiores, citaremos apenas, como mais representativos: a casa de José da Cruz (cenas do pequeno almoço familiar, da vinda de Leandro e da de Miguel Alves, entre outras); o funco de José da Cruz, onde se retira para meditar sobre a vinda da chuva; a casa-escola de Maria Alice (cenas da vinda de Miguel Alves; episódio de Libânia); a gruta rupestre de Leandro (o amor).

Sítios da familiaridade, da intimidade, da singeleza, de uma espacialidade restrita, que contribuem porventura mais especificamente para a caracterização psicológica das personagens; locais em que o indivíduo se isola, se encontra a si próprio fora da multidão, se confronta no máximo com os mais próximos, nunca em grande grupo. É, todavia, de notar que em FVL, mais do que em *Chuva Braba*, ocorrem situações de diálogo com três e quatro interlocutores: José da Cruz, João Felícia, Manuelinho (reconstrução do tanque, FVL, p. 54); José da Cruz, Miguel Alves, o guia, Zepa (Miguel Alves volta a Terranegra, FVL, pp. 100-101); José da Cruz, Zepa, Leandro (qualquer das visitas deste), FVL, pp. 134 e 163).

Pelo que respeita em particular à gruta, permitimo-nos relembrar o passo já citado de Mírcea Elíade (p. 93 nota 23): «As grutas são retiros secretos, morada dos imortais taoístas e local das iniciações. Representam um mundo paradisíaco, e por esta razão a sua entrada é difícil»⁽⁴⁰⁾ Sublinhemos que a gruta é efectivamente concebida como uma ilha, «refúgio longínquo do sinistro *Robinson Crusóé* do Campo Grande [...]» (p. 180).

Como já referíamos em «Sistemas de personagens», pp. 104 e 106, cremos que de novo se verifica uma convergência caracterizadora, uma achega à modelação da fisionomia e funcionalidade da figura de Leandro; figura e *habitat* mimético que se revestem de uma dimensão simbólica. Diz Philippe Hamon: «Un autre procédé très employé est celui du

décor (milieu) “en accord” (ou en désaccord) avec les sentiments ou les pensées des personnages: personnage heureux situé dans un “locus amoenus”, personnage malheureux dans un lieu angoissant, etc.. Nous avons là, à grande échelle, une sorte de “métonymie narrative”: le tout pour la partie, le décor pour le personnage, l’habitat pour l’habitant, [...]»⁽⁴¹⁾.

Aos poucos espaços interiores, fechados, de circunscrição interaccional especificamente individualizante, mais frequentes no tratamento do meio pequeno de Terranegra («Primeira parte»), contrapõem-se, entretanto, os muito mais numerosos e significativos locais da grande espacialidade aberta. Em FVL o espaço é, antes de mais, a terra.

FVL constitui a narrativa de um colectivo, um herói colectivo, numa homologia antropocómica, e o palco em que ele se move não suporta *grosso modo* senão as limitações naturais. Cena e actor(es) são ‘realizações’ diversas de um mesmo plasma telúrico primordial. Por isso é ao ar livre que decorrem, na sua generalidade, os contactos no mundo rural ou as festividades (muito mais próximo da natureza do que o mundo da privacidade doméstica, típica das sociedades urbanas): é no terreiro da casa do compadre João Felícia que José da Cruz lhe vai comunicar o sonho — pressentimento da chuva, como é no terreiro de nhô Manuelinho que se fará o serão «de viola e cantiga» (p. 65), ao luar, como é ainda nos terreiros em geral que se celebra o casamenteiro Santo André em «anos de boas águas» (pp. 122-123). E é evidente que os grandes actos agrícolas — sementeira, guarda dos corvos, restauro do melador — se desenrolam em plena natureza, interferindo directamente na cena, que suportará também a tragédia: efeitos das enxurradas, devastação das culturas provocada pelos ventos, êxodo das populações. Mas a amplidão máxima do cenário, em termos referenciais e simbólicos, encontramos-la na montanha, que acaba por dominar, por assim dizer, toda a «Segunda parte» de FVL. É pelas altitudes vastas e inóspitas do Campo Grande, pela «proximidade do céu» do Topo de Coroa que campeia Leandro, descendente d’«aqueles que procuravam as montanhas [no tempo da colonização] em busca de exígua liberdade»⁽⁴²⁾.

«Era uma vida de bicho aquela de lidar com bichos, no abandono das terras altas batidas pelos escaldantes raios do Sol dos estios e pe-

los ventos cortantes das noites inverniais. Nem todos aguentavam muito tempo o silêncio daquela paisagem hostil.

[...]

Afora os pastores, que viviam cada um para a sua banda, e as carregadeiras e homens levando adiante burricos de carga e que mal se distinguiam na lonjura, aqueles ermos eram despidos de gente. A área de pastagem que ele escolhera ficava arredada das rotas dos jornadeiros. Ele e os seus bichos vagueavam pelos córregos, entre cabeças ásperas do planalto inóspito. [...] Em outras áreas do planalto, nas clareiras onde rectângulos de verde ardido se escondiam entre blocos de granito descarnado, outros pastores guardavam o gado doutros donos.» (pp. 111-112).

Topo de Coroa, o «espigão montanhoso da Ilha» (p. 113), destacando-se na paisagem, isola-se; é para Leandro um ponto de referência e orientação no labirinto.

«Era um nunca acabar de gargantas que iam ter a vários lugarejos ou a parte alguma; desfiladeiros, córregos, picos, ravinhas, morros que separavam o planalto das terras declivosas dos campos lavrados do Sul, para as bandas do Canal de S. Vicente, e do Norte, nas vertentes opostas, conhecia-os a todos como aos dez dedos das suas mãos. Parava, olhava para o Topo de Coroa e determinava logo a posição em que se achava. Conhecia os sulcos perdidos que desapareciam bruscamente aqui e iam aparecer mais adiante. Poucos conheciam, como ele, os esconderijos das cabras bravas nos contrafortes, a oeste da Ilha, e nas vertentes ravinosas, cavadas de abismos, do Topo de Coroa.» (p. 114).

Na sua eminência, a montanha parece elevar Leandro além das medidas comuns:

«Às vezes, quando o silêncio trepava a alturas infinitas, Leandro julgava ouvi-las [às estrelas] crepitar, como lenha a arder, tão perto se achava delas.» (p. 113).

E na montanha ele ultrapassará a sua própria medida, na provável concepção de um filho.

Na verdade, a montanha não é pátria senão de alguns; por isso se aludia acima ao silêncio, como com frequência se sublinha a solidão; mas uma solidão muito especial, porque uma particular animização-hominização vivifica e povoa a paisagem:

«Para Leandro, o planalto do Campo Grande não era um ermo morto de morros escuros, colinas nuas, caminhos perdidos, córregos secos e raras carquejas solitárias. Comparava-o a um grande povoado cheio de silêncio, com ruas amplas, becos estreitos e tortuosos e casas de portas e janelas cerradas. Um grande povoado onde a meditação e a paz pesavam sobre as criaturas humanas e davam a impressão de que não existiam. Para Leandro, os penedos solitários, os pedregulhos negros, os paredões de granito representavam figuras humanas com gestos e palavras, e seus silêncios cheios de generosas intenções. Compreendia essas criaturas que viviam em repouso. As suas intenções eram sempre de amizade e camaradagem, e os seus gestos protectores e simples. Não o odiavam. Não o denunciavam. Quando andava para cá e para lá, não passava de um desempregado em busca de ocupação pelas ruas comerciais dum grande aglomerado populacional indiferente à vida de cada um, mas generoso nas ofertas de trabalho, nas dádivas de oportunidades e na protecção aos seus habitantes. Era um meio grande onde não havia intrigas nem malquerenças. Quando um “ofício” se lhe apresentava, Leandro agia com decisão, e procurava tirar todo o lucro que dele pudesse advir.

Conhecia os pontos estratégicos. Sabia qual o monte que lhe oferecia melhor domínio visual dos pontos nevrálgicos, dos cruzamentos de caminho que ligavam as regiões mais importantes da Ilha de uma vertente a outra do planalto. Havia horas em que era inútil andar pelas ruas da cidade do silêncio.» (pp. 172-173).

Lugar, de facto, só para poucos, reitera-se: assim, o cidadão Miguel Alves abominará a travessia do planalto, demais a mais na hora em que a lestada começa a fazer-se sentir, e Maria Alice, que lê Mme. Dely e se envolve em nostalgia, vê assim a paisagem montanhosa nocturna:

«Que horríveis, de noite, esses ermos, esses píncaros solitários envolvidos de treva e vento, essas gargantas estreitas entre rochas corta-

das a pique onde os ventos uivam, esses caminhos íngremes e escorregadios, onde a morte espreita a cada passo.» (p. 92).

Todavia, alguma razão parece assistir-lhe, num pressentimento angustioso, já que será na montanha — e na noite da montanha — que se saberá Leandro perdido, sem hipóteses de sobreviver; como será na montanha que se perderão Libânia e o seu novo companheiro: converte-se a montanha no cenário polissémico da perdição?

Contraste nítido com o panorama da montanha estabelece Manuel Lopes ao caracterizar uma paisagem cultivada de timbre feminino, pelo predomínio de horizontalidade, de verdura e de humidade; refere-a com a ternura e a devoção (quase) religiosa dos naturais — devoção que atinge, aliás, o grau de uma comunhão no primeiro excerto:

- «Aspirou o ar, impregnado de um cheiro gordo e bom a terra saturada. Sentiu-o penetrar-lhe o sangue como uma comida substancial entrando num estômago faminto.» (p. 34).

- «Os campos que dias antes foram vermelhão e pó, cobriam-se, agora, dum manto cinzento escuro, quase negro, que é a cor da terra enfiada. Os fios de água clara, brilhando ao sol como cristais, riscavam o negro dos penhascos.

Os tapumes de pastio, as várzeas de cultivo pontilhadas de covachos arruinados, as toalhas de *lapili* pomítico e os morros arredondados como grandes vagas de calema sucediam-se rolando para o litoral, banhados por um sol fecundador.» (p. 45).

- «As águas da sementeira enchem os campos de verde, a cor da esperança.» (p. 64).

- «[...] e como o milho estava viçoso! Terra preta, da boa, não havia dúvida.» (p. 82).

- «Terra boa e frescal, cai sempre um orvalho naqueles ribados mesmo quando a chuva não chega lá.» (p. 102).

- «E não havia tempo para gozar as sombras das árvores. As chãs da Ribeira das Patas; os regadios; água a correr nas levadas; laranjeiras carregadas de ouro; bananeiras; canaviais; hortas de tabaco; [...]» (p. 145).

Na ausência das chuvas, porém:

- «A canícula passeava os campos pelados. Aragem preguiçosa descia, de raro a raro, em curtos vagabundeios, dos cimos da serra, redemoinhava à roda das casas e dos arbustos esgueldados, roçava a poeira vermelha do chão puído que flutuava aquecida pelos raios do Sol, impregnando a atmosfera de um odor a colorau ardido.» (p. 13).
- «Sob o céu ensanguentado, a lestadada devorava a superfície verde dos campos... dança de roda, aqui e ali.» (p. 94).

E o mar? Ele é, em FVL, uma presença longínqua, quase ausente, ainda que por vezes bela, ainda que por vezes ‘cínica’. O mar é, por exemplo, o que, por ironia trágica, eventualmente recebe a precipitação das nuvens, de que a terra tanto necessitaria, o que, depois, se alimenta do húmus erodido das chuvadas; e a ilha fica mais descarnada.

- «[...]as enxurradas abrem fendas, arrastam a terra vermelha nas vertentes, as ribeiras derramam no oceano o sangue rico da terra. Dos desmoraamentos só ossos ficam nos caminhos; o resto é devorado pelo mar, que envolve as ilhas de larga faixa cor de barro, como sinal derradeiro de uma carnificina sangrenta. O lento naufrágio da carne viva das Ilhas é o preço da generosidade do Céu...» (p. 27).
- «Sobre o mar choveu copiosamente, por vezes. Os rabos de água eram bem visíveis e causavam ansiedade e comoção em quem os contemplava. Cortinas de chuva, prateadas, aproximavam-se do litoral e antes de tocarem a terra desvaneciam-se ou faziam meia volta, desenhando arabescos pálidos no mar.» (p. 119).

Relembremos que FVL é o romance da terra e, assim, a vertente litoral/marítima do viver caboverdiano parece, aqui, praticamente ignorada. Respigamos, todavia, entre outros, os passos seguintes:

- «[...] Simplesmente [Miguel Alves] olhava o panorama que se avistava para lá da porta, até o mar, e achava bonito. A vista estendia-se por léguas e léguas sobre campos de verdura ondulante. Sim, senhores, muito bonito. [...] A vista era realmente soberba. Em face dessa constatação irrefutável, [...]» (p. 78).

- «A tarde caía. Diante dele [José da Cruz], no extremo da linha do mar, o Sol parecia uma enorme laranja tombada de podre, mergulhando num charco.» (p. 146).

Em suma, no que respeita ao espaço físico, verifica-se que, ao longo da obra, ele sublinha a desagregação progressiva e irreversível da comunidade rural de Terranegra. Do espaço convivencial e fértil que nos foi dado conhecer no início de FVL, nada vai restar mais do que destroços raros. Da montanha cresceu a rapinagem aparentemente impune dos deserdados, na hora em que «no meio desta carestia só a desgraça era nossa.» (p. 165). O êxodo da população arranca-a do rincão natal, na procura do pão mirífico da estrada («Na terra de Canaan...» p. 145). E a estrada será, pela debilidade a que os homens chegaram e pelo desenraizamento, uma forma adiada de morte.

A pluralidade discreta de localizações produz, pois, um embricamento funcional, necessário e significativo, no que respeita ao desenrolar da acção e às relações entre personagens («agentes»/«pacientes» e «pacientes» entre si). E, a despeito da pluralidade considerada ou até: à custa dessa pluralidade, constrói-se a unidade plurifacetada do espaço físico de FVL. Quanto à leitura trágica que o espaço viabiliza em FVL, remetemos o leitor para 5.1.1., p. 76 e segs.

4.2. Do espaço social

A recriação de atmosferas sociais informa geralmente das relações de solidariedade no mundo rural. São disso exemplo os casos seguintes: José da Cruz e seus pares na hora da perplexidade perante a incerteza da evolução do tempo meteorológico, na hora da «sementeira em pó», na do restauro do melador. Mas não só o trabalho se partilha: o serão no terreiro de nhô Manuelinho documenta a comunhão da alegria e da esperança. Toca-se, canta-se e dança-se num geral louvor à chuva, condição primordial da vida da Ilha. É uma manifestação peculiar de uma religiosidade essencial⁽⁴³⁾. E, embora o êxodo das populações traga um comum denominador ambiental de pessimismo, parece-nos que a

ansiedade de superar uma situação difícil reúne de novo as pessoas no companheirismo da marcha.

Qualquer uma das atmosferas sociais referidas conflui no delineamento do perfil de actuação do povo como personagem colectiva. Como já tivemos ocasião de referir (cf. pp. 108-109), as instâncias Personagem — Espaço — Tempo apresentam uma funcionalidade de recíproca caracterização, estruturalmente relevante. Com efeito, as mencionadas categorias apenas são isoladas, por artifício descritivo da análise.

Os exemplos de espaço social citados reportam-se todos à «Primeira parte» de FVL. Se, entretanto, considerarmos o ambiente da estrada ou de Porto Novo («Segunda parte»), poderemos notar que, ao contrário do que ocorria na «Primeira parte» (espaço da ruralidade), as situações focadas sublinham o egoísmo de uma desesperada luta pela sobrevivência, salientam o descarnamento radical da afectividade. Concha, mulher de João Felícia, morre; desorientado, ele divaga sem rumo com Joaniinha e, quando regressa ao funco, dá-se conta de que os seus parques bens tinham já desaparecido. Outros casos: a suspeição que arbitrariamente recai sobre Leandro como autor alegado de um homicídio, a recusa dos caixeiros de Porto Novo de lhe venderem as prendas para Libânia, o linchamento, reflectem uma atmosfera de intolerância latente, que é consequência da insustentável situação de miséria geral («carestia») e causa de agravadas iniquidades.

Esta desgraça, que atrai a desgraça e busca um bode expiatório (Leandro), inscreve-se no clima trágico que se respira ao longo de toda a acção de FVL, acção cuja densidade se intensifica, por acumulação, inexoravelmente.

Verifica-se, pois, que o medo individualiza as reacções, enquanto a esperança propendia à solidariedade dos gestos. Daqui se pode inferir também o carácter dinâmico do «espaço social».

Observa-se, por outra parte, que, se acima aludimos a «uma atmosfera de intolerância latente» é porque não parece muito nítida, neste campo, uma delimitação entre o espaço social e uma comum atmosfera psicológica.

Do espaço social diríamos ainda que em FVL ele não se assume praticamente como signo ideológico da desigualdade social. A denúncia, pre-

sente embora, é subtil, não central, voz mais abrangentemente constativa do que voz da revolta ou sequer da reivindicação. É certo que, por exemplo, nhô Jaime Álvaro e Miguel Alves se apresentam como figuras controversas do patrão:

• «— Aqui o senhor Miguel Alves veio ver estas terras, nhô Isé — informou o rapaz quando entraram para o terreiro.

— Quais terras? perguntou o lavrador de queixo estendido para Nhinhô, sem deixar de observar de soslaio o recém-vindo.

— Estas — insistiu o rapaz. Foi nhô Jaime Álvaro que mandou. Ele disse pra você mostrar. Naturalmente ele quer vender...

Josê da Cruz trocou um olhar interrogativo com a mulher, depois do que, guardou curto silêncio.

— Nhô Jaime não avisou. Não sei de nada.» (pp. 76-77).

• «[...] Dono novo é mau destino na vida do lavrador. Vem cheio de soberbindade, dando ordens, metendo o nariz em tudo, querendo saber... Nunca gostei desta história de dono novo. Este, então, não gostei muito dele. — Zepa fez uma pausa para tomar fôlego, e mudou de tom. — Não sei porquê nhô Álvaro há-de vender as suas terras. Lá porque ano passado não foi de fartura, todos os anos não vão ser ruins. É um homem também que só quer meter no surrão, venha a nós o vosso reino. Eu se fosse ocê ia logo ter com ele. Prometeu vender a ocê a Covoada e agora mete outro de permeio... (p. 84).

André Soares, por seu lado, manda, como outros, recolher os rebanhos quando soa a hora do flagelo e antes que proliferem os assaltos, sem, todavia, cuidar de modo algum da condição do pastor, Leandro neste caso, que se tornará um «mascarado» (pp. 116-117).

Analepticamente, o leitor é informado de que o filho de nhô Teodoro se ligara outrora a Zepa (ou se servira dela), até que, quando ela engravida, se desinteressa da relação e a abandona (p. 68).

Libânia foge de casa para não ser a vergonha da mãe, quando a professora Maria Alice descobre que a menina lhe tirara uma lata de doce de coco: «— Mas por causa duma lata de doce de coco — e foi só um bocadinho — tou pr'aqui agora a dormir num buraco de rocha» (p. 193).

Mas estes exemplos de desigualdade do tecido social são apenas referências pontuais. Em FVL, como de resto nas suas outras obras narrativas, Manuel Lopes põe o acento, muito claridosamente, sobre a condição geoclimática caboverdiana e faz questão de se demarcar do neo-realismo português, pois o seu objectivo é somente o de «fincar os pés na terra»⁽⁴⁴⁾.

4.3. Do espaço psicológico

Analisado o espaço nos seus aspectos físico e social, consideraremos por último, topicamente, o vector psicológico da citada categoria.

Apesar de as personagens ficcionais de Lopes e, neste particular, de FVL, não se caracterizarem, de um modo geral, por uma subjectividade muito individualizante, afigura-se-nos que, em todo o caso, se verifica um mecanismo compensatório eficiente, por exemplo, nas reflexões-balanço a que procedem, por vezes, algumas das personagens. E se este aspecto respeita primordialmente a cada personagem, a verdade é que ele também remete para áreas não propriamente individuais do espaço psicológico; ele reporta, assim, a zonas psico-sociais.

Casos como a meditação de José da Cruz no funco após a vinda da chuva (pp. 37-39), os seus projectos, as divagações analépticas de Zepa durante o serão ao luar (pp. 66-68), a reacção irritada de Miguel Alves à sua visita frustrante à professora Maria Alice (pp. 100-107) ganhariam possivelmente com uma perspetivação individual directa que o «monólogo interior»⁽⁴⁵⁾ lhes conferiria. Mas, ainda que incluindo curtos trechos na primeira pessoa (p. ex., p. 37, ll. 28 ou 32; p. 38, l. 1 — e note-se aqui o recurso gráfico às aspas; p. 146, ll. 3-9), ainda que recorrendo por vezes ao discurso indirecto livre (um caso na p. 38, ll. 1-8, como outros, não é perfeitamente claro), em vez do uso geral do processo de focalização interna, Lopes prefere, mesmo nesses casos, continuar a recorrer sobretudo a um narrador onisciente.

Um caso que merece referência particularizada é o das cartas de Maria Alice à irmã (pp. 120, 129, 150). Nas cartas, a personagem em causa substitui-se à do narrador onisciente e refere acontecimentos e considerações a uma primeira pessoa, numa perspetiva individual

directa. Mas o facto de o receptor do discurso epistolar ser uma entidade distinta da do seu emissor, faz daqueles textos exemplares de um discurso directo híbrido mas mais próximo do diálogo (a resposta é diferida) do que do monólogo; de resto, é mais a factualidade do relato e talvez menos o intimismo (não a subjectividade) do discurso, a tónica daquelas cartas.

De um modo ou doutro, o que está em causa é o «espaço psicológico» do romance e não tanto o processo discursivo do monólogo tradicional ou interior (a que Genette prefere chamar «discurso imediato»)⁽⁴⁶⁾ e seus parentes menos próximos.

Retomando situações como uma das mencionadas acima, a meditação de José da Cruz no funco por exemplo (pp. 37-38), verificamos que, na sua funcionalidade, ela o compensa do investimento aleatório (e confiante) que tinha constituído a responsabilidade familiar e social da «sementeira em pó», o ajuda a aguentar com optimismo os prejuízos causados pela intensidade da precipitação, lhe proporciona um reforço da esperança. A meditação faz, assim, convergir elementos dispersos de um perfil, mas elementos fundamentais, porque sumativamente reiteiram uma caracterização individual e ampliam a informação sobre uma atmosfera que fora de ansiedade e era agora de confiança.

Já o ‘mergulho’ analéptico de Zepa, perfeitamente enquadrado na atmosfera do serão, remete para tempos de juventude, de uma felicidade despreocupada e incauta. Amplia o âmbito temporal da diegese. A música, a dança, o luar desbloqueiam a divagação afectiva e fornecem o trampolim da associação para a evocação daquelas épocas distantes. A digressão da memória não é, porém, optimistamente selectiva, visto que nela emerge também a problemática da condição da mulher, à disposição discricionária do filho do patrão. Trata-se, porém, apenas, de um apontamento documental, em tom magoado, não de um protesto.

Discursivamente, estamos perante um monólogo tradicional, que não abdica de uma «estrutura articulada»⁽⁴⁷⁾ nem da intervenção do narrador que se refere à personagem na terceira pessoa. Um caso de compromisso, pelo uso da primeira pessoa do plural, não anula entretanto aquela classificação. Vejamos: «Quando temos filhos, é o dia de amanhã que conta, e chão que os meninos hão-de pisar depois. Mas a

Lua tem o poder de apagar umas coisas e acender outras. Não sentimos remorsos nem saudades. Mas um prazer tranquilo, a paz no coração» (p. 66).

Além do contributo trazido pela reflexão e pela memória, o espaço psicológico de FVL é também concretizado, entre outras áreas possíveis, através das áreas do sonho, da ansiedade, da emoção.

Relativamente ao primeiro destes últimos aspectos, citemos, por exemplo, o caso de Miguel Alves, sonhando acordado, com a sua futura actividade e postura de proprietário agrícola. As páginas 81-82, a par de ocorrências de discurso directo, incluem outras de discurso indirecto livre, em que se entreouve a réplica do interlocutor: «— Se não fosse este vento... Parece uma fornalha. Não é sempre? — Sim, não tive sorte então...» (p. 81, ll. 19-20). José da Cruz, imaginando ingenuamente os melhoramentos advenientes da mudança de «dono» das terras de que cuidava, em vão pretende ainda persuadir Miguel Alves das vantagens do empreendimento, na hora em que este já fizera um definitivo e — para o lavrador — inexplicável volte-face (p. 104). É outra situação efémera de sonho acordado.

Entre a ansiedade e a angústia localiza-se a dúvida de José da Cruz decerto ainda agora não expressa no «discurso imediato» genettiano, mas antes em monólogo tradicional:

«[Uma voz acordou dentro dele. Escutou-a. A voz perguntou:] E se o tempo virar? Se vem chuva a valer, das chuvas que encharcam a terra até rebentar nascentes, como aquela de Setembro passado? Se vier agora mesmo uma chuva daquelas — que é que um homem vai fazer com a caixa vazia? Se não tem grão pra sementeira, se não tem plantação de batata e mandioca, se não tem cabra pra comer a pastagem nova dos tapumes, se não tem milho com que aguentar o estômago durante estes meses para diante?...» (p. 147).

Documentaremos ainda o clima psicológico da emoção, quase sempre individual, através dos casos seguintes:

- As interrogações de José da Cruz quanto ao futuro:

«Fiz bem o que fiz? Que devo fazer agora para, sem sair fora do caminho traçado pelo Destino, fazer o melhor que devo fazer?» (p. 132).

- O abatimento de José da Cruz, motivado pela sua situação de desemprego, pontuado entretanto, de um teimoso esgar de esperança (pp. 139-140).

- O desalento generalizado entre a massa dos retirantes — longa passagem entre as pp. 142-145 em que, por estranho que pareça, na hora da fome, o tema é (além do da morte), o da comida. Há aqui trechos dispersos dos ditos da multidão, mistura de algumas frases entrecortadas eventualmente a consignar como tentame embrionário de uma ‘escrita automática’. Dir-se-ia que o ‘contágio’ interindividual se traduz numa intensificação da expressão da dor. O discurso de cada um é, por osmose de uma situação de forçada solidariedade, o discurso de todos em simultâneo. Um coro.

- A amargura de José da Cruz, que monologa sobre o absurdo da sua situação-limite:

«Agora nada lhe importava. Não sabia para que lado estava a vida, nem sabia por que se tinha sentado ali à sombra daquela árvore, que caminho seguir; não compreendia por que passavam essas mulheres no caminho com sacos à cabeça, esses burros com carga no lombo. Se estendesse o corpo, pensou, não acordaria nunca mais» (pp. 214-215).

- A tensão emocional crescente de Leandro quando se avolumam dúvidas quanto ao seu possível envolvimento num crime (pp. 235 e sgs.).

- O vão apelo final de Leandro a Libânia (pp. 257-258):

«Para onde foste criatura? Estes caminhos não são para os teus pés. Alguma canhota tá à espera do dia nascer, para voar à roda do teu corpo, como naquela tarde em que a mão de Deus levou este homem solitário para junto de ti? Vem aqui. Vem aqui. Traz o sarrão aqui. Mete a mão e vê o que tá lá dentro. Mas por amor de Deus vem curar a ferida que

tenho nas costas. Tem um homem com uma faca na mão, quer matar-me, e enterrar-me a faca aqui assim, tira a faca e torna a enterrá-la. Vou passar os dias deitado e é tão sabe sentir as tuas mãos a curar-me esta maldita ferida que não me deixa virar o corpo para nenhum lado. Meus bichos têm fome, todos nós temos fome. Mas agora tem comida para todo o mundo. Foi uma pedra bem grande que aquele malvado me atirou às costas. E outra aqui atrás da orelha que me dói bastante mas a ferida da espinha é que me mete medo. O enfermeiro disse: se fizeres um grande esforço tás lixado. Tou lixado, Libânia. Mas não foi nenhum malvado. Foi uma pedra de bico. Caí de rocha e bati com as costas naquela maldita pedra de bico. Acende o fogareiro, Libânia. Ui, que frieza tá cá dentro. Se não vens não levanto o corpo mais daqui...».

Discorrendo, agora em termos genéricos, sobre alguns meios de referenciar o espaço, observamos, em primeira linha, a utilização explícita de topónimos (Terranegra, Lombinho, Covoada, Campo Grande, Bordeira, Topo de Coroa, ... , muitos deles indiciando a morfologia e/ou a fertilidade do terreno) e a caracterização dos ambientes interiores ou não (a escola-casa de Maria Alice, o serão no terreiro de nhô Manuelinho), nas suas facetas física e social (nalguns casos também psicológica). Mas outros procedimentos discursivos convergem acessória e indirectamente para a coerência dos quadros. Assim, as ocupações das personagens, o vestuário de cada um, os seus interesses e aspirações e, basilarmente, a própria linguagem são, eventualmente entre outros, meios que Manuel Lopes não descarta ao serviço de uma descrição verosímil dos ambientes. Lembremos, por exemplo, os rurais e os outros (Miguel Alves, Maria Alice, os figurantes de Porto Novo) — sem laivos de qualquer perspectiva dicotómica de análise; lembremos, por exemplo, dois apontamentos de representação da referencialidade aldeã: «Morava a uma pedrada de funda» (p. 16); «gordas terras do Lombinho» (p. 16). Onde, neste último caso, a redundância: no adjectivo ou no topónimo?

A adequação do discurso pode mesmo permitir a demarcação do espaço social: observemos que o guia de Miguel Alves, Nhinhô, o trata como «o Senhor Miguel Alves», mas refere-se ao patrão como «nhô Jaime Álvaro». Efectivamente, Miguel Alves não é do meio, é um estranho; e o tratamento, que não visa distinguir hierarquias (inexistentes), adap-

ta-se devidamente ao interlocutor citadino. Os nomes das personagens são aliás cuidadosamente escolhidos e ajustam-se ao respectivo *habitat*.

O léxico, mas também a sintaxe, os traços arcaizantes de um estádio de língua ultrapassado (por referência ao português europeu), e bem assim a frequente referência a um adagiário típico, e extra-linguisticamente, o conhecimento íntimo da vida rural são meios confluentes ao serviço da representação da referencialidade do espaço e suas inevitáveis conexões com as categorias personagem e tempo.

Sobre um cenário que remete para a referencialidade geográfica (espaço físico), ergueu-se a acção verosímil das personagens numa organização gregária dinâmica (espaço social), organização cuja perspectiva é ampliada espaço-temporalmente até domínios virtuais do psiquismo e da afectividade (*lato sensu*). O espaço psicológico completa, portanto, a representação do espaço como categoria da narrativa.

Na análise a que acabámos de proceder, tentámos ilustrar as nossas considerações com casos ocorrentes, a título exemplificativo, e não com o objectivo de referência exhaustiva.

5. DO TEMPO

5.1. Do tempo da diegese

Se FVL recria ficcionalmente por meios estéticos o real geográfico caboverdiano e, de algum modo, o social, não acontece o mesmo com o real histórico ou político: não há, em FVL, esteios extradiegéticos em que a narrativa se firme⁽⁴⁵⁾, do ponto de vista do tempo. É que a referência a um ano, a uma data precisa, revela-se irrelevante: o vento leste sopra ciclicamente e o que a sua 'fábula' narra é todas as vezes tragicamente idêntico. FVL é, nesta óptica, uma narrativa atemporal.

Como qualquer outro elemento da construção romanesca, o tempo é, todavia, autónomo relativamente à referencialidade a que reporta. As articulações, por vezes estreitas, estabelecem-se intemamente com outras categorias narrativas, como o espaço, a personagem, a acção. Relembremos Bakhtine, 5.3., nota 38.

Já referimos atrás, em 5.1.1., p. 76, ser possível «considerar o tempo como instância una, visto que a acção de FVL coincide com o ciclo do flagelo, desde o seu dealbar ao seu ocaso, passando pelo vértice do clímax trágico».

As balizas temporais de FVL inscrevem-se em Setembro, termo *a quo*, e possivelmente em Abril — possivelmente em Maio⁽⁴⁹⁾, termo *ad quem*. Decorrem, assim, cerca de oito/nove meses, âmbito paradoxal da gestação do aniquilamento. Já atrás (5.1.1.) referimos a marcação pendular dos meses, um a um, de Setembro a Fevereiro, durante a «Primeira parte» do romance. É que entretanto era a expectativa e a implícita esperança que iam dominando os homens, sempre crentes (apesar do agravamento sensível, paulatinamente implacável, da situação atmosférica) de que uma decisiva viragem poderia acontecer a todo o momento. Nesta «Primeira parte» é, com efeito, difícil isolar ocorrências e por isso dizíamos (5.2., p. 88): «O que ocorre, o que avança, principalmente na «Primeira parte» de FVL, é a passagem do tempo, [...]». Deste modo, o tempo quase assume o volume de uma outra, virtual, personagem, unindo, conferindo uma significação aos ‘mosaicos’ que se vão justapondo. Depois, «peripécia» e «reconhecimento» tão próximos (na boa lição da tragédia, segundo a *Poética* aristotélica)⁽⁵⁰⁾, tão iniludíveis, são imediatamente seguidos da «catástrofe» que se instala em Novembro (ainda na «Primeira parte»). Com a catástrofe, a necessidade de sucessivas adaptações dos homens às carências crescentes. A passagem do tempo em tais circunstâncias modifica o comportamento individual. O que são, por exemplo, Leandro e Libânia se não aquilo a que a extrema carência os obrigou a ser? Maria Alice, a professora, comentará para a irmã, na segunda carta que lhe dirige: «Homem na falta é diferente de homem na fartura. Não quero confundir o primeiro com o segundo, porque cheguei à conclusão de que um esquece o que o outro foi» (p. 130). Esta afirmação é já, de resto, a reiteração de uma ideia expressa na carta anterior: «Como a fome torna os homens tão maus! E tão bonzinhos que todos eles são quando Deus manda a chuva do céu!» (p. 121). Assim sendo, o tempo é personagem virtual e entidade modeladora dos humanos.

Molda-se daí em diante um tempo colectivo quase estático (se assim se pode dizer), no sentido em que quase já não se esperam hipóteses de melhoria. Com o tempo parado, petrificam-se os humanos, isto é, inver-

tem-se os valores. Por isso, deixa de ter sentido discriminar o tempo que passa ou o tempo que se deseja que venha. É um tempo que se suporta, um tempo em que, apesar de tudo, a vida continua como o bem supremo a preservar. (Quem sabe se Libânia não estará grávida? — cf. pp. 193-194). Ninguém de moto próprio abrevia o seu tempo de existência. Sobreleva o instinto da sobrevivência, mesmo quando cada um pense e diga que «o dia de amanhã está mais longe dele do que o dia em que nasceu.» (p. 132)⁽⁵¹⁾.

Estranhamente, o tempo é, porém, actuante ainda e modifica o espaço, anula os ambientes: Terranegra, revisitada por Leandro, é um cenário espectral (p. 202):

«Madrugada. Um pouco antes de nascer a foice da Lua minguante. Acabava de transpor o barranco da Terranegra. Caminhava pisando o terreno fofo da chã. Aproximou-se da casa e parou a poucos passos. Só paredes. Portas e janelas desguarnecidas, através das quais eram visíveis os perfis negros das montanhas e os astros. Os oitões desamparados, sem uma única trave, com os dois vértices nus virados para o alto, pareciam acusar o céu do seu descalabro. Mais uma ruína, uma tragédia a ajuntar a tantas outras espalhadas por esses campos. Extraordinária calma descera essa madrugada sobre a terra abandonada. O silêncio perfurara a noite até os confins do Mundo. Nem um queixume, um sinal de presença viva, o resfolgar duma solitária e humana agonia. O casebre que fora a cozinha desaparecera. As charuteiras do caminho não existiam. Paredes despidas guardavam a história da presença humana nesse lugar familiar.

Deu a volta, entrou no terreiro, transpôs a soleira da porta. Às apalpadelas reuniu um molho de rabo-de-asno da cobertura e umas tiras de carrapato. Fez um feixe, que amarrou com as tiras de carrapato, riscou um fósforo e acendeu a palha. Munido, assim, de archote, vasculhou dentro e fora da casa, espreitou para os interstícios das paredes, iluminou todos os recantos. A casa estava absolutamente vazia. Saiu para o terreiro, deu a volta à casa. Na parte posterior, onde não havia porta de ligação, avistou quatro montes de terra, como quilhas de botes emborcados, três pequenos e um grande, com cruces em cima, de tábuas certamente arrancadas da porta e das janelas. Os três irmãozinhos! E a cova grande? O pai? A madrasta? O pai talvez...» (p. 202).

Maria Alice tinha já observado: «[...] aproximando-se devagar e inexoravelmente, com os passos arrastados do carrasco encarregado de nos passar o barão ao pescoço...» (p. 120) — assim avança o tempo, de forma impiedosa, quase cínica, aniquilando, sucessiva e implacavelmente, uma a uma todas as suas vítimas humanas, que as culturas e os haveres, já tudo fora, antes, consumido.

5.2. Do tempo do discurso

O discurso narrativo de FVL organiza-se, dum modo geral, linearmente, de acordo com a cronologia da diegese. Não retoma, por exemplo, (como mais recentemente tem acontecido com frequência no discurso fílmico, novelístico e telenovelístico) a lição ancestral das epopeias clássicas do *in medias res*. Na verdade, as grandes partes de FVL e os seus capítulos componentes estruturam-se na «grande sintagmática» narrativa⁽⁵²⁾ numa implicação de sucessividade e sobretudo de causalidade/consequência, mais próxima ou mais remotamente motivada.

E esse processo singelo de aparência, sem que seja primário, parece ser o que melhor funciona na articulação íntima que deve estabelecer o discurso com o universo de índole trágica da diegese. Todo o tratamento dos indícios temporais como funções integrativas que são, toda a preparação longínqua e próxima de eventos (núcleos) e catálises, todo um jogo de logros e falsos logros, revelam uma arquitectura funcional muito cuidada; de resto, o doseamento e a oportunidade dos *omina* (temporais ou não) constituem um exemplo claro de desenvoltura técnico-narrativa. Podemos documentar estas afirmações com casos numerosos. Isolemos, por agora, o que respeita à morte de Zepa (p. 167).

Tal caso vem sendo preparado desde os desabamentos de terra subsequentes à tempestade. Com efeito, é Zepa quem se apercebe da «quebrada» nocturna (e «O povo acredita que as quebradas nocturnas são de mau agoiro» — informa o narrador a p. 132).

«— Desgraça vai entrar onde quê.

— Qual desgraça — fez José da Cruz. — Pedra rolou de rocha e

nada mais. Zepa deixou passar uns segundos, e murmurou, como se estivesse a pensar em voz alta:

— Se é nesta casa, que seja a mim.» (pp. 132-133).

- José da Cruz subvaloriza o facto, de tal modo que deixa passar o tempo e, quando de novo a ocorrência lhe aflora à mente, recrimina-se, porque «Nunca procurara saber.» (p. 140).

- Num diálogo pressago com o marido, Zepa não consegue convencê-lo a remover «a pedrona» em posição instável (pp. 140-141).

- Zepa enrouquece em consequência da fome, do frio, do choro aturado. A sua voz não será audível à distância (p. 149).

- O tópico do fósforo, finalmente, ilustra neste caso o refinamento da subtileza no encastramento de pormenores só à primeira vista insipientes:

- «Acendeu um fósforo. A mão tremia tanto que a chama se extinguiu» (p. 162, ll. 7-8).

- «Leandro não riscou mais fósforos, mas perguntou:

- «Ocês têm cangabaixo?

- «Ó filho, não temos nada pr'aqui. Nada de nada — respondeu Zepa.» (p. 162, ll. 13-17).

- «Leandro meteu a caixa de fósforos no bolso das calças.» (p. 162, l. 20).

- «Acender o lume, ouvir o caldeirão ferver, [...]. Lembrou-se do lume. Ah! Como fazer lume se não tinha um único fósforo? Se as cinzas do fogareiro tinham arrefecido, pois não havia purgueira para aguentar as brasas...» (p. 166, ll. 24-29).

- «Ó Leandro, dá-me fósforos! Ó Leandro, dá-me fósforos!» (p. 167, l. 3).

- «Fósforo, fósforo, fósforo! Fósforo para aquela escuridão, calor para a frieza da noite desamparada, lume para a comida da família.» (p. 167, ll. 6-8).

- «Lume para a comida da família [...]» (p. 167, l. 15).

- «Traz-me fósforo!» (p. 167, l. 19).

Um outro caso é o da hipótese de desvio a Ribeira das Patas, hipótese posta por Leandro ao seu companheiro de acaso na deslocação a Porto Novo.

«Eu vou andando com ocê. Talvez tenha uma voltinha a dar na Ribeira das Patas, vou dar uma fala ao meu patrão, não sei ainda.» (p. 206).

Poderia tratar-se de um dito sem importância; e contudo não é gratuito: com ele se deverá relacionar a afirmação posterior de Leandro, personagem cujo aspecto esfarrapado não contribui, porém, para que granjeie credibilidade:

«Essas vacas eu trouxe pra vender. Mas não fui eu que as vendi. Eram pra uma casa aí arriba. Eu trouxe uma carta. Posso mostrar...» (p. 238).

Vamos ao encontro de Barthes que (citado por Gérard Genette, *Figures, III*, Paris, Editions du Seuil, 1972, p. 113) afirma em «Introduction à l'analyse structurale des récits», *Communications*, 8, p. 7: «L'âme de toute fonction, c'est, si l'on peut dire, son germe, ce qui lui permet d'ensemencer le récit d'un élément qui mûrira plus tard».

Ocupemo-nos, de seguida, de alguns casos de anacronia.

Consideremos primeiramente a analepse. Dentro da sua função mais abrangente — a de dilatar o âmbito temporal da narrativa —, podem distinguir-se dois modos particulares de o conseguir. Assim, seguindo Gérard Genette, observamos em primeiro lugar as analepses internas, cuja amplitude é interior à da narrativa primária, e as externas. A reflexão de José da Cruz no funco (pp. 37-39) inscrever-se-á adentro do primeiro tipo, como, pormenorizando, analepse repetitiva, já que, aludindo ao seu próprio passado, reitera a justeza da actuação confiante da personagem e lhe reforça o tónus anímico. Funcionalmente, trata-se também de um reforço da expressão teluricista que virá a tornar mais veemente o desmascarar do destino: a confiança nas chuvas terá revertido, por ironia trágica, em antecipação da fome e da miséria.

Neste caso, como noutros que referiremos adiante, a análise da instância ‘tempo’ invade o terreno da instância «espaço psicológico».

A par deste exemplo, e adentro ainda das analepses internas, ocorrem casos que permitem ilustrar a analepse completiva. Eis alguns: o relato do episódio macabro, inevitavelmente a cargo da viúva Aninhas (p. 46), o reconhecimento de Leandro por Libânia (p. 189), a referência feita por esta personagem a Leandro, das circunstâncias que motivaram a sua fuga (pp. 191-193), a recordação da morte de Concha (pp. 217-219) e dos acontecimentos entre a partida de Lombinho e a sua morte (pp. 219-220). Dir-se-ia que o narrador evita os assuntos delicados, cada um na sua peculiaridade; assuntos que, todavia, não podem ser ignorados. Por outro lado, de algum modo eles funcionam também como elementos caracterizadores das personagens, quer pela preferência da temática mórbida e aterradora (viúva Aninhas), quer pelo entendimento que as personagens revelam acerca da própria condição a que circunstâncias alheias as votaram (Leandro, Libânia). Aqui, como vemos, a interferência processa-se pelos terrenos de uma nova instância narrativa, a da personagem.

Um caso particular de analepse completiva é o das cartas de Maria Alice. Preenchendo «uma lacuna anterior da narrativa»⁽⁵³⁾, essas cartas discorrem principalmente sobre aspectos colaterais e subsequentes à calamidade; tal discurso elabora-se a partir de uma focalização em princípio um tanto distanciada da dos directamente implicados. O estatuto sócio-cultural da professora, demais a mais oriunda de uma ilha diferente da de Santo Antão, faz dela uma espectadora que se pretenderia de certo modo alheia e isenta, estatuto que de facto também lhe está, afinal, vedado: é que ela não é um simples narrador de segundo grau, digamos; além de vítima, ela será um outro agente do destino: nha Gaída e Libânia é que o sabem bem.

É por estas cartas que é intensificada a gravidade da situação, com a informação da sobrevivência dos gafanhotos que «invadiram os campos, e o que a lestadada poupou, devoraram eles. Roeram tudo o que encontraram ainda verde à superfície da terra, até as cascas das árvores» (p. 120). Temos também notícia (outra notícia) da fome, da corrupção e seus circuitos. A última carta, que é como que um escape para uma consciência menos tranquila, fornece a compreensão para os mecanismos que na cir-

cunstância conduzem ao roubo, através de um caso concreto. Este caso é o que vai permitir a introdução (e o desaparecimento) de uma nova personagem, Libânia, que adquirira relevo na «Segunda parte» de FVL.

Uma última ocorrência de analepse completiva registaremos ainda: quando Leandro é expulso pelo pai, assistimos ao seu afastamento, até que ouve a «quebrada». Depois, o efeito de simultaneidade do apelo de Zepa é conseguido através de um discurso analéptico. A reinserção deste desvio temporal na narrativa primeira faz-se pelo relato do desvairamento de José da Cruz perante a constatação da morte da mulher.

FVL regista casos de analepse externa, de que destacaremos as seguintes situações de evocação do passado afastado ou mais próximo:

- a história pessoal de Manuelinho (pp. 20-21);
- a divagação de Zepa, aquando do serão (pp. 66-68);
- a recordação da «menina do Canal» e da viagem nocturna inter-ilhas, por Miguel Alves (pp. 79-80; pp. 86-87);
- a história da cicatriz de Leandro (pp. 115-116);
- a festa de Santo André (pp. 122-123).

Algumas vezes, por via de uma intromissão no espaço e no tempo psicológico das personagens, todos os exemplos nos projectam para um tempo anterior (exterior) ao campo temporal da narrativa primeira: completam a nossos olhos o conhecimento das personagens e justificam predilecções, interesses, desejos, sonhos, atitudes, comportamentos. Constituem por vezes um dos elementos que potenciam o estabelecimento de uma rede que, extrapolando o domínio estrito da narrativa em causa, a liga a outras (*Chuva Braba, Galo cantou na Baía*) da produção de Lopes. (O terceiro exemplo acima mencionado é um caso concreto). Veremos que a novelística de Manuel Lopes se constitui globalmente num universo uno.

Longe de esgotarmos a análise dos casos de analepse em FVL, passemos, todavia, a considerar outra subversão discursiva da ordem temporal, a prolepse. Este tipo de anacronia figura aqui com a função dominante de pressagiar os acontecimentos, dada a incerteza do futuro e a quebra da confiança incondicional que, antes do flagelo, caracterizava

os homens. E, com esta função, a prolepse é bastante frequente. Se o passado, como tal, é o espaço da segurança, do real, do palpável porque já vivido, o futuro, ao contrário, é o espaço da incerteza, do virtual, das dúvidas e interrogações.

Assim, enquanto no passado é possível encontrar uma recordação aprazível como, por exemplo, a analepse da festa de Santo André ou da juventude de Zepa (mas também a do lanho no rosto de Leandro, pelas consequências que o hão-de acompanhar *a pari passu*), ao futuro corresponde quase sempre a prolepse do agouro e da maldição.

Destaquemos apenas os exemplos seguintes:

- indícios-prenúncios da condenação e da fome:

«[...] miravam-nos quase com dó, como para uns irmãos infelizes condenados pela justiça divina a enterrar o próprio destino.» (p. 25)

«[...] e as mulheres daqueles que não tinham coragem pensavam na fome que bateria primeiro às portas das mulheres dos que dividiam o seu milho com essa terra que nada lhes prometia, e cujos filhos, famintos, iriam um dia arrastar-se sobre cada cova para desenterrar, ardidos, grão a grão, os milhares de grãos que os pais, sem dó, estavam enterrando agora...» (pp. 25-26)

- o indício-prenúncio da «quebrada» que será fatal a Zepa:

«— Não venha outra tomar o seu lugar. Quem sabe ainda se outra chuvona não vem estragar o que vai ser feito.» (pp. 53-54)

- as apreensões omínicas de Zepa a respeito de Miguel Alves:

«— Esse homem com certeza não vem com bom tino. Dono novo é mau destino na vida do lavrador. Vem cheio de soberbindade, dando ordens, metendo o nariz em tudo, querendo saber... Nunca gostei desta história de dono novo. Este, então, não gostei muito dele.» (p. 84)

- a maldição de José da Cruz sobre Leandro, relembra por este:

«Vai da minha casa, desgraçado.» (p. 165) [José da Cruz não mais teria casa]

- a maldição de um «correligionário» de Leandro sobre este:

«Havemos de nos encontrar um dia — continuou o outro com um esgar de sofrimento. — O mundo acabará pra um de nós dois. Lá, onde nos encontrarmos, não voltará a crescer erva nem com todas as chuvas do céu.» (p. 197)

- a praga rogada a Zepa pelos rapazes do Cidrão:

«Com a tua soberbindade cais um dia de rocha e não tens quem te vá salvar.» (pp. 67-68).

Mais alguns casos no âmbito do trágico foram já relevados em 5.1.1. Aditam-se, todavia, pela sua excepcionalidade neste quadro de premonições:

- o sonho de José da Cruz, tornado como um «aviso» de chuva:

«Um anjo a descer do céu prá terra, montado numa nuvem, uma nuvem que parecia exactamente um cavalo branco, ou que virou cavalo, já não sei, um cavalão muito grande e manso. O anjo trazia um balde d'água nas mãos, e quando chegou assim nesta endireitura, virou o balde de boca para baixo, e a água que saía do balde parecia não acabar nunca.» (p. 19)

- o «sonho acordado» de Miguel Alves:

«Fizera isso só para realizar um velho sonho: ser proprietário, dizer «isto é meu», criar um pouco de beleza privada, de sua própria iniciativa, produto de seu próprio esforço, edificar um pequeno mundo de conforto e encanto, já que o Destino lhe fora sempre adverso — e, nesse pequeno mundo, simular grandezas impossíveis e desferrar-se de seus próprios limites. Bater com os tacões no solo e berrar: “Isto é meu, meus senhores. Até o centro da Terra.”» (p. 79)

- a antevisão de Leandro da sua chegada à gruta, com os presentes para Libânia (durante a sua própria escalada de expiação):

«— Mete as mãos no sarrão, Libânia, e vê o que te trago”. Seria o momento mais feliz da sua vida.» (p. 250)

Seja qual for o teor das prolepses (mais do que seja qual for o teor das analepses internas), elas sobretudo constroem e consolidam a coesão da «sintagmática narrativa». As prolepses criam expectativa que se verá as mais das vezes confirmada, outras não, num jogo de suspense com o leitor, que o Autor gere funcionalmente, de acordo com os seus desígnios estéticos e de activação da motivação do leitor.

Referida a linearidade do tempo do discurso, a meticulosidade na preparação dos acontecimentos, o aproveitamento estético-funcional de casos vários de anacronia, detenhamo-nos sobre o ritmo narrativo de FVL, a «durée» genettiana.

Podemos verificar que ao decurso temporal Setembro — Fevereiro (seis meses), que preenche a «Primeira parte» da obra, cabem 155 páginas, enquanto ao âmbito temporal da «Segunda parte», restrito a dois (possivelmente três meses, são reservadas 95 páginas. Esta primeira observação permite inferir da lentidão crescente do tempo do discurso ou, dito doutro modo, da ampliação da atenção conferida às consequências da catástrofe.

O abrandamento do ritmo discursivo consegue-o o Autor pela tentativa de aproximação do tempo do discurso ao tempo do real, através principalmente do diálogo (o «showing» de Henry James), nos pontos da diegese que considera merecedores de maior relevo. Outros meios referenciáveis são casos de discurso indirecto livre, de monólogo e as frases cruzadas que, não constituindo diálogo, caracterizam a vozearia dos retirantes durante a sua marcha. (Frases que, impropriamente — mas cremos que sugestivamente — associámos ao coro da tragédia grega — cf. 5.1.1., p. 85). Busca da isocronia, ela está numerosas vezes representada ao longo da «Primeira parte» (mais de vinte cenas dialogadas que ocupam cerca de 54 páginas, num total de 155), mas cresce percentualmente durante a «Segunda» (cerca de quinze cenas dialogadas que

ocupam 45 páginas num total de 95). Com efeito, este afrouxamento do ritmo narrativo é conforme ao enfoque do alvo que Manuel Lopes persegue: de acordo com o título da obra, ele centra-se mais intensamente n'«Os flagelados» e menos na perplexidade que marcara as atitudes no início do romance. O tempo, tenso e lento, pesa tanto mais quanto o leitor chega a desejar o fim do sofrimento, a morte de José da Cruz, ou o êxito da última escalada de Leandro.

Em qualquer parte que surja, a mimética isocrónica torna mais impressivos os episódios, porque, dispensando a presença intermediária do narrador (que é sempre mais ou menos interveniente), exprime uma implícita confiança acrescida na capacidade de leitura do narratário; este cria uma relação mais estreita com o 'grande plano' que lhe é dado visualizar e sente-se crítica e emocionalmente mais envolvido.

A anisocronia é, apesar de tudo, o tipo de discurso que costuma dominar numa obra narrativa (em FVL, cerca de 60%). Reflectamos sobre casos de redução temporal, como o resumo e a elipse. O primeiro é um meio económico, porque, sendo uma «compressão drástica do tempo da história»⁽⁵⁴⁾, evita quer uma «metástese diegética»⁽⁵⁵⁾ (que comprometeria o equilíbrio arquitectónico da obra), quer a duplicação de uma informação já conhecida, quando se trata de representar uma sequência de situações símile. Exemplo desta última situação é o que se encontra no passo seguinte, p. 22:

«Quando José da Cruz voltou para casa, depois de contar o sonho ao vizinho [...]».

O resumo pode ser também documentado com o excerto seguinte:

«Maria Alice era de S. Vicente. Menina prendada, mansa e sempre triste. Ninguém sabia a razão da sua tristeza. Talvez porque amava a família e andava tão longe dela. Ou porque sentia que estava desperdiçando a melhor quadra da sua vida naquela solidão forçada. Por isso iam salvá-la, conversar com ela no terreiro do posto, levavam-lhes presentes, frangos, leite, ovos, queijos. Com as férias grandes ausentou-se para a sua Ilha. Todo o mundo foi despedir-se dela. Houve guisa, como

se fosse para nunca mais, como se tivesse morrido. Ela acenou com o lenço até desaparecer atrás do último morro. Ia, quase sentindo nostalgia da sua forçada solidão. Mas levou os olhos inchados de comoção pela ternura daquele povo. E na saudade que o povo guardou, ficou a princípio uma esperança, e depois um veemente desejo de que a professora triste regressasse à casinha do morro de Norte de Meio. Em muitos, à ansiedade de chuva veio juntar-se a ansiedade de regresso da “menina Maria Alice”. E de tal modo o povo pôs o coração nela que o seu regresso passou a ser uma questão de fé. Eu tenho fé que ela há-de vir. Ocês vão ver. Houve quem fizesse promessa a Santo André.» (p. 59).

Estes casos de anisocronia revelam, como revelariam quaisquer outros no discurso de FVL, que o tempo do discurso é, nesta obra, sempre reduzido relativamente ao tempo da história, ou sensivelmente idêntico. Não se observam casos em que a duração discursiva ultrapasse a da história.

Um outro caso de redução temporal é o da elipse: lacuna, solução de continuidade temporal, é por vezes posteriormente colmatada com analepses completivas («renvois»); doutras vezes é a própria sequência discursiva que informa implicitamente do conteúdo elidido. No trecho seguinte (p. 147, l. 22 – p. 148, l. 20) além da elipse a observar entre as linhas 23 e 24 da montagem seguinte, podemos também dar-nos conta da finura da associação de ideias que introduz o apelo de Zepa, e da incredulidade obstinada de José da Cruz.

«Assim falava aquela voz interior. Lembrou-se nesse momento do compadre João Felícia, a figura daquele homem de bom sentido quando passou a caminho dos trabalhos do Estado, daquele homem agarrado à casa como poucos, e das palavras que lhe mexeram no coração como uma facada: “A gente não sabe até onde força de menino pode chegar”.

Como de propósito, Zepa assomou à porta e chegou-se perto dele. A sua voz era um sopra.

— Ó Isé, vem cá — gemeu ela debilmente. — O Jó. Vem ver o Jó. Depressa, Isé, depressa.

— Mas o Jó deve tar dormindo. Deixa o Jó quieto, mulher. Deixa ele dormir seu sono. Eu também gostava de dormir meu sono, mas não posso; ando sem sono estes dias; ocês não me deixam. Essas paredes de ca-

sas abandonadas parecem esconder mortos dentro. Quem olha diz que é um cemitério sem cruzeiros. E nós sozinhos pr'aqui a guardar os mortos.

— Mas vem depressa, Isé — insistiu a mulher. — Vem cá depressa. O Jó não quer acordar. Virgem Santíssima! Já tá friozinho como pedra de ribeira. Ave Maria cheia de graça...

— Não fiques pr'aí a seringando assim, mulher. Vocês só sabem gritar, gritar, como galinhas de mato. Não deixam um homem tar quieto, só a gritar, a gritar, a gritar. Engasgam os pés da gente. Um homem fica assarapantado. Arra diabo! Vocês não deixam um cristão pensar na sua vida. Dão um homem em doido. — Uma tontura, uma confusão no seu espírito, não lhe deixavam assentar a ideia. — Se não é uma coisa é outra e outra e outra.

Fez uma cova funda ao lado da casa, como se fosse a plantar uma árvore, naquele mesmo lugar onde, no ano passado, quisera meter uma mangueira, e enterrou o filho.».

Concluiremos a análise do tempo do discurso em FVL com uma referência verdadeiramente tópica, a título documental, ao tempo psicológico. Escolhemos parte do diálogo entre Miguel Alves e Maria Alice (pp. 86-87), em que ele procura activar a memória da interlocutora que, por sua vez, se esquivava com respostas quase evasivas.

«— Já não se lembra daquela viagem no Canal, durante a noite? A bordo do cúter Grinalda? Foi há tão pouco tempo... Esquece assim tão depressa? Foi no fim do ano lectivo...

(Indelicado! Desastrado é o que ele é!) Tinha a voz trémula. Maria Alice começou a inquietar-se. Deitou água na fervura:

— Ah! — e fez um gesto vago. — Nem me lembrava já. Estava tão longe de pensar... Que viagem tão aborrecida, não acabava nunca!

— Quem me dera que nunca acabasse!»

Tentativa de actualização de um lapso temporal vivido por ambos os protagonistas que, agora, com motivações aparentemente antagónicas, não o reconhecem idêntico.

Notemos como a «Foi há tão pouco tempo», de Miguel Alves, responde, da parte da interlocutora, um «— Ah! — e fez um gesto vago.

— Nem me lembrava já». A subjectividade de cada uma das personagens em confronto avalia a passagem do tempo de modo divergente. Em consonância com esta primeira reacção, Maria Alice que, pelo esquecimento aparente ou autêntico, filtrara o episódio, considera «Que viagem tão aborrecida, não acabava nunca!» Efectiva triagem do interesse ou simulação, a verdade é que, de modo hábil, Miguel Alves aproveita a expressão final da professora para, discordando, lhe revelar que, decerto por uma motivação afectiva de sinal contrário à dela, tinha uma concepção totalmente diferente acerca daquele tempo.

Muito ficou ainda por analisar em *Chuva Braba* e em *Os Flagelados do Vento Leste*. É, no entanto, a partir dos elementos que pudemos salientar que passaremos de seguida a discorrer sobre as vertentes da insularidade vivencial na novelística de Manuel Lopes.

VERTENTES DE INSULARIDADE NA NOVELÍSTICA DE MANUEL LOPES .06

A análise deixa sempre um ressaíbo a incompletude e ao mal-estar que Miguel Tâmen⁽¹⁾ relevou, com cuidado e perspicaz poder de objectivação. Por isso, preferimos indiciar, de seguida, que *passámos junto de* a garantir que penetrámos na obra de Manuel Lopes; na verdade, ainda que o tivéssemos feito, não poderíamos nunca pretender esgotar-lhe a polissemia. Dizemos, antes, assim:

Perpassámos CB, perpassámos FVL, numa descrição morfológica do *corpus* previamente seleccionado.

Depois da análise, é-nos lícito o esforço da síntese sobre algumas das principais emergências que ela viabilizou. Por sua parte, tal esforço vai reciprocamente pôr em evidência a funcionalidade da análise levada a cabo. Deste modo, a síntese é a fase que se nos impõe na aproximação de resposta à questão básica que norteia globalmente este estudo.

A insularidade, primeiro dado configurante da especificidade caboverdiana, pelo constrangimento da fronteira marítima, vai sublinhar o isolamento, hipervalorizar a terra, congregar e agudizar tensões e ignorar quase em absoluto o contraponto possível do cosmopolitismo. Em Cabo Verde, a ilha propicia e intensifica a leitura imanente da precaridade existencial.

CB e FVL recriam a realidade, fisicamente confinada pelo mar, da Ilha de Santo Antão. A partir da análise dessa recriação, relevaremos na dimensão vivencial da insularidade, os traços mais salientes de cada uma das suas vertentes maiores.

Na obra de Lopes, consideramos vertentes maiores da dimensão vivencial insular caboverdiana

- o telurismo
- a evasão

- o «querer bipartido»
- a religiosidade.

Não é em si cada uma destas instâncias, abstractamente consideradas, que individualiza a dimensão vivencial da insularidade caboverdiana: pode falar-se delas a propósito de outras regiões e suas culturas, a partir de emergências literárias que a essas culturas digam respeito. É óbvio, por exemplo, que «telurismo» não é neologismo motivado pelo caso caboverdiano.

Acrescentaremos ainda que não é também o conjunto das instâncias relevadas, em abstracto, que ‘define’ a referida dimensão vivencial da insularidade caboverdiana; mas é antes a especificidade de cada uma daquelas instâncias e também, por conseguinte, a multiplicidade das suas inter-articulações específicas.

De facto, só por um esforço de análise as isolamos, incorrendo de resto no perigo de uma esquematização quiçá deformadora em excesso (porque toda a análise consagra uma violência).

Trata-se de áreas temáticas com autonomia conceptual mas em íntima articulação, procedentes todas, no plano literário, de uma fidelidade deliberada no tratamento estético de um mundo referencial, um preciso substrato geo-económico e sócio-cultural. Por isso, enquanto qualquer das vertentes referidas poderia, eventualmente, assumir por si só uma existência estética independente, isso não ocorre na realidade de *Chuva Braba* ou de *Os Flagelados do Vento Leste*. A terra é o eixo textual das narrativas; a temática do partir que nelas se insere não é aventura ou sonho, devassa de pasárgadas⁽²⁾, mas antes uma premência, uma razão de força maior e arrasta um desenraizamento, muita dor, um desvio quase como que uma traição do sujeito a si e à terra. Estabelece-se, assim, uma relação dialéctica entre evasão e identificação homem-terra. Parece claro que o «querer bipartido» surja justamente no vértice do dilema partir-ficar. «Querer bipartido» é o nome poético para o aparecer de uma fissura indesejada, a da consciência da ansiedade, a emergência da instabilidade que rouba a paz a um viver que em si continha, submerso e insuspeito, o fermento da intranquilidade. Uma religiosidade, natural como o respirar, sem igreja, hierarquia ou ritual, fundada na crença da vinda da chu-

va, prende o ilhéu à terra e sustém-no contra a ameaça de brechas como o desalento. É o lastro e a cúpula de uma filosofia vivencial.

Passemos, pois, a reflectir sobre a primeira das áreas temáticas enunciadas, o telurismo.

1. DO TELURISMO

«Havia neles qualquer coisa de terroso, como se fossem raízes arrancadas à terra. Raízes insepultas que Deus, com toques de varinha mágica, tivesse transformado em homem, mulher e filhos...» (FVL, p. 78).

A actividade agrária, dominante, supõe um sedentarismo de gerações, viva e intimamente dinâmico, porque é insatisfeito o homem do interior rural, sonhador de sonhos que ultrapassam qualquer realidade por extraordinária e bela que seja. Vejamos, de Manuel Lopes, «Poema de quem ficou» (*Claridade*, 3, Março 1937, p. 1, mais tarde incluído em *Crioulo e outros Poemas*, Lisboa, 1964, com ligeiras alterações):

«POEMA DE QUEM FICOU

Eu não te quero mal
por este orgulho que tu trazes,
por este ar de triunfo iluminado
com que voltas...

O Mundo não é maior
do que uma pupila de teus olhos:
tem a grandeza
das tuas inquietações e das tuas revoltas.

... Que teu irmão que ficou
sonhou coisas maiores ainda,
mais ricas e belas que aquelas que conheceste...
Crispou as mãos à beira-do-mar
e teve saudades estranhas, de terras estranhas,

com bosques, com rios, com outras montanhas,
— bosques de névoa, rios de prata, montanhas de oiro —
que nunca viram teus olhos
no mundo que percorreste...»

Pensamos que são os seguintes os factores que, de forma mais saliente, estão na origem da atitude teluricista:

- consciência da adversidade do clima (sobretudo natureza e irregularidade do regime eólico) e, por conseguinte, pânico da seca;
- valorização implícita da água (das chuvas ou de nascentes) e, com ela, da terra, mãe, sustento e morte das suas gentes;
- consciência insular dos limites físicos do solo.

Na novelística de Manuel Lopes o telurismo assume-se como a vertente axial da dimensão vivencial insular. Ela não se afasta da consciência dos que partem, penetra de modo implícito a vertente do «querer bipartido», integra intimamente a da religiosidade. Tal não surpreenderá, se, na dimensão referencial, atentarmos em que a terra é um valor inestimável, sagrado, inalienável; e isto porque a sua rendibilidade é aleatória, estreitamente condicionada que está pelos ventos que, do sul, trazem a chuva e as promessas de fartura, ou que, do nordeste e do leste, trazem a estiagem e a fome. Tanto mais quanto a própria chuva, benfazeja, se pode tornar num factor de depauperamento, provocando na sua violência, ravinagens fundas, lançando no mar o parco húmus das formações insulares caboverdianas.

O pânico da seca, o espectro da fome («... enquanto não viesse aí uma dessas crises danadas e arrasasse tudo — porque seca é como o desmoronar de terra: abafa tudo...» (CB, p. 47)) contribuíram decerto para que na actividade agrícola sobressaíssem não apenas os cuidados dos lavradores conscienciosos, mas também uma autêntica relação afectiva. Potencialidade criadora, sustento do homem, a terra é também, muito, esforço humano argamassado. Homem e terra acabaram por assumir mútua relação orgânica, mesmo claramente erótica, de difícil dissociação.

Será em boa parte por isso que a partida é o empobrecimento, o abandono, a recusa da terra e a partilha, o rasgar do ser. Confronte-se, por exemplo, o passo seguinte:

«De todo o modo se não chover, se tempo for de carestia, é meu destino; se eu cavar na rocha e não desencantar água no Ribeirãozinho, é meu destino. Mas não é meu destino ir pra longe enquanto não tiver a certeza de que não vem mais água nem de riba nem de baixo» (CB, p. 72).

É por isso que, vinda a chuva, ressuma a comunhão a relação homem-terra (apesar de o passo seguinte vir a constituir na sintagmática narrativa, um dos muitos casos de ironia trágica, pelo logro em que, como indício, se institui):

«Aspirou o ar, impregnado de um cheiro gordo e bom a terra saturada. Sentiu-o penetrar-lhe o sangue como uma comida substancial entrando num estômago faminto. Não havia para ele melhor perfume que este; o cheiro a suor da terra, que penetrava o corpo e o espírito do homem, alimentava-lhe os músculos dos braços e a vontade de viver, e abria-lhe uma certeza e um caminho» (FVL, p. 34).

A ligação homem-terra une os homens entre si na fraternidade de uma luta de esperança, comunidade de Sísifos. É assim que José da Cruz, João Felícia e Nhô Manuelinho (FVL, pp. 53-58) congregam esforços e se empenham na «sementeira em pó», como haveriam de se reunir para procederem ao restauro do melador que a chuva torrencial tinha destruído. Era preciso rolar para 'o seu lugar', as pedras caídas sobre as paredes da represa.

«O penedo rolou, pouco depois, com grande estrupido. João Felícia vociferou apontando com o braço:

— Lá é que era o teu lugar, estupor.

Nhô Manuelinho meteu a sua colherada:

— Não venha outra tomar o seu lugar. Quem sabe ainda se outra chuvona não vem estragar o que vai ser feito...

— Deus Nhôssenhora a traga, compadre — disse José da Cruz.

— Homem nasceu pra remediar o que tá estragado. Não é pouca água que faz rolar uma pedra deste tamanho. E, nhô Manuelim, sabe que estrago de chuva é conserto de homem...» (FLV, p. 54).

Eis a terra, a solidariedade, o heroísmo da entrega abnegada ou estoicismo, que é qualidade emblemática sobretudo nas populações do interior rural; essas populações, que vivem essencialmente da agricultura e da pastorícia, são as que mais se ressentem da disparidade entre o esforço despendido e os resultados práticos obtidos. Mas venha a chuva, que, mesmo quando torrencial, de imprescindível, há-de ser sempre bem-vinda: ela é água, a mítica feminilidade líquida, azul-verde, fria, côncava condição da fertilidade, da sobrevivência. Desejada, a pesquisa de indícios de chuva torna-se motivo de ‘estudo’ (empírico, intuitivo) e simultaneamente motivo de fé. Atentemos nas passagens que de seguida transcrevemos:

- «As chuvas demoravam-se mas não faltavam sinais. Lunário de nhô Vital afiançava. E este ventinho malandro a rolar de riba pra baixo, a querer virar pra oeste, a zunir de vez em quando no cocoruto da Bordeira, é sinalzinho das águas. Não é preciso ser doutor pra saber.» (CB, p. 36).

- «[...] mas a mim me parece que chuva não é adivinhada; é estudada. Quase que a gente sente seu cheiro a rondar... Nhô Vital pode até dizer o dia que ela chega. Mas agora isso de cair, cai na vontade de Deus, sim. Deus até pode mandar um calor muito grande que seca a chuva antes de chegar na terra. Ocê sabe mais que a mim. O que digo a ocê é que um homem nunca deve perder a fé porque fé de homem dá força nas coisas. Nha-mãe fala assim, e nhô Lourencinho, que é um velho que tem muito pensar debaixo do boné, diz que só perde a fé quem não tem alma.» (CB, p. 17).

- «— Ocê falou na chuva acabar... Nhô Vital não diz assim. Sabe ocê segredo das águas a gente estuda na feição do tempo, a gente estuda no cariz das rochas, nas nuvens, na linha do mar, na cor que o céu mostra, no anel da Lua, na endireitura do vento, no cheiro que ele traz. Tem mil maneiras. Uns sabem estudar melhor que outros. O lunário de nhô Vital não fala assim como ocê. Nhô Vital estuda no lunário e sabe ver nos astros. Diz que vai chover — e quando ele diz que chove é porque chove — a não ser se Deus não quer.» (CB, p. 16).

• «[...] eu bem dizia a ocês: Sol ruim é sinal das águas. Bem dizia: ano d'água alta, milho de riba de milho, mão na enxada, gente! Eu bem dizia a ocês assim.» (FVL, pp. 37-38).

Não admira que Mircea Eliade afirme: «As águas simbolizam a soma universal das virtualidades; elas são *fons et origo*, o reservatório de todas as possibilidades de existência; elas precedem toda a forma e *supportam* toda a criação.»⁽³⁾

O final do penúltimo extracto de CB é também elucidativo quanto à «fé» que alimenta e atiza a vontade estóica de permanecer radicado, a despeito da adversidade.

A água é sempre o valor máximo, o eldorado, a miragem. Ela condiciona o presente e o futuro das populações, já que o futuro só convirá ser construído em bases económicas estáveis. Como, por exemplo, firmar casamento, se o ano não for «de boas águas»? (CB, p. 19). Para caracterizar o Brasil, por outro lado, afirmar-se-á que se trata de uma terra de muito dinheiro e muita água» (CB, p. 29). Das nuvens se diz, a página 138 de CB: «Mensageiras da boa nova [...] portadoras da bênção de Deus aos escravos libertos da terra».

A propósito do conceito de telurismo, respigaremos casos de emergências discursivas como a animização-personificação, a cristalização aforística, a mitização, a metalinguagem (instrumentos de clarificação definidora através da comparação e da metáfora).

Animização-personificação

Seja a água elemento de ligação entre as considerações que vínhamos expendendo e as que agora se nos oferece formular:

- «Há quantos anos naquele lugar, a água não falava assim!» (FVL, p. 43).
- «A água liberta entrou na levada balanceando em silêncio. Virou para a direita e caiu sobre o primeiro pilar, depois, como uma grossa cobra cor de prata, precipitou-se para o segundo, derrando-se finalmente para o pilar do mandioccal, onde se depositou um momento.» (CB, p. 96).

Supomos poder aludir a implícita conotação erotizante na passagem transcrita⁽⁴⁾. No seguimento deste excerto observar-se-á, além disso, que a água possui voz, fala (cf. o excerto supra da p. 43 de FVL) e estabelece com o homem uma relação íntima, em todo o caso ambígua:

«A voz da água caindo de pilar em pilar ecoou ribeiro arriba. Esse falar de água na terra era para Mané Quim a coisa mais preciosa deste mundo. Como se a própria natureza se comunicasse com ele na sua mais íntima e voluptuosa linguagem. Uma e outra, terra e água, se completavam para exprimir a glória da vida e da permanência da vida. E o homem ao escutar essa voz não podia deixar de compreendê-la e amá-la. Sim, amar a Mãe-Terra e a Mãe-Água com toda a força e pureza do Amor, compreendê-las como o menino compreende a linguagem da mãe e a canção de embalar e a profunda significação do embalo daqueles braços, e neles aprende a conhecer a segurança e a protecção contra as ameaças desconhecidas.» (CB, p. 96).

De resto, Mané Quim é um «semeador de vidas» (CB, p. 78) e a natureza, «fecundadora de semente e criadora de vidas novas» (CB, p. 78).

Na vivência quotidiana, a natureza exerce um efeito balsâmico junto de um espírito perturbado. Confronte-se o passo seguinte, a página 20 de CB:

«Mané Quim sentiu-se envolvido da sua carícia benfazeja [isto é, de «uma aragem leve e muda»], e, aos poucos, restituído do bem-estar e da tranquilidade que o padrinho lhe havia tirado.»

E ainda este, a página 21 da mesma obra:

«Mas a pouco e pouco, naturalmente, o coração, passado o pânico, foi serenando, a proposta do padrinho foi ficando para trás, a imagem do homem extinguindo-se até desaparecer por completo sob a pesada mansidão da tarde que morria.

De bruços sobre o muro, ficou-se olhando a chã rasa coberta de capim ardido. Uma frase acudiu-lhe ao espírito, uma frase apenas: “Isto está ficando medonho”⁽⁵⁾, mas esqueceu-a logo. Diante dele uma cabra branca luzidia, amarrada a um pé de rícino, mexia o rabinho com tanta esperteza como se estivesse teimado em dizer não, não, não.»

A natureza será assim também o interlocutor que se espera, se deseja.

Em sentido inverso, observem-se no trecho seguinte (CB, pp. 22-23) as atitudes de relacionamento humanizado que Mané Quim entretetece com as plantas do seu Ribeirãozinho; chega aqui a haver também laivos de ténue erotismo, nomeadamente nas linhas 27-28 desta transcrição (CB, p. 23):

«Ali moravam as ambições e as esperanças de Mané Quim. Sempre que lá descia — o que sucedia diariamente, pelo menos duas vezes, de manhã e à tarde — corria ao pequeno depósito, meladouro de pé de rocha, para observar o volume da água acumulada. Depois dirigia-se aos pilares, cavava o solo para estudar a altura da humidade e avaliar as necessidades, afagava as plantas, passava os dedos pelas folhas dobradas e sem viço, falava-lhes, procurava incutir-lhes ânimo e confiança como se fossem criaturas desesperançadas e sugestionáveis. Era um rito normal, quase profissional e clínico de médico de província que visita quotidianamente os seus doentes. As palavras que lhes dirigia serviam também para ele, porque o dia em que lhe faltasse coragem para lutar por aqueles pilares, então o mundo poderia acabar. Ali principiava e terminava o seu mundo. O resto não era já da sua conta — era o «mundo dos outros»; ficava para lá da sua órbita.

O Ribeirãozinho e os sequeiros do Norte pertencentes a mãe-Joja não o comoviam; trabalho de sequeiro era mecânico e rotineiro, as plantas davam na vontade de Deus, os homens pouco faziam. O Ribeirãozinho só porque tinha um fio de água a escorrer da rocha punhalhe os sentidos e o coração despertos. As plantas de regadio pediam afagos de homem, afagos e amor; sem afagos e amor, morriam. É por isso que, entre as propriedades de mãe-Joja, dava antes preferência ao Ribeirãozinho, embora considerasse todas as outras dentro da esfera das suas obrigações e governo. Era o Ribeirãozinho que o inquietava. Trocaria de bom grado todo o dinheiro que fosse ganhar aonde quê, com quem quer que fosse, com o padrinho ou com outro qualquer, por uns centos de mil réis só, para reavivar e recuperar aquela nascente moribunda. Nenhuma dádiva desta vida lhe traria tanta alegria como ver, um dia, aquelas plantas sorrirem para ele agradecidas. Unicamente um sonho o dominava: ver com os próprios olhos manar de novo a

água que se sumira debaixo daquelas rochas, trazê-la à face da terra, devolvê-la às suas plantações como tesouro perdido que voltasse, enfim, às mãos do dono.»

O cenário tornar-se-á paradisíaco, em absoluta consonância, solidariedade (cf. referência às bananeiras, p. 42) ou convivência talvez aliás com as cenas para que o narrador vai preparando o leitor (banho matinal de Escolástica, no ribeiro; sua relação amorosa com Mané Quim — CB, pp. 42-45; pp. 50-51).

Noutras tonalidades, a montanha reflecte de igual modo a humanização da paisagem *habitat* de Leandro (cf. FVL, pp. 172-173, passagem esta reproduzida, aliás, em 5.4.1 —«Do espaço físico», p. 122 do presente trabalho).

Por quanto fica expresso, é que nhô Lourencinho afirma:

«Quem vai longe não volta mais. O corpo pode um dia voltar, mas a alma, essa, não volta mais. É suor do rosto todos os dias, toda a hora, e calos nas mãos, que fazem a alma aguentar aqui. Pensas que a terra dá alguma coisa sem fé?» (CB, p. 57).

Observemos os efeitos da «aragem preguiçosa» (FVL, p. 13) sobre os «arbustos esguedelhados» (FVL, p. 13), ou os do vento nas correrias das nuvens, ou ainda os da lestadada nas culturas:

• «As nuvens fugiam à desgarrada no céu pintado de anil; prendiam-se um instante às agulhas dos penhascos mais elevados, deixavam-se rasgar sem se deterem mais que uns escassos segundos; e então, libertas, suas sombras despedaçadas atravessavam em doidas corridas o planalto de extremo a extremo, impelidas pelo vento que assobiava nas arestas das montanhas, transpunham os córregos secos, galgavam os montes cor de tijolo e os picos queimados e, num instante, rolavam para lá dos contrafortes do Monte Trigo ou trepavam o áspero declive do Topo de Coroa, a montanha mais alta da Ilha, onde descansavam uns minutos antes de se lançarem na grande aventura por sobre o largo mar.» (FVL, p. 112).

- «Os milharais agitavam-se aflitivamente, como pedindo socorro aos homens. Os feijoeiros e as aboboreiras, desamparados, acenavam os compridos caules quase despidos de folhas.» (FVL, p. 94).

A alusão aos milharais evoca por contiguidade o tempo das sementeiras e a referência aos corvos, presentes em FVL a partir dessa altura. Também eles são personificados não só pela antroponímia (o «Becente» e a «Becenta»), mas também pelas suas manhas na luta pela sobrevivência (cf. FVL, pp. 47-51).

A ligação à terra poderá mesmo adquirir a feição crítica de um quadro patológico. Eis como André tenta explicar a Joquinha a tibieza das atitudes de Mané Quim (CB, p. 80):

«— Agricultura é uma maldição, fica sabendo. É uma laçada que vai apertando, apertando. Uma mania, um vício, uma cisma, tu não fazes a mínima ideia. Está doente de terra e de água o teu afilhado. Eu não sou melhor nem pior do que ele. A única diferença é que tenho mais do que ele tem, vou-me defendendo, a laçada não sufoca tanto. No resto somos a mesma coisa, uns doentes, uns condenados... Tenho a impressão que o vieste pegar tarde. Ele já tem a doença metida no corpo. É um destino danado, uma maldição...

— O rapaz me está indispondo. Supunha estar a fazer um bem...

— É o que te digo, um destino danado, meu velho. Mas hás-de o levar. Custa menos a ti levá-lo contigo do que a ele decidir-se a deixar isto. Que quando a gente quer arrancar uma árvore arranca-a mesmo, embora deixe a raiz na terra. A raiz acabará por apodrecer com o tempo.»

E ainda:

«Um homem passa a vida inteira em companhia duma árvore cuja semente enterrara junto da casa quando era menino. Amou-a como a um membro da família, soube quando ela teve sede e regou-a, podou-a na época própria protegeu-a contra as intempéries. Para ele a história daquela árvore é uma história muito rica.» (CB, 142-143).

O telurismo confirma-se então como o discurso do diálogo homem-terra, discurso da reciprocidade, relação de pares, relação parental, fraterna, entre entidades diversificadas de uma única proveniência, um todo, a *terra mater*.

Entretanto, a prossecução da análise pôde revelar ainda de forma mais evidente em FVL que a cissiparidade, por morte ou desenraizamento de um dos elementos da célula homem-natureza implica por arrastamento a morte do outro. Tal o sentido geminal que parece lícito atribuir à personificação na sua funcionalidade íntima, como já atrás tínhamos deixado expresso (v. 5.1.1. — «Tópicos de trágico», p. 76 deste trabalho).

Esta perspectiva parece ver-se confirmada de algum modo no sentido da «metonímia narrativa», a que acima aludíamos (5.4.1. — «Do espaço físico», p. 111 deste estudo), citando Philippe Hamon: o ambiente pela personagem ou a personagem pelo ambiente (Mané Quim, José da Cruz, Leandro) configuram efectivamente uma autêntica equivalência, potenciam a sobreposição ou a substituição dos termos.

Aforismos

Os aforismos representam, como é sabido, a cristalização de um saber empírico, cristalização típica da transmissão oral em sociedades inicialmente iletradas. São variados os processos mnésicos próximos dos da poesia e não é por acaso que as literaturas começam por textos poéticos —, e deles destacamos a rima, o ritmo, o paradoxo, etc.. O que é particularmente curioso no adagiário que Lopes selecciona em conformidade com os seus imperativos estético-narrativos, é que os adágios remetem para um fundo de um imaginário colectivo em que muito frequentemente estão presentes a terra e a água. Exemplificando:

- «Olho do dono é o melhor estreme.» (CB, p. 57).
- «Quem larga a terra perde a alma.» (CB, p. 59).
- «[...] quem mais sede tem com mais água sonha.» (FVL, p. 38).
- «[...] primeiras águas são conta de corvo.» (FVL, p. 69).

Mitização

A dimensão mais acabada do telurismo parece-nos ainda a da mitização, se bem que os exemplos sejam raros:

«Mãe Joja explicou então que as feiticeiras ficam amarradas quando se emborca a vasilha por onde bebem.» (CB, p. 77).

A alusão a elementos de um maravilhoso local — as feiticeiras e a superstição que as envolve — poderá indiciar (/justificar?) a necessidade tornada lenda de fixação à terra. Será o laço que as prende à terra o responsável pelo impedimento da prossecução da marcha, ou da evasão.

Metalinguagem

'Laço' (e outros lexemas do mesmo campo) é, de resto, metáfora frequente em CB:

- «Esta esperança era um *laço*.» (CB, p. 76).
- «[...] enquanto o *laço* se não desfizesse, ou se não quebrasse o fio que o *amarrava* àquele sonho...» (CB, p. 76).
- «[...] quanto era rija a *laçada* que essa terra, [...] *lhe passara aos pés*.» (CB, p. 76).
- «Agricultura é uma maldição, fica sabendo. É uma *laçada* que vai *apertando, apertando*.» (CB, p. 80).

É que a instância telurismo não revela só atitudes ou sentimentos; como vimos vendo e veremos, os próprios processos discursivos — animização-personificação, comparação, metáfora — denunciam-na. Exemplificando:

- «Tantas lágrimas tinham deslizado pela face que formaram aquela ruga vertical, singularmente dolorosa *como a água das chuvas caindo ribeiro*, deixando a sua marca na fisionomia da paisagem.» (CB, p. 30)⁽⁶⁾

- «Quem olha para trás, vê a *montanha majestosa* cheia de colorido e beleza, mas desconhece os atalhos íngremes e não distingue as ravinas e os abismos. Quem pode avaliar as fadigas que sofremos [...] para chegar a este lugar?» (CB, p. 85).

Se nos dermos ao trabalho de observar a descrição dos traços fisiológicos ou de certos gestos de José da Cruz, podemos de novo confirmar que a comparação e a metáfora despontam de um mundo telúrico, numa caracterização congruente, coerente e coesa de personagens e ambientes. Na tarefa paciente da criação estética de um cosmos, o Autor não descarta os meios, quaisquer que sejam, mesmo aqueles que aparentam uma relevância menor. Vejamos:

- «Como esses tamarindeiros do caminho do Porto Novo que os vendavais não derrubam, assim era ele.» (FVL, p. 17).
- «O bigode “manso e caído como chorão,” [...]» (FVL, p. 18).
- «[...] no rosto encovado as órbitas pareciam duas cavernas escuras [...]» (FVL, p. 68).
- «Seu rosto, todo iluminado, era duro como rocha.» (FVL, p. 70).
- «Havia nele[s] qualquer coisa de terroso, como se fossem raízes arrancadas à terra [...]» (FVL, pp. 78-79).
- «Fez uma cova funda ao lado da casa, como se fosse a plantar uma árvore, naquele mesmo lugar onde, no ano passado, quisera meter uma mangueira, e enterrou o filho.» (FVL, p. 148).

Observemos, aliás, que a linguagem da terra é utilizada já não na sua mera funcionalidade denotativa. Assiste-se ao fenómeno da ressemantização típica da metáfora, meio descritivo ou de valorização expressiva; mas o que particularmente interessa sublinhar é que a significativa ampliação das baterias léxico-semânticas correntes se obtém a partir de um léxico telúrico, rosto primeiro, imediato, do real feito linguagem.

Informando o sistema veicular da comunicação, parece-nos que o telurismo, de instância referencial (como acima dissemos, relação parental indissociável sujeito-natureza) se instituirá então em «estrutura significativa» (diria Goldmann) ao nível do texto —, em marca deliberada da literariedade — ao nível do discurso: caracterização do dizer e do

ser das personagens do universo ficcional da prosa de Lopes, o telurismo consigna-se, assim, numa das vertentes maiores da dimensão vivencial da sua insularidade.

2. DA EVASÃO

- «Sua vida era cansada. “Não passava da cepa torta.”» (CB, p. 139).
- «Destino d’ocês todos é andar...» (CB, p. 31).
- «Soltar os pés por esse mundo de Cristo, à toa, era perder a raiz e a marca do seu destino.» (FVL, p. 125).

Em CB ou em FVL não é perante um cenário complacente que um apelo exterior suscita a partida. E a ansiedade, gémea da ilha, aguça-se então nas suas contradições.

Ora o cenário caracteriza-se, em CB ou em FVL, pela sua exiguidade territorial, pelo descarnamento de uma erosão contínua, pela inclemência e irregularidade climáticas (regime eólico e pluvial), pela ausência ancestral de uma actuação ajustada que corrija as deficiências, previna as catástrofes, tire proveito dos recursos, por uma estrutura económica eminentemente agrícola (de rendimento débil e aleatório) e caracteriza-se sobretudo, em primeiríssima instância, pela sua insularidade. Este somatório de factores — designadamente o último — agudiza de forma particular a consciência da insegurança, da precaridade da condição humana. Diz Pierre Rivas:

«L’île en elle-même apparaît comme un abandon physique du continent maternel»⁽⁷⁾.

Em áreas de razoável continentalidade, ao contrário do que acontece no universo ficcional de Manuel Lopes (e no da referencialidade correspondente), a variedade paisagística instigará o desejo de desvendar sempre novos panoramas e potenciará a conceptualização da grandeza (ou infinitude) da terra ou do mar; decorrentes, as conceptualizações de estabilidade, segurança, serenidade (que não prescindirão, entretanto, de outros elementos que com aqueles se conjuguem nos efeitos supracitados). No comum das situações, a acutilância do conhe-

cimento da vulnerabilidade humana ocorrerá principalmente por causas diversas das que a motivam em zonas insulares⁽⁸⁾. Numa ilha, sobretudo se pequena, o seu próprio carácter insular basta: praticamente de todo o lado se vê o mar como cincho, cilha, muro, cárcere, «noite vasta e líquida» (disse Manuel Lopes)⁽⁹⁾. A liminar leitura da paisagem dimensiona com implacável rigor a estatura do homem e a da sua condição; e isso não obsta a que factores como os referenciados nas zonas de continentalidade venham também intensificar a mencionada consciência. Se o mar convida potencialmente à evasão, como diz Jorge Barbosa, também limita e agrilhoa:

«Este convite de toda a hora
que o mar nos faz para a evasão!
Este desespero de querer partir
e ter que ficar!»⁽¹⁰⁾

O isolamento justifica à saciedade a semântica da própria etimologia⁽¹¹⁾. E, enquanto para o continental o τόπος da *ilha*⁽¹¹⁾ pode identificar-se com o éden, um lugar à parte, o destino de uma fuga à rotina ou à mediocridade corrente, a aventura, projecção onírica do prazer, da felicidade, para o ilhéu comum ele será, também em certos aspectos da novelística de Lopes, a concretização mesma da limitação, a impossibilidade física de transposição da área em que lhe coube viver, a necessidade imperativa de subsistir sem tergiversações, pela valorização endógena dos recursos. E, sendo eles, como vimos nos Capítulos 4 e 5, sujeitos a diversíssimas contingências, este conjunto de factores com o denominador comum do isolamento, gera nos homens, paredes meias, a insegurança e a ansiedade (o ‘medo’: «O medo que ele sentia era talvez do que estava para diante’ — CB, p. 59), a resignação e a religiosidade, a fé (novos elementos em articulação íntima com o conceito de telurismo); novas buscas de novos equilíbrios, instáveis embora: como se a cedência à aceitação de um ‘destino’ — a resignação — fosse o tranquilizante para a ansiedade; como se a religiosidade, a fé, se instaurasse como uma outra versão do instinto de sobrevivência. Assim: perplexos, interrogam-se os homens sobre o seu amanhã, sobre o seu hoje precários,

sobre a iniquidade da sua situação e, carecentes de um esteio, admitem a adversidade, não sem irem confiando em que outrem, omnisciente e generoso, consiga a actuação eficiente para a solução do problema da sua própria existência. Delicadíssimas teias de compensação e de transferências em torno da condição humana e da sua dignidade conduzem também à esperança estóica de que a justiça — obviamente divina — seja concedida. Deus não desprotegerá os seus — crêem. É fundamental não perder a fé. Confrontem-se, por exemplo, os passos seguintes, entre numerosos casos:

- «O que digo a ocê é que um homem nunca deve perder a fé porque fé de homem dá força nas coisas. Nha-mãe fala assim, e nhô Lourencinho, que é um velho que tem muito pensar debaixo do boné, diz que só perde a fé quem não tem alma.» (CB, p. 17).
- «Pensas que a terra dá alguma coisa sem fé? Pensas? Sem fé a terra dá grama, e grama é maldição, ouviste?» (CB, p. 57).

Se ‘ficar’ é, pois, um dever indiscutível para com a terra e a sociedade — não infringir os ditames do ‘destino’, ainda que ele sacrifique os seus cordeiros —, ‘partir’ será negar uma cumplicidade, um compromisso com uma conjuntura que se tornara insustentável, não pactuar com o conhecido, para tentar ir criar algures uma nova harmonia, gratificante de algum modo. É por isso que nhô Joquinha, procurando aliciar o afilhado a acompanhá-lo para Manaus, lhe diz: «[...] feliz de quem encontra um caminho longe para fugir atrás da chuva que fugiu das ilhas» (CB, p. 14). É por isso também que, discorrendo a esse propósito com Zé Viola, afirma:

«Temos de saber aproveitar bem os anos que nos restam, não é assim?, lutar sempre para uma melhoria. Quando um homem não está bem num lugar, muda para outro lugar melhor.» (CB, p. 18).

Chuva Braba e *Os Flagelados do Vento Leste* ilustram a diversidade de modalidades de desenraizamento, multiplicidade remissível, mais uma vez, a uma mesma unidade literária macrocósmica e a uma mesma referencialidade, a da insularidade caboverdiana.

Assim, em FVL o êxodo das populações interiores postula uma forçosa evasão, produto da coacção exercida pela lestadada e suas consequências exterminadoras. Entretanto, CB equaciona a evasão e subsequente desenraizamento fora da premência da catástrofe instalada (sem todavia a desconhecer): pode dizer-se que a problemática se centra, pelo menos na aparência, na vontade ou não de partir de um protagonista; o que não impede que outras vertentes da evasão se associem colateralmente à da emigração. Neste aspecto de uma configuração plural da evasão, cremos que CB é um texto muito mais rico do que FVL. E isso justifica-se porquanto, sendo FVL o romance da terra (como já acima se afirmou) e da identificação do homem com ela, só um circunstancialismo extremo potenciaria uma evasão. De resto, o próprio teor de uma discursividade despojada e tensa («romance litúrgico-gótico» lhe chama Russell G. Hamilton)⁽¹²⁾ expurgaria tudo o que não lhe fosse estritamente essencial.

«Cada homem tem o seu destino marcado, comentava [JCI]. Ele fora hoje com a cabrinha a vender, mas voltaria ao seu posto. O posto de cada um era lá onde assentara os frechais do seu tecto e armara as três pedras do fogareiro, e cozinhava a cachupa do dia-a-dia. Soltar os pés por esse mundo de Cristo, à toa, era perder a raiz e a marca do seu destino.» (FVL, p. 125).

Mas quem parte, fá-lo efectivamente a grande contra-gosto:

«Os homens desarmavam as palhotas, enfeixavam os paus da armação da casa e da cama, as esteiras, o pilão, reuniam os haveres e distribuíam, às pressas, entre os membros da família, os objectos que seriam levados para a beira da estrada. Nas trempes de pedra dos funcos ficavam as esperanças desfeitas, as cinzas mortas dos lares abandonados.» (FVL, p. 137).

E ainda:

«Com o nascer do Sol, a romaria dos flagelados diminuía. Aguardavam o crepúsculo para retomar a marcha. Mas era de madrugada que a coragem pegava neles com mais gana e os atirava para as monta-

nhas. Deixavam nos caminhos um zunzum pegado, de vozes e lamúrias, choros de meninos e queixumes de velhos e velhas.» (FVL, p. 125).

Com efeito, só a estiagem força o instinto de sobrevivência das populações rurais:

«Caminho longo; mesmo os habituados a percorrê-lo com frequência achavam-no agora mais comprido que nunca; é que levavam a família e o peso de todas as desesperanças às costas.» (FVL, p. 142).

E as personagens como João Felícia, Manuelinho e sobretudo José da Cruz apenas deverão partir quando já mortalmente atingidos vários dos seus familiares. Não se lhes põe praticamente qualquer hipótese de escolha: ficar — equivale a morrer já; partir, a uma ténue viabilidade de sobrevivência.

Os que, entretanto, vão resistindo, adiando a hora da partida, resentem-se também do isolamento crescente; que todos tinham sido componentes solidários de uma estrutura, de um organismo social outrora saudável, hoje fortemente minado pela desagregação:

«Zepa vinha todas as manhãs ver passar gente. Ficava estonteada, sem palavras na boca o resto do dia. “Onde vai tanta gente, Jesus Cristo?! Que vão eles encontrar lá onde o seu sentido os leva?” — perguntava de si para si, e sentia o vazio da desolação e do abandono cavar-se cada vez mais à sua volta, e um desamparo de quem não tem onde fincar os pés.» (FVL, p. 125).

FVL documenta, pois, nos excertos transcritos, a evasão motivada por uma causa extrema e a relutância perante a possibilidade de desenraizamento.

Por sua parte, CB, apesar de globalmente optimista no plano diegético, não deixa de constituir-se num universo poliédrico, em que o homem que vai soçobrando à adversidade, por uma violenta pirueta, tenta deliberadamente escapar-se-lhe; corre o risco de não ser bem sucedido, mas poderá eventualmente acreditar que foi ele quem optou.

Eis o primeiro passo de uma afirmação em termos de protesto in-

dividual, de libertação; e como tal se entenderá, em paradoxo apenas aparente, a recusa e a evasão. A consciência e a não aceitação passiva da morte quotidiana que o condicionalismo em que vivencialmente se insere vai impondo de modo silencioso, em resumo — a inadaptação social — configura-se na plataforma (de revolta?) que catapultará o indivíduo para um horizonte outro, ou tão só para a ânsia/sonho de um horizonte outro, para uma realização outra de si. Este impulso evasivo pressupõe a morte dos valores vigentes por implícita substituição de novos credos. (Cf. a ‘tese’ da personagem Lourencinho: «Quem vai longe não volta mais. O corpo pode um dia voltar, mas a alma, essa, não volta mais.» — CB, p. 57).

O desejo de mudança, sintomático de um mal-estar — quer ambiental quer intrínseco ao sujeito, ou de ambos simultaneamente —, pode indiciar também uma vitalidade salutar, uma exigência de melhoria de condições de vida, porque movido de um optimismo imanente. Mas não provém propriamente de um apelo turístico de exotismo. Em última análise, quando a insatisfação, mais ainda do que as carências, atinge grau elevado, poderá constituir-se na alavanca decisiva, pelo próprio facto de o indivíduo crer ter pouco a perder na jogada que arrisca, na projecção de si próprio para o desconhecido.

«Não sei se já notaste que é quando a gente tá chateado que a gente toma resolução. Quem não tá chateado tá bem da vida. Não procura mudar.» (CB, p. 132).

Analisada a situação, verificado o desequilíbrio entre o sujeito e o meio, verificada a incapacidade individual de reorganização do que se tornara ambiental e socialmente do domínio do caótico, a deslocação do sujeito aparece como a solução, difícil e dolorosa mas acessível, do conflito instalado.

«Pois digo e torno a dizer, um dia salto do bote e nado pró largo, pra proa dum vapor. Tenho a certeza que o vapor me salvará e me levará pra longe.» (CB, p. 133).

É o indivíduo quem decide, mas, prévias, as circunstâncias o compeliram: uma motivação que em si lhe é alheia o empurra; como se um passado o marginalizasse por estranho.

Esfregada nos pés dos meninos para que aprendessem a andar, a *na-góia* levava-os depois longe de mais (cf. CB, por exemplo, p. 104).

O gesto individual (carregando todavia a partilha do ser) abriu precedentes, criou seguidores que explicam, na diacronia, a intensa corrente migratória caboverdiana⁽¹³⁾ Eis a emigração e suas rupturas como a faceta mais imediata da evasão. Entre essas rupturas, inevitavelmente, a saudade dos ambientes, dos amigos e familiares, a saudade de si, das relações de cada indivíduo com quem o cerca e com o que o cerca, saudade da sua cultura e da sua pátria primeiras. Sentimento superável? Confrontem-se, por exemplo, os passos seguintes de *Chuva Braba*, respectivamente a pp. 27, 30, 86-87 e 137:

- «Foram-se safando um a um [os filhos de nha Joja], sem olhar pra trás. Foram e esqueceram tudo.»

- «Lembrou-se dos dois irmãos que partiram, cada um na sua hora, depois que o pai se finara. O mais novo, o Joãozinho, correra a notícia de que tinha morrido no mar. O outro, o Tiago, queixara-se, na última carta, da sua pouca sorte; andava ansioso por voltar à terra mas faltavam-lhe recursos para empreender a viagem do regresso. Lá onde andava vivia mal, ganhava pouco, penava de saudade.»

- «Afinal, viajar muito caleja, mata antecipadamente as saudades; com o tempo verificamos que as saudades que sentimos não são inspiradas só nos lugares e nas pessoas queridas, mas principalmente no passado ligado aos lugares e às pessoas. E esse passado afinal das contas somos nós mesmos. Como vês é uma ilusão. Podes crer. As saudades estavam mortas, sim, porque deixamos de ter razões para as sentir; porque ousámos, posso assim dizer, ultrapassar aquele limite para lá do qual as intempéries da vida tomam conta de nós. As intempéries substituem em nós uma alma por outra. É talvez o que nhô Lourencinho quer dizer quando fala em perder a alma. Mas as saudades estavam mortas também porque os costumes, a vida, os amigos que deixámos se modificaram — e nós em primeiro lugar.

[...] Esta miséria de águas tornou os homens diferentes, tornou-os mesquinhos, interesseiros e desconfiados.»

- «Mas lá na ribeira deixara a sua gente, a mãe-Joja, o Jack, a Escolástica, seus bocados de terra. A saudade pegou nele como uma mão poderosa. Ali sobre aqueles sacos, sentiu-se abandonado, afogado em tristeza.»

No entanto, nem sempre as circunstâncias (económicas, por exemplo) permitem a consecução do desejo: quer-se partir, mas tem de se ficar, porque, em última instância, o que se pretende mesmo é não ter de partir e conseguir na ilha a mediania de um viver digno.

Mané Quim como Joquinha documentam que não é o indivíduo que está no nível mais baixo da escala económica aquele que pode partir. A esse, a não ser de forma clandestina (cf. o extracto supra, p. 168, de CB, p. 133), até a evasão lhe está negada. Embora presente uma causa económica, ela não é determinante na partida. Quem vai, fá-lo por insatisfação, na mira de vencer o isolamento, perante uma realidade sem horizontes no passado e com um presente imobilizado, sem esperança também. Ora, nestas circunstâncias, é de prever que um indivíduo muito jovem, de um interior sedentário, com um forte empenho na produtividade do seu regadio do Ribeirãozinho, para mais com um nascente mas intenso relacionamento amoroso, não resistisse a uma ‘chuva braba’ e, assim, negasse as expectativas do padrinho.

É que Joquinha, que outrora partira aliciado pelo pai de Mané Quim (note-se a cadeia familiar e de gerações), acabara por se instalar em Manaus, em plena selva amazónica: Manaus, outra ‘ilha’, outro isolamento, agravado pelo desenraizamento que vai corroer-lhe a alma.

Embora desenraizamento não implique necessariamente uma prévia insularidade (*stricto sensu*), é um conceito que lhe está muito ligado. Podem considerar-se graus vários de desenraizamento nas migrações de um continental como de um insular e, assim, será diferente transferir-se de Ribeira das Patas ou de Terranegra para Porto Novo ou para Manaus. Com efeito, quanto maior a distância, menor a probabilidade do regresso: por isso, para um ilhéu (é o caso vertente), a partida para longe consigna-se num corte radical com a vida, numa antecipação, em certo sentido deliberada, da morte. A partida é, como tal, chorada por quem parte tanto como por quem fica. Por outro lado, o desejo

de enraizamento cultural no novo meio (cf. Manuel Lopes, *Ecran*)⁽¹⁴⁾ provoca tensões no indivíduo entre a cultura materna e a do ambiente de acolhimento; e, para não se sentir marginalizado, há-de o — agora — imigrante despir-se da própria identidade cultural de origem, ou sobrepor-lhe, num esforço mimético de aculturação, a aparência das práticas do hospedeiro. Nhô Lourencinho (CB) tinha razão. Joquinha e, em Manaus, o insular no exílio, o que tem, como confiança, amigos velhos e não velhos amigos. De resto, a tentativa de constituir família gorara-se. Por isso também, é que precisa do afilhado, na tentativa de colmatar a solidão.

«É uma falta muito grande a gente não poder falar do passado ao amigo da última hora senão como simples curiosidade. O passado não é um laço que nos une aos amigos da última hora — os alicerces mesmo sólidos são doutra natureza — para eles é como o papel que se deita no lixo depois de lidas as frases escritas a correr; para nós tem o valor inestimável dessas cartas amarelecidas pelo tempo, e que guardamos no fundo da mala como relíquias...» (CB, p. 88).

Perguntemo-nos agora: dos que partem, quais os que regressam? — Não os que falharam, que nem meios económicos têm para tal. Vejam-se os irmãos de Mané Quim (cf. excerto supra, p. 169 deste trabalho, CB, p. 30). Não voltam decerto também os que, economicamente ou doutro modo, superaram de largo a mediania do seu próprio *status* inicial, investiram e praticamente se enraizaram no novo mundo. Restam os do escalão intercalar, de que Joquinha será o protótipo. E Joquinha, que uma vez partiu, cindiu a sua integridade e não mais pôde recobrar a inteireza original. Ícaros, Prometeus, Sísifos sempre tiveram de pagar suas ousadias, seus crimes de auto-superação.

Tem mais rostos, porém, o fenómeno da evasão: quando não se concretiza o deslocamento espacial do sujeito e se mantém, imperiosa, a renúncia e/ou a impotência individual para transformar a realidade adversa, a viagem processa-se virtualmente, por vias em geral menos claras, com frequência por áreas da negatividade, máscaras várias da alienação: evasão sem partida.

Temos por formas de evasão alienante (aliás: mais visivelmente alienante) quer a dissipação de bens, o álcool e a indiferença, o enlouquecimento, o silêncio, quer a usura, o açambarcamento de géneros e a especulação em tempos de fome: deformidades, desforras ou vinganças subterrâneas, a necessidade de um qualquer absoluto ao alcance da mão? Paraísos artificiais? Flores de um mal tão mesquinho como as frustrações e, sempre na raiz, a incapacidade de combate definitivamente eficaz à fome e ao seu pânico.

Detenhamo-nos um pouco, em CB, sobre os casos de Lourencinho, Sansão, João Joana e Artur, todos já, aliás, abordados em 4.3. «Sistema de personagens» (pp. 43 e seguintes deste estudo).

Lourencinho limita ‘actualmente’ os seus contactos à comunicação «com as plantas do seu quintal e com os seus bichos» (CB, p. 57). Forma proteica da evasão, contraforte de uma dignidade que não pactua com facilidades aleatórias, o silêncio pretende-se coadjuvado pela cegueira deliberada:

«Cerrou os olhos para opor sólida barreira entre a sua alma incorrupta e o mundo de pecadores e aventureiros.» (CB, p. 58).

Sansão é a personagem que Manuel Lopes cria em *Chuva Braba* com a função de tipificar certa forma de alienação, exteriormente rotulável pelo álcool. Ao contrário de Baudelaire, em quem o vinho é lúcido protesto e tentativa de consecução de plenitude, nesta personagem afigura-se-nos que o álcool tem antes a medida da satisfação de um prazer acessível e da busca do esquecimento, na hora em que o eu atingiu um tal estado de degradação física e moral que se limita à ilusão de um primário hedonismo corrosivo.

A Sansão traça o Autor o perfil do antigo proprietário rural que vai sendo afogado, lenta e implacavelmente, num processo de endividamento tentacular, progressivo, por em tempos de seca ter começado a recorrer ao expediente do empréstimo e da hipoteca. Com o agravamento da calamidade, não conseguindo capital tão só para liquidar os juros, vai assistindo à dissipação frustrante de sucessivas parcelas das suas terras e acaba por se desinteressar mesmo de tomar nota das pro-

priedades que vão sendo subtraídas ao seu património, em proveito de mãos menos escrupulosas.

- «Não tomo nota destas coisas, julguei ter saldado a dívida, mas explicou-me que eu devia ainda novecentos e cinquenta mil réis. Resolvi então não pensar mais nisso, foi quando tomei juízo... [...]» (CB, p. 65).

- «Qualquer dia ele leva tudo o que tenho. Mas a gente também faz o que quer com o dinheiro e goza, dianho!, tira algum proveito. Que quer dizer agora um dianho matar a vida a trabalhar pra um dia deixar tudo pra outros e entrar na cova vazio? Ele julga naturalmente que mete tudo na saca, dinheiro e terras, pra não entrar no outro mundo com uma mão adiante e outra atrás. Só levamos connosco aquilo que bebemos, comemos e gozamos. O que te garanto é que com estas terras, nos tempos de seca que estão correndo, não se tira proveito nenhum. Olha, o conselho que te dou é não trabalhares as terras nada.» (CB, pp. 64-65).

- «O que cada um deve fazer é deixar andar a vida, porque pagar dívida é mesma coisa que deitar água num poço fundo.» (CB, p. 66).

Um descarnamento, um azedume, uma degradação alienada e alienante corresponderão já ao final de um percurso moral descendente, ou poderá ainda prolongar-se a caminhada da desumanização?

Sansão é personagem tão mais carregada de simbolismo quanto, por um lado, encarna, de certo modo, a antítese do seu bíblico homónimo, quanto, por outro, deixa escapar por entre os dedos a terra sagrada. Sansão é, com efeito, o mais fraco dos homens, minado de desencanto, eivado — como o que resta das suas terras — da erva daninha da corrosão total. Sansão é, sem qualquer máscara, o homem destruído.

Outra face da evasão alienante a merecer análise à pena de Manuel Lopes, naquela parcela da população que as vicissitudes intentam animalizar ou, pelo menos, desumanizar, é a face da usura. João Joana, de quem logo de início Escolástica afirma: «Ele empresta dinheiro pra tirar as casas e as terras de cada um» (CB, p. 26), João Joana — dizíamos — adquire na verdade um *facies* incrivelmente animalesco no dizer explícito da personagem acima mencionada:

«Parece exactamente o bode de nhô Sansão.» (CB, p. 26).

«De mãos nas costas, a queixada caída e aquele jeito sorumbático e resignado de mártir» (CB, p. 34), de falas mansas, o usurário vai asfixiando paulatinamente os pequenos proprietários (como vimos a propósito de Sansão), com a aplicação menos clara de juros. A hipoteca surge àqueles como uma possibilidade de alimentar um projecto precário e configura-se afinal na corda que, quem precisa lança à volta do próprio pescoço.

Afigura-se-nos particularmente conseguida a ‘pincelada’ caracterizadora da lógica em que se estriba a moral de João Joana, expressa pelas próprias palavras da personagem no trecho que segue:

«Alcunhavam-no de ladrão, malvado, alma penada, o que lhes vinha ao bico. Sabia o que se passava nas suas costas. Tinha-as largas, graças a Deus. Gostava só que lhe dissessem quem era mais ladrão: se ele, que abria a bolsa a todo o bicho-careta que lhe batia ao ferrolho nos momentos de atrapalhação, se aqueles que lhe levavam as ricas economias e só lhe pagavam as dívidas forçados pela lei — sim, porque João Joana tinha sempre a lei por ele⁽¹⁵⁾. Que lhe importavam os intriguistas, os impostores, os mal-agraçados, mais as opiniões a seu respeito? Que lhe pagassem as dívidas, fossem depois para o inferno. Era com eles...» (CB, p. 35).

De referir ainda o contraste estabelecido nas relações entre os necessitados que se vêem compelidos a confiar ou que não ousam negociar as condições dos empréstimos, e o usurário que actua com despudorada falta de escrúpulos. Atentemos ao que Sansão confia a Mané Quim:

«A gente se precisa de dinheiro tem de pedir. Eu devo trinta contos de réis a nhô João Joana. É o que ele diz. Fico às vezes a pensar porque mandou-me ele preencher uma letra a lápis e assinar o meu nome em baixo com a caneta de tinta. Este mundo é cheio de trapalhada. Eu assinei e não disse nada porque entrego tudo na mão de Deus. Qualquer dia ele leva tudo o que tenho.» (CB, p. 64).

Mané Quim havia de pisar o limiar do expediente que João Joana proporciona.

Uma última manifestação da evasão alienante encontra-se na actuação especulativa de Artur, o comerciante de Porto Novo. A esta personagem reserva Manuel Lopes um tratamento secundário. É, como vimos em 4.3. «Sistema de personagens» (p. 43 e segs.), o sôfrego comerciante vesgo, simbolicamente vesgo, pela sua visão plana, irrelevante ou distorcida do mundo e dos outros.

«— Me lembro bem; antigamente chovia em Junho ou Julho. Já estamos em Setembro e não vejo chuva cair. É medonho...

— Não é tão medonho, assim, senhor Joquinha — disse Artur, com acento sibilino.

— Que me diz! Então não é uma coisa feia? Estão lá para a Ribeira das Patas cheios de cagaço. Pudera, amigo senhor Artur!

— Eu lhe digo; é bom de vez em quando uma secazinha. O nosso povo é muito soberbo, precisa baixar a crista um pouco. Nos anos de fartura não se encontra uma mulher nesses campos para transportar um saco. Os homens sentam-se nos terreiros das casas a tocar viola e a fumar canhoto, e não querem saber do resto. Se a gente anda em negócios no interior, vemo-nos à rasca para carretear os produtos...

— Bem, mas isso não é razão. Quem não precisa trabalhar trabalha se quiser, naturalmente. A estiagem é mal para todos... Não é um castigo, é uma desgraça, amigo. E nem sempre aqueles que se salvam são melhores que os que sucumbem...

— Eu lhe digo — atalhou o comerciante, com um olho na rua e o outro no Joquinha. Não desejo mal ao povo. Sou comerciante. O senhor conhece bem o que são estas coisas. Faço cá a minha vida, mas franqueza franquezinha a chuva que é bem para uns pode também ser mal para outros. Cada um se vai governando como pode. A seca pode beneficiar a muita gente...

Pareceu a Joquinha que algo estava errado naquele homem. Seus olhos descontraídos não viam as coisas com clareza. Ou talvez o comerciante Artur estivesse exagerando para o experimentar, para saber até que ponto as aventuras e a ausência teriam secado a ternura no seu coração. Joquinha falou com prudência:

— Não quero lembrar o bem ou o mal que estas calamidades trazem

a uma meia dúzia; em todo o caso acho que é quando há mais fatura que há mais negócio. Cada um troca o excesso do produto que tem em casa pelo excesso de outro que o vizinho guarda. A satisfação é geral, há progresso, há bem-estar. A oportunidade é para todos...

Artur não se deixou comover com a eloquência do Joquinha. Com um gesto seco de mãos e um faiscar de olhos vesgos barrou a corrente impetuosa. Atalhou calmamente, amassando as palavras num sorriso próprio para clientes recalcitrantes:

— Pode ser para uns. Para outros não. Eu cá... — vacilou. Depois falou franco: — Vou dizer-lhe uma coisa. O senhor é forasteiro, não temo a sua concorrência, e saberá, certamente, guardar a confidência... Arranjo estes anos uns cobres se não chover. Isso é falar com o coração na mão. Pra quê fingir? Toda a gente aliás sabe que tenho os armazéns a abarrotar de milho. Se quer números redondos, lá vão: tenho armazenados cerca de cinquenta contos de réis em milho. O comércio é um jogo, o senhor sabe muito bem, e quem joga não quer perder. Pelo preço que comprei o milho, é para obter um lucro de cem por cento. Como vê o Senhor Joquinha, é um dilema...

— Então, pelo visto, se estivesse nas suas mãos, o amigo impedia que chovesse este ano, pois não é?

— Era bem capaz, era bem capaz disso. Porque não? Pelo menos este ano, pelo menos este ano — respondeu o comerciante, balanceando a cabeça pensativamente. Depois com um sorriso confidencial e um olhar assincrónico como se trocasse um olho pelo outro, acrescentou: — O senhor deve calcular como tenho andado com o coração no papo...» (CB, pp. 118-119).

A surpresa da «bela bátega»⁽¹⁶⁾ que inundará a Ilha no final da narrativa reflectir-se-á negativamente na criminoso expectativa do comerciante. E o narrador não lhe poupará a desmesurada, quase grotesca desorientação quando, ao referir-se à «figura terrosa do comerciante Artur» (CB, p. 149), anota: «Os olhos espantosamente abertos giravam-lhe como duas bússolas doidas.» (CB, p. 149).

O tópico da especulação, avidez de ganho — como excesso, forma de alienação, fuga do equilíbrio — não poderia faltar num quadro subjacente da fome⁽¹⁷⁾. Com efeito é a fome, em última análise, que deifica a terra e que, no pólo oposto, potencia a busca, algures, de melhores con-

dições de vida. E obviamente é nela também que radica a fragmentação do «querer bipartido» (que analisaremos de seguida), a necessidade de optar pelo mal menor, com suas cicatrizes implícitas.

Globalmente considerada, notaremos que em *Chuva Braba* a evasão marca de forma sistemática as personagens solitárias: Joquinha, João Joana, Sansão, Artur, Mariano. Notaremos ainda que o cunho psicológica e socialmente positivo da evasão tem a ver com a emigração — a luta estrénuo com as dificuldades económicas, de adaptação, de isolamento — e a vitória do sujeito sobre as contrariedades. Joquinha será a personagem mais representativa deste aspecto. Mariano é um lutador, furavidas, que utiliza, todavia, meios nem sempre claros: serve-se da noite como cobertura de actividades clandestinas (contrabando ou passagem de pessoas entre as Ilhas). Mariano estabelece a transição entre a evasão que (com base na prática do sujeito e resultados) designámos como positiva, e a evasão que, pelo mesmo critério, considerámos como desumanizante. Sansão, João Joana, Artur, figuras carcomidas, alinham-se, como vimos, na vertente corrosiva da evasão. Marcas de anteriores desistências, rumos de lenta autodestruição subsequente à conscientização de desfasamento entre a imagem que de si próprio cada um se formou e as expectativas que alimentou nas suas dimensões individual e social e, por outro lado, a realização desfigurante da imagem e expectativas⁽¹⁸⁾. Sofreguidões multímodas de sinal contrário, desconfiança, mediocridade, a vida ao invés, enfim, suicídios⁽¹⁹⁾ ou antes talvez, em rigor, homicídios em que a identificação dos responsáveis apontaria para uma pluralidade de factores, não porém decerto para um fatalismo intransponível.

Dir-se-á que, por solitárias, as personagens que procuraram ou procuraram a evasão em várias das suas facetas são as mais disponíveis: são já verdadeiras ilhas. Não tendo podido ou querido desenvolver interesses afectivos, de relação, não tendo diversificado formas de intervenção, foram como que reduzidas a uma só dimensão, a exclusividade afunilante de uma perspectiva que as desfigura, que compromete ou prejudica o bem-estar e o progresso do círculo ambiente.

Em contrapartida, André, Lourencinho (em certa medida), Escolástica, Vital e mesmo Zé Viola, mas sobretudo Mané Quim, são personagens diferenciadas, mas activas e em relação. Entretecem laços

relacionais⁽²⁰⁾ entre familiares, amigos, conhecidos; tornam-se, de facto, por isso, menos disponíveis e a sua ligação à terra fortalece-se, preenche-lhes o espírito e cria-lhes estímulos de prossecução, a despeito das adversidades. A solidão não logrou miná-los. As preocupações e amarguras não os afectaram no íntimo da sua compleição psico-somática harmoniosa; deixaram-lhes ainda uma margem, ainda que escassa, para a bonomia, o humor, a alegria, a esperança que lhes activa a pertinácia telúrica e as mantém vivas e intervenientes. Como se os elos de ligação aos outros (ou porventura a extroversão apenas) os robustecesse ou os imunizasse.

Das considerações formuladas acima talvez se possa inferir — e não era nosso propósito que isso acontecesse — uma quase bipolaridade entre evasão e telurismo. Ora os conceitos, não sendo próximos — pois, como vamos ver, até entre si geram a articulação constituída pelo «querer bipartido» —, talvez em certa medida possam ligar-se por uma relação de inclusão. Assim, se se observar que os que são forçados a partir têm sempre como objectivo o regresso, se se observar que partem porque pretendem voltar com meios de valorizar a própria terra (cf. conselho de nhô Vital a Mané Quim, CB, pp. 67 e 137), talvez seja de nos interrogarmos então sobre se, nesse caso, o afastamento não será também uma outra forma de amor à terra, uma outra forma de telurismo. (Não se pode regressar sem ter partido, celebrava a morna de Eugénio Tavares:

Se o regresso é doce
A partida é dolorosa
Mas quem não partiu
Não poderá regressar)⁽²¹⁾

Concluindo: a evasão consubstancia-se num meio de luta individual contra o esmagamento, a solidão, a ameaça de aniquilamento, a rotina. Não vencendo o mal-estar e a adversidade do condicionalismo geo-climático, civilizacional e económico — o isolamento sobretudo —, visa o sujeito resolver ou superar a situação de insegurança e ansiedade pela partida, tentativa de encontro de novas sintonias, ultrapassado o difereendo eu-meio.

A partida pode configurar-se numa deslocação física, material, do sujeito (migração, emigração — FVL, CB) ou num afastamento mental, viagem imaginária, que em *Chuva Braba* atingirá suas expressões maximizadas no cepticismo, na dissipação patrimonial, no álcool, na indiferença, na usura, ou na corrupção.

A evasão cifra-se, enfim, num sacrifício de vítimas humanas, numa imolação desumanizante, atavicamente inerente à dimensão vivencial da insularidade cabo-verdiana.

3. DO «QUERER BIPARTIDO»

(NOTA: As considerações a seguir formuladas baseiam-se, no que respeita ao corpus seleccionado para este trabalho, apenas na obra *Chuva Braba*, por considerarmos que em *Os Flagelados do Vento Leste* a instância significativa em causa não se encontra praticamente representada. É sob uma coacção vital do indivíduo, no limite das suas forças, e não por escolha deliberada, que se processam as deslocações humanas em FVL. A retirância é uma resistência; doutro modo, ter-se-ia dado antes de a situação ter assumido a acuidade de catástrofe.)

- «A gente não sabe onde é que está o lugar melhor. Se um dia me tirassem daqui e viesse depois uma chuva rija, seria pra mim uma grande dor de alma.» (CB, p. 18).
- «Por outro lado, a ida com o padrinho significaria renúncia ao próprio destino, destino amorosamente aceite e antegozado, e que se ajustava à sua alma como a roupa ao corpo talhada e cosida à medida.» (CB, p. 56).

Convivem no ilhéu caboverdiano um apelo telúrico e um apelo evasionista. À primeira vista antitéticos, convivem e digladiam-se. O primeiro consigna-se numa força centrípeta que, de geração em geração, garante uma fixação, uma vontade de afirmação pela terra. O segundo opõe-se-lhe, não em absoluto todavia, como força centrífuga, desejo de projecção do insular noutras paragens, (outro modo da vontade de afirmação), instalação de preferência em zonas de civilização fervilhante, onde, em esforço de auto-superação, se assumiria na plenitude das suas

potencialidades e apetências, onde angariaria prestígio e recursos para futuro investimento na sua Ilha. Nesta medida é que acima nos interrogávamos (p. 178) sobre se a evasão seria de algum modo passível de inclusão no âmbito do telurismo.

Entretanto, a presença simbiótica dos apelos em boa parte contraditórios coloca o indivíduo sobre um dilema ontológico que o dilacera. É forçoso decidir; mas decidir... Ouçamos, em CB, p. 144, o esclarecimento de nhô Lourencinho a Joquinha:

«Sabes, nos momentos decisivos o homem vira dois. O que manda e o que desobedece, o que aceita e o que nega, o que vai e o que fica. É preciso decidir: um lado ou outro; cá ou lá. Mas para isso um dos dois será aniquilado.»

Este dilema, cristalizado na fórmula «querer partir e ter de ficar — querer ficar e ter de partir», isto é, o «querer bipartido», segundo o poeta Pedro Corsino Azevedo, afirma-se como a terceira das vertentes maiores da dimensão vivencial da insularidade caboverdiana.

Entre a terra e o mar, entre a ilha e o bulício da civilização, entre a seca e a água, entre a resignação e a fé, entre a perplexidade e a ânsia, entre... — eis os termos que balizam dialecticamente o debate existencial caboverdiano. Gostaria o ilhéu de decidir sem perda das prerrogativas do seu estatuto anterior, mas isso está-lhe implicitamente negado, porque — já de outro modo o disse nhô Lourencinho — qualquer opção exclui, de forma definitiva, as opções preteridas: optar é empobrecer-se, trancar-se voluntariamente, porque tomar uma via é negar outra(s), é saber da limitação humana, é cindir o ser. A dilaceração do eu que a decisão implica, consagra uma outra translata actualização do postulado romântico da partilha da personalidade, esboroamento irreversível de uma integridade, desvirginação dos heróis; ou o intento paradoxal da alteridade e identidade em simultâneo; ou, quase, a síntese abrangente não dos contrários, mas dos diversos.

Na obra de Manuel Lopes, partir implica insatisfação, ambição, mas também infidelidade, traição, pressentimento do remorso; e ficar pode significar indecisão, resignação, falta de iniciativa, ou, justamente, co-

ragem, estoicismo e, indubitavelmente, amor enraizado ao pobre torrão natal. Decidir é dividir-se; e também agir. De uma certa abulia à descoberta da existência (mediante a ansiedade e a angústia), à descoberta da liberdade e respectivos corolários existenciais. Atentemos no passo seguinte (CE, p. 72):

«Então era preciso ele, Mané Quim, fazer alguma coisa. Ocorreu-lhe uma decisão rápida. Acabar com as coisas duma vez, procurar o padrinho agora mesmo, falar-lhe assim: Ocê não vai arrancar-me daqui nada. Palpita-me que arranjarei a vida sem ser preciso ir pra longe. Ocê deixe-me voltar à tranquilidade e à paz de espírito. Tenho que pensar na vida a sério, mas primeiro preciso dormir meu sono sossegado, não ter ninguém à roda de mim a falar do Brasil, uns a puxar pra cá outros a puxar pra lá. Não quero mais pesadelos de noite. De todo o modo se não chover, se tempo for de carestia, é meu destino; se eu cavar na rocha e não desencantar água no Ribeirãozinho, é meu destino. Mas não é meu destino ir pra longe enquanto não tiver a certeza de que não vem mais água nem de riba nem de baixo. Dizer-lhe isso mesmo, e não ouvir mais nada. Desandar seu caminho, sem mais história.

Ganhar enfim a liberdade. A liberdade de viver seu destino consoante o risco de Deus e não dos homens. Embora o risco que Deus dá seja por vezes pequeno, este é todavia o destino mais largo de cada um, onde é maior e mais completa a liberdade de cada um. É o que Mané Quim pensava.»

O querer ficar e ter de partir de Mané Quim, como o querer partir e ter de ficar de Mariano são variantes angustiosas de uma dualidade fragmentadora.

Zé Viola, quase invejoso da proposta de Joquinha ao afilhado, adianta:

«Se eu encontrasse quem me quisesse levar pró Brasil ou América, encostava a enxada atrás da porta e dizia logo:

“— Bá ‘mbora” [...]» (CB, p. 16).

Todavia, pouco à frente, quando Joquinha admite a hipótese de lhe conseguir emprego de hortelão em São Vicente, próximo do porto, riposta:

«— Sempre eu vou esperando...» (CB, p. 17).

Entretanto, é o tímido Mané Quim, como seria previsível, quem mais fundamentalmente se ressentia da fractura; a timidez, adjuvante da indecisão, agudiza e prolonga a inquietude que crescerá até à angústia:

- «Como se o remorso, e uma prematura saudade começasse a minar-lhe a consciência.» (CB, p. 20).
- «Eu não disse que ia nem que não ia. Tenho mais vontade de ficar aqui.» (CB, p. 27).

E logo, reiteradamente, na mesma página ainda:

«— Quem disse que eu vou? Quem te disse que eu vou?».

Convirá sublinhar entretantes que os vectores dilemáticos não são em rigor simétricos em Mané Quim. Isto é: enquanto o «querer ficar» é uma constante (nem aquando da proposta que o padrinho lhe apresenta se lhe nota qualquer entusiasmo, mas tão-só o constrangimento, a incapacidade da sua delicada rejeição imediata), o «ter de partir» é um imperativo extrínseco à sua decisão, melhor à sua iniciativa. Saber-se-á que são forjados pelo próprio Joquinha os motivos causadores do desampontamento que leva à decisão. É uma atitude de última hora, e não um elaborado processo a culminar num «ter de partir».

«Querer bipartido» é crise, instantâneo a ultrapassar, ou emergência visível, meteoricamente visível, de uma realidade atemporal submersa? Tal problema já o abordámos atrás, em 4.2. Consideremos ainda: como crise, pressupõe infalivelmente um passo subsequente de superação. Na segunda hipótese, pressupõe também um ritmo periódico, pendular, fluxo e refluxo, como o mar: um certo fatalismo de retorno.

Creemos que «querer bipartido» é um mal crítico e crónico em simultâneo:

CB ilustra o afloramento de um atavismo e não uma eventualidade, fruto exclusivo do poder de criação estético-literária de Manuel Lopes.

Um condicionalismo permanente, que em si não experimenta alte-

rações, manterá em princípio o *statu quo* da problemática do «querer bipartido». Por isso, como constante, ele é uma das vertentes fundamentais da dimensão vivencial da insularidade.

Na sua perspectiva de acidente crítico, como focagem em grande plano, detenhamo-nos sobre cada uma das hipóteses da sua superação [momentânea]:

— o indivíduo decide-se por ficar: prevalência da faceta pro-telúrica. É o caso de Mané Quim, a respeito do qual já nos interrogámos (4.2.), remetendo afinal para a perenidade de uma latência: «Na hipótese (plausível) de a seca voltar, não desejará/lamentará ter deixado escapar a oportunidade de partir? Só que, então, o sonho, que esta experiência (estadia em Porto Novo) já toldou, tornará Mané Quim mais prudente, ou céptico ou indiferente. Virá Mané Quim a tornar-se num Lourencinho, num Sansão ou num João Joana?» (p. 41);

— o indivíduo decide-se pela partida: prevalência da faceta pro-evaisionista. Supomos ter sido o caso de Joquinha, num tempo anterior ao da diegese. Joquinha saiu da sua Ilha e, depois de anos de instalado em Manaus, queixa-se ainda de desenraizamento e solidão; mas a sua estadia em Ribeira das Patas (reportando-nos ao tempo da diegese) documenta por si só que, depois da experiência da evasão, mesmo na própria terra, ele permanece também desenraizado: no Brasil como em Ribeira das Patas, não tendo família nem domicílio, é em casa do amigo André que Joquinha se instala. Joquinha é agora um hóspede na sua terra e um imigrante na terra de outrem. É que a partida e mesmo o êxito não garantem qualquer solução.

Do mesmo modo que Mané Quim, iniciado no dilema, assume a sua adesão à terra (sujeito, possivelmente, a recidivas de inquietação), também Joquinha, escolhendo o desconhecido extra-‘muros’ (e, neste sentido, a aventura), ficará indelevelmente marcado pela cisão entre desenraizamento e enraizamento, insatisfação e rotina «diastole et systole de l’imaginaire insulaire; [...]»⁽²²⁾.

Um como outro, Mané Quim como Joquinha, uma vez postos perante o dilema, não mais terão a tranquilidade da inocência: será o preço do ritual iniciático que confere a estatura da caboverdianidade. Sempre permanecerá uma brecha, dúvida num caso, desenraizamento no outro. Dinâmico, o processo é irreversível. (Cf., por exemplo, CB, p. 55, ll. 22 e sgs.) (Em contrapartida, aos olhos de Joquinha, André goza de privilégio: «Só tu, meu velho, continuas *inteiro*» — CB, p. 87, sublinhado no original).

Na perspectiva de um atavismo, o «querer bipartido» deverá ser encarado já não casuisticamente, indivíduo a indivíduo, mas segundo uma óptica mais ampla, objectivando o histórico e o social.

Situando diacronicamente o «querer bipartido» (tanto, aliás, quanto a instância «evasão»), admitimos que a inquietação da busca de uma ubiquidade possa remontar ao processo de colonização das ilhas desabitadas: escravos e senhores de uma multiplicidade de proveniências, devendo (con)viver num quadro de graves carências de todo o tipo — tanto maiores quanto mais nos afastarmos da actualidade e quanto em particular considerarmos os períodos de secas, terão tido ponderáveis razões para desejar partir/regressar. Cabo Verde, entretanto, entreposto do comércio negreiro. Gerações sucessivas de ilhéus (colonos ou já não) terão ressentido, num acumular de sofrimento transmitido, a falta de uma pátria primordial e, depois, a de uma pátria por realizar; terão ressentido a partilha, terão procurado a própria afirmação na síntese entre o passado e o presente. A miscegenação contribuiu como uma das primeiras etapas da síntese a construir, mas uma cicatriz eterniza a violência antiga do primeiro desenraizamento.

Saudade de um passado, saudade de um futuro (outra *Sehnsucht*), o «querer bipartido» é a consciência dorida de uma inteireza irrecuperável, da incapacidade de ser ubíquo, também no tempo, a montante e a jusante de um *hic et nunc* caboverdiano.

E, sendo assim, o «querer bipartido» indiciará sincronicamente um cruzar de querereres, um ponto de chegada e um ponto de fuga, um estar *versus* não estar. Nessa quase *coincidentia oppositorum*, a sede da própria identidade de um povo que se busca. Diríamos pois que a caboverdianidade é também o «querer bipartido». Parecem implícitas questões pré-

vias como: é a Ilha (são as Ilhas de Cabo Verde) uma escala? Um lugar para estar — ficar — viver — ser (caboeverdiano)? Um ponto de partida? Um destino? Que destino?

Virá a propósito citar, de Manuel Lopes, o seu poema «Encruzilhada» (in *Crioulo e outros Poemas*, Lisboa, 1964):

ENCRUZILHADA

Que disse a Esfinge
aos homens mestiços de cara chupada?

Esta encruzilhada
de caminhos e de raças
onde vai ter?
Por que virgens paragens se prolonga?

Aonde vão nas suas andanças
os homens mestiços de cara chupada?

Que significa para eles o amanhecer?

Ilhas de heroísmos e derrotas e esperanças
que a História não escreve
onde a hora é longa
e o dia breve...

Parece-nos que o título é particularmente sugestivo. Por outro lado, a referência à Esfinge, remetendo para a Antiguidade, não é pura conotação classicista; antes consubstancia a entidade das respostas enigmáticas, com este e outro sentido (e a abrangência da totalidade de sentidos), de algum modo como o «querer bipartido». O poema aborda diacronicamente a génese da «encruzilhada»: as raças cruzadas mestiçaram seus querer e prosseguem; para onde? Como num lamento terminal, o poema considera as Ilhas de História longa e de perspectivas limitadas.

Esta lucidez nostálgica, que não será só contemplativa, parece repor o sujeito poético no limiar de uma acção, quem sabe se de uma partida.

O «querer bipartido», como instância eminentemente dinâmica, um vector maior da dimensão vivencial caboverdiana, porque psico-afectiva, porque histórica, porque sócio-política: por isso, condição *sine qua non* da identidade do caboverdiano como da caboverdianidade.

4. DA RELIGIOSIDADE

«A gente não pinta os dias que tão pra vir de negro. Quem vê escuro pra diante não vê nada.» (FVL, p. 141).

Discorrer sobre a religiosidade na obra narrativa de Manuel Lopes é ponderar na mais ampla das vertentes da dimensão vivencial da insularidade. Com efeito, trata-se de uma instância omnipresente que qualquer uma das anteriormente analisadas poderá também documentar, porque em articulação íntima com cada uma delas. A religiosidade informa o pensar e o proceder das personagens de CB e de FVL, em particular das rurais.

A religiosidade reflecte também, quanto às instâncias anteriormente analisadas, a importância do condicionalismo do clima (de tipo tropical seco, ainda que no Atlântico), condicionalismo problemático de que a obra se faz eco. A fé institui-se como uma confiança ilimitada na água, na chuva que há-de vir; por isso, se aceitam todos os sacrifícios, por maiores e mais numerosos que sejam.

Forjou-se uma filosofia de *endurance* em função da chuva que, sobretudo porque escassa, é condição vital da sobrevivência. É esse espírito de aguentar com firmeza o carácter inóspito da conjuntura natural e suas consequências que, por exemplo, leva os homens a empenharem-se na chamada «sementeira em pó», isto é, em tempo seco, para rendibilizarem a chuva provavelmente próxima, e também para não se deixarem ‘tentar’ pelos grãos destinados à terra. «Milho de sementeira é dívida sagrada» [...] «Homem direito não põe a boca na dívida sagrada, pra não virar nem ladrão de Deus, nem ladrão da família» (FVL, p. 17).

Para que tal investimento se revele eficaz (sem o que nem haverá seara nem terá havido ou haverá alimento), desenvolve-se todo um saber,

todo um ‘estudo’ em torno das condições meteorológicas e climáticas. O «lunário perpétuo» de nhô Vital (GCB e CB) condensa esse saber acumulado da observação de gerações e, como tal, constitui um apoio precioso para a interpretação da conjunção dos factores e previsão do tempo atmosférico. Já em 6.1., «Do telurismo» (p. 151), procedemos à transcrição que de seguida ousamos recordar, por de novo nos parecer oportuna e particularmente saborosa:

«Sabe ocê, segredo das águas a gente estuda na feição do tempo, a gente estuda no cariz das rochas, nas nuvens, na linha do mar, na cor que o céu mostra, no anel da Lua, na endireitura do vento, no cheiro que ele traz. Tem mil maneiras. Uns sabem estudar melhor que outros. O lunário de nhô Vital não fala assim como ocê. Nhô Vital estuda no lunário e sabe ver nos astros. Diz que vai chover — e quando ele diz que chove é porque chove — a não ser se Deus não quer» (CB, p. 16).

Da relação que estabelecem entre os elementos observados é que «os velhos» — um saber de muita experiência feito — podem emitir as opiniões que os prestigiam pelo acerto dos prognósticos.

Quando se somam os meses e os anos de estiagem e se vai assistindo ao diminuir dos níveis dos recursos, sem que haja o quer que seja a adquirir para mitigar a fome, então, ao «apertar o lato» (FVL, p. 16) — o seu e o da família —, é necessário que funcione, rijo, o carácter estóico, a tèmpera férrea forjada por décadas de limitações e carências de toda a espécie.

O silêncio, que pressupõe um isolamento voluntário, é, pela negativa, uma manifestação da ἀπάθεια⁽²³⁾; como tal, activo, equivalerá a um estado de apreensão que, gradativamente, poderá transformar-se em ansiedade, inquietação ou medo, num crescendo consentâneo com o atraso ou a recusa dos sinais da chuva.

- «[...] pairava um tenso silêncio de receosa expectativa.» (FVL, p. 13).
- «Como que por pudor, o pudor de transmitirem uns aos outros as apreensões que lhes iam na alma, ou envergonhados da sua situação, os homens começaram a isolar-se, a selar a boca, a evitar-se.» (FVL, p. 14).

- «Era o que me tinha de boca amarrada.» (FVL, p. 20).

A estes sentimentos subjaz, entretanto, ainda quando ténue, uma esperança na modificação das condições ambientais. Recordam-se estranhos casos de anomalias atmosféricas em que a chuva ocorreu tão tardiamente que já decerto quase ninguém a aguardava.

Se, com efeito, ela se nega em definitivo, assume-se com amargura a desgraça instalada, não sem todavia se esconder uma reserva de esperança para lá de todo o limite imaginável:

«Sim, a chuva chegaria um dia. Esperavam por ela como se espera pela sorte, no jogo. Se não viesse, a alternativa seria apertar o cinto, meter a coragem no coração para a luta, como qualquer homem pode fazer quando cai no meio da borrasca. Já estavam habituados. Vinha de trás, de longe, esta luta. Esperavam sempre: até o último momento. Até mesmo para lá do último momento. Mesmo aqueles que não sabiam esperar, e não acreditavam nas previsões dos homens, mesmo esses, não se atreviam a apagar, depressa, aquela luzinha; só no último minuto desesperavam, porque alguma coisa pode acontecer quando já ninguém pensa nela.» (FVL, pp. 14-15).

A despeito disso, porém, nessas alturas em que se espera pela chuva ou em que a lestada impõe o seu reino de prepotência, domina entre muitos o abatimento, a prostração, o espírito resignado, de aceitação tolerante e compassiva. Veja-se a atitude parada, quase abúlica de nha Joja, a mãe de Mané Quim. Degradam-se os valores éticos, os comportamentos interindividuais: uns perdem poder de combatividade, enquanto outros infiltram a corrupção: «A fome e a sua irmã gêmea, corrupção»⁽²⁴⁾.

Crê-se que o destino é responsável pelo estado de coisas e sofre-se conformada e pacientemente:

«Não havia neles nenhum sentimento de revolta, porque ninguém se revolta contra o Destino; o Destino é um enviado de Deus, e, nessa qualidade, representava Deus nas decisões que tomava, nos caminhos que traçava para os homens.» (FVL, pp. 131-132).

Não se revoltam, porque a violência dos elementos geofísicos e os sofrimentos que ela acarreta, se inscrevem no próprio quadro das suas condições de vida.

É esta própria religiosidade que, como vemos, absorve o trágico e seu determinismo.

Desde tempos imemoriais, sempre o homem procurou uma adaptação ao local onde se instala; por isso, ama-o, intenta uma mútua relação funcional, prepara-se psicologicamente (ainda que decerto nem sempre tenha inteira consciência do facto) para suportar a adversidade mais cruel das condições ambientais. É uma questão de sobrevivência: claudique o físico, mas sempre a inteligência reflectirá criticamente sobre o tema, dentro dos meios empíricos e sócio-afectivos de que sempre dispõe. Uma inteligente filosofia de vida ou uma religiosidade é o meio mais profundo e eficaz (porque racional e afectivo) de uma sociedade manter um equilíbrio sadio e dinâmico.

Na «tensão entre a esperança e o desespero»⁽²⁵⁾, é a fé que sustém o vigor anímico, escora a acção individual e agrega (re-liga) os homens.

Quando se vive o declive simétrico do «tenso silêncio de receosa expectativa» (FVL, p. 13) é que, perante tal situação depressiva, a fé se impõe, opondo-se à resignação e ao desalento⁽²⁶⁾, como uma alavanca de superação, como factor propulsor do reequilíbrio.

Se a lestadada se instala, não pode a resignação abrir caminho à indiferença, ao esquecimento da dignidade, a alienação (cf. 6.2. «Da evasão»). Por isso, sempre haverá 'loucos' incorruptíveis como nhô Lourencinho ou José da Cruz que pregarão o apego à fé, uma fé consubstanciada na acção, na confiança e no optimismo de um futuro de menos privações, construído a pulso pelos que crêem, não pelos que desistem.

«É suor de todos os dias, toda a hora e calos nas mãos, que fazem a alma aguentar aqui. Pensas que a terra dá alguma coisa sem fé?» (CB, p. 57).

José da Cruz e Lourencinho encarnarão esse mesmo apego, agindo, resistindo com tenacidade ao flagelo, inamovíveis. Lutam contra desvairadas tentações de partida.

Na verdade, a fé, que noutras circunstâncias pode assumir-se como uma atitude conformista, é em Lopes um efectivo móbil de progresso, nos antípodas da resignação (como já acima se frisou), um elemento de confiança expressa no homem e na sua acção, de preferência concertada numa solidariedade eficaz, ética e materialmente.

«Era a luta. A luta braba que começava. Contra os elementos negativos. Contra os inimigos do homem. A luta silenciosa, de vida ou de morte. Introduzia-se primeiro no entendimento. Depois, entrava no sangue e no peito. O homem tornava-se a força contrária às forças da Natureza. Por um mandato de Deus, o homem lutava contra os próprios desígnios de Deus. Dava toda a sua vontade e a sua força. Não podia fazer mais nada. O que está acima da força do homem não pertence aos seus domínios. O homem tinha uma medida. Chuva, vento e sol estavam fora dessa medida, e o homem não se podia incriminar pelo que sucedia fora da sua medida. Os desígnios de Deus eram superiores à vontade dos homens, mas o dever do homem era lutar mesmo contra esses desígnios.» (FVL, p. 96).

Esta fé não projecta num Além a consecução da felicidade, antes a concebe como possível, teluricamente, *hic et nunc*,... se todos quisessem ficar. (É necessário que muitas vontades se juntem para que o balão de Bartolomeu, Blimunda e Baltasar (um dia) voe). Este sentido eclesial das vontades implica a adesão a um corpo de ‘artigos’ de uma fé essencialmente teluricista. É «fincando os pés na terra» que a terra se identificará com o sonho, a utopia, a Ilha; que a terra aproveitará do advento da chuva quando ela, messiânica, um dia vier para redimir a míngua crónica.

Lourencinhos e Josés da Cruz é que são os verdadeiros sacerdotes de uma religiosidade quase sem hierarquias, sem rituais nem específicos locais de culto. E a terra, a natureza — em certo sentido a montanha — o grande templo.

De facto, na obra narrativa de Lopes, quase sempre (se não sempre) se ignora a religião socialmente institucionalizada. Mesmo a referência à festa do casamenteiro Santo André (FVL, pp. 122-123) se inscreve na comemoração das águas [fertilidades várias], celebração que, em tempos de fartura, vive da culinária tradicional, da música e da dança («morna»

e «contradança») em que participam novos e velhos. É uma celebração laica e profundamente religiosa no sentido de agregadora, comunicante.

As águas abençoadas, as chuvas, é que de facto rompem o silêncio: a necessidade comunicativa satisfaz-se com um vaivém de pessoas cuja alegria extravasa (cf. FVL, p. 35) na tagarelice colorida do quotidiano ou em particular nos serões «de viola e cantiga».

Como vemos, a vivência das populações inscreve-se pendularmente entre as contingências bipolarizadas do vento (ao dizer «vento», é decerto a lestada que aqui temos em mente) e da chuva, isto é, entre o universo da fome e o de uma ventura mediana.

Lestada e chuva ultrapassam, por isso, a sua denotativa importância primeira de entidades geofísicas, para se avocarem, cada uma a seu modo, uma estatura mítica.

O vento leste é, sim, a besta mítica, pelo *facies* agoirento, pela forma implacavelmente agressiva como sopra. Por essa ‘actuação’ prepotente e imprevisível, ele é a contingência ameaçadora, domínio volúvel do incontrolável, portador de males terríveis, exterminador de humanos, animais, culturas, bens em geral. A lestada traz, avassaladora, o alastramento letal do deserto: silêncio, vazio, morte. Também pelo calor excessivo, a lestada é o «Inferno» (FVL, p. 93), o «vento maligno» (FVL, p. 117). Por isso, na pág. 103 do presente trabalho concluíamos a caracterização deste vento com a afirmação de que «A lestada consagrará o caos».

No outro extremo do balouçar em que se joga o viver do ilhéu caboverdiano situa-se a chuva, entidade antagónica da lestada. Como tal, ela também mitizada, em tons obviamente promissores. A água há-de vir, louca, tumultuosa e irreprimível, «chuva braba»; há-de vir pôr fim às labaredas, mitigar todas as sedes, fazer rebentar nascentes, trazer o «papiar crioulo, dançar morna e comer cachupa» (CB, p. 123), de que têm saudades os que disso andaram longe. É a água o grito natural insubmisso da consagração do telurismo, factor primeiro da congregação dos homens, da sua ascensão plural à dignidade da cidadania, hossana da ressurreição). A chuva, aditamos agora, consagrará a bem-aventurança.

Todavia, entre uma realidade mais frequente — a seca — e uma realidade menos frequente do que desejada (a insegurança de uma probabilidade) — a chuva —, se insinuará o dilema: partir ou ficar; e com ele,

a partilha do eu, irreparável como qualquer partilha. Do «querer bipartido» falamos agora, domínio das ambiguidades, entre um apelo de evasão e um arreigamento teluricista.

Era, na filosofia judeo-cristã, o jardim do paraíso concedido ao primeiro homem; o homem, por um gesto (prometaico), o perdeu, devendo penar pela ousadia: errará pelo vale de lágrimas. Triste e tenso vive a procurar reabilitar-se, que o céu será só para os eleitos. Ao ilhéu caboverdiano, ao contrário, coube cosmogonicamente a estiagem como dado inicial e constante («Não lhes dais mais nada, / Senhor, / que sol e desgraça?»)⁽²⁷⁾; a chuva, como purificação, regeneração e, logo, optimismo, esperança, promessa terrestre, a conquistar a pulso, perseverantemente e com crença.

- «E teve uma grande fé naquela chuva que seu homem desejava, desejava.» (FVL, p. 71).

- «Mas quem não diz a nós que um dia tudo vira — e o que é mau fica bom? Porquê que bom há-de virar mau, e não há-de mau virar bom? É questão de cair pra um lado ou de cair pra outro lado. Pois ocê fique sabendo que tem tido uns anos de fartura que até parece que pedra dá comida. E o que é seco hoje é molhado amanhã. Também quando tudo fica ruim temos de saber apertar o lato na barriga. É o destino de cada qual, consoante está traçado.» (CB, p. 17).

Sacralidade da água, sacralidade da terra, sacralidade do homem, sacralidade enfim da natureza, ligação entre os homens num projecto de (re)inserção homem-natureza, desejo plural de regresso ao útero materno, pátria/mátria das águas, sem mais dissociação homem-natureza.

Deste modo, a religiosidade consubstancia-se num sadio optimismo pragmático, dinâmico, eficaz. Sísifo não é sempre condenação. De facto, por mais adverso que seja o cenário e, por conseguinte, por mais duras que devam ser as vivências, o homem não será seu escravo a partir do momento em que consciencialize a morfologia da situação para nela inscrever de forma inteligente, logo crítica e deliberada, a sua actuação. A luta quotidiana é o problema de cada indivíduo e de cada comunidade; não dos outros. Porque a cada um, homem ou grupo social, é que compete arrostar com o seu rochedo; e não há quem o possa ignorar. Im-

portante é defrontá-lo e não desistir. Por isso, José da Cruz, Mané Quim serão felizes à sua medida e não à medida de estranhos (como Maria Alice ou Miguel Alves), ou à medida dos que partiram (como Joquinha), com padrões necessariamente outros; e a sua medida limita-se, tão-só, à garantia da continuidade da existência:

«E Zepa pensou que a vida era uma só, e era isto: arranjar jeito, garantir a cachupa para aquelas bocas.» (FVL, p. 71).

Cientes da inelutabilidade da morte, a sua própria luta diária é uma razão de vida.

De muito longe no tempo captaram o eco e a ressonância do conselho de Píndaro (lembrado por Camus): «esgotar o campo do possível»⁽²⁸⁾. Nisso se aplicam com fervor e isso lhes basta, até o momento em que a ruptura estala.

«— Comida é que salva, Isé. Sem comida não há salvação. Deus me perdoe.» (FVL, p. 142).

É então que se debatem «contra os próprios desígnios de Deus» (FVL, p. 96), até o limite das forças. Esse, o momento de reconhecer «a verdade esmagadora»⁽²⁹⁾; essa, a «fórmula da vitória absurda»⁽²⁹⁾. Como já afirmámos em 5.5.1., no universo ficcional narrativo de Manuel Lopes, ninguém deliberadamente precipita a própria morte. Manuel Lopes, como Camus, convida-nos a sabermos ser felizes.

Quanto mais negativo o condicionalismo envolvente, quanto maiores o isolamento e a impossibilidade de o transpor, tanto mais aguda e absurda a situação, tanto maior a estatura do homem: em Manuel Lopes, a insularidade identifica-se com a própria condição humana. Eis como uma problemática precisa assume uma dimensão universal.

Prossigamos:

À visão apocalíptica da existência, da filosofia judeo-cristã que condena eternamente o homem pelo pecado cometido, vem contrapor-se, mais humana, a religiosidade caboverdiana, segundo Manuel Lopes: co-

locando o homem entre o universo do vento e o universo da chuva, parte de um caos para um cosmos, mediante a exaltação do homem.

Em FVL, o declínio de José da Cruz a que se contrapõe diegeticamente a ascensão de Leandro (ou, dito de outro modo: a contraposição do universo da fome ao universo primeiro da chuva) pode permitir uma inferência inversa à das considerações supra. Convém, todavia, observar que a chuva tardava já há muito quando sobreveio uma bâtega (Setembro — cf. FVL, p. 29), terrível mas esporádica, a que viria a seguir-se a lestada (Novembro — cf. FVL, p. 93). As apreensões do início da obra denunciam, tanto como a esperança — que a atravessa por completo —, um estado de carência, a saudade da bem-aventurança a construir. Um «aviso de dentro» (FVL, p. 19), um «sinal» (FVL, p. 20) são expressões que informam de uma esperança, de uma confiante religiosidade. Insistimos: de um caos natural a um cosmos, obra que há-de ser do homem. Será ainda possível continuar-se o fio da vida?

A religiosidade, constituindo por si uma das vertentes da dimensão vivencial da insularidade, assume, assim, também, uma abrangência globalizante que integra e explica funcional e semanticamente cada uma das outras vertentes.

Vertentes solidárias da unidade que é a dimensão vivencial da insularidade dos heróis do universo novelístico de Lopes — o telurismo, a evasão, o «querer bipartido» e, por fim, a religiosidade — constituem os traços mais relevantes do perfil dessas personagens e respectivas mundividências. São, na sua conjugação, as marcas distintivas individualizadoras de uma específica identidade, na recriação literária do «ser caboverdiano».

CONCLUSÕES .07

No início deste trabalho propusemo-nos indagar, na obra narrativa de Manuel Lopes, da existência de marcas textuais e discursivas da insularidade caboverdiana, na sua dimensão vivencial.

No presente capítulo sintetizaremos as principais conclusões a que nos conduziu o estudo empreendido em ordem àquele objectivo.

1. Para nos aproximarmos do desiderato em causa, começámos por formular considerações de enquadramento relativas ao conceito de insularidade.

Observámos que, sobre a acepção denotativa inicial, a geográfica, diacronicamente se veio a processar em Cabo Verde um isolamento histórico que propiciaria o desenvolvimento, de modo quase autónómico, daquela sociedade miscegenada.

Tal processo, observámo-lo também, havia de viabilizar a sua especificidade sócio-cultural e a consciencialização da necessidade de busca da própria identidade. Salientámos a importância da acção de grupos de intelectuais congregados em torno das revistas *Claridade*, *Certeza* e outras, e, paralelamente, a importância da acção individual da produção literária e ensaística desses mesmos intelectuais. «Fincar os pés na terra», o primeiro propósito da *Claridade*, reflecte o compromisso com a causa insular.

A última acepção em que considerámos o conceito de insularidade foi a vivencial, como decorrente da sedimentação dos estratos anteriores. Esta acepção seria a que principalmente importaria à sequência do trabalho. Procurámos analisar a forma como o condicionalismo mesológico actua sobre a idiosincrasia e mundividência do caboverdiano. Sublinhámos a hipervalorização da terra e da água; o apelo simbiótico

dos longes transatlânticos; a indecisão dilacerante do ser; a fé, como alavanca contra a resignação, a despeito de uma tradição de sofrimento, dada a precaridade de recursos e a frequente adversidade climática.

2. A análise de CB, desdobrando-se nos *items* mais salientes da narrativa, revelou-nos um protagonista partilhado pelo dilema do «querer bipartido» e, implicitamente, o afloramento colateral das outras vertentes fundamentais da dimensão vivencial da insularidade caboverdiana: telurismo, evasão e, de forma mais ténue, religiosidade. A sobrevivência da «chuva braba», acabando por decidir pelo herói, reinstala (talvez só aparentemente) o equilíbrio fendido, porque a terra iria produzir. Concluímos que o dilema é uma constante, que a acção de CB é um surto eruptivo de um eterno vulcão latente e cremos ter demonstrado a circularidade da acção desta narrativa.

3. A análise de FVL, levada a cabo segundo o mesmo modelo operativo utilizado em CB (com as adaptações exigidas pela peculiaridade discursiva da obra), havia de permitir verificar, na fase seguinte da investigação, que FVL é, só, o cântico da terra. E acaba por ser/parecer a trágica negação da esperança, a negação da crença na chuva fertilizante. O telurismo é uma particular religiosidade essencial-existencial na afirmação reiterada de fé na chuva redentora e na inextricável unidade homem-húmus na comunidade agrária de Terranegra. E é também a própria fisionomia desses homens: «Havia neles qualquer coisa de terroso, como se fossem raízes arrancadas à terra» (FVL, pp. 78-79). Verificámos que FVL é o romance trágico da violência: é a unilateralidade prepotente da acção da lestadada que coage os homens de tèmpera férrea a abandonarem Terranegra. Fazem-no não por desapego à terra, mas apenas quando esgotada até o limite a capacidade de resistir. FVL, diz Manuel Lopes, «é um extremo» (FVL, Prefácio).

4. O capítulo que dá o nome ao presente estudo organiza a informação que a descrição morfológica de alguns dos aspectos mais salientes das obras propiciou, reflecte sobre essa descrição e apresenta o resultado dessas actividades em quatro pontos essenciais: telurismo, evasão,

«querer bipartido», religiosidade — tantas quantas as vertentes dominantes da dimensão vivencial da insularidade.

Observámos que o telurismo assume nas obras estudadas um peso substancial e por isso afirmamos agora o infundamentado das críticas de «evasionista» com que em tempos, como é sabido, foi apodado Manuel Lopes, juntamente com os seus companheiros de *Claridade*. Verificámos que o telurismo ressuma da própria linguagem e que, se assistimos a numerosos casos de animização-personificação, também, em sentido inverso, as ocorrências de uma metalinguagem com base na terra são frequentes: ora o homem como centro referencial, ora a terra, nos esquemas mentais do sujeito, revelam de modo veemente a indissociabilidade das entidades homem-terra no todo uno da natureza.

A evasão, em geral polo antagónico do arreigamento telúrico, afigurou-se-nos, não como um desejo de aventura, um salto no desconhecido, a sofreguidão de novos horizontes, mas como o resultado de uma insatisfação, a premência (às vezes a coacção) de uma mudança. Observámos que, segundo Manuel Lopes, a partida acaba, em geral, por não trazer a solução esperada, mas por abrir novos problemas, em que o desenraizamento não será dos menores. Verificámos a existência de outras modalidades de evasão, como a alienação, de que salientámos a indiferença, o álcool, a loucura, a corrupção. Em suma, a evasão é um processo atávico de imolação desumanizante.

A cisão que o dilema instala entre «querer partir e ter de ficar» ou «querer ficar e ter de partir» inscreve-se de forma irremediavelmente «inconsútil» (diria Manuel Bandeira ou Jorge de Lima) no espírito de sujeitos do enunciado como Mané Quim ou Joquinha. A dor de tal cisão pressupõe uma intensa ligação telúrica e identifica-se com a consciência da partilha do sujeito; como Orfeu, Ícaro, Prometeu ou Sísifo — vencer a insularidade, a sua própria dimensão, implica, na amputação de uma parte do sujeito, a crise da sua própria identidade.

Concluimos que o «querer bipartido» radica na própria busca da identidade de um povo: é a «Encruzilhada» crioula, condição da caboverdianidade (cf. M. Lopes, «Encruzilhada», p. 185 deste trabalho).

Observámos que a religiosidade das personagens de Manuel Lopes é uma atitude que, projectando os sujeitos na sua funcionalidade social

(solidariedade), lhes incute a força anímica indispensável a aguentar as circunstâncias, por piores que sejam, e os impele para a luta pela causa que é sua. Entre o vento e a chuva, entre o caos e o cosmos a erguer pela sua acção, o sujeito vê enaltecida a sua imagem; ele não é escravo de um condicionalismo porque consciente da sua condição. Vimos que «em Manuel Lopes, a insularidade identifica-se com a própria condição humana» (p. 193); isto é, a insularidade e o seu despojamento iluminam a limitação da liberdade existencial do homem, caboverdiano ou não. Rivas dissera já: «[...] l'île est un monde et le monde est une île [...]»⁽¹⁾. Observámos a individualidade própria de cada conceito (telurismo, evasão, «querer bipartido», religiosidade), a sua interarticulação solidária, a maior abrangência da vertente «religiosidade». Concluímos ainda que é a existência simbiótica das diversas facetas referenciais subjacentes aos conceitos supra-citados que confere à insularidade caboverdiana, de acordo com Manuel Lopes, a sua genuína identidade, isto é, o seu estatuto da caboverdianidade.

5. Observámos depois, genericamente, que:

5.1. – GCB, embora só publicado em 1959, constitui uma espécie de fonte matricial da obra narrativa de Lopes;

– CB e FVL se organizam segundo uma estrutura externa semelhante, em que cada uma das suas duas grandes partes configura um todo e integra uma outra unidade global, a da narrativa a que pertence;

– CB e FVL, por sua parte, juntamente com GCB, perfazem uma outra totalidade, a mais abrangente de todas, com laços intrínsecos que consolidam a coesão interna do macro-texto. Dentre esses laços salientamos:

- uma unidade temática que se desdobra em subtemas articulados por charneiras íntimas que reenviam exclusivamente para a condição geo-humana e existencial do ilhéu caboverdiano, como sujeito do enunciado:

«Como pretendi na *Chuva Braba* e em *O Galo que cantou na Baía*, tento dar, na presente narrativa, um pouco do que sei das minhas ilhas crioulas de Cabo Verde e do seu povo.» (FVL, Prefácio).

- uma unidade de lugar, através da representação da realidade insular numa segmentação provisória e congruente: ruralidade interior, montanha e litoral urbano. Santo Antão é o cenário escolhido nas sucessivas produções narrativas de Manuel Lopes e a sua individuação é ampliada pela dimensão simbólica que lhe cumpre assumir: de Santo Antão à Ilha, isto é, daquele particular e preciso local à generalização que é em si o conceito de insularidade, cenário primeiro da especificidade caboverdiana.

- uma unidade de perspectivação discursiva do tempo, concebido

- numa genérica homologia entre o discurso (ordem e duração *genettianas*) e a *diegese*;

- como atemporalidade, dado o carácter cíclico da referencialidade geo-climática, substrato básico da condição existencial do sujeito (uma qualquer semana de Setembro — CB; um qualquer âmbito de meses entre Setembro e Abril/Maio de um qualquer ano — FVL). Este, um dos meios fundamentais de universalização de uma temática de excepção que, em FVL, tem a estatura de um símbolo trágico;

- e uma transitividade das personagens — redundância funcional e economia *diegética*: as personagens remetem para um mesmo universo e, nele, uma contemporaneidade convivente.

«Fincar os pés na terra» — dir-se-ia a obsessão, a anáfora, um certo Ravel: como uma série de círculos concêntricos, de raio progressivamente mais extenso, formados a partir do ponto em que a pedra fendeu a prévia imobilidade das águas.

5.2. – Verificámos que, pese a Manuel Lopes a demarcação que exige quanto a um certo Neo-Realismo, o discurso semantizado da sua obra incide exclusivamente sobre a condição do homem, a pretexto — pretexto de peso — da condição do homem seu *conterrâneo*, inserido no quadro insular de origem. Efectivamente, a sintonia com os problemas sócio-existenciais não implica de modo nenhum em Manuel Lopes um posicionamento de tipo marxista, timbre praticamente obrigatório nas

produções que se assumem como representativas dos postulados estético-ideológicos do Neo-Realismo. Não é difícil documentar na obra de Lopes a ausência de temas caros à estética do compromisso, como a exploração social (casos esporádicos), a prostituição, a consciência (ou a não-consciência) de classe, o colonialismo, a negritude.

* * *

A universalidade da emoção estética suscitada pela prosa ficcional de Lopes não lhe advém da densidade e pertinência da temática que foca nem da racionalidade da sua problematização no rigor geométrico da concepção estrutural. Estes aspectos, que caracterizariam, por exemplo, a objectividade de um ensaio sociológico, sendo necessários ao texto de Manuel Lopes, são insuficientes no estabelecimento de um estatuto de literariedade.

É-lhes indispensável o tónus afectivo (*lato sensu*) conferido pela ductilidade de um discurso que maneja na justa medida, com mestria e oportunidade, recursos estilísticos como, por exemplo, o discurso indirecto livre, coloquialismos típicos da variante do português de Cabo Verde (com saborosos tópicos arcaizantes, de crioulo e marcas de brasileirismos), todo um sistema de metáforas e imagens emergente das vivências telúricas daquele universo humano), tentames de escrita automática.

A presentificação e verosimilhança das personagens, a humanidade das atitudes, a rede relacional das respectivas preocupações e interesses, as intervenções diegeticamente motivadas, o jogo da expectativa e suas contra-surpresas (Escolástica, à saída do banho, em CB, pp. 43-45), manifestam a excelência do domínio técnico da língua como instrumento de modelização secundária.

Do ponto de vista textual, salientaríamos ainda a dignidade de tratamento da pessoa, quando mesmo na situação de graves carências económicas, sem concessões à comiseração, ao lacrimajante, ao macabro.

Um fio amargo percorre certos trechos de cunho lírico («Oh, nordeste, inimigo da chuva! [...]», FVL, p. 119; «Anos de boas águas! Santo An-

dré. [...]», FVL, pp. 122-123), exemplos de como a prosa poética investe harmonicamente no tecido de uma narrativa trágica.

No seu conjunto, estes motivos, a acrescentar aos já referidos aquando da análise do *corpus* deste trabalho, fundamentam o sobredito estatuto da literariedade, a busca da emoção estética (trágica, no caso de FVL), o prazer do texto em que o leitor se deixa aliciar, se embrenha, em que com dificuldade uma leitura crítica suspende o embargo da comoção.

* * *

Muitos aspectos da obra narrativa de Manuel Lopes ficaram por abordar, muitos ficaram por tratar com a profundidade e o saber que exigem escritos de tal envergadura estética e humana: este é o trabalho que o nosso interesse e as nossas limitações permitiram realizar. Terá, de todo em todo, valido a pena, se, de algum modo, puder vir, na sua modéstia, a contribuir para investigações ulteriores que, essas sim, honrem o mérito da obra de Manuel Lopes. Consciente, entretanto, de que é uma passada, muito curta e muito honesta, que estava por dar.

Porto, 26 de Março de 1988.

NOTAS

CAPÍTULO 1

(1) J. J. R. Fraústio da Silva (coordenador) *et al.*, *Proposta de reorganização dos planos curriculares dos ensinos básico e secundário* — Relatório preliminar, Lisboa, 1987.

(2) «Primeiros encontros de poesia de Vila Viçosa», 1984.

(3) Carlos Reis, *Técnicas de Análise Textual*, Coimbra, Almedina, 1976, p. 191: «[...] o que quer dizer que esta análise não pode nem deve identificar-se com uma crítica de feição eminentemente hermenêutica, porque esta representa adesão a uma tentativa de leitura virada para o significado implícito, para a procura de sentidos contingentes porque muitas vezes radicados na fluidez dos processos de evocação simbólica ou na complexidade das insinuações de natureza ideológica. Isto não significa, todavia, que a análise estrutural deva ignorar radicalmente a existência de um sentido imputável ao texto sobre que se detém».

(4) Estudo sobre que tive amável informação particular de Manuel Lopes, em Maio de 1987.

(5) Vejamos alguns desses escritos:

– Donald Burness inclui Manuel Lopes em *Wanasema: conversations with African Writers*, Ohio University, Monographs in International Studies, Africa Series, 46, 1983.

– Manuel Ferreira consagra-lhe numerosas referências em *A aventura crioula*, Lisboa, Editora Ulisseia, Lda., 1967 e em *No reino de Caliban. Antologia panorâmica da poesia africana, I*, Lisboa, Seara Nova, 1975.

– Russell G. Hamilton dedica páginas atentas a Manuel Lopes, como poeta, romancista e contista na obra *Literatura Africana – Literatura Necessária – II*, Lisboa, Edições 70, 1984; o mesmo acontecera, com particular relevo para a faceta narrativa do Autor, na edição em inglês daquela obra, publicada com o título *Voices from an Empire, A History of Afro-Portuguese Literature*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1975.

– João Lopes Filho conduz a entrevista «Conversando com Manuel Lopes», publicada na revista *Ponto e Vírgula*, 9, São Vicente, Maio/Junho 1984.

– Óscar Lopes dedica criteriosas reflexões à obra em prosa de Manuel Lopes no estudo «Ficção cabo-verdiana», incluído em *Modo de ler, Crítica e interpretação literária/2*, Porto, Editorial Inova, 1969.

– Gabriel Mariano alude, entre outros, a Manuel Lopes, em «Inquietação e serenidade – Aspectos da insularidade na poesia de Cabo Verde», *Estudos Ultramarinos*, 3, Lisboa, 1959, pp. 55-79.

– Mesquitela Lima assina um artigo, «Apontamentos sobre a obra de Manuel Lopes», na revista *Ponto e Vírgula*, 6, São Vicente, Dezembro de 1983.

– Gerald Moser ocupa-se também da obra de Manuel Lopes em *Essays in Portuguese-African Literature*, Col. The Pennsylvania State University Studies, 26, Pennsylvania, University Park, 1969.

– Este último autor e Manuel Ferreira referem Manuel Lopes na sua *Bibliografia das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

– Manuel Lopes foi entrevistado pelo jornal *O Globo*, de 29.02.1984.

CAPÍTULO 2

(1) Citado pelo Prof. Dr. Mesquitela Lima, «de um documento inédito e autobiográfico» (*Ponto e Vírgula*, 6.Dez.83).

(2) Manuel Lopes, entrevista conduzida por Donald Burness, *op. cit.*, p. 85.

(3) «Um galo que cantou na Baía», «O “Jamaica” zarpou!», «As férias do Eduardinho».

(4) «No terreiro do bruxo Baxenxe». «O “Sim” da Rosa Caluda», «Ao desamparinho».

(5) A colaboração literária de Manuel Lopes na *Claridade* distribui-se pelos números 1, 2, 3, 4 e 7.

CAPÍTULO 3

(1) «There was a shortage of manpower in Portugal so slaves were brought to Cape Verde. The slaves were seized from West African coast—from Senegal, from Guine, from Gambia, from Guine-Conakry, from Sierra Leone». Manuel Lopes, entrevista conduzida por Donald Burness, *op. cit.*, p. 83.

(2) João Lopes, «Apontamento», *Claridade*, 1, Março 1936, p. 9.

(3) José Osório de Oliveira, «Palavras sobre Cabo Verde para serem lidas no Brasil», *Claridade*, 2, Agosto 1936, p. 4.

(4) Manuel Lopes, entrevista conduzida por Donald Burness, *ibid.*

(5) Russell G. Hamilton, *Literatura Africana — Literatura Necessária — II*, Lisboa, Edições 70, 1984, pp. 93-94. Também Baltazar Lopes, «Notas para o estudo da linguagem das ilhas», *Claridade*, 2, Agosto 1936, pp. 5 e 10.

(6) Baltazar Lopes, «Uma experiência românica nos trópicos» (I), *Claridade*, 4, Janeiro 1947, pp. 15-22.

(7) «[...] Note-se, todavia, que intrinsecamente o crioulo de Cabo Verde tem mais condições para se afirmar em língua autónoma do que, por exemplo, o falar brasileiro. E que a linguagem brasileira está mais perto do português de Portugal, a força diferencial foi menor por no seu processo formativo ter havido maior aportação do elemento metropolitano. Já no crioulo de Cabo Verde o choque foi maior, devido ao predomínio étnico do elemento afro-negro na miscegenação e ao carácter, possivelmente, menos impositivo da acção do metropolitano na vida Colonial. Consequências, a meu ver, do factor económico: — o elemento português menos poderoso economicamente em Cabo Verde, terra de limitados recursos agrários, do que no Brasil, em que a casa-grande representa os grandes latifúndios e a monocultura, possíveis num regime profundamente escravocrata. De aí, ter havido em Cabo Verde maior contribuição dos grupos africanos e ser mais acentuado o aspecto patológico da evolução do reinol. É esta a razão, de resto já algures apontada, de mesmo a linguagem sertaneja do Brasil ser muito mais compreensível para um português da Metrópole do que o crioulo caboverdeano — e isto apesar de o dialecto das ilhas ser de estrutura nitidamente portuguesa, de tipos mórficos resultantes da simplificação do reinol de léxico quase totalmente português.» (Baltazar Lopes, «Notas para o estudo da linguagem das ilhas», *Claridade*, 2, Agosto 1936, p. 10).

(8) Veja-se, por exemplo, Manuel Lopes, «Reflexões sobre a literatura cabo-verdiana», in *Colóquios Cabo-Verdianos*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 22, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1959, p. 20.

(9) «[...] These slaves were brought in small groups. As a result, slaves were brought together who did not know each other's languages. In Guine-Bissau alone there are at least twenty languages. Who solved the problem of a Guinean language? It was the Cape Verdean who invented "Crioulo" and later exported it to Guine. In Guine they speak the crioulo of the island of Sao Tiago in Cape Verde. When the slaves from West Africa arrived at Cape Verde, they found a different ambiance. It was not easy to find food. There were no forests; instead of rivers there were rivulets. There were no houses; in Cape Verde they found the cool northeast wind. They found a confusion of languages. They found other Africans who spoke languages they did not understand. In almost every aspect they found a different world from the one they had known on the African continent. So "Crioulo" was created. When the African arrived in Cape Verde his tradition was left behind on the beaches of Africa. The Cape Verdean was obliged to create a new system. The Cape Verdean has his own music, his own dances, his own cooking.» Manuel Lopes, entrevista conduzida por Donald Burness, *ibid.*

(10) Em entrevista a *JL — Jornal de letras, artes e ideias*, 25-31 Maio 1987, Baltazar Lopes referia a antiga intenção, ainda não concretizada, de um levantamento exaustivo do património linguístico caboverdiano.

(11) Russell G. Hamilton, *op. cit.*, p. 133.

(12) Mário de Andrade, «Prefácio», *Antologia Temática de Poesia Africana, Na Noite Grávida de Punhais*. 2.^a ed., vol. 1, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1977, p. 5.

(13) V., por exemplo, o poema de Manuel Lopes, «Ecran», *Claridade*, 1, Março 1936. pp. 4 e 7 e o poema de Jorge Barbosa, «Poema do Mar», in Mário de Andrade, *op. cit.*, pp. 21-22.

(14) B. L. [Baltazar Lopes], «O poeta foi para a Terra-Longe». *Claridade*, 4, Janeiro 1947, p. 13.

(15) Expressão excerta do poema de Pedro Corsino Azevedo, «Terra longe», *Claridade*, 4, Janeiro 1947, p. 12.

CAPÍTULO 4

(1) Cf. Capítulo 2.

(2) Claude Lévi-Strauss, *Anthropologie structurale*, [Paris], Pion, [1958], pp. 227-255.

(3) André Niel, *L'analyse structurale des textes*, Paris, Mame, 1973, p. 104.

(4) «Les noyaux ou “fonctions cardinales”... sont les moments de risque du récit: entre ces points d’alternative (qu’ est-ce qui va se passer?) les *catalyses* disposent des zones de sécurité, des repos, des luxes...» (écrit Roland Barthes), citado por André Niel, *op. cit.*, p. 108, nota 10.

(5) Afigura-se-nos que a opinião da personagem Zê Viola (CB, cap. I.1, p. 18) — «A gente não sabe onde é que está o lugar melhor. Se um dia me tirassem daqui e viesse depois uma chuva rija, seria pra mim uma grande dor de alma. Quando a alma dói uma criatura não fica bem em qualquer parte. É o que digo ocê. Mesmo que meu destino fosse Brasil ou América...» — configura a micro-estrutura axial de toda a narrativa. Peremptória afirmação de telurismo, põe os problemas da partida (ou da evasão) e da inerente partilha do ser.

(6) A mulher, a mãe, a terra, femininos círculos afectivos (amor, protecção, sustento), os primeiros elementos oponentes à hipótese de partir.

(7) André Niel, *op. cit.*, p. 106.

(8) André Niel, *op. cit.*, pp. 107-108.

(9) Cf. David Mourão Ferreira, *Hospital das Letras*, s.l., Ed. Guimarães, s.d.

(10) A ironia reside justamente (e em breve voltaremos a novas referências a seu respeito) no jogo entre uma aparência que se verificará enganadora e a ‘autêntica realidade’ que a referida aparência encobre. Neste caso, a proposta inicial será efectivamente responsável por todo o desencadear da intriga romanesca; quanto ao alojamento em Porto Novo, que representa afinal uma deslocação espacial na aparência favorável aos intuídos de Joquinha, ele virá a permitir que seja no campo do ‘adversário’ (porque já não é o seu) que Mané Quim assuma por inteiro a sua vontade, a sua maturidade integral. E obviamente isso determinará, do ponto de vista discursivo, uma relevância estética significativa.

(11) Vitorino Nemésio, de um excerto de crítica a *Chuva Braba* citado na contracapa da edição de referência.

(12) Ocorre recordar a solidão de Joquinha em Manaus, cidade perdida na Amazônia, sem filhos (e é relevante a ambivalência da esterilidade do que partiu), viúvo, com amigos velhos que não são velhos amigos, como o próprio Joquinha admite.

(13) Diz Mircea Eliade: «[...] Mas tanto no plano cosmológico como no plano antropológico, a imersão nas águas equivale, não a uma extinção definitiva, mas a uma reintegração passageira no indistinto, seguida de uma nova criação, de uma nova vida ou de um “homem novo”, consoante se trate de um momento cósmico, biológico ou soteriológico. Do ponto de vista da estrutura, o “Dilúvio” é comparável ao “baptismo”, [...]» (*O Sagrado e o Profano*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, s.d., pp. 140-141).

(14) André Niel, *op. cit.*, p. 110.

(15) V., por exemplo, Manuel Lopes, «Reflexões sobre a literatura cabo-verdiana» in *Colóquios Cabo-Verdianos*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 22, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1959, p. 20.

(16) Entre as excepções possíveis, Zé Viola, pp. 91 e 93 (referências muito próximas, aliás).

(17) Em rigor é Mané Quim quem se vai defrontando com cada personagem de per si.

(18) Excluídas as mulheres, a quem na obra não cabe nunca a iniciativa da partida (cf., neste trabalho, p. 43 [o lado dos que ficaram]). Poderá, a este respeito, observar-se que *Chuva Braba* é uma narrativa em que largamente dominam as personagens masculinas, aquelas a quem de facto cumpre decidir; quanto às mulheres, resta-lhes aceitar e sofrer as consequências da escolha que fizeram os filhos, os companheiros, os pais.

(19)-(20)-(21) V., a este propósito, o Capítulo 6, «Vertentes da insularidade».

(22) Com excepção quase única para a casa de Sansão, pela sua sordidez (Cap. I.7).

(23) Trata-se, como é obvio em matéria estética, de uma procurada (e conseguida) ‘espontaneidade’.

(24) V. Mário de Andrade, *op. cit.*, p. 19.

(25) V. Mário de Andrade, *op. cit.*, p. 21.

(26) Expressão da autoria de Carlos Reis, utilizada em *Introdução à leitura d’OS MAIAS*, Coimbra, Almedina, 1978, p. 69.

(27) Cf. «O “Jamaica” zarpou», *Claridade*, 4, Janeiro 1947, pp. 2 e 11, apresentado como excerto «Do romance “Terra Viva”», primeiro baptismo de *Chuva Braba*.

(28) Convém entretanto aduzir que as duas últimas analepses referidas se insinuam no diálogo com o protagonista, num tempo actual, enquanto a primeira analepse parte de uma auto-análise modorrenta na sesta da personagem.

(29) Cf. 4.2., p. 36.

(30) Cf. 4.3., p. 48.

CAPÍTULO 5

(1) Cf. Capítulo 2.

(2) Sublinhado nosso.

(3) Carlos Reis, *Técnicas de análise textual*, Coimbra, Almedina, 1976, p. 229.

(4) Cf. p. 75 «eliminação» e p. 85, primeiro parágrafo a seguir ao excerto de FVL.

(5) Jorge de Sena, *Fidelidade*.

(6) Cf. 5.3., p. 95 e segs.

(7) Aristóteles, *Poética*. Lisboa, Guimarães Editores, s.d. (Tradução de Eudoro de Sousa), 1453a, p. 89.

(8) Cf. 5.2., p. 93.

(9) Acercado peso conotativo deste topónimo, particularmente aqui, na sua dimensão trágica, cf. a nota 1 de 5.4.1.

(10) Zepa «olha pra diante» (FVL, p. 141) de forma pessimista e o marido adverte-a: «A gente não pinta os dias que tão pra vir de negro. Quem vê escuro pra diante não vê nada» (FVL, p. 141).

(11) «A imersão [aqui, na terra e não na água] equivale a uma dissolução das formas.» Mircea Eliade, *op. cit.*, p. 140; e ainda: «O rito da deposição [aqui, não se trata, em rigor, de deposição, mas de queda em qualquer dos casos] na Terra implica a ideia de uma identidade substancial entre a Raça e o Solo.» Mircea Eliade, *op. cit.*, p. 152. Cf. também p. 112.

(12) Cf. 5.3., p. 116.

(13) Como a ilha, em geral, segundo Mircea Eliade: «[...] a Montanha no meio do Mar simbolizava as Ilhas dos Bem-Aventurados, espécie de Paraíso onde viviam os imortais taoístas. Trata-se, pois, de *um mundo à parte* [...]» (*op. cit.*, p. 161).

(14) *Peripécia* — «súbita mutação dos sucessos, no contrário» — Aristóteles, *Op. cit.*, 1452a, p. 85.

(15) *Catástrofe* — «ação perniciosa e dolorosa, como o são as mortes em cena, as dores veementes, os ferimentos e mais casos semelhantes» — Aristóteles. *Op. cit.*, 1452b, p. 87.

(16) Sic.

(17) *Reconhecimento* — «passagem do ignorar ao conhecer, que se faz para amizade ou inimizade das personagens que estão destinadas à dita ou à desdita» — Aristóteles, *op. cit.*, 1452b, p. 86.

(18) Todo o itinerário vivencial de José da Cruz ou, noutro sentido, a ascensão de Leandro à sua gruta, depois do linchamento em Porto Novo constituem novos exemplos de *viae crucis*.

(19) Dentre os muito numerosos exemplos, salientemos o seguinte: «— Um vento destes não mete medo a ninguém — juntou José da Cruz sem pensar no que dizia. — Vento não come gente, sim, vento não come gente...» (FVL, p. 103). Como que o destino lhe pegou na palavra e, um a um, veio a tragar todos os elementos da família e praticamente da comunidade de Terranegra.

(20) Cf., por exemplo, FVL, p. 118, 11. 28-29; p. 146, 11. 14-17 e 11. 19-25.

(21) Cf. André Niel, *op. cit.*, p. 107: «C'est l'alternance (le renversement) des positions de succès et d'échec [...] qui constitue le ressort de l'émotion combative (ou dramatique).»

(22) Cf. FVL, p. 241, 1.25 e p. 119, 1.11: «As montanhas não os denunciam».

(23) «As grutas são retiros secretos, morada dos Imortais taoístas e local das iniciações. Representam um mundo paradisíaco, e por esta razão a sua entrada é difícil (simbolismo da “porta estreita”).»

«[...] O] complexo: água, árvores, Montanha, gruta [...] não era mais do que o desenvolvimento de uma ideia religiosa ainda mais antiga: a do *sítio perfeito*, quer dizer *completo*, compreendendo um monte e um lago — e *retirado*. Sítio perfeito, porque ao mesmo tempo Mundo em miniatura e Paraíso, fonte de beatitude e lugar de Imortalidade». Mircea Eliade, *op. cit.*, p. 162 (ambos os excertos). Mais adiante (p. 177), este autor alude, a propósito da homologia antropocósmica, à «assimilação do ventre ou da matriz à gruta [...]»

(24) André Niel, *op. cit.*, pp. 107-108.

(25) André Niel, *op. cit.*, p. 109.

(26) Cf. Carlos Reis, *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina, 1987, p. 307.

(27) Estas considerações não contemplam em absoluto, por exemplo, o caso do «nouveau roman» que, neste particular, intenta depreciar o estatuto tradicional da personagem, contando com o recurso do leitor «activo» para suprir descontinuidades e vazios.

(28) A luta que diegeticamente opõe humanos e forças naturais é uma das manifestações do conflito (ou um dos conflitos), que proporciona(m) alguns dos traços caracterizadores das personagens em confronto. Não está em causa, por nossa parte, a equivocidade entre os conceitos de ‘luta’ e o de «conflito», que configura um operador metodológico de análise da narrativa.

(29) Maria Ângela Resende, «O texto, o leitor e a construção das personagens», *Palavras*, 10, Junho 87, p. 65.

(30) O nome desta personagem é particularmente expressivo, quer pela sua carga conotativa, num simbolismo que pode aproximá-lo do próprio Cristo (‘o que leva a cruz’ o *σταυρόφορός*; v., aliás, as iniciais JC), quer pela família literária em cuja tradição poderá entroncar como parente afastado de João da Cruz, do *Amor de perdição*. A personagem camiliana é, como José da Cruz, um homem de bem, dinâmico e corajoso, mas caracterizado por uma desenvoltura e pragmatismo que não encontramos na personagem de Lopes.

A este propósito, ocorre lembrar Philippe Hamon que afirma: «Le signe linguistique se définit par son *arbitraire*; mais le degré d'arbitraire d'un signe peut être variable, dans la langue même, et dans d'autres systèmes sémiologiques. On peut retrouver cette notion si l'on examine la relation qui existe entre le nom du personnage (son signifiant: noms propres, communs, et substitués divers qui lui servent de support discontinu) et la somme d'information à laquelle il renvoie (son signifié). Cette relation est très fréquemment «motivée». [...] L'instinct étymologique et l'analogie jouent ici à fond, et plus le récit s'adresse à un public vaste et hétérogène, plus ces diverses tendances seront utilisées car il faut assurer la communication en faisant référence au plus grand nombre de codes stéréotypés possibles». Philippe Hamon. «Pour un statut sémiologique du personnage», *Littérature*, 6, Paris. Larousse, 1972, pp. 107-108.

(31) Da faceta trágica de Zepa ocupámo-nos em 5.1.1.

(32) «Havia os que viviam mais perto das rochas, vagabundos e pastores, [...]»; «Havia, também, os sem coragem, [...]»; «Havia outros [...]»; «*Mas havia-os corajosos e voluntariosos [...]*» (pp. 15 e 16) (sublinhados nossos). De forma anafórica, o Autor alinha os vários núcleos sociais segundo parâmetros de natureza ética, numa escala crescente que desembocará na primeira referência e subsequente apresentação da personagem de José da Cruz (pp. 16-17).

(33) Cf. FVL, p. 92.

(34) Sublinhados nossos.

(35) Uma das explicações, eventualmente fantasista, da etimologia da palavra *tragédia* fá-la derivar de τράγος 'bode', pois se supunha que, na Grécia antiga, os actores utilizariam máscaras feitas de pele de bode. Independentemente da veracidade científica desta explicação, pareceu-nos curioso sublinhar a aproximação implícita no passo: «[...] disfarçados com peles de cabra, como espíritos de mau agoiro». Efectivamente, trata-se de um modo de ir indiciando, logo no início do romance, o clima trágico que se irá instalar.

(36) Mikhaïl Bakhtine, *La poétique de Dostoïevski*, Paris, Seuil, 1970, p. 342 (sublinhados no original).

(37) Mikhaïl Bakhtine, *op. cit.*, p. 45.

(38) Mikhaïl Bakhtine, *op. cit.*, p. 77.

(39) Este topónimo, cuja possível correspondência referencial desconhecemos, carrega, na sua fisionomia polissémica,

- a sugestão da cor do húmus e, implicitamente, da fertilidade;
- a eventual alusão a alguns dos seus primeiros povoadores (terra de negros);
- o indício discursivo de um *locus horrendus*, pela tragédia a que assistirá/em que participará.

(A propósito de *húmido*, que supúnhamos derivado de *humus*, anotamos a informação de Joan Corominas, *Diccionario crítico e etimológico castellano e hispánico*, Madrid, Gredos, 1980, vol. III. p. 425: «Tomado del lat. *ūmīdus* id., derivado de *ūmēre*, 'estar ou ser

húmedo”. [...] En latín la grafía *umidus* es la correcta, aunque pronto se empezó a escribir con h- por una relación pseudoetimológica con *humus* ‘tierra’»).

(40) Mircea Eliade, *op. cit.*, p. 162.

(41) Philippe Hamon, *ibid.* (p. 106 deste trabalho).

(42) Manuel Lopes, «Notas sobre o emigrante cabo-verdiano», *Rumo Novo* (revista caboverdiana), Lisboa. Ano II, 2, Dezembro 1978, pp. 32-35.

(43) Recorde-se que a semântica etimológica de RE-LIGO (‘ligar’, ‘atar’) parece tornar bem clara a — hoje apenas subjacente — noção de solidariedade, de união.

(44) Veja-se, por exemplo, a resposta seguinte, em entrevista conduzida por Donald Burness, *op. cit.*, p. 85: «Neo-realism developed in Cape Verde three or four years before it did in Portugal. In Portugal it was primarily a political, a social movement, opposed to the dictatorship of the time. In our case, we depicted the life of the people in a colloquial, direct style. I feel an affinity with the American writers John Steinbeck and Erskine Caldwell. I do not think realism and politics go well together. Political concern puts blinders on a writer. It can make him one dimensional».

(45) A propósito de «monólogo interior», Carlos Reis (*Dicionário de Narratologia*, pp. 230-231) afirma: «**O narrador desaparece** e a “voz” da personagem atinge o limite possível da sua autonomização: o presente da actividade mental do eu-personagem é o único ponto de ancoragem. O *monólogo interior*, consubstanciando uma radical *focalização interna*, oscila entre a rememoração e o projecto, o real e o imaginário, na agitação gratuita de um discurso interior que se situa à margem de qualquer projecto comunicativo. [...]». E ainda: «O monólogo interior distingue-se do monólogo tradicional, pelo facto de representar o fluxo de consciência da personagem **sem qualquer intervenção organizadora do narrador**. Há, no entanto, autores que consideram desnecessária esta distinção, na medida em que se trata, em ambos os casos, de uma **citação directa dos pensamentos da personagem**, marcada gramaticalmente pela primeira pessoa e pelo presente. Sublinhe-se, todavia, que o monólogo interior, justamente porque se propõe veicular processos mentais e conteúdos psíquicos no seu estado incoativo, não apresenta a estrutura articulada do monólogo tradicional». (A negro, os sublinhados do Autor; a itálico, os nossos).

(46) Gérard Genette, *Figuras III*, Paris, Seuil, 1972, p. 193.

(47) Carlos Reis, *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina, 1987, p. 231.

(48) Observa-me com argúcia o Prof. Michel Laban a referência à Argentina e à Inglaterra («O crime»), tem como a da construção da estrada dos Lajedos, tópicos ténues mas objectivos.

(49) É um marco impreciso, induzido apenas através de referências que na «Segunda parte» são vagas: «Durante uns dias [...]» (p. 182); «Duas semanas depois [...]» (p. 183); «Um mês depois» (p. 188); «[...] a última vez que ali estivera, havia um mês» (pp. 202-203); «Havia seis dias que tinha deixado a sua gruta» (p. 257); «Dias depois, [...]» (p. 258).

(50) Aristóteles, *op. cit.*, 1452 a, p. 86.

(51) Variante: «O dia de amanhã está mais longe dos nossos olhos do que o dia em que nascemos» (p. 145).

(52) Christian Metz, *Essais sur la signification au cinéma*, I, Klincksieck, 1968, p. 122 s. (citado por Gérard Genette, *op. cit.*, p. 124) (Expressão perfilhada por Vítor Aguiar e Silva e por Carlos Reis).

(53) Gérard Genette, *op. cit.*, p. 92: «La premiere [catégorie], que j'appellerai *analepses complétives*, ou “renvois”, comprend les segments retrospectifs qui viennent combler après coup une lacune antérieure du récit, lequel s'organise ainsi par omissions provisoires et réparations plus ou moins tardives, selon une logique narrative partiellement indépendante de l'écoulement du temps».

(54) Carlos Reis, *Introdução à leitura d'OS MAIAS*, Coimbra, Almedina, 1978, p. 129.

(55) Vítor Manuel de Aguiar e Silva, *Teoria da Literatura*, Coimbra, Almedina, 4.^a ed., 1982, p. 726.

CAPÍTULO 6

(1) Miguel Tamen. *Hermenêutica e mal-estar*, 1.^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1987.

(2) Nem a de Manuel Bandeira nem a de Osvaldo Alcântara («Itinerário de Pasárgada»: «Na hora em que tudo morre, / esta saudade fina de Pasárgada / é um veneno gostoso dentro do meu coração», in Mário de Andrade, *op. cit.*, p. 32).

(3) Mircea Eliade, *op. cit.*, p. 140.

(4) Em CB há outras, aliás, explícitas, como referiremos adiante. Citaremos, a título exemplificativo, o trecho da p. 78, ll. 2-17.

(5) Frase que Joquinha proferia com frequência, no intuito de que o afilhado se desgostasse da terra.

(6) Sublinhados nossos.

(7) Pierre Rivas, «Insularité et déracinement dans la poésie capverdienne», *Colóquios de literaturas africanas de expressão portuguesa*, Paris, Fundação Gulbenkian, 29 Novembro a 2 Dezembro 1984, p. 292.

(8) Por exemplo: a crise económica de 1929, os abalos telúricos, as chuvas diluvianas, as confrontações étnicas, o pânico de uma doença incurável, qualquer tipo de morte.

(9) Manuel Lopes, «Vozes», *Clareza*, 7, Dezembro 1949, p. 1.

(10) Mário de Andrade, *Op. cit.*, pp. 21-22.

(11) Não é fácil explicar a evolução fonética da forma portuguesa *ilha* a partir do

étimo INSULA. Joan Corominas (*Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, Madrid, Editorial Gredos, 1980, Vol. III, pp. 465-466) admite a coexistência em latim vulgar de duas formas *iscla* e *is(u)la*, distintas local ou socialmente. «Ambas formas coexisten en casi todos los dominios romances, pues en lengua de Oc antigua y moderna *ila*, *ilha*, *isla* e *irla* tienen mayor extensión que *iscla*, casi únicamente rodanense, y en catalán no faltan huellas de *iscla*: *Peníscola*, ciudad valenciana situada en una península (llamada *Peníscola* en castellano). *Les Iscles*, famosa estación prehistórica en una altura inaccessible en el Ribagorza. [...]». O português *ilha* terá provindo da palatização do grupo *cl* e da possível assimilação do *s*. A forma erudita *ínsula* encontra-se representada no português *ínsua* 'ilha fluvial'. *Isolar*, *isolamento* são derivados que devem ter sido formados a partir do étimo INSULA, por desnasalização da vogal tónica, em posição inicial.

(12) Russell G. Hamilton, *op. cit.*, p. 158.

(13) Por não se nos afigurar oportuno, a propósito da obra de Manuel Lopes, não curamos aqui do complexo problema da evasão não voluntária que se consigna na escravatura e no trabalho dos «contratados».

Este último, na raiz do fenómeno chamado «terralongismo», terá a sua vertente literária no «evasionismo». A partir desse motivo original, este conceito sofreria uma expansão sémica, pelo que viria a abranger áreas que, por privilegiarem uma expressão subjectivista, seriam tomadas, depreciativamente, como alienantes da causa caboverdiana. Nesse sentido, foram os «claridosos» criticados por Onésimo Silveira que, em *Consciencialização na Literatura Cabo-Verdiana*, Lisboa, CEL, 1963, p. 9, assim se lhes referiria: «Imbuídos de uma erudição que não tinha em conta as realidades sócio-culturais do Arquipélago foram-se distanciando das massas de que inicialmente faziam parte e impregnando-se de um complexo de sedimentos de saberes que, pela força de expansividade e correlativas possibilidades de aceitação, muito contribuíram para esse afastamento do povo, embora servindo-se deste para as suas criações literárias de fundo pretensamente telúrico».

Analisada a produção de *Claridade* e a sua actividade editorial, na sua qualidade, variedade e influência cultural, parece menos rigorosa a apreciação supra. Por outro lado, basta atender, por exemplo, à inserção de textos em crioulo (depois 'traduzidos' em português), à actividade ensaística de cunho antropológico e etnográfico, à iconografia, à poética e à novelística cuja temática dominante é genuinamente caboverdiana, cujo tratamento formal estiliza a imagética, o adagiário, a variante linguística local.

(14) Manuel Lopes, «Ecran», *Claridade*, 1, Março 1936, p. 4.

(15) Em causa a lei e o seu estatuto intocável. Será este um pormenor em que discretamente. Manuel Lopes, pela via do narrador, convidará o narratário a reflectir sobre o estatuto do legislador, 'equidade' da lei, seu espectro de aplicação e seus objectivos?

(16) Cf. nota 11, 4.2., p. 40.

(17) Entretanto, ocasiões houve em que Cabo Verde viveu revoltas da fome, como a de 1934 ou do «Capitão Ambrósio», no Mindelo (Ilha de São Vicente). A pena de Gabriel Ma-

riano consagraria em tom épico o gesto e a gesta daquele popular que os seus conterrâneos já celebravam na comum memória afectiva. Do poema de Mariano transcreve-se o «Canto I», a partir de Mário de Andrade, *op. cit.*, pp. 51-55: CAPITÃO AMBRÓSIO (Canto I):

1

Bandeira
Negra bandeira
Bandeira negra da fome.
Em mãos famintas erguidas
Guiando os passos guiando
Nos olhos livres voando
Voando livre e luzindo
Inquieta e livre luzindo
Luzindo a negra bandeira
Clara bandeira da fome.

2

Mãos erguidas
Em força, duras, erguidas
Pés marcando a revolta
O povo marcha na rua.

Vai na frente o Ambrósio
Mulato Ambrósio guiando
Leva nas mãos a bandeira.
Pesada e fria é a noite
Injusta e amarga é a fome
Mas vai na frente o Ambrósio
E há promessas de luz
para além da negra bandeira
Novos caminhos de amor
Detrás de negra bandeira
Caminhos novos sorrindo
Florindo novos destinos
Certos
Perfeitos
Abertos
Em olhos famintos abrindo
Destinos claros na frente...

Em frente marcha o Ambrósio
Negra bandeira voando
Voando livre e guiando
Clara bandeira da fome
Rota e negra luzindo
Guiando o povo marchando.

3

Foi um minuto.
Veio o vento e passou.
Mulato Ambrósio foi preso
Julgado e preso o Ambrósio
Preso para longe o Ambrósio
Mandado para longe o Ambrósio.
Longe do povo o Ambrósio.
Mas a bandeira ficou.
Morreu e foi enterrado
Mas a bandeira ficou.

4

Chora fome
Chora fome
Chora fome nestas ruas.
Nestas ruas grita fome
Grita fome do teu corpo.
Morre morto e ressuscita
Ressuscita na bandeira
Ressuscita e luta povo
Nos ares solta bandeira
Negra bandeira nos olhos
Clara bandeira da fome
Ressuscita e luta povo.

5

Capitão! A voz vem do fundo...
Capitão dos mortos ultrajados
Capitão dos vivos humilhados!
Nós te afirmamos, neste chão
Continuam os homens a morrer:
De fome continuamos a morrer
Enquanto o inimigo cresce e cresce.

Continuamos a morrer meu capitão
De fome nestas ilhas a morrer.
Sem culpa e sem razão
Meu capitão
E a morte chega sempre indesejada.

Também indesejada foi a tua
Longe deste chão, meu capitão...
Também indesejada esta tristeza
E esta renúncia cedida ao inimigo...
Alma em sobressaltos, povo meu
Seja de manhã de noite ou dia claro
Sejam os teus olhos céu aberto
E neles a bandeira desta fome.
Capitão! A voz vem nos mortos
— Vem nos ventos e na lua —
Vem dos vivos sem rumo
Vem nos famintos catando
O seu destino na rua.
Capitão! E a voz
Esta voz somos nós.
Que importa a dor
Se o choro
Plantando na dor nova flor
Renasce com novo calor?
Capitão! Esta voz somos nós!

Em cada choro pisado
Em cada choro rolado
Rola a negra bandeira
Clara bandeira da fome.

Capitão! Volta no choro outra vez!
Chiquinha foi e morreu
Nhonhó partiu e ficou
Mas tu volta pra nós.

Volta e arrasta contigo
Um vento forte que vente
Um vento que vente e que a gente
Ouvindo o forte ventar
Com tanta raiva soprando
Com força tanta correndo
Que a gente ouvindo assim tanto
A gente grite cantando
Capitão Ambrósio chegou!
Chegou o Ambrósio chegou!
Clara bandeira na frente
Negra bandeira guiando
Em mãos seguras erguidas
Em trilhos verdelizindo
Luzindo a negra bandeira
Clara bandeira na frente
Na frente segue o Ambrósio!

Meu pai: manda o povo cantar
Manda o povo cantar na madrugada limpa
Manda o povo cantar com tambores e búzios
Quando Ambrósio chegar.

(18) «O que confrange [— considerará de si para consigo Joquinha —] é verificarmos não ter havido uma compensação na morte progressiva dos bens que envolveram o nosso passado, tão disfarçado em poesia, tao travestido de ilusões hiperbólicas; o manto se rompeu, e ficou roto, a natureza ou os homens esconderam definitivamente a mão generosa, incapazes de reaver, renovar ou substituir os bens perdidos...» (CB, p. 97).

(19) Para Camus, conceito identificável com a supressão da consciência.

(20) A nível de construção das personagens, porém, o discurso revela que as interações são ténues, como já atrás observado.

(21) De Eugénio Tavares, *Mornas – cantigas crioulas*, 1932, p. 39, traduzido e citado por Manuel Ferreira, edição de comemoração do cinquentenário de *Claridade*, Lisboa, A.L.A.C. – África, Literatura, Arte e Cultura, Lda., 1986, Prefácio, pp. LXV e XCV.

(22) Pierre Rivas, *op. cit.*, p. 293.

(23) Cf. 3.3.

(24) Arnaldo Saraiva. «Lembrança de Maputo», *Jornal de Notícias* (Porto), 26.07.87.

(25) Russell G. Hamilton, *op. cit.*, pp. 131-132 (aliás, a propósito de Ovídio Martins).

(26) De certo modo é a nostalgia que ocupa o lugar do grito revoltado do existencialista contra o absurdo da condição humana, pela dignidade da condição humana. A propósito da «morna», diz Jorge Barbosa: «A expressão passiva do nosso drama, / da nossa revolta, / da nossa silenciosa revolta melancólica!» («Poema», *Claridade*, 1, Março 1936, p. 10). A este respeito, são tão numerosos os textos que podem ilustrar a questão, que nos limitaremos a referir, além do citado de Jorge Barbosa, um outro poema de sua autoria, «Poema do Mar», o célebre «Terra Longe», de Pedro Corsino Azevedo e, de Manuel Lopes, «Ecran», «Poema de quem ficou», «Solilóquio junto do mar parado», poemas estes reunidos em *Crioulo e outros Poemas*, Lisboa, 1964. embora primeiramente divulgados (excepto o último) pela *Claridade*, respectivamente nos números 1 e 3.

(27) Manuel Lopes, *Crioulo e outros Poemas*, Lisboa, 1964, p. 74.

(28) Píndaro, *III.ª Ode Pítica* (citado por Albert Camus. *Le mythe de Sisyphe*, Paris, Gallimard, 1981. p. 11): «O mon âme, n'aspire pas à la vie immortelle, mais épuise le champ du possible».

(29) Albert Camus, *op. cit.*, pp. 164-165.

CAPÍTULO 7

(1) Pierre Rivas, *op. cit.*, p. 293.

OBRAS CONSULTADAS

ANDRADE, João Pedro de — «Neo-Realismo» e «Novo Cancioneiro», in *Dicionário de Literatura*, 2.ª ed., vol. II, direcção de Jacinto do Prado Coelho, Porto, Livraria Figueirinhas, 1969.

ANDRADE, Mário de — *Antologia Temática de Poesia Africana. Na Noite Grávida de Punhais*, 2.ª ed., vol. I, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1977.

ANGENOT, Marc — *Glossaire pratique de la critique contemporaine*, Montréal, Editions Hurtubise, 1978 (tr. port. de Miguel Támen, *Glossário da crítica contemporânea*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Comunicação, 1981).

ARISTÓTELES — *Poética*, Lisboa, Guimarães Editores, s.d. (tr. port. de Eudoro de Sousa).

AZEVEDO, Pedro Corsino — «Terra Longe», in *Claridade*, 4, S. Vicente — Cabo Verde, Janeiro 1947.

BACELAR, Arnando — «Sobre o Neo-Realismo», in *Vértice*, 238, Coimbra, 1963, pp. 350-366.

BAILLY, M. A. — *Abrégé du dictionnaire grec-français*, Paris, Hachette, s.d. [1955].

BAKHTINE, Mikhaïl — *La poétique de Dostoïevski*, Paris, Editions du Seuil, 1970.

BAL, Mieke — *Narratologie*, Utrecht, HES Publishers, 1984.

BARBOSA, Jorge — «Poema do Mar», in *Ambiente-Poemas*, Praia, Minerva de Cabo Verde, 1941.

BARTHES, Roland — «Que é a crítica?», in AAVV, *Estruturalismo. Antologia de textos teóricos*. Selecção e introdução de Eduardo Prado Coelho, Lisboa, Portugália Editora, pp. 359-365. (Texto publicado no livro *Essais Critiques*, Paris, Editions du Seuil, 1964, pp. 252-257).

— «Introduction à l'analyse structurale des récits», in *Communications*, 8, 1966, pp. 1-27.

— *Le Plaisir du Texte*, Paris, Editions du Seuil, 1973 (tr. port. de Maria Margarida Barahona, *O prazer do texto*, Lisboa, Edições 70, Lda., s.d. [1976]).

BREMOND, Claude — *Logique du récit*, Paris, Editions du Seuil, 1973.

BURNESSE, Donald — *Wanasema: Conversations with African Writers*, Ohio University, Monographs in International Studies, 1983.

CAMPOS, Costa «A propósito do Neo-Realismo», in *Mundo Literário*, 30. Lisboa, Novembro 1946, pp. 8 e 14.

- CAMUS, Albert — *Le mythe de Sisyphe* (1.ª ed., 1942), Paris, Gallimard, 1981.
- CHEVALIER, Jean / GHEERBRANT, Alain (sous la direction de) — *Dictionnaire des symboles*, 7.ª ed., Paris, Robert Laffont/Jupiter, 1987.
- COROMINAS, Joan — *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, Madrid, Gredos, 1980 (5 vols. publicados).
- DIAS, Augusto da Costa — *A crise da consciência pequeno-burguesa*, 2.ª ed., Lisboa, Portugália Editora, 1964.
- *Literatura e luta de classes*, Lisboa, Editorial Estampa, 1975.
- DUARTE, Manuel — «Caboverdianidade e africanidade», in *Vértice*, 134, 1954, pp. 639-644.
- DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzvetan — *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*, Paris, Editions du Seuil, 1972 (tr. port. de António José Massano et al., *Dicionário das ciências da linguagem*, 1.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1973 — 4.ª ed., 1977).
- ELÍADE, Mircea — *Ferreiros e alquimistas*, Lisboa, Relógio d'Água, s.d.
- *O sagrado e o profano*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.
- FEIJÓ, Rui — «Apontamentos sobre o Neo-Realismo», in *Seara Nova*, 816, Lisboa, 1943, p. 319.
- FERREIRA, Manuel e MIRANDA, Nuno de — «Comentários em torno do bilinguismo cabo-verdiano», in *Colóquios Cabo-Verdianos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1959, pp. 51-80.
- FERREIRA, Manuel — «Consciência literária cabo-verdiana: quatro gerações: Clari-
dade — Certeza — Suplemento literário — Boletim Gil Eanes», in *Estudos Ultramarinos*, 3,
Lisboa, Instituto Superior dos Estudos Ultramarinos, 1959.
- *A aventura crioula*, Lisboa, Editora Ulisseia, 1967.
- *No reino de Caliban. Antologia panorâmica da poesia africana*, I, Lisboa, Ed. Seara
Nova, 1975.
- FOULQUIE, Paul — *L'existentialisme*, 14.ª ed., Paris, Presses Universitaires de France,
1966 (col. «Que sais-je?», 253).
- FRANCO, António Cândido — *Simbologia telúrico-marítima na obra de Manuel Lopes*.
(*Exercício sobre o imaginário caboverdiano*). Tese discutida na Faculdade de Letras da Uni-
versidade Clássica de Lisboa, 1988.
- GARCIA, Rozendo Sampaio — «Escravidão», in *Dicionário da História de Portugal*,
vol. II, direcção de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, pp. 421-428.
- GENETTE, Gérard — *Figures III*, Paris, Editions du Seuil, 1972.
- GOLDMANN, Lucien — *Pour une sociologie du roman*, Paris, Editions Gallimard, 1964.
- GREIMAS, Algirdas-Julien — *Sémantique structurale — recherche de méthode*, 1.ª ed.
1966 (Paris, Larousse, 1977).
- GUIMARÃES, Fernando — «Significado e estrutura da poesia de Luís Veiga Leitão»
(Prefácio a *Ciclo de Pedras*, Lisboa, Portugália Editora, 1964).
- *A poesia da «Presença» e o aparecimento do Neo-Realismo*, 2.ª ed. revista, Porto, Bra-
sília Editora, 1981.

HAMILTON, Russell G. — *Voices from an Empire. A history of afro-portuguese literature*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1975, pp. 312-319.

— *Literatura africana – literatura necessária – II*, Lisboa, Edições 70, 1984.

HAMON, Philippe — «Pour un statut sémiologique du personnage», in *Littérature*, 6, Paris, Larousse, 1972, pp. 86-110.

— «“Le Horla” de Guy de Maupassant: ensaio de descrição estrutural», in AAVV, *Categorias da narrativa*, 1.ª ed. em português, organizada Por Maria Alzira Seixo, Lisboa, Arcádia, 1976 (3.ª ed., 1979, pp. 139-156).

KEBE, Ameth — «Processus d’identification et phénomène d’aliénation dans *Chuva Braba* de Manuel dos Santos Lopes», in *Colóquios de literaturas africanas de expressão portuguesa*, Paris, 29 Novembro-2 Dezembro 1984, Paris, Fundação Gulbenkian, 1985.

KESTELOOT, Lilyan — *Anthologie négro-africaine*, Verviers (Belgique), Marabout Université, 1967.

LEPECKI, Maria Lúcia — *Meridianos do texto*, Lisboa, Assírio e Alvim, s.d.

LESSA, Almerindo — «O homem cabo-verdiano. Suas raízes, sua multiplicação, suas doenças...», in *Colóquios Cabo-Verdianos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1959, pp. 113-130.

LIMA, Augusto Mesquitela — «Apontamentos sobre a obra de Manuel Lopes», in *Ponto e Vírgula*, 6 (S. Vicente, Cabo Verde), Dezembro, 1983.

LIND, Georg Rudolf — «Constantes temáticas da lírica cabo-verdiana», in *Cadernos de Literatura*, 8, Coimbra, Abril 1981, pp. 27-39.

LISBOA, Eugénio — *Poesia portuguesa: do «Orpheu» ao Neo-Realismo*, 1.ª ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.

LOPES, António da Costa *et al.* — «Existencialismo e literatura», in *Cenáculo*, 2.ª série, IV (1964-65), 15, Braga, 1965.

LOPES, Baltazar — «Notas para o estudo da linguagem das ilhas», in *Claridade*, 2, Agosto 1936, pp. 5 e 10.

— «O poeta foi para a Terra-Longe», in *Claridade*, 4, Janeiro 1947, p. 13.

— «Uma experiência românica nos trópicos» (I), in *Claridade*, 4, Janeiro 1947, pp. 15-22; (II), in *Claridade*, 5, Setembro 1947, pp. 1-10.

— *Chiquinho*, 1.ª ed. Cabo Verde, 1948 (2.ª ed. Lisboa, Prelo, 1961).

LOPES, Francisco — «A importância dos valores espirituais no panorama cabo-verdiano», in *Colóquios Cabo-Verdianos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1959, pp. 131-140.

LOPES, João — «Apontamento», in *Claridade*, 1, Março 1936, p. 9.

— «Apontamento», in *Claridade*, 3, Março 1937, p. 6.

LOPES FILHO, João — «Conversando com Manuel Lopes», in *Ponto e Vírgula*, 9, S. Vicente, Maio/Junho 1984, pp. 16-21.

— *Defesa do património sócio-cultural de Cabo Verde*, Lisboa, Ulmeiro, 1985.

LOPES, Manuel — *Paul, S. Vicente – Cabo Verde*, Sociedade de Tipografia e Publicidade, Limitada, 1932.

- «Vozes», in *Claridade*, 7, Dezembro 1949, p. 1.
- «O “Jamaica” zarpou», in *Claridade*, 4, Janeiro 1947, pp. 2 e 11 (mais tarde incluído em *Galo cantou na baía*).
- *Poemas de quem ficou*, Açores, Ed. do Autor, 1949.
- *Os meios pequenos e a cultura*, Horta — Açores, Ed. do Autor, 1951.
- *Chuva Braba*, 1.ª ed. Lisboa, Instituto de Cultura e Fomento de Cabo Verde, 1956 (2.ª ed. Lisboa, Edições 70, 1982).
- *Galo cantou na baía e outros contos*, 1.ª ed. Lisboa, Ed. Orion, 1959 (2.ª ed. Lisboa, Edições 70, 1984).
- «O programa da *Claridade* era fincar os pés na terra cabo-verdiana», in *Diário Ilustrado*, Lisboa, 22.08.1959, e in *Cabo Verde*, 121, Outubro 1959, pp. 7-9.
- «Reflexões sobre a literatura cabo-verdiana ou a literatura nos meios pequenos» in *Colóquios Cabo-Verdianos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1959, pp. 1-22.
- *Os Flagelados do Vento Leste*, 1.ª ed. Lisboa, Editora Ulisseia, s.d. [1960] (2.ª ed. Lisboa, Edições 70, 1985).
- *Crioulo e outros poemas*, Lisboa, 5.ª ed., 1964.
- «Considerações sobre as personagens de ficção e seus modelos», in *Comunidades Portuguesas*, 29, Lisboa, Janeiro 1973.
- «Notas sobre o emigrante cabo-verdiano», in *Rumo Novo* (Lisboa), 25.12.78, pp. 32-35.
- LOPES, Óscar — «Ficção caboverdiana», in *Modo de ler, crítica e interpretação literária/2*, 1.ª ed. Porto, Editorial Inova, s.d. [1969], pp. 135-147.
- MARIANO, Gabriel — «Do funco ao sobrado ou o ‘mundo’ que o mulato criou», in *Colóquios Cabo-Verdianos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1959, pp. 23-49.
- Inquietude e serenidade — Aspectos da insularidade na poesia de Cabo Verde», in *Estudos Ultramarinos*, 3, Lisboa, 1959.
- *Vida e morte de João Cabafume*, Lisboa, Via Editora, 1976.
- MEMMI, Albert — *Portrait du colonisé suivi de portrait du colonisateur*, Paris, J. J. Pauvert, 1966.
- METZ, Christian — *Essais sur la signification au cinema*, I, Klincksieck, 1968 (citado por Gérard Genette — *Figures*, III, Paris, Editions du Seuil, 1972, p. 124).
- MIRANDA, Nuno de — «O cabo-verdiano, um portador de cultura. Sugestões de correcção de educação e ensino em Cabo Verde», in *Colóquios Cabo-Verdianos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1959, pp. 81-95.
- MONTEIRO, Adolfo Casais — *O romance e os seus problemas*, Lisboa, Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1950.
- MONTEIRO, Félix — «Bandeiras da Ilha do Fogo — O senhor e o escravo divertem-se», in *Claridade*, 8, Maio, 1958, pp. 9-22.
- MOSER, Gerald — *Essays in Portuguese-African Literature*, Pennsylvania, University Park, 1969.
- e FERREIRA, Manuel — *Bibliografia das literaturas africanas de expressão portugue-*

sa, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1983.

MOURÃO-FERREIRA, David — «Garrett e a poesia confidencial das “Folhas Caídas”», in *Hospital das Letras*, s.l., Editorial Guimarães, s.d..

NAMORA, Fernando — *Esboço histórico do Neo-Realismo*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Separata das *Memórias* (Classe de Letras — Tomo VII), Lisboa, 1961.

NAMORADO, Joaquim — «Da dissidência presencista ao Neo-Realismo», in *Vértice*, 279, Coimbra, 1966, pp. 782-786.

NIEL, André — *L'analyse structurale des textes*, Paris, Mame, 1973.

OLIVEIRA, José Osório de — «Palavras sobre Cabo Verde para serem lidas no Brasil», in *Claridade*, 2, Agosto 1936, p. 4.

— «Possibilidades e significação de uma Literatura Caboverdiana», in *Enquanto é possível*, Lisboa, Edições Universo, 1942, pp. 39-45.

PEREIRA, Isidro — *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*, 3.ª ed., Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1961.

PERRONE-MOISÉS, Leyla — «A intertextualidade crítica», in *AAVV Intertextualidades*, Coimbra, Almedina, 1979.

PINA, Marie Paule de — *Les îles du Cap Vert*, Paris, Editions Karthala, 1987.

PÍNDARO — III.ª *Ode Pítica* (citado por Albert Camus, *Le mythe de Sisyphe*).

PIRES LARANJEIRA, J. L. — *Literatura calibanesca*, Porto, Edições Afrontamento, 1985.

PRETO-RODAS, Richard A. — *Negritude as a theme in the poetry of the portuguese-speaking world*, University of Florida Press, Gainesville, 1970.

QUEIRÓS, Raquel de — «O Quinze», in *Três Romances* (1.ª ed., 1931), Lisboa, Livros do Brasil, s.d..

RÉGIO, José — *Páginas de doutrina e crítica da «Presença»*, 1.ª ed., Porto, Brasília Editora, 1977.

REIS, Carlos — *Técnicas de análise textual*, Coimbra, Almedina, 1976.

— *Introdução à leitura d' «Os Maias»*, Coimbra, Almedina, 1978.

— *Textos teóricos do Neo-Realismo português*, Lisboa, Seara Nova, Editorial Comunicação, 1981.

— *O discurso ideológico do Neo-Realismo português*, Coimbra, Livraria Almedina, 1983.

— e LOPES, Ana Cristina M. — *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina, 1987.

RESENDE, Maria Ângela — «O texto, o leitor e a construção das personagens», in *Palavras*, 10, Lisboa, Junho 1987.

RIVAS, Pierre — «Dialectique de la littérature cap-verdienne: vocation océane et enracinement africain», in *L'Afrique littéraire*, 54-55, 4.º trimestre 1979 — 1.º trimestre 1980, pp. 65-68.

— «Insularité et déracinement dans la poésie capverdienne», in *Colóquios de literaturas africanas de expressão portuguesa*, Paris, 29 Novembro-2 Dezembro 1984. Paris, Fundação Gulbenkian, 1985, pp. 291-294.

RODRIGUES, Urbano Tavares — «L'existentialisme français et son influence sur la littérature portugaise». *Actas do Colóquio L'enseignement et l'expression de la littérature fran-*

- çaise au Portugal*, Paris, Novembro 1983. Paris, Fundação Gulbenkian, 1984, pp. 183-191.
- SALLENAVE, Danielle — «Sobre o 'monólogo interior': leitura de uma teoria», in AAVV, *Categorias da narrativa*, organizado por Maria Alzira Seixo, 1.ª ed. em português, Lisboa, Arcádia, 1976 (3.ª ed., 1979), pp. 113-137).
- SARAIVA, Arnaldo — «Lembrança de Maputo», in *Jornal de Notícias* (Porto), 26.07.87.
- SHAKESPEARE, William — «King Lear», in *The complete works*, 1.ª ed., London and Glasgow, Collins, 1951, pp. 1073-1113.
- SILVA, J. J. R. Fraústo da et al. — *Proposta de reorganização dos planos curriculares dos ensinos básico e secundário, Relatório preliminar*, Lisboa, 1987.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e — *Teoria da Literatura*, 4.ª ed., Coimbra, Almedina, 1982.
- SILVEIRA, Onésimo — *Consciencialização na literatura cabo-verdiana*, Lisboa, C.E.I., 1963.
- SOUSA, Henrique Teixeira de — «A estrutura social da Ilha do Fogo em 1940», in *Claridade*, 5, Setembro 1947, pp. 42-44.
- «Sobrados, lojas e funcos — contribuição para o estudo da evolução social da Ilha do Fogo», in *Claridade*, 8, Maio 1958, pp. 2-8.
- STRAUSS, Claude Lévi- — *Anthropologie structurale* [Paris], Plon, [1958].
- TÁMEN, Miguel — *Hermenêutica e mal-estar*, 1.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.
- TAVARES, Eugénio — *Mornas — cantigas crioulas*, 1932, p. 39 (tr. e citado por Manuel Ferreira, Prefácio a edição comemorativa do Cinquentenário da *Claridade*, Lisboa, A.L.A.C. — África, Literatura, Arte e Cultura, 1986, pp. LXV e XCV).
- TERRY, Luís — «O problema da emigração cabo-verdiana», in *Colóquios Cabo-Verdianos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1959, pp. 97-112.
- TODOROV, Tzvetan — *Poétique de la prose*, Paris, Editions du Seuil, 1971.
- TORRES, Alexandre Pinheiro — *O Neo-Realismo literário português*, 1.ª ed., Lisboa, Moraes, 1977.
- *O movimento neo-realista em Portugal na sua primeira fase*, 1.ª ed., Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.
- TORRINHA, Francisco — *Dicionário latino-português*, 1.ª ed., Porto, Edições Marânus, 1937 (3.ª ed., 1945).
- *Dicionário português-latino*, 2.ª ed., Porto, Editorial Domingos Barreira, s.d.
- TRIGO, Salvato — *Luandino Vieira — o logoteta*, Porto, Brasília Editora, s.d. [1981].
- VASCONCELOS, Graça — «Baltazar Lopes: "A Claridade permanece"...», in *JL — Jornal de letras, artes e ideias*, 25.05.87.
- VERLINDEN, Charles — «Cabo Verde», in *Dicionário da História de Portugal*, vol. 1, direcção de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971.
- ZIMA, Pierre — *Pour une sociologie du texte littéraire*, Paris, Union Générale d'Éditions, 1978.

